



Claudia Fatima Campos

DESIGN NO SETOR PÚBLICO
possibilidade para a conexão e viabilização de políticas públicas para
pessoas com 60 anos e mais

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design do Departamento de Artes & Design da PUC-Rio como requisito para obtenção do grau de Doutora em Design.

Orientadora: Prof^ª. Vera Maria Marsicano Damazio

Rio de Janeiro
Março de 2018



Claudia Fatima Campos

**Design no setor público:
possibilidade para a conexão e viabilização de políticas
públicas para pessoas com 60 anos e mais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Design. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Vera Maria Marsicano Damazio

Orientador
Departamento de Artes & Design - PUC-Rio

Profa. Jackeline Lima Farbiarz

Departamento de Artes & Design - PUC-Rio

Profa. Luiza Novaes

Departamento de Artes & Design - PUC-Rio

Prof. Edson José Carpintero Rezende

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Profa. Clarissa de Sampaio Schitine

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Cláudia Fátima Campos

Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela EAU/UFMG – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de Design da ED / UEMG – Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (2007-). Coordenadora do Curso de Design de Ambientes da ED / UEMG – Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (2012-). Conselheira do Conselho Departamental ED / UEMG. Membro da Câmara Departamental DEPC – ED / UEMG. Tem como interesse de pesquisa design e políticas públicas, design e sociedade, design e paisagem. Sócia da empresa Elementos Design.

Ficha Catalográfica

Campos, Cláudia Fátima

Design no setor público: possibilidade para a conexão e viabilização de políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais / Cláudia Fátima Campos; orientadora: Vera Maria Marsicano Damazio. – 2018

263 f.: il.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2018.

Inclui referências.

1. Artes e Design – Teses. 2. Design. 3. Idoso. 4. Envelhecimento ativo. 5. Política pública. 6. Problema social complexo. I. Damazio, Vera Maria Marsicano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Artes e Design. III. Título.

CDD:700

“Se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver, nem agir: para viver devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – pelo menos no que constitui o essencial da minha vida –, devo ser para mim mesmo um valor ainda por vir, devo não coincidir com a minha própria atualidade.” (Bakhtin, 2003, p.33).

Dedico esta tese ao Francisco, aquele que me ensinou a buscar como valor, projetar para o bem, de quem quer que seja.

Em lembrança.

Agradecimento

À Alice, por me ensinar que amabilidade e perseverança são valores essenciais para a construção da nossa história; ao seu clã com o qual sempre posso compartilhar os meus desafios e que me demonstrou que o valor para enfrentá-los é a compreensão e a humildade; e à Maria, pela sua existência e comentários inocentes e divertidos.

À Mara, mãe de vida, pelo seu afeto, pela sua crença no meu ser e pelo estímulo para realizar minhas aspirações.

Ao Edson, amigo especial, pela cordialidade e generosidade em me ouvir e pelo exemplo de dedicação às pesquisas no campo do design.

À Vera, orientadora, pela confiança e por abrir as portas do Labmemo para a realização deste estudo.

Aos membros da Banca, pela disponibilidade em doar parte do seu tempo e gentilmente colaborarem com a avaliação desta pesquisa.

Aos participantes da pesquisa que acreditaram no nosso exercício rumo à transformação e que me inspiram pelas suas experiências, compartilhando que os valores das boas relações estão na simplicidade e na leveza para viver a vida.

À PUC-Rio pela bolsa VRAC e aos professores e funcionários da Instituição que contribuíram para o processo desta pesquisa ao longo dos quatro anos de curso.

Aos colaboradores amigos Nathália, Renê e Luanna, iniciantes na pesquisa em design, Karen e Diego, pelo apoio gráfico, Carlos e Jack, em especial, pela presença constante.

Aos amigos Raquel, Alecir e Sérgio pelas divertidas viagens intelectuais e pelas discussões no nosso “Café com Tese”.

À Kátia, Sâmela e Lorena, queridas Elementas, que compreenderam minha ausência e impulsionaram com palavras de incentivo a realização desta pesquisa.

Aos amigos da Escola de Design, pelas palavras de estímulo e apoio nos momentos de término desta tese.

Aos alunos queridos, pelas expressões de cuidado e carinho, estimulando a finalização deste estudo.

Aqueles amigos que, ora com diálogos preciosos, ora com o silêncio, tenham deixado algum propósito no percurso desta pesquisa.

Resumo

Campos, Cláudia Fátima; Damazio, Vera Maria Marsicano (Orientadora). **Design no setor público:** possibilidade para a conexão e viabilização de políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais. PUC-Rio, 2018. 263p. Tese. Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Se desejarmos verdadeiramente viver bem para lá dos sessenta anos devemos avançar em termos de políticas públicas. A política pública, a partir da visão *multicêntrica*, é compreendida como intenção de solucionar um problema público, sendo o seu ator protagonista uma personalidade jurídica estatal ou não estatal. Logo, a formulação de políticas públicas não é exclusividade do Estado. Elas têm como foco a solução para problemas sociais complexos (ex. longevidade com qualidade) e, portanto, podem ser tratadas por todas as instâncias da sociedade. Partimos do pressuposto que o design dispõe de instrumental que pode auxiliar o setor público a solucionar problemas sociais complexos relacionados à longevidade. Este estudo se desenvolveu com o objetivo de identificar como o processo do design pode se constituir como meio para a elaboração de políticas públicas para a população com 60 anos e mais. O local de estudo é o Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC – Barreiro) na cidade de Belo Horizonte. Metodologicamente, o estudo foi guiado pela pesquisa-ação somado ao processo de design participativo (cocriação) e suas ferramentas. Concluímos que o design, como campo do conhecimento de caráter social, vocação multidisciplinar, transdisciplinar e planejador de práticas intangíveis pode fornecer meios para aprimorar a formulação das políticas públicas de diferentes maneiras, tais como:

- (i) pela inclusão das pessoas afetadas pelo problema em todas as etapas do processo que são posicionadas como cocriadoras favorecendo a participação mais ativa;
- (ii) pela construção das habilidades em um público diverso favorecendo o potencial de cada um sem hierarquia;
- (iii) pela linguagem visual contribuindo para tornar o processo menos árduo e mais afetivo;

(iv) por ser um elo facilitador das interações para criar sistemas que contribuam para conexão entre os setores da sociedade;

(v) pelo legado deixado nas instituições e nos participantes que devemos todos ser corresponsáveis.

Palavras-chave

Design; idoso; envelhecimento ativo; política pública; problemas sociais complexos, problema público.

Abstract

Campos, Cláudia Fátima; Damazio, Vera Maria Marsicano (advisor). **Design** in the public sector: possibility for the connection and feasibility of public policies for people aged 60 and over. PUC-Rio, 2018. 263p. Tese de Doutorado. Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

If we truly want to live well beyond sixties, we must move forward in terms of public policy. Public policy, based on the multicentric vision, is understood as an intention to solve public problems, and its protagonist actor is a state or nonstate legal personality. Therefore, the public policies formulation is not exclusive to the State. They focus on solving complex social problems (e.g. longevity with quality) and can therefore be addressed by all society levels. We start from the assumption that the design has instruments that can help the public sector to solve complex social problems related to the longevity. This study was developed with the objective of identifying how the design process can constitute a way for the elaboration of public policies for the population aged from 60 to over. The place of study is the Third Age of Living Center (TALC - Barreiro) in Belo Horizonte city. Methodologically, our study was guided by the action-research added to the process of participatory design (co-creation) and its tools. We conclude that the design as a field of social character knowledge, multidisciplinary, transdisciplinary vocation and intangible planner can provide forms to improve public policies formulation in different ways, such:

- (i) Including the people affected by the problem in all stages of the process who are positioned as co-creators favoring more active participation;
- (ii) Through the construction of skills in a diverse audience favoring the potential of each without hierarchy;
- (iii) Through the visual language contributing to make the process less arduous and more affectionate;
- (iv) As a facilitator of interactions to create systems that contribute to the

connection between the sectors of society;

(v) Through the legacy left in the institutions and participants that we must all be co-responsible.

Keywords:

Design; elderly; active aging; public policy; social complex problems; problem public.

Sumário

1. Apresentação.....	16
2. Noção de idoso.....	29
2.1 Teoria do Campo – Pierre Bourdieu: breves apontamentos....	31
2.2 Construção do campo social do idoso.....	32
3. Políticas públicas: visão multicêntrica e enfoque no idoso.....	42
3.1 Sobre políticas públicas – Dois pontos de vista.....	43
3.2 O processo de elaboração das Políticas públicas – abordagem multicêntrica.....	50
3.3 Políticas públicas do estado em prol do idoso.....	58
4. Design com o propósito em problemas social complexo e público.....	64
4.1 Sobre design e problemas sociais complexos.....	67
4.2 Sobre design e o setor público.....	71
4.3 Design aplicado à elaboração de política pública – meios utilizados pelo Policy Lab do Government Office for Science – UK.....	74
4.4 Quando o design se encontra com o problema público.....	83
5. Metodologia da pesquisa.....	98
5.1 Percurso metodológico.....	100
5.2 Etapas da pesquisa de campo.....	103
5.2.1 Sobre a etapa I – O contexto do campo da pesquisa.....	104
5.2.2 Sobre a etapa II – Design aplicado à formulação de políticas públicas.....	104
5.3 Considerações Éticas.....	111

6. Políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais em Belo Horizonte	113
6.1 Política Estadual de Amparo ao Idoso.....	114
6.2 Política Municipal do Idoso.....	116
6.3 Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte.....	118
6.3.1 Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Belo Horizonte.....	119
6.4 Os Centros de Convivência para a Terceira Idade.....	124
7. Design e políticas públicas para e com pessoas com 60 anos e mais – possibilidades no CAC- Barreiro.....	130
7.1 Etapa I - O contexto do campo da pesquisa.....	131
7.1.1 Contextualização e caracterização do local da pesquisa....	131
7.1.2 Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC- Barreiro)...	133
7.1.3 Reconhecendo o público do CAC-Barreiro.....	137
7.1.3.1 Olhar dos gestores do CAC-Barreiro.....	138
7.1.3.2 Olhar dos coordenadores dos grupos.....	140
7.1.3.3 Compreendendo os idosos e suas demandas.....	136
7.2 Etapa II - Design aplicado à formulação de políticas públicas..	144
7.2.1 Fase I: Da Descoberta.....	149
7.2.1.1 Oficina 1 – Exteriorizando os sentimentos esperança e medo (<i>Hope and fear cards</i>).....	150
7.2.1.2.1 Resultados e discussões.....	153
7.2.2 Fase II: Da problematização.....	157
7.2.2.1 Oficina 2 – Definindo o problema - Painel de desafio (<i>Challenge Setting</i>).....	158
7.2.2.1.1 Resultados e discussões.....	159
7.2.3 Fase III: Da Deliberação.....	162
7.2.3.1 Oficina 3 – Refletindo sobre o problema e as soluções (<i>Change cards</i>).....	163
7.2.3.1.1 Resultados e discussões.....	166
7.2.4 Fase IV: Da Implementação	174

7.2.4.1 Oficina 4 - Da prototipagem e experimentação.....	175
7.2.4.1.1 Resultados e discussões.....	178
7.2.4.2 Oficina 5 - Da prototipagem e elaboração do projeto...	184
7.2.4.2.1 Resultados e discussão.....	186
7.3 Discussões finais.....	190
8. Considerações finais.....	199
9. Referências bibliográficas.....	204
10. Apêndices.....	215
11. Anexo.....	257

Lista de ilustrações

Figura 1 - Síntese da pesquisa.....	24
Figura 2 - Ciclo de políticas públicas.....	51
Figura 3 - Duplo diamante (<i>Double Diamond Model</i>).....	76
Figura 4 - Exemplo dos <i>Hope anda fear cards</i> (cartões de sentimento - esperança e medo).....	79
Figura 5 - Exemplo dos <i>Change cards</i> (cartões de mudança).....	81
Figura 6 - Ilustração da cena geral do "Kit de ideas".....	88
Figura 7 - Divulgação do Honestly.....	89
Figura 8 - Mapa do sistema de serviço do Memo.....	87
Figura 9 - Mapa operacional do AJO.....	91
Figura 10 - Informações sobre o Amazing.....	95
Figura 11- Divulgação do Room for Tea.....	95
Figura 12 - Informações sobre o Gusto.....	96
Figura 13 - Informações sobre o <i>League of Meals</i>	96
Figura 14 - Informações sobre o <i>Cassarole</i>	97
Figura 15 - Informações sobre o <i>Meet 2 Eat</i>	98
Figura 16 - Informações sobre o <i>After Work Club</i>	98
Figura 17 - Diagrama de organização das fases inseridas no duplo diamante.....	124
Figura 18 - Diagrama de organização das fases e oficinas.....	126
Figura 19 - Diagrama da configuração do CAC-Barreiro.....	131
Figura 20 - Temas e subtemas discutido na conferência.....	122
Figura 21 - TGC - Regional Barreiro.....	132
Figura 22 - Atividades oferecidas no CAC-Barreiro.....	137
Figura 23 - Cronograma das oficinas.....	148
Figura 24 - Diagrama de organização da Etapa II.....	149
Figura 25 - Fase I (descoberta) imersa no duplo diamante.....	149
Figura 26 - Exemplos dos cartões de sentimentos.....	152
Figura 27 - Cartões de sentimentos preenchidos pelos participantes.....	154

Figura 28 - Cartões de sentimentos preenchidos pelos participantes.....	155
Figura 29 - Fase II (problematização) inserida no duplo diamante.....	158
Figura 30 - Fase III (deliberação) inserida no duplo diamante.....	162
Figura 31 - Cartões de mudança elaborados para o CAC-Barreiro.....	165
Figura 32 - Cartões de mudança com propostas dos participantes.....	166
Figura 33 - Fase IV (implementação) inserida no duplo diamante.....	175
Figura 34 - Painel de inspiração.....	177
Figura 35 – Confecção dos jardins.....	181
Figura 36 - Pequenos jardins produzidos.....	182
Figura 37 - Pequeno jardim com temática do natal.....	183
Figura 38 - Diagrama parceria e colaborações.....	185
Figura 39 - Contribuição do design no processo de formulação de política pública.....	197

Lista de tabelas

Tabela 1 - População por faixa etária.....	132
Tabela 2 - Rendimento mensal.....	133
Tabela 3 - Composição dos grupos e distribuição pelos escores.....	151
Tabela 4 - Nova composição dos grupos.....	163

1

Apresentação

Como um fenômeno mundial, o envelhecimento se configura como um paradoxo para toda a sociedade. Ao mesmo tempo em que ele é vivenciado pela população como um misto de conquista e desejo de uma vida longa, é apontado como um problema complexo que provoca consequências sociais profundas e impactos nos sistemas político, de saúde e econômico.

No entanto, a mensagem principal figura como positiva. O envelhecimento da população pode ser considerado uma oportunidade valiosa tanto para as pessoas como para os campos que atuam na solução de problemas sociais (OMS, 2015). Acreditamos que nestes novos tempos, embasados pela teoria de Leonardo Secchi, que defende a abordagem *multicêntrica*, o progresso no entendimento de formulação de políticas públicas reside na afirmação de que toda a sociedade de forma participativa e cocriadora possa ser responsável no processo de construção e solução para um problema público.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu *Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde*, publicado no ano de 2015, orienta, como resposta aos desafios frente ao envelhecimento da população, mudanças igualmente profundas e inovação na maneira de elaborar políticas e prestar serviços públicos para aqueles que estão acima dos 60 anos de idade (OMS, 2015). Delineado pela mesma linha de pensamento, o *International Longevity Centre (ILC-Brazil)* respeitável organização integrante da *Aliança Global de International Longevity Centres*, que promove debate e indica o tipo de política necessária para melhoria na área do envelhecimento, propôs para o *IV Fórum Internacional da Longevidade – Para um Design Amigável ao Idoso, a todas as idades* – realizado no Rio de Janeiro em 2016, o tema: “O papel do design e da tecnologia em uma

sociedade mais longaeva”. As discussões do Fórum implicaram em investigar um processo de design direcionado ao envelhecimento ativo da população e em possibilitar a discussão para um alinhamento das contribuições contínuas do design mais amigável ao idoso (ILC, 2016). No contexto acadêmico, o Laboratório Design, Memória e Emoção (LABMEMO) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tem inserido como objeto de seus estudos o tema envelhecimento. O LABMEMO se apresenta como um espaço de investigação, reflexão e atuação que se fundamenta na ideia de que o design é um processo intencional voltado para a materialização de soluções para problemas de toda ordem e capaz de criar formas de promover condutas socialmente responsáveis para o bem estar coletivo. Assim sendo, pode incluir e ter como foco a elaboração de políticas públicas ancorada no design e seus princípios, para propor mudanças que resultam em uma longevidade mais prazerosa e com qualidade.

Destarte, a possibilidade de inovar pelo design, campo de pesquisa e atuação ao qual me integro, bem como esta tese, indica ser um valor significativo quando consideramos que o envelhecimento vem exigindo meios para mudanças de atitudes, de políticas e de práticas em todos os níveis para o benefício da longevidade. Cabe ao design¹, inaugurar e delimitar técnicas, meios e processos de criação, nesse contexto, para modificar as situações insatisfatórias existentes em outras mais desejáveis² para se viver (SIMON, 1981).

O estímulo para a realização deste estudo parte dessa faceta do design que, pelo seu processo, podemos promover melhorias nas circunstâncias adversas da vida das pessoas. Esse propósito iniciou-se, ainda, quando aluna da graduação ao desenvolver como projeto de conclusão de curso a ambientação para um centro de convivência e lazer para idosos. Como pesquisadora, minhas produções correlatas

¹ Como veremos detalhadamente mais adiante, pesquisadores, professores e designers como Victor Papanek, Victor Margolini, Jorge Frascara, Richard Buchanan, Vera Damazio e Rita Couto nos apresentam o design em seu papel social para abordar problemas humanos em larga escala e contribuir para o bem-estar social, além de apontar a responsabilidade dos designers como agentes transformadores sociais que podem causar mudanças reais no mundo.

² Conforme definido no dicionário Houaiss, o termo desejável significa: o que se pode desejar; possível de ser desejado; 1) que pode ser objeto de aspiração do corpo ou do espírito; 2) capaz de suscitar instinto de posse; cobiçável; 3) que se deve desejar; necessário, importante, esperado; 4) que desperta desejo sensual. Nesse estudo, empregaremos o termo desejável no sentido de aspiração; aquilo que eleva a qualidade da vida cotidiana; estar em situação de um bem-estar social. E está relacionado ao termo *desejo*, ou seja, aquela situação em que se demanda estar.

às pesquisas científicas e às atividades de extensão tangenciam o campo do envelhecimento. A leitura, do livro “A reinvenção da velhice” da antropóloga Guita Grin Debert (1999), que finaliza sua obra sublimando que a velhice deve ser reinventada, de forma inovadora e criativa, a partir de novos projetos que conduzirão a experiência de ser velho, incitou a conexão com o design como processo de pensar e a atuar nas “invenções” para proporcionar uma vida mais prazerosa para o idoso. Sob a perspectiva afetiva, a convivência com idosos familiares me fez perceber que eles, na atualidade, têm experimentado o avanço da idade de uma maneira diferente de seus pais e avós, dada as contribuições das ciências que proporcionaram o aumento da expectativa e vida e o amparo aos seus direitos.

Diante dessas evidências, esta pesquisa lida diretamente com a problemática do envelhecimento que mediante o design e busca por proposições de políticas públicas em prol de uma longevidade com qualidade.

Como um panorama otimista, é notável, e de modo surpreendente, que a população do mundo e do Brasil está envelhecendo e vivendo cada vez mais. O envelhecimento e a longevidade da população brasileira podem ser atestados por dados demográficos, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A projeção populacional baseada nos censos demográficos de 2000 e de 2010, realizada pelo mesmo órgão, indica que a população com a faixa etária acima dos 60 anos ultrapassará os 62 milhões em 2020 e os 95 milhões em 2050 (IBGE, 2013).

O envelhecimento e longevidade são conquistas da população global. Esses dois fenômenos se inter-relacionam. O envelhecimento é um processo natural, ao mesmo tempo complexo, caracterizado pelo ato de tornar-se velho, envelhecer. A longevidade, por sua vez, é designação de uma vida mais longa, duradoura, acima da média da expectativa de vida (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2006), (ALVES, 2010).³ Logo, o envelhecimento ativo contribui para a longevidade com qualidade, pois, “Quanto mais longeva, mais envelhecida é a pessoa” (ALVES, 2010, não paginado). E, no Brasil, dado aos avanços

³ ALVES, José é articulista do EcoDebate, doutor em demografia e professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

científicos no campo da saúde e às inovações tecnológicas, é evidente o aumento progressivo da longevidade. A expectativa é o crescimento do número de pessoas vivendo acima dos 90 anos de idade que, conforme dados do IBGE (2013), a projeção da população de idosos para este ano, 2018, é em torno de 660 mil, e em 2050 será aproximadamente 3,5 milhões.

Mas, viver por mais tempo não é o suficiente. Como um panorama com perspectiva promissora, é importante que essa crescente parcela da população além de viver cada vez mais, tenha uma experiência de envelhecimento positiva e com qualidade. As recomendações da OMS (2005) determinam que, para que as pessoas idosas possam desfrutar de uma velhice com qualidade de vida, é relevante o investimento nas políticas relacionadas ao envelhecimento ativo.⁴ A perspectiva para esse envelhecimento que implica em transformações de atitudes, políticas e práticas em diversas dimensões para satisfazer as necessidades da população idosa é definida pela (OMS, 2005, p.13), tal como,

“Envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. [...] A palavra “ativo” refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho.”

As políticas nesse contexto fundamentam-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas com 60 anos e mais e seguem os princípios da participação, dignidade e autorrealização estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, (OMS, 2005). Assim sendo, o planejamento dessas políticas restringe o enfoque que considera a pessoa com 60 anos e mais como um ser passivo e apoia a vinculação de sua participação nos processos políticos e em outros aspectos da vida em comunidade.

Por esse viés e no caso do Design, cabe questionar de que modo ele, enquanto propósito para o bem-estar social, procede diante deste cenário? O que diferencia ou aproxima o processo do design do modo vigente de formulação de

⁴ O termo “envelhecimento ativo” foi adotado pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 90. Para Alexandre Kalache, o termo procura transmitir uma mensagem mais abrangente do que “envelhecimento saudável”, e reconhecer, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem (OMS, 2005). O Envelhecimento Ativo traz uma abordagem mais holística que captura dimensões fundamentais à vida como a saúde, o aprendizado contínuo, a participação social e a segurança (ILC, 2016).

política pública? Ressaltamos que ações de design no campo da política não são incipientes. Os diálogos, na esfera internacional, sobre a inserção do design no setor governamental, delinearão bons resultados. Nos debates sobre as políticas públicas de Design na União Europeia, realizado na cidade de Lisboa, em 2011, a atividade foi apresentada como cooperadora na elaboração de serviços públicos, para fortalecer a cidadania e as relações sociais atuando em equipes multidisciplinares, além da sua já atuação na economia via setor industrial e desenvolvimento econômico local. No mesmo ano, no Reino Unido, foi instituído o *Design Commission*, um órgão que realiza pesquisas com foco nas Políticas de Design – ou como o governo estabelece princípios para utilizar o design para alavancar o desenvolvimento social, econômico, industrial e regional (DESIGN COMMISSION, 2013). O *Design Commission* tem como áreas de investigação o sistema educacional, a potencialização dos serviços públicos e os sistemas digital e tecnológico. Essas ações, apoiadas no *Design Council*⁵ que serviu de matriz para os programas de política de design para o desenvolvimento industrial e econômico, desde a sua criação em 1944, contribuirão e aumentaram o diálogo em torno da política nacional de design no mundo (PATROCINIO; BOLTON, 2011). Esse envolvimento do governo do Reino Unido com o design, mais recentemente, resultou no *Policy Lab*, um laboratório de inovação que emprega técnicas e ferramentas de design participativo (cocriação) como um meio para formular e testar política em todo o governo (GOV.UK, 2016). A sua existência deve-se ao reconhecimento de que o governo precisa aprimorar a elaboração de políticas públicas. A partir dos projetos e processos do *Policy Lab*, os formuladores de políticas estão experimentando novas formas de *política aberta*.⁶

Já no Brasil, em 2013, a Universidade do Estado do Amapá promoveu um simpósio de design para discutir a inserção e contribuição do profissional no campo das políticas públicas do Amapá. Neste simpósio o foco do design

⁵ Fundada em 1944 para demonstrar o valor do design industrial na revitalização do pós-guerra na Grã-Bretanha, o *Design Council* é hoje uma instituição empreendedora que trabalha para melhorar a vida das pessoas por meio do uso de design (DESIGN COUNCIL, 2007; PATROCINIO; BOLTON, 2011).

⁶ As *políticas abertas* compreendem a conexão e a participação das pessoas afetadas ou não pelo problema em todas as fases de elaboração de políticas públicas (GOV.UK, 2016).

direcionou-se para instrumento indutor do desenvolvimento econômico e industrial na criação de políticas públicas ligadas à inovação tecnológica.

Em São Paulo, o design está se integrando em diferentes graus de envolvimento com o setor público⁷, podendo encontrar-se vinculado ao governo, trabalhar independentemente e, sobretudo, com parcerias (WeGov, 2016). Não há um modelo consolidado e o envolvimento se empreende no nível operacional, tático e, também, estratégico. Essas estruturas de governança tornaram-se evidentes nos laboratórios públicos de inovação – iGovSP, MobiLab; iNovaJusp⁸ – e nos objetivos que eles afirmam, ou seja, mudar a maneira como o governo funciona para a compreensão e tratamento de problemas assim qualificados (problemas complexos do setor público nas áreas de saúde, educação, mobilidade urbana, cultura e outras) e, do mesmo modo, oferecer ambientes adequados para as dinâmicas e novos processos de trabalho exigidos para esse tratamento (IGovLab, 2016). Logo, essa maneira exige um processo a ser projetado. E, é nesta lacuna que se encontra o design, pretendendo ser uma relação entre o mundo realista (sensível) e o político burocrático (duro) com proposições mais abarcantes e integradoras, tais quais deveriam ser as políticas públicas.

Em Belo Horizonte, terceiro município que possui a maior população de idosos, em Minas Gerais (IBGE, 2013), tem sido diferente. Inicialmente, o quadro não nos ressalta como um parecer favorável. O potencial criativo e transformador do design no setor público é pouco compreendido e não está fulgurante o quanto a atividade pode beneficiar o enfrentamento dos desafios sociais. O próprio termo e a abrangência da sua área de atuação são pouco conhecidos. O pouco tempo de atuação do design neste campo dificulta o impacto e avaliação de suas ações em longo prazo, razão pela qual podem ter diversas origens inclusive a ausência de regulamentação da profissão (PATROCÍNIO, 2016). Ainda assim, acreditamos que o enfrentamento dessas dificuldades seria no mínimo desafiante e compensaria o nosso esforço. Sem a tentativa, a intencionalidade e o resultado desta feita

⁷ Nesta tese adotaremos a expressão setor público para se referir à esfera estatal (setor governamental ou setor estatal) com a ideia de que os bens e serviços do Estado sirvam ao interesse comum, ao bem-estar coletivo ou ao bem público (Secchi, 2015).

⁸ O iGovSP, MobiLab; iNovaJusp são ambientes de rede de Inovação em Governo onde os funcionários do Governo de São Paulo podem compartilhar experiências voltadas para a melhoria da gestão pública e aprimoramento dos serviços prestados à população.

serão despercebidos, tornando mais difícil esclarecer e tornar público os benefícios que o design pode fornecer nesta abrangência.

Então, como o design pode colaborar no processo de formulação de políticas públicas com o foco no envelhecimento ativo? Para isso, refletimos sobre processo de design e o ato de elaborar políticas públicas no Brasil, dada a necessidade de mudanças paradigmáticas de elaboração das mesmas, para deixar de serem exclusividades do setor público e possam se tornar oportunidade de empenho e competências dos diversos setores da sociedade.

Em franco resumo...

Considerando o exposto; a afirmação de Damazio; Nogueira (2005, não paginado) de que o “Design é uma atividade de enorme alcance social que dispõe de instrumental para atender necessidades diversas da sociedade, das mais básicas às mais requintadas, das mais mecânicas às mais transcendentais.”; a noção de design de Simon (1981) que atua transformando situações desejáveis em outras preferidas; e a de Buchanan (1992) que o design é aquele que pensa/projeta, no âmbito da práxis, intelectual e sistêmico, e age concretizando sua ação ora em produtos tangíveis ou ora intangíveis; podemos pressupor que o design pode colaborar com meios para formular políticas públicas para a longevidade com qualidade.

Logo e finalmente, justifica estimular uma aproximação entre o design, políticas públicas e envelhecimento ativo. O objeto de estudo é o *modus faciendi* da formulação de políticas públicas pela óptica do design que é assumido como abordagem social e pelo seu viés processual. O local de estudo desta pesquisa é o Centro de Convivência da Terceira Idade – CAC-Barreiro elegido pela pesquisadora por conveniência.

Os objetivos da pesquisa

Diante da problemática, assumimos que esta investigação responderá ao seguinte objetivo: identificar como o processo do design pode contribuir como meio para a elaboração de políticas públicas para a população com mais 60 anos e mais com o foco no envelhecimento ativo. Para tanto, explorará os seguintes objetivos específicos:

- :: Investigar a noção que define o idoso no campo social;
- :: Examinar a noção de políticas públicas;
- :: Analisar as relações: design e políticas públicas;
- :: Identificar políticas públicas para a população com mais 60 anos que visam o envelhecimento ativo no âmbito do convívio social;
- :: Enunciar as possibilidades para participação do design na formulação de políticas públicas.

O percurso metodológico

Os objetivos foram respondidos em três momentos relacionados entre si, nos quais foram utilizados métodos e técnicas da pesquisa de natureza qualitativa e participativa e da pesquisa-ação somados ao método e às ferramentas do design participativo (cocriação).

No primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica aprofundada para compreensão do cenário no qual a pesquisa se insere – envelhecimento, políticas públicas e design.

No segundo momento, a pesquisa partiu de uma base exploratória e participante com ênfase na teoria e nas evidências. Realizei um levantamento das legislações pertinentes ao idoso em Minas Gerais e em Belo Horizonte e vivenciei um panorama circunstancial das políticas para o envelhecimento no contexto do setor público, com especial atenção ao processo de constituição de uma política pública.

No terceiro momento, com o intuito de averiguar a contribuição do processo de design para a formulação de políticas públicas, por meio de uma intervenção junto ao campo, realizei uma pesquisa-ação. O objetivo era engajar as pessoas em um processo de transformação do *status quo*, mediante a cooperação, parceria e a corresponsabilidade. Como método de design, optamos por aplicar o *Double Diamond Models* (duplo diamante) e as ferramentas utilizadas pelo *Policy Lab*, tendo em vista o número de projetos desenvolvidos (políticas ligadas ao combate ao crime, ao policiamento, à saúde, ao transporte público, à recolocação de desempregados, à habitação, ao trabalho e à assistência à infância),

demonstrando consistência e maturidade do conhecimento gerado no âmbito das políticas públicas.

Ressaltamos que muito longe de ser um processo linear, o percurso metodológico utilizado configurou-se como um sistema que se retroalimentava sempre que necessário, ainda que constituído de três momentos, Fig. 1.

	Primeiro Momento	Segundo Momento	Terceiro Momento
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> :: Investigar a noção que define o idoso no campo social :: Examinar a noção de políticas públicas :: Analisar as relações: design e políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> :: Identificar políticas públicas para a população com 60 anos e mais que visam o envelhecimento ativo no âmbito do convívio social 	<ul style="list-style-type: none"> :: Enunciar as possibilidades para participação do design na formulação de políticas públicas
Capítulo	<ul style="list-style-type: none"> 2 – Noção de idoso 3 – Políticas públicas: visão multicêntrica e enfoque no idoso, 4 - Design com o propósito em problemas social complexo e público. 	<ul style="list-style-type: none"> 5 - Políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais em Belo Horizonte 	<ul style="list-style-type: none"> 6 - Design e políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais – possibilidades no CAC-Barreiro
Questão Norteadora	Como o design pode colaborar no processo de formulação de políticas públicas com o foco no envelhecimento ativo?		
Pressuposto	Podemos pressupor que o design pode colaborar como meio para formular políticas públicas para a longevidade com qualidade.		

FIGURA 1: Síntese da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

A estrutura da tese

A tese foi estruturada em sete capítulos.

O primeiro trata desta apresentação. Neste capítulo informamos o contexto do estudo com dados e conceitos relacionados ao envelhecimento populacional, aponta-se fundamentos correlatos aos campos que esta pesquisa está inserida – políticas públicas, design e envelhecimento saudável – a relevância e a problemática de pesquisa; os objetivos desta investigação; como será o caminho percorrido para consecução dos objetivos e a estrutura proposta (em cada capítulo será apresentado o seu conteúdo, métodos utilizados, bem como os interlocutores). O conteúdo deste capítulo está amparado por levantamento

bibliográfico – revisão de literatura em bases científicas teóricas e dados estatísticos.

No segundo capítulo, *Noção de idoso*, que se sustenta pela revisão de literatura, abordamos a noção de idoso no campo social, os rumos que esta noção tomou, conduzida por determinados campos do saber – saúde e direito – bem como apontamentos e dados referentes ao envelhecimento ativo. Para tanto, fundamentamos nas bases filosóficas e sociológicas da teoria do campo, principalmente por meio dos escritos de Pierre Bourdieu, que ajudaram a analisar os valores tidos como naturalizados. Apontamos uma visão de representação de idoso que se instaurou na sociedade ocidental ao longo da história. Trouxemos como principais interlocutores os autores da sociologia e da antropologia – Simone Beauvoir, Guita Debert e Mirian Goldenberg – que discutem a velhice como uma representação socialmente construída, bem como ressaltam a importância da sua singularidade.

No terceiro capítulo, *Políticas públicas: visão multicêntrica e enfoque no idoso*, tratamos sobre o conceito de política pública a partir de duas visões a *estatista* e a *multicêntrica*. Nesta tese, adotamos para a nossa análise a abordagem *multicêntrica* e designamos o Ph.D em estudos políticos, Leonardo Secchi, como interlocutor principal desse diálogo, por apontar para uma visão de elaboração de política pública participativa e conectada com demandas reais da sociedade. Em uma relação dialética, serão interlocutores da abordagem *estatista* – Michael Howlett; M. Ramesh; Anthony Perl – e complementar o aporte teórico a autora, Celina Souza, que, também, compreende a acepção de políticas públicas como campo multidisciplinar de conhecimento. Abordamos, também, as legislações pertinentes ao idoso na esfera federal.

No quarto capítulo, *Design com o propósito em problemas social complexo e público*, apresentamos a conjunção das referências – design, políticas públicas e envelhecimento ativo. Apresentamos considerações sobre a expansão do campo do design como meio para a solução de problema social complexo. Os interlocutores são Victor Papanek, Victor Margolin, Herbert Simon, Jorge Frascara, Rafael Cardoso, Horst Rittel e Melvin Webber por argumentarem ser o design um meio importante para solucionar problemas sociais complexos e Vera Damazio e Rita Couto que têm discutido as contribuições do design participativo

(codesign) com o propósito social. Destacamos a aplicação do design no processo de formulação de políticas públicas, pelo *Policy Lab*, por meio de abordagens colaborativas – conjunto de instrumentos e técnicas que constitui o método de design participativo (cocriação) e algumas iniciativas em prol do envelhecimento ativo desenvolvidas no contexto internacional, resultantes de pesquisa aplicada de pesquisadores, tais como, Ézio Manzini, Christian Bason e Hilary Cottam.

No Capítulo cinco, *Políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais em Belo Horizonte*, apresentamos uma compilação das iniciativas delineadas nas esferas públicas estaduais e municipais com o foco no idoso, expondo as políticas públicas vigentes com destaque para algumas ações implantadas. Descrevemos o contexto da implantação dos Centros de Convivência e a importância desses na vida dos idosos. Utilizamos para o diálogo Maria Martha Moura, Renato Veras (2017) que refletem sobre o objetivo desses centros – estimular a convivência e fortalecimento de vínculos sociais. Consultamos sítios oficiais do governo, estatísticos e jurídicos e por meio de pesquisa de campo, realizamos observação durante as reuniões do conselho, participação na conferência municipal do idoso e diálogos com gestores.

No sexto capítulo *Design e políticas públicas para pessoas com 60 anos e mais – possibilidades no CAC-Barreiro*, descrevemos sobre a contextualização e a caracterização do campo desta pesquisa, assim como seus métodos, resultados e reflexões. Serão explorados o que a atividade do design pode oferecer ao processo de formulação de políticas, seus benefícios e suas limitações. Apresentamos o contexto e a trajetória do Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC-Barreiro) e o perfil dos frequentadores. Discutimos o processo de aplicação dos instrumentos e técnicas de pesquisa em cada fase e descrevemos, a partir das atividades realizadas, possibilidades do design como meio para a elaboração de políticas públicas.

Na *Conclusão*, apresentamos as considerações finais da pesquisa e comentários adicionais sobre um design que possa contribuir para a viabilização de políticas públicas.

Conceitos relevantes

TERMO	CONCEITO
Política de Design	Política de design é conjunto de princípios instituídos pelo governo para aplicar design como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento social, econômico, industrial, e regional (Patrocínio, 2013, p. 13)
Política Pública – abordagem pelo design	A formulação de Política pública, sob a ótica do design, é um processo pelo qual se compartilha um conjunto de meios, princípios e habilidades necessários (os autores atribuem a Simon o trecho a seguir) para transformar as condições existentes em condições desejadas (Maffei <i>et al.</i> , 2013, p.4). E é a partir desta definição e da visão <i>multicêntrica</i> de políticas públicas que construiremos esta tese.
Sentimento	<p>São como reproduções instantâneas de nosso estado corporal. (DAMÁSIO, 2004, não paginado).</p> <p>Os sentimentos, por sua vez, surgem quando tomamos consciência das ‘emoções’ corporais, no momento em que estas são transferidas para certas zonas do cérebro onde são codificadas sob a forma de uma atividade neuronal. (DAMÁSIO, 2004, não paginado).</p> <p>O sentimento é o processo de perceber a si mesmo; é tomar consciência das funções e alterações corporais, ou seja, de sentir a emoção. Nesta tese, o termo sentimento será tratado como a expressão de uma percepção.</p>
Necessidade e Desejo	<p>Ao promover um diálogo, no campo do design, sobre os termos <i>desejo</i> e <i>necessidade</i>, entre os autores Victor Papanek, Donald Norman e o professor Ripper (professor do Departamento de Arte e Design da PUC-Rio), Bianco (2007, p. 38) aponta a necessidade “como algo essencial para a realização de uma dada atividade e viabiliza uma operação funcional” e o desejo como “aquilo que nos faz parecer adequado, algo determinado pela cultura e ‘construído socialmente’.” A autora, também, menciona a explicação do professor Ripper ao ser questionado sobre a distinção entre <i>desejo</i> e <i>necessidade</i>. Ripper esclarece “que o desejo e a necessidade de uma pessoa não são coisas distintas” e para designar tanto necessidade quanto desejo ele utiliza o termo demanda, pois, para Ripper “demanda é uma coisa inquestionável.” (BIANCO, 2007, p. 36). Assim, nesta tese, os termos <i>desejo</i> e <i>necessidade</i> do idoso serão tratados como sinônimos de demandas e como tal, “inquestionáveis”.</p>

Social

Social significa tudo que repercute de forma direta na sociedade. Sem dúvida, o tecido *social* é muito complexo, uma vez que está formado por indivíduos diferentes entre si. O ser humano é único e necessita de momentos de privacidade, mas também é *social* por relacionar-se com os outros (DEWEY, 1927, p. 8).⁹

Por outro lado, o social envolve aquilo que se trata de uma empresa ou de uma sociedade, como também aos sócios, parceiros, afiliados, confederados ou com eles relacionados.

Em outro de seus usos, a palavra social esclarece os problemas da sociedade ou que está interessado neles (DEWEY, 1927, p.8).

Nesta tese, o termo social será tratado tanto no sentido de relação com o outro quanto para referir aos problemas da sociedade.

Importante ressaltar que por ser este um estudo qualitativo que fez uso de técnicas de coletas de dados que envolvem seres humanos, a realização da pesquisa de campo ocorreu a partir da Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa seguindo os preceitos da Resolução CNS 510/16. Apontamos que foram respeitados os princípios do sigilo referente às informações recebidas.

⁹ Este texto foi discutido em sala durante a disciplina - Sociologia dos problemas públicos - cursada pela pesquisadora no programa de pós graduação em sociologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. DEWEY, J. **O público e seus problemas** (1927). Cf. Hickman, Larry A. & Alexander, Thomas. The Essential Dewey, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998: pp. 281-292. A menção, contida no livro acima, à obra de Dewey [LW 2: 238-258] se refere ao volume e às páginas da Later Works: 1925-1953 in Boydston, Jo Ann (ed.). The Collected Works of John Dewey, 1882-1953. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1969-1991.

2

Noção de idoso

São muitas as incertezas e imprecisões sobre o que é ser idoso. Podemos explorar os contornos da noção de idoso segundo a sequência das faixas de idade e a representação da velhice tal como é tecida na sociedade contemporânea, entre outras perspectivas. Entretanto, não é uma questão simples de ser definida. Tal questão se embaraça quando lembramos que as ideias em torno do que é ser idoso, ser velho e da velhice se modificam e, tal como assinala Joel Birman (1995), não são concepções absolutas e sim interpretações que são construídas no percurso da existência e que se inserem ativamente na dinâmica dos valores e das culturas que se proferem nas sociedades.

O ciclo da existência humana em faixas etárias bem delineadas foi fundado biologicamente, no campo da saúde, em uma sequência empírica, classificando os indivíduos em categorias (BIRMAN, 1995). Considerando essa conjuntura, o mesmo autor afirma que a categoria *idoso* é a que mais se aproxima do momento da decadência da existência humana, conseqüentemente, ser idoso é estar mais próximo da morte.

A tradição do ocidente teceu, e ainda tece, diferentes ideações de idoso. Assim, a noção de idoso, nos diversos campos do saber, apresenta-se como *positividades* arbitrárias das quais devemos nos aproximar com determinada cautela, pois, como indica Birman (1995), tais representações são historicamente marcadas e nos indicam que a delimitação destas *positividades* é construída pela delimitação de conceitos. Com efeito, a cristalização desses conceitos se consolida em determinado campo de valores historicamente construídos. Logo a definição do que vem a ser “idoso” pode ser entendida como um juízo de valor. Esses valores que referendam esse juízo dependem de características específicas das

diz respeito a um indivíduo isolado, mas à sociedade. A representação de identidade genérica do velho, pelo fato de ser geral, para Elisabeth Mercadante (2004), torna-se abstrata. A mesma autora acrescenta que velho é o que todos entendem como ser declinante biologicamente e socialmente uma categoria próxima da fase do fim da vida. Em outras palavras, as características atribuídas ao velho, base para a construção da sua identidade e representação social, são, predominantemente, carregadas de aspectos negativos. Não obstante, a autora assinala que existem diversos velhos e diferentes possibilidades de viver a velhice: “A velhice não é uma situação homogênea e os velhos não são iguais” (MERCADANTE, 2004, p.198).

A partir do exposto, cabe problematizar: Como se configura a noção de idoso? A idade faz o idoso? Como saber quando somos velhos? Velhos são todos que tem vida longa? Como uma maneira de responder a essas questões, a qual consideramos a mais prudente, propomos, nesse capítulo, abordar a noção de idoso, a partir das bases filosóficas e sociológicas da teoria do campo descrita por Pierre Bourdieu. A teoria fundamentará a análise dos valores tidos como naturalizados, pois é pela incorporação e internalização de uma identidade simbolicamente construída que submergimos a referência social desta construção, o que nos faz compreendê-la como natural. À luz dessa teoria, iremos inferir se o campo do conhecimento, da saúde propriamente dito, e o campo da política, são *instâncias socializadoras* que coexistem numa intensa relação de interdependência e que configuram, em tempos atuais, uma forma permanente e dinâmica de relação entre o idoso e a sociedade.

Como se tratam de construções sociais é preciso lembrar que sua produção se dá em determinado contexto social e mesmo que tenha sido enunciada em particular, são expressões daquilo que foi consagrado arbitrariamente e ao longo do tempo por seu grupo social (campo). Logo, convidamos autores da sociologia e da antropologia – Simone Beauvoir, Guita Debert e Mirian Goldenberg – que discutem a velhice como uma representação socialmente construída. Somado a isso, buscamos contribuições relacionadas ao campo da saúde e do direito, mais especificamente dos aspectos legais correlatos às políticas públicas, que abordam e levantam questões sobre os rumos que a noção de idoso tomou.

2.1

Teoria do Campo - Pierre Bourdieu

A teoria do campo de Bourdieu não se postula como uma teoria para definir a noção de idoso, mas lança o arcabouço necessário para compreender a dinâmica intra e extra campo social de uma *produção cultural*. Acreditamos que por ser a noção de idoso constituída por uma *produção cultural* que vigora por meio de práticas sociais dentro de um campo, essa teoria pode ser identificada com aparato sociológico, o qual desvenda as estratégias internas do campo ocultas de superioridade. Assim, é tarefa desse aparato teórico/empírico sociológico elucidar as estratégias das instâncias de produção de sentido da noção de idoso, uma vez que em muitos casos, o reconhecimento transpõe o conhecimento (BOURDIEU, 2004).

Entre os conceitos fundamentados por Bourdieu (2004), o conceito de campo é considerado um dos mais relevantes. É definido pelo autor como um espaço social estruturado constituído por hierarquia e diretrizes reguladoras particulares, no qual trocas e lutas econômicas, políticas, sociais e, sobretudo, simbólicas, sobrevêm. O campo, de acordo com Telles *et al* (2014), se revela na pluralidade dos casos, abstrato, ainda que possui as características, estrutura e identidade que o definem enquanto campo e tem fronteiras delimitadas pelas práticas que ocorrem em seu núcleo e periferia.

O desempenho do campo, a estrutura da sua produção, a lógica de suas transformações e sucessões são o que o caracteriza. Um campo é definido pelo contexto e ao mesmo tempo define o contexto. Esse universo é um espaço social como os outros, não obstante, é regido por princípios/regras sociais mais ou menos peculiares. Por isso, a noção de campo tenta definir esse espaço relativamente autônomo, esse *microcosmo* dotado de regras próprias. É no interior dos limites de um campo e dentro do contexto, como afirma Bourdieu (2009), que se têm as *instâncias de consagração* do que nele é planejado e construído. São a partir das instâncias de consagração, cuja função é realizar as transformações das relações arbitrárias em relações legítimas de fato, que se tem a função da validação das ações humanas no campo em que ocorrem, submetidas ao contexto

histórico, econômico, social e político, validando um visão de mundo e categorias de pensamento (TELLES, 2008).

O aparecimento de um campo é reflexo de diversos fatores – políticos, econômicos, culturais – que extrapolam os limites e efeitos de um campo vigente e que convergem para uma determinada situação que dinamiza um novo campo particular e suas práticas sociais. Ao se pesquisar um novo campo, descobrem-se instâncias específicas próprias a um campo característico. Como consequência, se avança no conhecimento dos mecanismos dos campos que se explicitam, em função de variáveis que podem representar as influências externas que desencadeiam o processo de construção de um novo campo. Nesse sentido, compreender as especialidades de outros campos, em específico aqueles que correlacionam com o objeto do estudo, possibilita a solicitude de particularidades do campo que desejamos estudar (TELLES *et al*, 2014).

No campo do envelhecimento, tomamos como exemplo a gerontologia¹⁰ que surgiu como um campo interdisciplinar de estudos e de pesquisas, cuja legitimidade dá um novo interesse a geriatria, campo da medicina voltado para a velhice. A gerontologia serviu de base para o desenvolvimento de políticas sociais voltadas para o idoso, Salgado (1980) e, conseqüentemente, favoreceu para determinar a noção de campo social do idoso tal qual como se apresenta.

2.2

Construção do campo social do idoso

Em uma breve retomada, voltamos à Antiguidade para entender o sentido dado à construção do campo social do idoso, ou seja, como os filósofos idealizavam o processo de envelhecimento e como isso foi e, ainda, perpetua como reflexo em nossa sociedade do século XXI. Em parte de sua obra, “A Velhice”, Simone de Beauvoir (1990) descreve o tratamento que os povos, na Antiguidade, davam aos idosos. A autora relata que o primeiro texto se referindo à velhice foi escrito no

¹⁰ Gerontologia é o estudo do processo de envelhecimento, com embasamento “nos conhecimentos oriundos das ciências biológicas, psico-comportamentais e sociais [...] a Geriatria visa o tratamento das doenças no envelhecimento (SALGADO, 1980, p. 23)”.

ano 2.500 a.C., no Egito pelo filósofo e poeta, Ptah-Hotep. Nele, Ptah-Hotep descreve como se reconhecia um idoso e investe somente atributos negativos à velhice como fragilidade, angústia, desgosto, etapa inevitável de decadência, declinação e antecessora da morte.

Quão penoso é o fim do ancião! Vai dia a dia enfraquecendo: a visão baixa, seus ouvidos se tornam surdos, o nariz se obstruí e nada mais pode cheirar, a boca se torna silenciosa e já não fala. Suas faculdades intelectuais se reduzem e torna-se impossível recordar o que foi ontem. Doem-lhe todos os ossos. A ocupação a que outrora se entregara com prazer, só a realiza agora com dificuldade e desaparece o sentido do gosto. A velhice é a pior desgraça que pode acontecer a um homem (Beauvoir, 1990, p.114).

Beauvoir nos instrui que na Grécia, no período da antiguidade, o pensamento acerca da velhice tinha perspectivas divergentes entre os filósofos. Sócrates receava ser velho e pagar os tributos que surgiam com a velhice – ser cego, ser surdo, ter dificuldades de aprendizagem e falha de memória. Para ele, a velhice devia ser bem planejada ao longo da vida, com a ideia de que o velho é o responsável pela sua boa condição. Consideramos cabível mencionar aqui, o diálogo entre Sócrates e Céfalo, a propósito da velhice, exposto por Beauvoir (1990, p. 135):

Céfalo convidou Sócrates para visitá-lo, desculpando-se por não ir procurá-lo, pelo fato de estar velho e ser difícil sair de casa. Queria conversar com o amigo, pois para Céfalo, quanto mais amortecidos ficam os prazeres do corpo, mais crescem o deleite e o prazer da conversação. Sócrates aceitou o convite, respondendo que lhe agrada muito conversar com pessoas de mais idade, que já tinham percorrido um caminho que ele teria que percorrer. Assim, deu-se o início da conversa, quando Sócrates perguntou a Céfalo, como ele, já velho, sentia-se ao atingir a fase que os poetas chamavam de o limiar da velhice. Céfalo respondeu que muito bem, pois a triste cantinela, evocada por muitos, responsabilizando a velhice por todos os males, para ele era decorrente da própria vida e não da idade avançada.

Com efeito, em a *República*, Platão (427-347 a.C.), assinala passagens onde Sócrates faz referências à velhice e assegura que para os seres humanos sensatos e bem estabelecidos, a velhice não constitui uma mortificação. Quando da morte de Sócrates, Platão por meio da juventude de Fédon, seu discípulo, demonstra que existe uma vontade de viver, uma necessidade invariável, mesmo para aqueles a beira da morte, seria preferível à vida. Platão afirmava que a velhice faz surgir nos seres humanos um desmedido sentimento de serenidade e de

libertação. E, já aos 80 anos, ele enfatizou as obrigações dos filhos para com os pais velhos, salientando que nada é mais virtuoso que pais e avós cheios de idade (BEAUVOIR, 1990). É importante considerar que as falas da Antiguidade Clássica sobre a velhice estão referidas ao contexto da ética e a estética da existência que marcam a filosofia e o pensamento grego dessa época. Os valores clássicos ressaltavam a valorização da juventude do corpo que era cultuada com intensidade.

A visão de Aristóteles acerca da velhice era bem distante do pensamento de Platão. De acordo com Aristóteles,

é preciso que o corpo permaneça intacto para que a velhice seja feliz; uma bela velhice é aquela que tem a lentidão da idade, mas sem deficiências, ela depende ao mesmo tempo das vantagens corporais que se poderia ter, e também do acaso (BEAUVOIR, 1990, p. 58).

Aristóteles via os anciãos como desconfiados, pessimistas, instáveis, deprimidos, individualistas, e ainda, considerava-os enigmáticos, vagarosos e de caráter e conduta duvidosos. O filósofo expunha, também, que os velhos só imaginavam o mal, eram cheios de desconfiança, carentes de generosidade, vivendo mais de saudosismos do que de esperanças e rejeitando a opinião alheia. Aristóteles considerava que o ser humano progredia somente até os 50 anos, portanto, ele percebia os anciões como pessoas diminuídas, que não faziam jus a confiança e por isso careciam ser afugentadas do poder, não devendo exercer cargos de autoridade política (BEAUVOIR, 1990).

Já na sociedade Romana, por direito, era conferido autoridade de *pater família*¹¹ aos anciãos. E, no senado, os anciões recebiam cargos importantes como *patrícios* para exercício da República. De acordo com Beauvoir (1990), a noção da velhice foi defendida por Cícero, em sua obra *De Senectude*, que reconhecia que, nessa situação da vida, os prazeres corporais iam sendo supridos pelos intelectuais, por isso, era necessário prestigiar os idosos e, ainda, conceder-lhes um preparativo psicológico para a morte. Cícero defendia que a "arte de envelhecer" é descobrir o prazer em todas as idades, pois todas têm as suas virtudes. Bastou a queda do Império Romano para que os anciões fossem perdendo seu lugar de destaque na sociedade.

¹¹Autoridade sem limites, por direito, que os anciões exerciam sobre todos os seus familiares.

A autora faz observar que em linhas gerais, os pensadores do Cristianismo mantiveram uma percepção perene de negação à velhice. Em seus escritos, Santo Agostinho, considerava a velhice igual ao pecado, ambos conduziram à morte. Por volta do século VI, com a concepção *moderna* de isolamento dos velhos em retiros, o homem, por temor a essa concepção, passou a buscar os meios de escapar da velhice, ora pela fantasia – porções mágicas e bruxaria –, ora pela ciência – tratamento pela medicina – (BEAUVOIR, 1990).

Nos períodos do Renascimento e do Barroco persistiu a ideia da inevitável decrepitude e do caráter melancólico da velhice. Na transição do século XVIII para o XIX a ideia do que era ser velho prevaleceu como imagem negativa, alterando-se pouco nas diversas sociedades ocidentais (BEAUVOIR, 1990).

Com o processo de industrialização, o estabelecimento da lógica econômica de mercado capitalista e do modo de produção industrial, o velho passa a ocupar um lugar ainda mais marginalizado na existência humana, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, perde o valor econômico e “perde também o seu valor social” (BIRMAN, 1995, p.33).

Na 1ª Assembleia Mundial sobre Envelhecimento realizada, em Viena, no ano 1982, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu a noção de idoso, pelo ponto de vista cronológico, conforme o nível socioeconômico de cada nação. Em países em desenvolvimento, é considerado idoso aquele que tem 60 ou mais anos de idade. Nos países desenvolvidos, a idade se estende para 65 anos (WHO, 2002). Essa diferença está relacionada com a maior expectativa de vida nos países desenvolvidos, devido ao maior acesso da população a serviços de saúde, educação e, por conseguinte a melhores condições de vida.

Mais recentemente, iniciou-se uma transformação nos termos de tratamento às pessoas envelhecidas. Termos considerados pejorativos, como por exemplo, “velho”, “velhote”, foram suprimidos dos textos de documentos oficiais, de cunho governamental, bem como, de estudos sobre a velhice. Passou-se a fazer referência à pessoa velha com o termo “idoso” (PEIXOTO, 2006). A introdução da definição de idoso, para a mesma autora, foi bastante criticada por alguns especialistas do tema, para quem o termo, embora seja mais respeitoso, possui caráter generalizante e homogeneíza todas as pessoas de mais idade. Outros analistas mostram o contorno impreciso do termo, como observa Peixoto (2006, p.

73) considerando que “idoso é uma noção *floue*¹², uma vez que abarca realidades diversas”.

Retomando ao exemplo dado na seção anterior, somente ao fim do século XX, no Brasil, a geriatria e a gerontologia vão se firmar como saberes específicos (campos) sobre o processo de envelhecimento na tentativa de instituir uma visão abrangente e sistêmica sobre o indivíduo que envelhece. A geriatria¹³ é uma expressão que foi introduzida em 1909 pelo médico Nascher, que, inicialmente, se referia a “estudo clínico da velhice”. Para a OMS, essa é uma área de estudo, um setor da medicina que se ocupa da saúde das pessoas de idade avançada, nos aspectos preventivo, clínico, terapêutico e de reabilitação e vigilância contínua. De fato, é um área de estudo relevante considerando que algumas modificações morfofisiológicas (perda de 10 a 0% na força muscular, diminuição no número e no tamanho dos neurônios, diminuição da densidade óssea, entre outras) que ocorrem no indivíduo durante o processo de envelhecimento limitam a sua autonomia, e conseqüentemente a independência (OMS, 2006). A gerontologia,¹⁴ por sua vez, que investiga as experiências de velhice e envelhecimento nos contextos socioculturais e históricos, se caracterizaria como um campo multi e interdisciplinar que abrange a medicina, a sociologia, o direito, a antropologia, a psicologia, o serviço social, a nutrição, a terapia ocupacional, a enfermagem entre outras áreas e visa o estudo de determinantes genético-biológicos, psicológicos, terapêuticos e socioculturais.

Mesmo após o fortalecimento da gerontologia como campo de transformação da velhice em uma especialidade científica, os discursos sustentaram-se no campo da medicina, que tratava da velhice como desgaste fisiológico e mantinha o foco na doença (DEBERT, 2003).

A legitimidade dos conhecimentos científicos da área da medicina deu a tônica para construção da concepção de idoso veiculado no discurso político, de caráter social e assistencial, que foi constituído pelo Estado Brasileiro a partir da Política Nacional do Idoso (PNI) promulgada pela Lei nº 8.842 (BRASIL, 1994) e do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). O estatuto do idoso traz com recorrência o

¹² Termo francês que quer dizer indeciso, não esclarecido.

¹³ Ver SALGADO (1980). Idem 4.

¹⁴ Ver SALGADO (1980). Idem 9.

estigma de um sujeito idoso que precisa ser amparado de toda a forma e que é doente, frágil, antissocial e dependente.

Para Rozendo; Justo (2011) é considerável como o PNI e o Estatuto do idoso, enquanto instrumentos jurídicos, refletem um significado de verdades, de obediência e de direito e deveres inquestionáveis. A extensão desses instrumentos, envolvendo diversos aspectos da vida do idoso, contíguo ao poder de lei estatutária baseada na Constituição Federal, os torna dispositivos cruciais de configuração da velhice na atualidade. Os mesmos autores acrescentam, ainda, que a linguagem jurídica é produtora de relevantes efeitos de sentido e de determinação. A ação de definir um segmento da sociedade e lhe assegurar direitos básicos por meio de conjunto de leis se converte numa poderosa instância de diferenciação que no lugar de favorecer - como ilustra a PNI e o Estatuto dos idosos - acaba prejudicando um grupo de cidadãos que vive uma dada realidade, na medida em que colabora para a disseminação de características e qualidades estereotipadas do “segmento favorecido” no imaginário social. Para Rozendo e Justo (2011, p. 49) o idoso é claramente compreendido como uma categoria específica “mediante classificações, ordenações e separações que diferenciam os idosos dos demais estratos sociais.”

Em outras palavras, o discurso legal regula direitos, formas de tratamentos, políticas públicas, serviços, instituições e outras especificidades relacionadas ao envelhecimento, com efeito, traz consigo um conjunto de simbologias, imagens, ideais e valores, assim como noções, concepções, representações, tratamentos e afetos dirigidos aos mais velhos. Sendo assim, a legislação do idoso extrapola o campo de garantias de direitos e políticas públicas, influenciando também na forma da sociedade agir e pensar sobre a velhice e o envelhecimento.

Como ressalta Bourdieu (2009, p.59), a manipulação das categorias de idade abrange uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida. O mesmo autor assinala que as representações, por se apoiarem em um sistema simbólico e de valores de um determinado grupo, trazem consigo a classificação dos sujeitos, classificação essa entendida como uma “[...] operação que consiste em hierarquizar as coisas do mundo sensível em grupos cuja delimitação apresenta um caráter arbitrário”.

Assim, dentre outros fenômenos, surge a representação da noção de *terceira idade*, termo adotado para minimizar a “sobrecarga” de ser nomeado de idoso (DEBERT, 2003). Ao mesmo tempo, o termo cria uma concepção sobre essa fase da vida que sugere ao idoso a velhice como uma questão de responsabilidade e competência pessoal. Para a mesma autora, a velhice, sob a perspectiva da terceira idade, deve ser autogerida obedecendo aos ensinamentos de prevenção e cuidados relativos ao envelhecimento. À disposição desse segmento é colocada uma gama de produtos e serviços para consumo, tais como: clínicas e academias com tratamento de rejuvenescimento, dietas, medicamentos, cosméticos, cirurgias plásticas prometem, não só adiar o envelhecimento, como, também, denominado pela a autora como a *eternização* da juventude. Com efeito, ser velho recai na ênfase da responsabilidade individual, como discorria o filósofo Sócrates. É o que Debert (2003) apropriadamente chamou de *reprivatização* da velhice, uma vez que, depende do nosso autocontrole ficar ou não velho. Nesse contexto, é notório o surgimento de um mercado exclusivo para o público idoso, influenciado pelo campo econômico, que acaba por englobar intenções de outros campos. Inclusive, Bourdieu (2004) afirma que o campo econômico tem, em especial, o poder de incidir sobre outros campos, principalmente, devido aos preceitos capitalistas.

Essa conceituação produzida nessa representação onde só é velho quem quer, incide no campo social, pois, tem o poder de desencadear angústias que podem levar o indivíduo a se culpar por sua velhice. A referência dominante é o modelo da juventude que ganha publicidade e se transforma, não apenas, em um mercado altamente lucrativo de consumo como, também, constitui a prevenção à velhice numa necessidade humana fundamental.

O filósofo Norberto Bobbio (1997), aos 87 anos, enriquece a discussão sobre a construção do campo social do idoso quando elucubra sobre o processo da sua velhice, as suas próprias transformações decorrentes das vivências, experiências e seus determinantes idiossincráticos somados a influência de outros agentes circunstanciais externos. Bobbio assume que a definição de idoso não diz respeito a um sujeito isolado e, sim, com a sociedade e com o todo.

[...] vocês sabem muito bem que, ao lado da velhice censitária ou cronológica e da velhice burocrática, existe também a velhice psicológica ou subjetiva. Biologicamente, considero que minha

velhice começou no limiar dos oitenta anos. No entanto, psicologicamente, sempre me considerei um pouco velho, mesmo quando jovem. Fui velho quando era jovem, e quando velho ainda me considerava jovem até há poucos anos. Agora penso mesmo ser um velho-velho. Exercem importância determinante sobre estes estados de ânimo também as circunstâncias históricas, aquilo que acontece à nossa volta, tanto na vida privada (por exemplo a morte de uma pessoa querida), quanto na vida pública. Não escondo que nos anos de contestação, quando surgiu uma geração rebelde aos pais, senti-me de súbito envelhecido (eu já completara sessenta anos) (p.18).

Por outro lado e em visão mais otimista da noção de idoso, a antropóloga Mirian Goldenberg (2013), inicia sua obra *A bela velhice*, apresentando vários exemplos de pessoas conhecidas no Brasil, da geração que ela denomina de “belos velhos”: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ney Matogrosso, Chico Buarque, Marieta Severo, Rita Lee, Glória Maria, entre outros, não conhecidos nacionalmente. A autora aposta que não consegue enxergar neles o retrato negativo da velhice, que, embora, estejam próximo aos 70 anos, se permitem viver, em todos os sentidos. Os belos velhos podem ser considerados pioneiros no desbravamento de um panorama novo e em ebulição e estão redefinindo a configuração criada para representar aqueles que vivenciam o avanço da idade. Eles são integrantes de uma nova geração de velhos que em vez de momentos de perda, vivenciam a velhice como meio de novas experiências que buscam o bem viver. Muito provavelmente, como sinaliza Goldenberg (2013, p.11), eles “não aceitaram o imperativo ‘seja um velho’ ou qualquer outro rótulo que sempre contestaram.” Eles pertencem a um período histórico que transformou comportamentos e valores de homens e mulheres, tornando-os mais livres e diversos para viver um modo bastante diferente de seus pais e avós (GOLDENBERG, 2013).

Parte da diversidade desse segmento vem da extensão da vida que este experimenta e cuja perspectiva é de continuar se ampliando. Com a esperança de vida que aumenta, o idoso com 60 anos pode ser considerado idoso jovem. Cada vez mais pessoas conseguem atingir os 70, 80 e até mais de 90 anos de forma saudável e ativa, aspectos que conferem à população idosa o caráter mais heterogêneo. O que sobressai nesse sistema, é que o prolongamento de vida das pessoas envelhecidas provoca um alargamento da faixa de idade e, assim, a criação de novas denominações.

As diferenças entre os idosos têm sido destacadas por termos distinguindo-os em três grupos de pessoas mais velhas: os *idosos jovens*, os *idosos velhos* e os *idosos mais velhos* (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2006); (SCHNEIDER; IRIGARAY 2008). O termo *idosos jovens*, Papalia, Olds, Feldman (2006); se refere a pessoas de 60 a 74 anos, que podem ser consideradas ativas e vigorosas. Os *idosos velhos*, de 75 a 84 anos, são aqueles que já demonstram algumas limitações decorrentes da idade e os *idosos mais velhos*, de 85 anos e mais, compreendem aqueles que têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade para desempenhar algumas atividades da vida diária (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2006); (SCHNEIDER; IRIGARAY 2008). Embora essa categorização tenha se tornado usual, Papalia, Olds, Feldman (2006) contrapõem argumentando que cada vez mais as pesquisas revelam que o processo de envelhecimento é uma experiência heterogênea, vivida como uma experiência individual. Algumas pessoas, aos 60 anos, já apresentam alguma incapacidade; outras estão cheias de vida e energia aos 85 anos.

No entanto, qualquer que seja a idade definida dentro de contextos diferentes, é importante reconhecer que a idade cronológica não é um delimitador preciso para as mudanças que acompanham o campo social do idoso. Existem variações significativas relacionadas ao estado de saúde, participação social, nível cultural e grau de independência entre pessoas velhas que possuem a mesma idade.

Ao analisar a transformação do ser humano num objeto a partir da dialética em Sartre, Jacques Leenhardt¹⁵ afirma que “a tradução do sujeito como objeto se dá através da objetivação do olhar do outro”. Leenhardt, ainda, assegura que é um contratempo conhecermos o outro como objeto, pois, nessa medida “conhecemos como a nossa pura projeção e não conhecemos em sua autenticidade”.¹⁶ É nessa circunstância, em que a construção sempre se dá no plano da hegemonia, que o velho torna-se objeto de intervenção de saberes

¹⁵ Nota de aula (Conferência). Jacques Leenhardt. Filósofo e crítico, diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris-França). **Reler os anos 60-70:** entre estruturalismo e pós-estruturalismo – uma reviravolta na cultura e na arte. Aula ministrada no dia 10/04/2014 no Ciclo de Conferência na PUC/RJ.

¹⁶ Ressaltamos que a origem desse pensamento acerca da constituição do sujeito como objeto a partir da nossa relação com ele está em Bakhtin. Para aprofundamento ver BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. de Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

especializados (TÓTORA, 2008). Longe de lançar um questionamento a cientificidade desses saberes, o que se pretende apontar é que, nesses campos, as práticas discursivas conduzem o idoso como ser homogêneo.

De acordo com Beauvoir (1990), a velhice é um fenômeno biológico constituída de profundos reflexos na psique do homem mais ou menos perceptíveis pelas atitudes típicas da idade avançada. Nesse sentido podemos inferir que a velhice é algo impreciso, nada comum, delineada dentro de parâmetros relacionais e funcionais, portanto, carregada de singularidades.

Antropologicamente, a velhice, como dito anteriormente, é vista como uma construção sociocultural compondo o ciclo de vida, porque todos ao envelhecer experimentam esse processo de formas diferentes. A velhice nos é apresentada a cada dia em diversas etapas, tanto em seu aspecto visível quanto no invisível. É preciso considerar que trata-se de algo rodeado pelo sensível, pelo perceptível, pelo vivido.

Porém, se a cristalização dos conceitos que configuram a representação social se funda num campo de valores, não há, portanto, qualquer substancialidade absoluta no ser da velhice. Nesse caso, o sujeito pode se auto constituir por meio de suas práticas singulares e de verdade de forma ativa, diferenciando de uma maneira moderna em que o sujeito é o produto de técnicas objetivas de regimes de poder e saber, ou seja, um modo de construir a si mesmo que se modifica a um exterior, de acordo com as circunstâncias escolhidas. Neste sentido, o sujeito pode fazer da própria vida uma maneira de ser e de se conduzir, um estilo de vida que julga ser bom e belo. E, como afirma Debert (2003, p. 65) ele pode reinventar a velhice e fazer dela uma das fases da vida constituída “de novas experiências e projetos”.

Observamos que uma das singularidades do idoso é ser diverso. Decorre disso, que a idade cronológica não consegue representar a categoria do idoso em sua diversidade e em suas dimensões. Sendo assim, para conhecer o idoso é necessário aproximar, refletir e apreender sobre esse público dentro do contexto em que ele está inserido.

3

Processo de elaboração de políticas públicas: visão multicêntrica e enfoque no idoso

A formulação de uma política pública pode ser conduzida, por exemplo, por processos mais ou menos participativos. O processo menos participativo, de acordo com Leonardo Secchi (2015), se viabiliza por mecanismos de voto, eleição e regra da maioria. O processo mais participativo, para o mesmo autor, compreende a deliberação coletiva no qual os atores constroem suas preferências e convicções em um intercâmbio de argumentação para homogeneizar as preferências individuais. Na concepção do processo mais participativo a sociedade pode ter um papel ativo nas escolhas públicas e os atores, que a compõe, podem estabelecer e liderar um processo de política pública (SECCHI, 2015).

Apesar de, no caso do Brasil, a formulação de uma política pública no pensamento político nacional está, tradicionalmente, vinculada a uma intervenção do Estado Brasileiro, Secchi (2015) defende que a política pública pode ser estabelecida pelo processo mais participativo e por diferentes atores protagonistas – abordagem *multicêntrica*. A vertente *multicêntrica* considera “organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais como protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.” (SECCHI, 2015, p.3).¹⁷

É nessa vertente que pretendemos, neste capítulo, interrelacionar ideias a respeito do processo de elaboração das políticas públicas, para refletir, ao longo desta tese, sobre a conjunção dos campos – políticas públicas, envelhecimento ativo e design. Para tanto, utilizaremos como aporte teórico o pensamento de

¹⁷ Para elucidar sobre a vertente multicêntrica de políticas públicas Secchi se apoia em diversos autores Dror (1971; Kooiman (1993); Rhodes (1997); Regonini (2001) e Hajer (2003).

Leonardo Secchi sobre políticas públicas pela sua visão sistêmica, não reducionista e por aproximar do processo de projeção do design – processo criativo que resulta em soluções para atender as demandas e propósitos do homem. Ademais, Secchi ao discutir o modelo teórico de políticas públicas apresenta conceitos já consolidados na literatura internacional e exemplifica contextualizando com a realidade brasileira.

Propomos nas subseções deste capítulo, apontar sobre ações propostas pelo Estatuto do Idoso que se formataram como políticas públicas.

3.1

Sobre políticas públicas – Dois pontos de vista

Para iniciarmos a reflexão a respeito de políticas públicas, lançaremos mão de uma admirável ação de cidadania, respeito ao ser humano e ética, reconhecida mundialmente, que Leonardo Secchi (2015) em seu livro *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos* utiliza para elucidar pontos divergentes nos conceitos de políticas públicas. Os Médicos Sem Fronteira (MSF) são uma organização não governamental internacional que oferece serviços de saúde para populações carentes, de forma gratuita, baseados no voluntariado. Com sede na França, os MSF enviam médicos, enfermeiros e sanitaristas para locais afetados por calamidades naturais ou sociais. Desde 1991, os MSF atuam na Somália, preenchendo um vazio de serviços básicos de saúde deixado por um Estado inoperante e uma sociedade civil desarticulada e imersa em situação caótica (SECCHI, 2105). Em um país cujos problemas de saúde são enfrentados de forma ineficaz ou insuficiente pelos atores governamentais, os MSF, não assumiriam, então, o papel de protagonistas ao estabelecerem políticas públicas de saúde coletiva? A omissão do governo em provir à população cuidados básicos de saúde pode ser considerada uma política pública? Se analisada em nível

operacional não caracterizaria política pública? Seus resultados não seriam uma solução para um problema público?

Aproximando do campo do design, se um grupo de designers, atuante em uma instituição não governamental, investiga sobre as necessidades de habitação para os maiores de 60 anos, lança um programa, em parceria com a iniciativa privada, a sociedade civil e com apoio ou não do próprio governo, para reformar habitações públicas adaptadas em sistema de república, o grupo não estaria cumprindo seu papel social, político e ético com o público e com a sociedade? Não estaria implantando soluções para um problema social, complexo e de relevância coletiva, contribuindo para a socialização, segurança, moradia em prol de envelhecimento ativo?

A resolução de *problema* para a melhoria de uma *realidade social* é uma noção simplificada de políticas públicas que permeia os conceitos de duas diferentes linhas de pensamento teórico – a *estatista* e a *multicêntrica*. Para teóricos e acadêmicos¹⁸ que adotam a abordagem *estatista* ou *estadocêntrica* as ações supracitadas não são consideradas políticas públicas, pois analiticamente *os atores protagonistas* não são estatais. Em oposição, os autores¹⁹ que defendem a abordagem *multicêntrica* ou *policêntrica* as admitem como política pública, pois a situação a ser solucionada se trata de um problema que é público (SECCHI, 2015).

Howlett; Ramesh; Perl (2013, p.12), pesquisadores e autores que defendem a linha *estatista*, apresentam a concepção teórica de políticas públicas como um fenômeno complexo que consiste em decisões tomadas por atores internos ao próprio governo, podendo implantar a política ou ser omissos, podendo ou não ter representantes da sociedade civil. Para esses autores, as políticas são moldadas no cerne das estruturas nas quais atores estatais operam e de acordo com as ideias que eles sustentam para solucionar ou manter o *status quo* de um problema público. Se formuladas, as políticas públicas são deliberadas como documentos (leis, programas, projetos, linhas de financiamentos entre outros instrumentos) que orientam ações e normalmente incluem aplicações de recursos públicos. Na

¹⁸ Como teóricos da abordagem *estatista* Secchi (2015, p.2) elenca: Hecló (1972); Dye (1972); Meny e Thoenig (1991); Bucci (2002); Howlett, Ramesh e Perl (2013).

¹⁹ Alguns pensadores destacados por Secchi (2015, p.3) que defendem a abordagem *multicêntrica* são: Dror (1971); Kooiman (1993); Rhodes (1997); Regonini (2001); Hajer (2003).

mesma linha de pensamento, apesar do reconhecimento de que segmentos da sociedade civil se envolvam na formulação de políticas públicas, Souza (2006) afirma que o processo decisório de uma política pública sempre fica a cargo do governo. Para autores *estatistas* quando falamos em políticas públicas, estamos sempre nos referindo às iniciativas deliberadas pelo Estado.

Secchi (2009) contesta esse tipo de entendimento, contrapondo que o Estado mantém seu papel de liderança na implantação de políticas públicas, contudo, a *governança pública*²⁰ provoca o envolvimento de cidadãos e de organizações múltiplas na elaboração das mesmas. Essa participação dos cidadãos acontece por meio de mecanismos de democracia deliberativa²¹ e de criação de redes de políticas públicas, em nível local, regional e nacional (SCHNEIDER, 2005); (SECCHI, 2009). Os mecanismos de democracia deliberativa já estão sendo experimentados em diferentes áreas de políticas públicas, como por exemplo, as conferências dos direitos da pessoa idosa, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Esses espaços têm o intuito de promover a participação da sociedade na discussão e na elaboração de propostas para as políticas.

Uma forma de compartilhar o poder de decisão entre Estado e sociedade é por meio do Controle Social que pode ser entendido como o monitoramento e controle por parte da própria sociedade sobre as ações do Estado (SECCHI, 2009). Por consentir que os cidadãos participem de determinada forma da gestão pública, é um importante mecanismo de fortalecimento e efetivação da cidadania. O Controle Social instiga a vivência da própria democracia, visto que, ao praticar essa ação, os cidadãos podem intervir no planejamento e definição das políticas a serem implementadas, na realização das ações, no destino de aplicação dos recursos financeiros e na avaliação das atividades governamentais (POLIS, 2008).

Esta intervenção ocorre quando há interação entre a sociedade e o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação governamentais (POLIS, 2008). A Constituição de 1988 e leis específicas, como o Estatuto das

²⁰ De acordo com Secchi (2009, p. 358) as “Teorias do desenvolvimento tratam a governança como um conjunto adequado de práticas democráticas e de gestão que ajudam os países a melhorar suas condições de desenvolvimento econômico e social.” O mesmo autor informa que esse modelo explicativo é derivado das ciências políticas e da administração pública.

²¹ Para Secchi (2009) os mecanismos de democracia deliberativa são canais participativos que permitem o envolvimento de cidadãos na construção e decisão de políticas, tais como, os conselhos deliberativos, os planejamentos e orçamentos participativos.

Cidades e o Estatuto do Idoso regulamentam o direito e garantem à população participação na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado. O controle social pode ser exercido pela população em geral nas instâncias de consulta e deliberação, especialmente por meio de conselhos, e fora dos canais institucionais de participação, em todos os níveis da federação (POLIS, 2008).

Quanto às redes de políticas públicas, Schneider (2005) explica que são autônomas, autogovernáveis e representam forma específica de interação entre atores públicos, privados e sociedade civil para a solução de problemas coletivos. Para elucidar de modo pragmático o que seria uma rede, citamos um grupo de moradores que, em conjunto com associação de bairros e com a prefeitura, se organiza para praticar a agricultura nos centros urbanos, para recuperar áreas ajardinadas ociosas e se beneficiar de uma pequena produção de vegetais orgânicos. Desse modo, Secchi (2014) corrobora com Schneider (2005) considerando que a problematização, a deliberação e a implementação de uma ação para solucionar um problema público não é um domínio exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa. Em níveis internacionais, conforme aponta Schneider (2005), essas redes se associam em organizações civis, instâncias privadas e cooperam com governos para tentar resolver problemas tanto locais, quanto globais. O autor, ainda, salienta que, em determinadas situações, essas redes podem se tornar mais efetivas para atender uma demanda pública que o Estado que, por alguma incapacidade organizacional, não consegue solucionar de forma eficaz, pois, nelas os atores trabalham em conjunto compartilhando recursos e conhecimentos.

Como nos alerta Secchi (2014), cabe abordar a questão que as políticas públicas devem ter menos apego legal e mais apego de ação. Ele ilustra que:

No Brasil, e nos países latino-americanos, existe quase que um sinônimo entre política pública e lei, e isso é muito prejudicial, do ponto de vista de que os instrumentos de políticas públicas são múltiplos, existem leis, existem incentivos, existem campanhas e todos os tipos de instrumentos que podemos criar. Erroneamente sempre pensamos em política pública como lei, e nem sempre uma lei é a melhor forma de fazer uma ação na sociedade. Isso reveste a sociedade no papel de fazer política pública no enfrentamento de uma catástrofe, no enfrentamento de problemas crônicos da economia e na questão do empreendedorismo (SECCHI, 2014, não paginado).

O envolvimento ativo da sociedade civil desencadeia um processo em que o estado, além de compartilhar a sua centralidade na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, atribui, também, um papel relevante de corresponsáveis a todos os atores sociais. Sobre essa configuração política, onde há total espaço para inclusão e ação da sociedade em todo o processo, Secchi (2015) destaca que o Brasil,

[...] como um país em amadurecimento democrático, tem que cada vez mais pensar na sociedade civil não apenas como um receptáculo de política pública, mas, também assumir a sua própria responsabilidade no sentido de fazer política pública e implementar as políticas públicas possíveis (SECCHI, 2014, não paginado).

Para o autor essa participação ativa da sociedade civil nas políticas públicas “é uma tendência muito forte [...]” que resultou na “[...] própria mudança do conceito de política pública.” (SECCHI, 2014, não paginado).

Destarte, como pesquisador da linha *multicêntrica*, Secchi (2015, p. 2) apresenta uma conceituação particularmente sucinta, em que descreve política pública como uma “diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Todavia, o autor defende seu pensamento a partir de três pontos de conflito que denomina *nó conceitual*, por apreender que não há consenso nos conceitos, na literatura especializada. (1) O primeiro ponto de conflito pauta-se sobre a personalidade do protagonista no estabelecimento de políticas públicas, a qual o autor defende que pode ser emanada do Estado, das organizações privadas, das organizações não governamentais e organismos multilaterais ou, ainda, da coparticipação. Para a concepção *estatista*, o que determina uma política pública é a personalidade política ser um ator estatal. Nessa abordagem, admite-se que atores não estatais podem influenciar no processo de elaboração e implementação de políticas, mas não confere a eles o poder de decisão. Para Secchi (2015, p. 4) o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas e “o rompimento das barreiras entre esferas estatais e não estatais [...]” possibilita a solução de problemas coletivos tais como o combate à fome e a proteção à natureza. (2) O segundo ponto de conflito diz respeito à noção de que uma política pública se caracterizaria tanto por uma ação quanto por uma omissão do Estado. Para o autor, a política pública será sempre uma ação frente a um problema

público; uma decisão intencional do ator político para agir e modificar um *status quo*. Secchi (2015) defende como noção de um problema público a diferença entre a situação atual inadequada – *status quo* – e uma situação ideal possível para a realidade pública. (3) O terceiro ponto de conflito se refere à interpretação, pelos estatistas, da política pública ser uma macrodiretriz estruturante (estratégica), composta por programas, planos e projetos, considerados somente instrumentos de ação (nível operacional). O mesmo autor nos informa que uma política pública pode ser uma lei (diretriz estratégica), um plano, um programa, um projeto, um serviço, uma inovação social, uma campanha publicitária (diretriz operacional), a coordenação de uma rede de atores, entre outras ações. Nessa perspectiva, uma macropolítica pública (lei) pode e deve ser composta por outras políticas públicas que a operacionalizam (projetos, programas, ações etc.).

Em uma noção mais abrangente, igualmente em consonância com o pensamento *multicêntrico*, Heidemann (2010), define políticas públicas como o conjunto de determinações e ações que envolvem tanto o governo quanto diversos agentes sociais que ao serem implementadas geram o desenvolvimento social. O autor acrescenta que a definição de política pública inclui simultaneamente dois elementos-chave – a *ação* participativa e a *intenção* implementada. Finaliza, corroborando com o pensamento de Secchi, afirmando que não há política pública se não houver ações que materializam a intenção ou o propósito enunciado. Sob esta ótica, nem sempre as políticas governamentais são públicas, ainda que sejam estatais. Para serem determinadas como públicas, é preciso considerar a quem se reservam os resultados ou benefícios, se o seu processo de elaboração é colaborativo e se é submetido ao debate público para deliberações e não circunscrito aos gabinetes governamentais (TEIXEIRA, 2002).

Diante do exposto, o que se depreende dessa argumentação é a centralidade da existência de um problema reconhecido como público a ser resolvido – mudança de um *status quo* na perspectiva do alcance de uma situação melhor – para que uma ação (solução elaborada) seja considerada uma política pública. A formulação de política pública sob a perspectiva *multicêntrica* é constituída de processo de criação de alternativas que atentam para questões chaves como *para quem fazer*, *o que fazer* e *o como fazer* em relação a uma

situação problema. São ações (multidisciplinar e coparticipativas) realizadas por atores diversos que produzirão resultados ou mudanças no mundo real e concreto.

Ao admitir que a política pública é um campo holístico, de acordo com Souza (2006), em uma análise mais teórica como campo do conhecimento, nos deparamos com duas implicações.

A primeira é que [...] a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares” (SOUZA, 2006, p.26).

Esse nos parece um ponto importante a ser ressaltado, especialmente porque ao adotarmos o princípio da multidisciplinaridade, potencializando a interação entre as partes nesta tese, não consideramos existir um conhecimento melhor ou superior que se afirme frente aos demais. O nosso objetivo é colocar em evidência e compartilhar possibilidades do design como campo do conhecimento em colaboração com o campo da política pública.

Souza (2006, p.26), afirma, também, que a política pública é por si um campo do conhecimento e ao mesmo tempo, “o governo em ação” que se materializa em formato de leis, programas e projetos que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Considerando o âmbito da atuação, Secchi (2015, p. xii), aponta que nos diversos setores (educação, saúde, habitação etc.), tanto no exterior quanto no Brasil, é crescente a demanda por técnicos com habilidades analíticas próprias da área de políticas públicas com o seguinte perfil:

- i. capacidade analítica refinada para entender fenômenos políticos e administrativos;
- ii. criatividade, a fim de encontrar soluções para problemas públicos que sejam tecnicamente eficientes e politicamente viáveis;
- iii. conhecimento legal e institucional;
- iv. habilidades de previsão e de antecipação, para vislumbrar possíveis efeitos das políticas públicas sobre comportamentos individuais e coletivos.

Logo, adotaremos neste estudo a perspectiva *multicêntrica*, visto que, o pensamento dos teóricos que a defendem converge para o campo do design como

um processo participativo e criativo (inerente ao indivíduo humano e seu ambiente).

3.2

O processo de elaboração das Políticas públicas – abordagem multicêntrica

Deparamos com duas nomenclaturas convergentes, na literatura especializada, sobre o conjunto das fases de formulação que formatam uma política pública: *ciclo de políticas públicas* e *processo de formulação de políticas públicas*. Não obstante, seja mais comum o emprego da nomenclatura *ciclo de políticas públicas* (*policy cycle*), assumiremos aqui, a nomenclatura *processo de elaboração da política pública* (*policy-making process*), devido ao diálogo que pretendemos propor mais adiante com processo de projeção do design.

A preocupação com a elucidação do processo político e a identificação de fases distintas, na elaboração de políticas públicas, surgiu praticamente de forma paralela ao desenvolvimento do próprio campo de análise da política, entre os séculos XIX e XX, num contexto de busca de racionalização do Estado e da política. O que estava em construção no campo da análise política era a conformação de métodos que subsidiassem os governos na identificação e na resolução de problemas. O objetivo era desenvolver políticas orientadas por teorias e ideias advindas do conhecimento científico, visando prever e controlar as ações e intervenções políticas (SOUZA, 2006).

Secchi (2015, p. 43) define *processo de elaboração da política pública* como um complexo de etapas sequenciais e interdependentes, derivado da teoria dos sistemas, que organizam a existência e a formulação de uma política pública. Não obstante, o autor destaca que, na realidade, as fronteiras entre as fases não são nítidas, interligam entre si e as sequências podem se alterar.

Souza (2006) corrobora com Secchi e considera a atividade de elaborar políticas públicas mais complexa que um ciclo deliberativo, constituída por múltiplos estágios que podem se justapor estabelecendo um processo dinâmico. Souza (2006), nos alerta que, para alguns estudiosos, a ideia de fases provoca a fragmentação do processo de elaboração de políticas públicas e, assim sendo, não se deve isolar uma fase e seus efeitos e nem tratá-la de forma estanque. No entanto, a definição desses estágios, como nos orienta Secchi (2015, p.43), possibilita a “visualização e interpretação do esquema que organiza a vida de uma política pública”.

Secchi (2015) assegura que o processo de elaboração de políticas visualizado em fases organiza as ideias e é útil como meio de investigação, pois cria um referencial de modo a simplificar a complexidade que envolve o entendimento e elaboração das políticas públicas. E, considera com suas partes principais: (1) identificação do problema; (2) formação da agenda (3); formulação de alternativas; (4) tomada de decisão; (5) implementação; (6) avaliação; (7) e extinção, Figura 2. Consideramos importante apresentar sucintamente cada fase do processo de política pública a partir dos seus principais conceitos e características, o que pode nos auxiliar na reflexão sobre os limites e possibilidades deste referencial.



FIGURA 2: Ciclo de políticas públicas.
Fonte: Secchi, 2015.

Identificação do problema

Como mencionado anteriormente, um problema público é a diferença entre uma situação inadequada e aquilo que se deseja como uma situação ideal e possível para o coletivo (SECCHI, 2015). O autor explica que um problema público pode surgir de modo súbito. Podemos citar como exemplo, o rompimento da barragem de rejeitos da exploração de minério de ferro, em Bento Rodrigues no município de Mariana|MG, que desencadeou um desastre ambiental provocando mortes e afetando a vida de diversas pessoas. Por outro lado, um problema pode ser percebido como público e auferir notoriedade e relevância de forma gradativa (SECCHI, 2015). Como exemplificação, cabe aludir a temática de estudo desta pesquisa, a questão do crescimento do envelhecimento da população. Atenta-se ao fato de que um problema público nem sempre é “reflexo da deterioração de uma situação de determinado contexto” (SECCHI, 2015, p. 44). Ao contrário, por exemplo, o envelhecimento da população é uma conquista da humanidade. No atual cenário da sociedade, o que tem pautado demandas sucessivas nas agendas políticas como um problema é o *que fazer* e o *como fazer* para proporcionar qualidade de vida ao longo da velhice.

Os problemas podem ganhar ou não a atenção do governo e das pessoas ligadas a eles. Para identificar um problema e configurá-lo como público, Secchi (2015) elenca três implicações processuais, baseadas na literatura internacional e nacional que dizem respeito (i) a *percepção do problema*, que precisa alcançar a insatisfação de muitos atores e ser notório sendo necessário que as pessoas se convençam de que algo deve ser feito; com isso se propõem a dialogar sobre (ii) a *delimitação do problema*, que envolve determinar quais são seus elementos e sintetizar a sua *essência*; para discutirem e avaliarem sobre (iii) a *possibilidade de solução*, pois, para ser incorporado socialmente deverá apresentar o potencial de solução.

Formação da agenda

A formação da agenda consiste na seleção de prioridades – problemas públicos – e inserção delas na lista caracterizada pela preferência de atuação, sobre as quais os atores envolvidos concentrarão sua atenção num determinado momento. Os autores da abordagem multicêntrica consideram *agendas políticas* como o conjunto de temas que adquiriram *status* de problema público, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas.

Um problema público pode ser incluído na agenda, contudo, a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a inexistência de interesse político, a ausência de organização, motivação e exigência popular podem resultar na retirada ou até na exclusão do referido problema (SECCHI, 2015). Nesse sentido, a agenda se altera na medida em que os cenários políticos se modificam.

Um estudo técnico realizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2013, apresentou uma reflexão sobre as experiências práticas de políticas públicas no Brasil e uma discussão conceitual e metodológica no campo de monitoramento e avaliação. Como observado pelo MDS (2013), o ritmo de constituição das agendas que visam promover políticas de bem-estar social seria potencializado com maior atuação da sociedade civil, políticos, imprensa, e outros grupos de interesse, em contextos de maior liberdade e participação política. Nesse estudo técnico, o MDS destaca o envelhecimento populacional como condicionante determinante na formação da agenda política, pela visibilidade e concretude que conferem aos problemas sociais dele decorrente (MDS, 2013).

Formulação de alternativas

Esta fase do processo de elaboração de políticas compreende o desenvolvimento e a avaliação das possíveis soluções para o problema identificado e “agendado”. Faz-se necessário um esforço de inspiração, imaginação e estudo das potenciais alternativas de solução. De acordo com Secchi (2015) é nesta fase que se estabelece os objetivos, estratégias e consequências de cada alternativa

apresentada como solução. Os objetivos propostos podem ser alcançados por diferentes alternativas e formatos distintos independentes ou que se complementam – leis, programas, projetos, ações, produtos. Secchi (2015, p. 48) afirma que “quanto mais concretos forem os objetivos, mais fácil será verificar a eficácia das políticas públicas” e preestabelecer os resultados. A condução de cada alternativa vai requerer o detalhamento do contorno técnico de cada proposta – recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros, eficiência e qualidade dos serviços, usufruto por parte do público-alvo, dimensões impactadas e, frequentemente, mecanismos para indução do comportamento.

A formulação de alternativas configura-se como um processo que envolve a interação de diversos agentes com diferentes interesses. É assinalada por adesão entusiasmada de alguns e resistências legítimas de outros. Está repleta de avanços e retrocessos, com desdobramentos não necessariamente sequenciais e não plenamente antecipáveis (MDS, 2013).

Tomada de decisão

É a etapa em que a alternativa de solução é selecionada e declarada como a mais satisfatória. Secchi (2015) descreve que, com o problema estudado e os objetivos definidos, este é o momento da tomada de decisão, ou dos interesses dos atores serem equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público serem explicitadas. O autor considera que para a escolha da alternativa mais apropriada serão abordados variados aspectos, tais como custo, rapidez, sustentabilidade e isonomia. Destaca-se que os atores governamentais e não governamentais buscam atrair a atenção para aqueles problemas pelos quais tem interesse e estão envolvidos e apresentar propostas de soluções para serem deliberadas. Portanto, há a necessidade de se ter técnicos que atuem de forma bastante sistemática e cautelosa, empregando métodos específicos para direcionar e deliberar a solução que atenda coletivamente.

Implementação

A fase de implementação é aquela em que se coloca uma determinada solução em prática. Trata-se da gestão das ações para fazer uma política sair do discurso e funcionar efetivamente, realizada por grupos ou atores de natureza pública, privada ou civil. Essa fase depende tanto de servidores públicos em diferentes níveis de governo (nacional, estadual, municipal ou local) como de atores não governamentais que possam exercer papel ativo no processo de implementação (SECCHI, 2015). Para converter a solução em ações práticas é necessária a aplicação de uma ou mais técnicas conhecidas como instrumentos políticos²² (regulamentação; desregulamentação e legalização; aplicação da lei; impostos e taxas; subsídio e incentivo fiscal; prestação direta de serviço público; terceirização de serviço público; prestação pública de serviço de mercado; prestação privada de serviços de mercado; informação ao público; campanhas/mobilização; seguros governamentais; transferência de renda; projetos e programas de variadas ordens; discriminação seletiva positiva; prêmios e concursos; certificados e selos). Uma política pública pode ser implementada por modelos distintos: 1) o modelo *top-down* (de cima para baixo) que, segundo Secchi (2015), parte de uma visão tecnicista de que deve ser elaborada e decidida pela esfera estatal por meio de um esforço administrativo; 2) o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) que é assinalado pela liberdade das redes de atores se auto-organizarem e modelarem sua execução e colocá-la em prática.

Avaliação

Corresponde ao estágio do processo em que se determina como está o desempenho da política pública na prática em termos de intenções e resultados, bem como os impactos gerados no micro e macro ambiente. São avaliados o processo de implementação e o desempenho da política pública com o intuito de

²² Para análise detalhada dos instrumentos políticos, ver (SECCHI, 2015, p.58-59); (HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, 2013, p.127-152)

reconhecer o estado da política e o nível de minimização do problema que a suscitou (SECHHI, 2015).

É o momento em que se faz uma análise de todas as etapas anteriores, com ajustes no plano de ação, caso seja uma política de ordem contínua ou quando se decide pelo encerramento da política. Trata-se de examinar os impactos esperados, deduzir consequências indesejadas nas ações e programas futuros. A fase da avaliação é indispensável para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e dos instrumentos de ação pública, o que pode ser denominado como a fase de aprendizagem política (SECHHI, 2015).

Extinção

Alguns autores não incluem a fase da extinção como um estágio da política pública. Entretanto, admite-se na literatura especializada que, nesta fase, uma proposta política pode se modificar parcialmente ou integralmente ou se alterar no seu argumento principal; novas decisões e formulações podem ser apresentadas, e desse modo, reiniciar-se, o processo de elaboração de uma política. Secchi (2015) aponta três causas possíveis para extinção de uma política pública – (i) a resolução do problema que lhe deu origem; (ii) a alternativa apresentada para a solução do problema ser percebida como ineficaz; e (iii) o problema perder a importância e ser retirado da agenda.

Uma vez apresentadas as sete principais fases do processo de política pública, destaca-se que essa abordagem sequencial é uma forma de pesquisa aplicada desenhada e de importância para o campo de estudos. Todavia, a delimitação precisa das fases pode ser um fator crítico limitador da análise empreendida. Na prática, não ocorre como um processo lógico, de forma previsível, em conformidade com essa ordenação linear de etapas bem delineadas.

No entanto, há consenso na literatura de uma veracidade empírica que os surgimentos dos problemas, a formação da agenda, a formulação, a implementação, a avaliação e a extinção são estágios que permanecem interdependentes e inerentes ao processo político. Baptista e Rezende (2011) refletem sobre os limites e possibilidades desse referencial e justificam que a ideia

do ciclo da política pública possibilita a percepção de que há distintos momentos no processo de construção de uma política. Os autores apontam para a necessidade de se reconhecer as especificidades de cada um destes momentos o que possibilitará maior conhecimento e intervenção sobre o processo político.

Considerar o modelo de Leonardo Secchi é também acatar suas críticas. O processo de elaboração de uma política pública não segue a cartilha. A natureza da constituição de cada estágio flui de acordo com o contexto do qual emerge o problema, as variáveis dos espaços em que são instituídas as políticas e dos arranjos de poder e disputa em cada âmbito. Todavia, Secchi (2015, p.XII) afirma que independente do setor de intervenção, políticas públicas são desenhadas, em contextos institucionais, com traços comuns. Assim pensando, o autor destaca que:

a) problemas públicos surgem de forma semelhante; b) o estudo de alternativas de solução para problemas públicos ocorre de forma similar; c) os métodos de tomada de decisões são semelhantes; d) os obstáculos de implementação são essencialmente parecidos; e) a avaliação de impacto das políticas públicas nesses setores também podem ser feita de forma analiticamente parecida.

De uma forma prática, está inscrito no processo de elaboração de uma política pública definir: *para quem, o quê, como e quando e quais consequências*. Do lado circunstancial está a natureza do regime político em que se vive, o grau de organização da sociedade civil e a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002).

Para além da definição dos estágios do processo, podemos afirmar que o desenho de uma política pública deve assimilar seus propósitos, seus beneficiários, os atores envolvidos e interrelacionar o conhecimento multidisciplinar requerido para a abordagem dos problemas complexos. Feito dessa forma, o desenho de uma política pública poderá produzir soluções capazes de operar as mudanças esperadas.

Em suma, as políticas públicas desempenham um papel central no cotidiano dos cidadãos na medida em que elas são um dos mecanismos mais relevantes que tem em vista o bem-estar da sociedade. Nesse sentido, instituições não governamentais estão se constituindo com a finalidade de dar amparo à sociedade, seja para atender as necessidades ou para projetar para a resiliência em tempos de adversidade.

3.3

Políticas públicas do Estado em prol do idoso

Estamos vivendo em uma sociedade em que certamente podemos notar algo sem precedentes – o número crescente dos maiores de 60 anos que estão vivendo mais e são mais saudáveis. Este é o resultado de avanços nos campos da tecnologia e da saúde, mas, igualmente importantes são ajustes dos estilos de vida (como a adoção de uma dieta saudável e realização de exercícios regulares ao longo da vida) e das disposições de políticas públicas. O amadurecimento da população brasileira, como reflete Camarano (2014, p. 17) exigiu que o “envelhecimento entrasse na agenda das políticas públicas como um *problema*”.

Muitos foram os avanços nas agendas internacional e nacional na formulação de políticas para a população idosa nas últimas três décadas. A legislação brasileira incorporou em grande medida as sugestões das assembleias promovidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU) que tiveram papel essencial na análise e comunicação do impacto do envelhecimento. Em 1999, assinalado como o Ano Internacional das Pessoas Idosas, em reconhecimento da longevidade demográfica da humanidade, Mary Robinson, alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, afirmou que “este século foi testemunha da mais extensa longevidade da história da humanidade. Em vários países, a população que começa a envelhecer em breve excederá o número de jovens.” De lá para cá, a população mundial de pessoas idosas está a aumentar em um ritmo surpreendente. E, assim sendo, torna-se um compromisso internacional a reflexão e a dissolução para um dos desafios sociais do século XXI: o rápido envelhecimento populacional ora em curso em diversos países do nosso universo.

A análise dessas sugestões resultou no Estatuto do Idoso que reúne uma multiplicidade dos instrumentos legais em prol dos direitos do idoso. Com a implementação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI) iniciou-se o processo de instauração de políticas no Brasil que objetivam o cumprimento dos ditames legais em proteção ao idoso, bem como em manter o idoso em seu processo de envelhecimento de forma ativa.

A Política Nacional do Idoso (PNI)

A PNI tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, promovendo sua autonomia e participação na sociedade; definir quem é o idoso; colocar os princípios da política nacional do idoso como direitos de cidadania assegurados pela família, pela sociedade e pelo estado; colocar diretrizes, como convívio social, participação na formulação, implementação e avaliação de políticas, planos, programas e projetos; prioridade de atendimentos no lar; promover a capacitação e reciclagem para os prestadores de serviços; promover a informação das políticas, serviços, planos, programas e projetos; divulgar informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento; dar prioridade ao idoso no atendimento em órgãos públicos e privados prestadores de serviços; apoiar estudos e pesquisas sobre envelhecimento (BRASIL, 1994).

Nela, também são explicitadas as responsabilidades dos Conselhos do Idoso, como acompanhamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional do Idoso, sendo que a União é responsável por coordenar, formular, acompanhar, promover, implementar e avaliar a Política Nacional do Idoso. Na implementação da PNI, órgãos e entidades públicas devem: promover ações para o atendimento das necessidades básicas, com participação da família, da sociedade e das entidades; planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos e diversas pesquisas sobre a situação social do idoso; garantir assistência à saúde no SUS; prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde com medidas profiláticas; fiscalizar instituições geriátricas pelos gestores do SUS; colocar a geriatria como especialidade clínica em concursos nos níveis federal, estadual e municipal; realizar estudos epidemiológicos para melhorar a prevenção, o tratamento e a reabilitação do idoso. Além disso, a PNI deve apoiar a criação da universidade aberta para idosos; criar mecanismos para evitar discriminação no mercado de trabalho; na área judicial, promover e defender qualquer tipo de abuso ou lesão aos direitos dos idosos; reduzir preços em eventos culturais; aos cidadãos, cabe o dever de denunciar à autoridade competente qualquer negligência ou desrespeito ao idoso. A PNI coloca em algumas de suas várias diretrizes formas de assegurar os direitos sociais do idoso para promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (Art. 1º); resgatar a cidadania do idoso,

elencando como princípios o amparo social e a proibição da discriminação (Art. 3º); viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio, proporcionando sua integração às demais gerações (Art. 4º). Prevê também a coparticipação dos conselhos nas três esferas de poder no que diz respeito à promoção social do idoso (Art. 5º) e elenca as competências das várias áreas e dos seus respectivos órgãos nas ações relativas à saúde, à educação e à habitação (Art. 10) (BRASIL, 1994). Vale ressaltar que estão contempladas também, na PNI, as obrigações competentes aos órgãos e às entidades no que diz respeito à criação de locais de atendimento aos idosos (centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho e atendimento domiciliar).

Com a vigência da PNI, foram implementadas várias modalidades de atendimento à população idosa. O Centro-Dia é uma modalidade não asilar que proporciona ao idoso com limitações das atividades para a vida diária a sua permanência por 8 a 10 horas (durante o dia), retornando ao seu lar por volta das 18 horas; isso permite a sua permanência na família no período noturno e nos finais de semana. Os Centros de Convivência para os Idosos, estabelecidos no Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, são locais destinados à permanência diurna de idosos nos quais são desenvolvidas diversas atividades para um envelhecimento ativo, participativo e produtivo. A Assistência Domiciliar específica para idosos compreende uma gama de serviços realizados no domicílio e destinados ao suporte terapêutico. Tem por objetivo contribuir para a otimização dos leitos hospitalares e do atendimento ambulatorial, visando à (re)inserção do idoso na comunidade e no convívio familiar (LIMA, 2011).

O Estatuto do Idoso

Em 2003, foi sancionado o Estatuto do Idoso que, unido à PNI, legitimou os princípios que nortearam as discussões sobre os direitos humanos da pessoa idosa e impulsionaram a produção dos conhecimentos na área do envelhecimento (BRASIL, 2003). Para Fernandes; Soares (2012), trata-se de uma conquista para a concretização desses direitos, especialmente por tentar constituir um alicerce de atuação conjunta entre a família, a sociedade e o Estado para a dedicação e

respeito aos idosos, visando garantir melhor qualidade de suas vidas tanto em família quanto em sociedade. O Estatuto do Idoso é norteado por princípios legais de direito à vida, à proteção, à saúde, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à educação, à cultura, ao lazer, à moradia e ao voto, além de assegurar ao idoso a cidadania e convivência familiar e comunitária. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade a efetivação desses princípios (BRASIL, 2003). E, está estabelecido no Estatuto que as políticas de atendimento ao idoso serão realizadas por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Um ganho relevante para essa parcela da população está na obrigatoriedade de viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio para o idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo. Outro avanço previsto é o estabelecimento de crimes e sanções administrativas para a violação dos ditames legais visando garantir melhor qualidade de suas vidas tanto em família quanto em sociedade.

Podemos inferir que tanto o Estatuto do Idoso quanto à PNI foram fundamentais para a afirmação de mecanismos políticos – programas, projetos e ações – voltados para o alcance dos princípios que visam incluir o idoso na vida social e, por vezes, econômica do país.

Não obstante todos os esforços na implementação das ações políticas desenvolvidas em âmbito nacional, estadual e municipal, a falta de articulação prevalece, mantendo ações setoriais isoladas sobre a realidade do idoso, pois, segundo (Camarano, 2014), se esbarra na burocracia, nos recursos escassos e no entrave político.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

Em 2005, o Ministério da Saúde, ao definir sua agenda de compromisso, lança a necessidade de discutir o acordo de metas e objetivos sanitários a serem alcançados. Por conseguinte, em 2006, foi deliberada a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) que visa a integração do zelo adequado e íntegro para a promoção da saúde da população idosa, definindo normas que orientam a

elaboração dos planos, programas, projetos e ações e as responsabilidades de cada instância para a consecução dos mecanismos propostos. Ademais, a própria política norteia o processo de avaliação que deve acompanhar e analisar seu desenvolvimento, considerando possíveis ajustes determinados pela prática garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. A PNSPI teve a influência da *II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento* que tinha por finalidade servir de orientação às medidas normativas sobre o envelhecimento no século XXI. A II Assembleia Mundial Sobre Envelhecimento, realizada em abril de 2002, em Madri, discutiu os problemas relacionados aos idosos do mundo e expressou o seu empenho em garantir um envelhecimento ativo, por meio da promoção de estilos de vida saudáveis, de acesso aos serviços, do investimento nos serviços sociais, de educação e lazer, entre outros.

Dada as metas e objetivos acordados durante a Assembleia, ficou estabelecido como diretriz a elaboração de condições para promover a longevidade, o que significa preservar a capacidade funcional, a autonomia e manter o nível de qualidade de vida. Nessa perspectiva, a PNSPI buscar assegurar aos idosos sua permanência no meio e na sociedade em que vivem desempenhando suas atividades de modo independente que assinalavam por um envelhecimento ativo.

O Pacto pela Saúde

Outro importante documento acordado entre o Ministério da Saúde, os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e aprovado pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, foi o Pacto pela Saúde, publicado em 22 de fevereiro de 2006, que contempla em um dos seus eixos o Pacto em Defesa da Vida. Nele é deliberado, como umas das prioridades, as ações voltadas à saúde do idoso, além da definição das diretrizes operacionais e responsabilidades de cada gestor, nacional, estadual e municipal. A política em questão assume o envelhecimento ativo recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, que incentiva a pessoa idosa manter-se como participante ativa e condutora de sua vida nas questões familiares e em

sociedade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que envelhecem. O Pacto pela Saúde envolve políticas públicas que conduzem ações para os modos de viver mais saudáveis e seguros.

O Estatuto do Idoso, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Pacto pela Saúde estabelecem diretrizes claras que apontam a responsabilidade pelo bem envelhecer. Essas legislações definem o papel das instâncias envolvidas e apontam que as pessoas idosas têm um importante desempenho na sociedade e que isso precisa ser resgatado. Ao colocar as ações na prática, por meio de programas e projetos, os atores políticos buscar criar melhores condições para as populações na velhice.

No entanto, em 2011, no noticiário televisivo do *Bom dia, Brasil*,²³ Miriam Leitão pronunciou as palavras escritas pela economista e demógrafa Ana Amélia Camarano: “Nosso conceito de velhice envelheceu.” A jornalista aponta que há pessoas com mais de 60 anos bastante ágeis intelectualmente. Camarano (2014) assinala que os idosos vivem o início do século XXI com muito mais vontade de perpetuar a sua individualidade, definir suas escolhas e dar um sentido à vida com comprometimento, envolvimento e responsabilidade.

Um dos desafios é o reconhecimento, pelo setor público, que o perfil do idoso brasileiro se modifica, dentro de um novo olhar da concepção de velhice, emergindo outra representação social, um idoso mais ativo, participativo, conhecedor de seus direitos e integrado socialmente. Para os cidadãos deste século XXI uma vida plena e ativa na velhice já não é uma ideia, um sonho distante, mas sim uma realidade para alguns e uma possibilidade genuína para muitos outros (CAMARANO, 2014).

Apesar do público com mais de 60 anos ganhar certa proteção e visibilidade social com as legislações vigentes, fazer vigorar políticas sociais abrangentes baseadas somente na idade cronológica pode ser discriminatório e contraproducente para o seu bem-estar psicossocial. Os idosos são diferentes de acordo com as suas experiências de vida, o nível de habilidade funcional e a demanda por serviços mais ou menos específicos. Como vimos, o envelhecimento, como a soma de fatores biológicos, físicos, psicológicos e sociais, nem sempre atua de maneira semelhante em todos os indivíduos, sejam

²³ Edição do dia 25/01/2011 (08h42).

eles da mesma faixa etária ou de idades distintas. Assim, uma política pública para o envelhecimento deve ser desenhada para e com os idosos, em um processo mais participativo (visão de política pública multicêntrica), na busca de identificar as suas necessidades, elaborar soluções conjuntas e implementá-las por meio de ações. Dessa forma é possível abranger a ideia da legitimação da participação, o reconhecimento da sua autonomia e o exercício de sua cidadania, princípios tão presentes nas legislações.

4

Design com propósito em problema social complexo e público

O campo do design assumiu propósitos diferentes ao longo de sua existência. Sua construção tem sido determinada por intensos movimentos que produziram e, ainda, produzem convergências e divergências, desenhando cenários de pluralidade quanto à compreensão da sua área de abrangência. Essa expansão de possibilidades e restrições de cada tempo implica em abordagens diferentes de atuação diante de problemas dados ao design, ora econômicos, ora ambientais, ora sociais e ora políticos. Nesse universo em que os designers atuam, questões relacionadas às necessidades do ser humano (recursos financeiros, promoção para saúde, modos de socialização, respeito dos outros, reconhecimento, entre outras) tem sido demandadas em consonância com a transformação da sociedade.

Compreendemos que a noção de design teve como ponto de partida o fenômeno da era industrial que, como nos orienta Rafael Cardoso (2012, p.22), historiador e contribuidor para a construção de uma bibliografia sobre o design, tinha como propósito a configuração dos objetos industriais de “forma mais atraente e eficiente”. Por um período o design encontrou-se associado ao domínio da arte por semelhança de suas características estéticas, expressivas e criativas. E, em outro, em recusa ao seu viés artístico, aproximou-se do campo da engenharia ressaltando o aspecto técnico, funcional e mecânico. Diante dessas oscilações, as ramificações do campo do design se ampliaram para além das suas origens no processo de industrialização. Hebert Simon (1981, p. 282), professor que dedicou seus estudos em inteligência artificial, mais especificamente, sobre processos de decisão e resolução de problemas, nos coloca que o processo projetual e a

evolução da sociedade humana “podem ser ilimitados, porque não há limite para a diversidade do mundo.”

O design foi se tornando um campo expandido de atividade, cujos propósito, aportes teóricos e perspectivas metodológicas são capazes de viabilizar soluções sistêmicas e criativas para os diversos desafios do mundo complexo. Damazio (2005) afirma que o design ora atua como importante propulsor do desenvolvimento econômico, produtivo e tecnológico; ora ressalta sua importância para a ampliação de vendas, sustentação e conquista de mercado, ora assume o pacto com a construção de um entorno ajustado às necessidades do ser humano, das mais básicas às mais transcendentais.

Cardoso (2012, p.26) ressalta que, o design para atuar no mundo atual, deve considerar sua complexidade – uma rede constituída de causas e consequências, interligadas entre si – e a define como “um sistema composto de muitos elementos, camadas e estruturas, cujas interações condicionam e redefinem continuamente o funcionamento do todo”. O autor ainda acrescenta que para dar conta dos problemas no mundo complexo em que vivemos os designers devem trabalhar em equipe, pois “as melhores soluções costumam vir do trabalho em equipe em redes.”

O fato é que diversos propósitos do design surgiram ou tornaram-se mais evidentes e comprometidos com o mundo em que vivemos. Isto não se restringe somente especificar o design com expressões/adjetivações – tais como, *design social*, *design emocional*, *design participativo*, *design de serviços*, *design organizacional* – que vão sendo enunciadas para caracterizar e reforçar suas propostas e práticas. Então, o que isso significa? Observando apenas pela ordem industrial, aquela em que o design projeta para atender as demandas da produção de bens materiais de consumo, prioritariamente, esses termos parecem inventos sem sentido/propósito. Entretanto, reconhecemos que eles vêm impulsionando a visão do design não apenas dentro da dimensão do desenvolvimento econômico, como era comumente abordado, mas, também, dentro da dimensão intangível para propor melhorias de outras ordens na sociedade em transformação.

Tal como os objetivos do homem mudam, modificam os artefatos, as situações e conseqüentemente o meio. Assim, ao mesmo tempo o design estará se adaptando aos objetivos e propósitos do homem. Margolin (2014) assegura que se

desconhece as fronteiras do que pode ser concebido pelo design. Logo, não é incomum pensar que o design, com seu campo em expansão, pode desempenhar função importante nas transformações da sociedade correlatas à elaboração de políticas públicas. Dito isso, compreendemos que há potencial para estabelecer conexão entre a tríade *design – políticas públicas – envelhecimento ativo*, uma vez que a sociedade brasileira enfrenta problemas para proporcionar às pessoas com 60 anos e mais uma longevidade com mais qualidade.

Neste capítulo discorreremos sobre o design com o propósito na solução para problema social complexo, em um necessário exercício de pensarmos o campo do design não como apenas produtor de objetos, mas como possibilidade de modificador de situações tornando a vida mais fácil e melhor (SIMON, 1981); (FRASCARA, 2002). Apresentaremos, também, o modo de aplicação do pensamento e ferramentas do design pelo *Policy Lab*, laboratório de políticas do Reino Unido e evidências do design aplicado em soluções para a promoção do envelhecimento ativo no contexto internacional. Pretendemos apontar como o design tem se aproximado das políticas públicas, direcionando o olhar para as interfaces entre design no âmbito do setor público, por acreditar no seu potencial para promover ações em prol do bem-estar dos maiores de 60, fator que ganha especial relevância ao considerarmos o momento presente de crescente envelhecimento no Brasil.

4.1

Sobre design e problemas sociais complexos

Se, inicialmente, apresentamos o design como uma área para satisfazer a demanda necessária de uma indústria emergente, aprendemos ao longo da sua trajetória que ele aspira atender à humanidade e suas complexidades de toda ordem. E, por conseguinte, com e para ela, seu propósito é alterado, reajustado e reestabelecido. O design é ao mesmo tempo reflexo e influência social e enquanto opera nesta reciprocidade acompanha as variabilidades intrínsecas à sociedade, tais como: crenças, gostos, valores, necessidades, sentimentos, comportamentos, atitudes,

aparato técnico e avanços tecnológicos. Disso transcorre, e como corroborado por Buchanan (1995); Manzini (2006); Castro (2008); Cardoso (2012), que o design precisa ser tão dinâmico quanto a sociedade, para firmar a sua razão de existir.

Não obstante a natureza essencial de atividade projetual, os contornos da disciplina design nunca foram efetivamente definidos. O design, enquanto atividade transdisciplinar, tende estar em uma dimensão capaz de dialogar com quase todos outros campos do conhecimento (CARDOSO, 2012). E, em consonância com a sociedade, busca se adaptar às novas realidades e por isso mesmo precisou repensar seu foco e sua direção ao longo de sua trajetória.

O designer Victor Papanek fez uma longa reflexão se insurgindo contra o que entendeu como ausência dos valores sociais e humanos no processo de design aparentemente hegemônico até a década de 1970. Papanek (1974) parte do pressuposto que o design centrado no ser humano pode e deve ser uma atuação profissional para além das demandas mercadológicas e da produção em massa. O autor conclamava os designers a projetar para um mundo real constituído de problemas de variadas ordens: saúde, miséria, exploração, violência e degradação. Sua discussão fazia referência a uma produção de designers que buscava mais fortemente atender aos apelos estéticos e comerciais do mercado.

Papanek (1974) acreditava ser o design um potencial agente de transformação e mudança social, mas para isso era preciso um posicionamento crítico e responsável dos profissionais da área. Como afirma Margolin (2014, p.130), “o design mudará à medida que seus profissionais desenvolverem uma nova consciência.” Para o mesmo autor, O design deve ser útil para atender as demandas diversas, ou seja, “conceber e dar forma a produtos materiais e imateriais que possam tratar dos problemas humanos em uma escala ampla e contribuir para o bem-estar social” (MARGOLIN, 2014, p.132).

A expansão da concepção de design certamente parece indicar que a atividade não tem uma, mas muitas formas de aplicação. Herbert Simon, em sua obra *As ciências do artificial* (1981, p.193) propôs como noção para o design, o esforço humano com “o objetivo de transformar situações existentes em situações preferidas.” Na mesma linha de pensamento, o designer Jorge Frascara, em *Design and the social sciences: making connections* (2002, p. 35), aponta ser o design um meio para solucionar problemas sociais complexos que pode ser

inserido em “[...] todas as dimensões da vida com objetivo de melhorá-la” e, como resultado pode “[...] afetar o conhecimento, as atitudes e o comportamento das pessoas”. Frascara (2006, p. 25), em estudo posterior, afirma que “precisamos parar de pensar o design como produtos, serviços, sistemas e ambientes, e pensá-lo como meio para as pessoas poderem realizar seus desejos e suas necessidades”. Nesse sentido, o autor nos orienta para a desmaterialização do design e a mudança de perspectiva do design como produtor de objetos para o design de situações e atividades, no sentido de promover experiências positivas, mudanças de comportamentos e de atitudes. Frascara (2002), ainda, relaciona a ação projetual à qualidade de vida em seu sentido mais amplo atentando para o fato de que devemos observar a realidade das pessoas em seu contexto. O autor nos ajuda a inferir que projetar, por exemplo, para as questões afeitas ao envelhecimento populacional, temos que desenhar refletindo sobre o que lhe diz respeito para e com as pessoas com 60 anos de idade e mais.

Para iniciativas dessa natureza, as pesquisadoras do campo Rita Couto e Vera Damazio (2016), nos propõem a abordagem do design social para se referir a ações de design orientadas para necessidades básicas, problemas complexos e / ou desafios urgentes da sociedade. Essas ações exigem uma intervenção holística e não operam sob o tradicional mecanismo de mercado ou com a finalidade de produzir para a comercialização. Conforme as mesmas autoras, os designers que buscam o propósito do social desenvolvem pesquisas e intervenções que envolvam preocupações e interesses públicos de variadas ordens, tais como: educação, saúde, segurança, acesso universal, proteção ambiental e prevenção de desastres. As autoras apontam, também, as ações dessa abordagem requerem compromisso e o uso de métodos empáticos que promovam a interação entre as pessoas envolvidas, e entre essas e todas as etapas do processo de design por meio da cocriação. O relacionamento é a ferramenta mais potente desse processo que está pautado no com e para pessoas e comunidades de forma inclusiva e participativa. Portanto, é crucial obter a aproximação com os envolvidos e a compreensão das variáveis do contexto do projeto.

Ainda, com o propósito do social, o design é aquele que está interessado nos problemas da sociedade, guiado pela convicção de que é possível ampliar direitos e oportunidades e transformar o indesejado para o bem-estar mais

coletivo. O foco está nos benefícios sociais para o cidadão, indo além do usuário consumidor e do mercado produtor (PATROCÍNIO, 2013). Nesse sentido, a discussão em torno do design demonstra aspirações para os desafios sociais complexos em torno do bem social, incluindo os problemas públicos.

Os teóricos Horst Rittel e Melvin Webber, ao estudar sobre as características específicas desses tipos de problemas, no universo das políticas sociais e suas implicações na prática, os descrevem como extremamente complexos, de escala e escopo indeterminados e os denominam como *wicked problems*. Os autores apontam que esses problemas são tipicamente aqueles referentes ao planejamento governamental, social ou político. São exemplos desses problemas a eficácia no sistema educacional, a degradação do meio ambiente e a obesidade infantil. Os autores nos alerta que, tal como o problema social complexo, para os *wicked problems* não há uma solução verdadeira ou falsa, ela pode ser boa ou ruim; eles têm traços de interdependência das causas; um pode ser sintoma do outro e não são estáveis.

Em seus estudos posteriores, Rittel (1988) acrescenta que tais problemas não podem ser resolvidos pela aplicação de abordagem “tradicional” da organização estatal e eles exigem métodos mais criativos. E, aponta o design como caminho para uma prática colaborativa que visa envolver todas as partes interessadas para encontrar a mais imaginativa e a melhor solução possível. Ao mesmo tempo, o autor adverte que a solução não pode ser considerada definitiva, porque o mesmo problema pode ser abordado por diferentes vertentes, por pessoas diversas e, assim, pode requerer outras soluções. Neste sentido, sendo o problema social complexo podemos inferir que ele é constituído de vários outros problemas.

Podemos citar como exemplo de um problema complexo o isolamento social do idoso que, como alerta Mouras; Veras (2017) é uma das maiores ameaças ao bem-estar na vida adulta. A solidão levanta a questão de como permitir que as pessoas idosas vivam bem tanto em suas próprias casas (convívio familiar) como em suas comunidades (convívio social). Pensar em uma solução para esse problema envolvem à família, à população, o governo, outras partes interessadas, os recursos financeiros, o conhecimento científico, o planejamento urbano, o transporte coletivo e, principalmente, o próprio idoso em seu contexto.

4.2

Sobre o design e o setor público

Ao explorar, em sua investigação, as características dos *wicked problems* e os desafios que eles representam para o governo australiano a Comissária do Serviço Público da Austrália, Lynelle Briggs, assinala que lidar com *wicked problems* é uma “arte” em evolução (BRIGGS, 2012). Como resultado do seu estudo nas áreas de políticas para o bem-estar, saúde, criminalidade, emprego, educação e meio ambiente, a autora elenca habilidades/estratégias de design que podem ajudar os decisores políticos a tratar esses problemas. São elas: (i) aplicação de abordagens inovadoras e flexíveis; (ii) capacidade de trabalhar entre os limites da agenda; (iii) envolvimento eficaz das partes interessadas e dos cidadãos na compreensão do problema e na identificação e elaboração das possíveis soluções; (iv) habilidades essenciais adicionais como criatividade e cooperação; (v) compreensão das mudanças comportamentais por parte dos decisores políticos e (vi) tolerância à incerteza e avaliação de resultados a longo prazo.

Em seu artigo *Wicked problems in design thinking*, Buchanan (1992) defende o design como uma disciplina extremamente flexível, passível de diferentes interpretações, tanto filosóficas como práticas. O mesmo autor proclamava que o design atua em pelo menos quatro vertentes: (1) comunicação visual (signos e símbolos); (2) o design de objetos materiais (de construção); (3) o design de atividades e serviços organizados (planejamento e pensamento estratégico) e, por fim, (4) o design de sistemas complexos ou ambientes /situações para a vida humana (integração sistêmica). É na quarta vertente apontada por Buchanan (1992), somado aos pensamentos de Simon (1981) e Frascara (2002) sobre a noção de design, que iremos nos apoiar como propósito para a conjunção design e políticas públicas.

Em relação às práticas do processo de design e da formulação de políticas públicas, Simon (1981) afirma que são análogas. O autor aponta que, ao ter como objetivo a resolução de problemas, a atividade intelectual que produz artefatos materiais não é fundamentalmente distinta daquela que concebe uma nova política de bem-estar social para o Estado. O autor elenca a similaridade com os seguintes

aspectos: (i) precisam ter o máximo de dados possível e entender o fenômeno em situações reais; (ii) se baseiam em métodos que exigem tomadas de decisão, planejando o que está por vir e (iii) ambas necessitam de um potencial de criação. O autor, ainda, complementa que tal como a ciência, o design, como campo do conhecimento humano, é útil tanto para atuar projetualmente (como, por exemplo, desenvolver um equipamento que gera energia sustentável) como para empreender (como, por exemplo, fornecer o seu pensamento para gerar mudanças na experiência de um serviço no setor econômico). Compreendemos que as duas abordagens não são excludentes e que o design – em ambas – pode ser reconhecido como propósito para enfrentar os problemas cada vez mais complexos. Na sua essência, o design planeja, desenvolve, concebe e entrega produtos, seja qual for à forma, tangível ou intangível, que eles possam tomar (BUCHANAN, 1995).

Diante desse universo o que caberia ao designer, enquanto imaginador? Qual papel do design nas instâncias das políticas públicas? E no setor público? O design faz as *coisas* se juntarem, assim afirma Junginger (2017). Isso faz com que a intenção se encaixe em conjunto com as expectativas dos cidadãos. Isso faz com que os objetivos sociais se encaixem com os requisitos públicos e com suas capacidades de ações. As políticas públicas sejam para planejar a estrutura das cidades e estados ou para promoverem serviço de atenção básica à saúde são questões de design porque são consequências do pensamento e da ação humana (JUNGINGER, 2017). Princípios, práticas e métodos de design são intrínsecos a todas as formas de governo que buscam formas mais flexíveis de governança para solucionar um problema público (BUCHANAN, 2016).

Assim, a relação entre o design e a mudança no contexto do governo, como produto da criação humana, se estabelece como essencial para as atividades políticas (PATROCINIO, 2013). Patrocínio e Bolton (2011) apontam quatro vertentes de atuação do design que serão influentes nos anos vindouros: 1) design de serviços ajudando a reforma de serviços públicos; 2) design participativo ou codesign emergindo para fortalecer a cidadania e desenvolvimento social; 3) o design mais relacionado com o trabalho de equipes transdisciplinares; e 4) o papel do designer mudando para estrategista usando ferramentas de design para gerar mudanças.

As áreas de atuação como design de serviço, que se concentra na (re) concepção de processos de serviços, ou de design de experiência, que se concentra na proposição de uma experiência, estão em constante crescimento. Do mesmo modo, há um empenho em torno do design que se preste ao *bem social*, o que em parte já está incorporado pelo movimento do empreendedorismo social e inovação social, e em parte pelo interesse crescente em inovação dentro do próprio setor governamental (BASON, 2013b).

Bason (2013) aponta que o quadro requer soluções mais inteligentes para ambientes sociais cada vez mais turbulentos, complexos e interdependentes. Como consequência, o autor defende que a associação entre o design e a esfera pública para lidar com esses desafios por meio de uma abordagem sistêmica, tem se tornado cada vez mais comum. Bason (2013) justifica sua colocação elencando diversos países como a Dinamarca, a Austrália, a Nova Zelândia, a Singapura, a França, o Reino Unido, o Canadá e os Estados Unidos que têm, em graus variados e em diferentes formas, assumido abordagens de design para impulsionar a inovação e mudança nos serviços públicos e na política.

Segundo Bason (2010) há um movimento híbrido mundial, associado à governança, da sociedade para o governo que abre espaço para a colaboração do design e aplicação de seus processos. Para o mesmo autor, por um lado, a sociedade civil está abdicando do preconceito em compor grupos de trabalho do governo e se junta a esse para a criação de novos serviços ou políticas. Por outro, a esfera estatal começa a ver o cidadão não mais como um ser passivo e, lentamente, soma elementos democráticos como a participação, capacitação, transparência e suas expectativas na construção das soluções para problema públicos.

Neste ponto, retomamos os escritos de Secchi (2015) que indica a existência de *esquemas espontâneos e horizontais* no processo de formulação de políticas públicas. Esses esquemas são produções desempenhadas por atores interconectados (visão multicêntrica) e não uma atividade exclusivamente governamental ou estatal que somente uns poucos podem exercê-la e que tenham um sentido *top down*.

Para colaborar com respostas para essas situações complexas, o design deve se articular a outras áreas – na condição de área multidisciplinar e integrativa de

um trabalho em equipe –, no intuito de reunir conhecimentos e práticas, como antropologia, sociologia, serviço social, filosofia. Ao transpor seus princípios fundamentais para outros campos, o design conecta esses fundamentos para as necessidades correspondentes no campo de destino, mergulhando profundamente e analiticamente nesse entendimento para o uso no novo contexto (DORST, 2015). Isso constitui as bases para as políticas abertas e participativas. Uma vez que a sua intenção é realizar algo para e com as pessoas - tanto o indivíduo quanto à sociedade como um todo – podemos inferir que o design com o propósito setor público, em princípio, deve ter um papel transformador do meio social que gera e implementa mudanças no *status quo* das condições indesejadas das pessoas para outras favoráveis.

4.3

Design aplicado à elaboração de política pública – Meios utilizados pelo *Policy Lab do Government Office for Science – UK*

Com o entendimento de que o design contribui para o incremento do setor público e para a formulação de políticas públicas, o governo do Reino Unido, em 2014 implantou o *Policy Lab*, como parte do GOV.UK²⁴, para tornar o processo de política mais aberto. O *Policy Lab* é um órgão oficial de políticas públicas que tem como principal objetivo desenvolver políticas de forma aberta aos atores sociais e integrada a todos os departamentos governamentais (GOV.UK, 2016). Trata-se de um laboratório composto por uma equipe multidisciplinar – designers, políticos, pesquisadores, parceiros e as pessoas afetadas pelos problemas – trabalhando em estreita colaboração. É um espaço que permite a parceria entre os departamentos nos projetos de diversas áreas, que incluem políticas ligadas ao

²⁴ O GOV.UK é um site de informação do setor estatal do Reino Unido, criado pelo Serviço Digital do Governo, em 2012, para fornecer um único ponto de acesso aos serviços do governo da HM.

combate ao crime, ao policiamento, à saúde, ao transporte público, a recolocação de desempregados, a habitação, ao trabalho e à assistência à infância.

As abordagens de design aplicadas na esfera estatal no Reino Unido têm suas origens no *Design Council*, órgão apoiado pelo governo inglês há 70 anos. O uso do design se expandiu do setor industrial para o da saúde no qual, em conjunto com a NHS (Sistema de Saúde inglês), teve seus métodos aplicados para a transformação dos serviços de cuidados médicos gratuitos a toda a população. Atualmente o *Design Council* é uma instituição não governamental, empreendedora social que estimula a inovação em serviços empresariais e públicos, tratando de questões sociais complexas (DESIGN COUNCIL, 2007).

Os projetos do *Policy Lab* são norteados por três técnicas do design que para Siodmok (2015) são fundamentais para o sucesso da política. A primeira é a *empatia*, que trata de um exercício de se posicionar no lugar do outro de modo a compreender a sua situação de vida e não apenas sua interação com a política; a segunda, a *cocriação* que se refere à prática que prevê as pessoas e partes interessadas interligadas, realizando juntas e colaborativamente todo o processo; e o terceiro, a *experimentação*, que, mesmo em pequena escala, possibilita ajustes para se chegar as melhores soluções, reduzindo tempo e custo.

O método utilizado pelos designers do *Policy Lab* foi embasado no *Double Diamond Model* (duplo diamante) desenvolvido pelo *Design Council*, cuja proposta foi pioneira na busca por uma inovação no sistema de serviços de saúde (SIODMOK, 2015). O duplo diamante é composto por quatro fases: descoberta, definição, desenvolvimento e entrega. Seu propósito foi de repensar a maneira pela qual os serviços públicos de saúde eram oferecidos à população. O diagrama, Fig. 3, ilustra o *Double Diamond Model*.

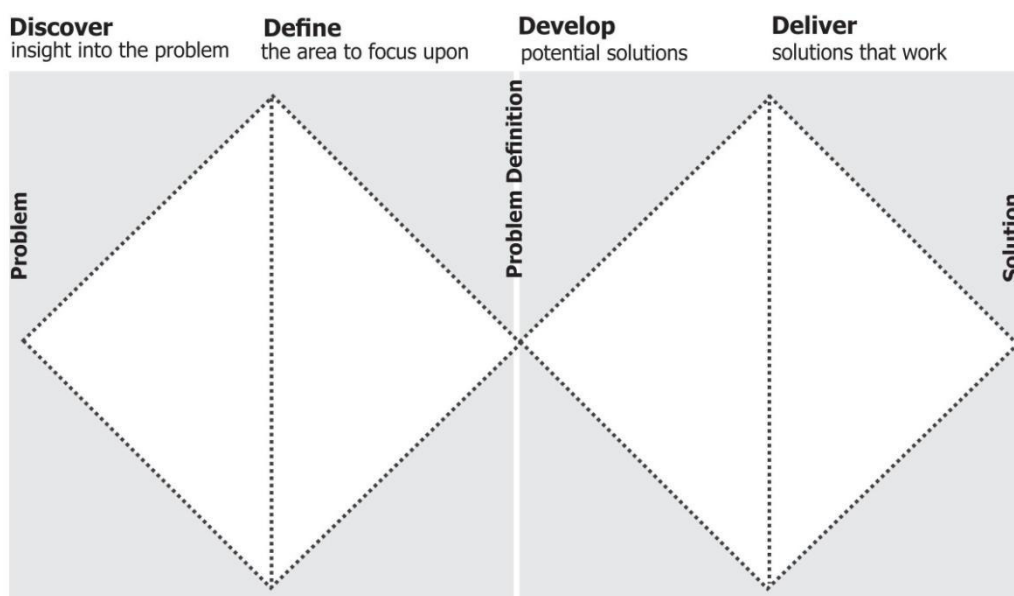


FIGURA 3: Duplo diamante (*Double Diamond Model*)

Fonte: DESIGN COUNCIL, 2012.

Em paralelo com o processo da política pública, as quatro fases não necessariamente se desenvolvem em uma ordem linear e segmentada, pois, o envolvimento deve ser com o todo e inter-relacionado (GOV.UK, 2016). O processo é iterativo. Isso significa que as ideias são desenvolvidas, testadas e refinadas várias vezes até que se alcance uma melhor solução. São descritas como:

- 1) *Reconhecendo as demandas (discover)*, seria a fase de **descoberta** que corresponde ao levantamento das demandas (a partir do problema inicial e da interpretação do cenário político);
- 2) *Estabelecendo o escopo (define)*, seria a fase de **problematização** que corresponde ao refinamento das demandas e definição do problema;
- 3) *Tomada de uma decisão (develop)* seria a fase de **deliberação** que corresponde ao desenvolvimento das opções e delimitação das possíveis e melhores soluções; o planejamento de como a política será efetivada.
- 4) *Fazendo acontecer (deliver)*, seria a fase de **implementação** que corresponde à prototipação e à experimentação com o foco nas implicações.

A fase da descoberta inicia a partir de um problema inicial (que pode conter várias demandas ou oportunidades) que é identificado durante uma pesquisa (coleta das informações sobre o cenário político, o contexto e as pessoas

afetadas pela situação indesejada, suas necessidades e desejos) anterior ao método. Nesta fase os participantes devem divergir seus pensamentos, refletindo sobre as demandas levantadas, fazendo perguntas e estabelecendo hipóteses. Nesta fase, também, é essencial o compartilhamento de informações entre os envolvidos. A clareza dessas informações ajudará a entender, encontrar e construir soluções para o desafio. A fase da descoberta no ciclo de política pública corresponderia à fase de identificação do problema.

A fase da problematização é aquela em que os participantes buscam produzir sentido para os aspectos identificados na fase da descoberta. Nesta fase eles convergem suas ideias de modo a sintetizar os dados levantados na etapa anterior, refinando os desafios e chegando à raiz e sintoma do problema de fato que a política precisará corrigir. Dessa forma os participantes poderão definir o que é pertinente ou não como possibilidade de identificar formas de solucionar o problema. E, ainda, os participantes começam a destacar alguns aspectos que precisam ser impressos no projeto para que as pessoas o considerem desejável. A fase da problematização no ciclo de política pública corresponderia a fase de formação da agenda.

A fase da deliberação é aquela em que os participantes do grupo e os especialistas divergem sobre ideias para gerar soluções para o problema levantado na fase anterior e definem as possíveis soluções. Para evitar que se esquivem do escopo do problema, eles podem fazer alguns julgamentos de valor do tipo: *o que é mais importante? Onde devemos agir primeiro? Como podemos fazer para que isto funcione?* Embora nesta fase deve-se favorecer ao máximo a criatividade e o surgimento das possíveis ideias, a resposta a essas perguntas auxilia no entendimento dos limites situados dentro do contexto real. A fase da deliberação no ciclo de política pública corresponderia às fases de formulação de alternativas e de tomada de decisão.

A fase de implementação é aquela em que o resultado desse processo é finalizado no sentido de converter (convergir) a intenção em ação efetiva continuada. Para isto, nesta fase prototipam e testam as soluções para compreender as falhas e os acertos. Nesta fase, podem entrar outros atores, como por exemplo, fornecedores e prestadores de serviço, cuja a ação definida demandará para ser continuada. Inclui aqui, o momento de avaliações para receber

retorno a respeito da solução, em curto prazo, com o objetivo de aprimoração da política em maior escala. É um processo de definição, materialização e experimentação que ajuda os designers a refinarem as ideias elaboradas em conjunto. A fase da implementação no ciclo de política pública corresponderia às fases de implementação e avaliação em curto prazo.

Para a execução de cada fase, a equipe do *Policy Lab* faz uso de um conjunto de ferramentas de cocriação que são aplicadas conforme a complexidade e tempo disponível para a realização do projeto (GOV.UK, 2016). Cabe ressaltar que, embora, o *Policy Lab* tenha aplicado amplamente suas ferramentas, em variados contextos de políticas e em diferentes locais, no campo do envelhecimento saudável, ainda, o processo é experimental. O primeiro ensaio, em 2015, ocorreu como parte de uma pesquisa mais ampla em torno da problemática do envelhecimento populacional. O governo do Reino Unido teve como objetivo reunir evidências sobre o que as pessoas idosas esperavam que ocorressem com elas no futuro, abordando vários cenários: transporte coletivo, mobilidade, trabalho, habitação e serviços públicos (VOSS *et al*, 2015). Novo experimento foi iniciado, recentemente, com vistas à implementação das ações propostas ao fim do ano de 2018 (GOV.UK, 2017).

Apresentaremos nesta seção as ferramentas que serão aplicadas na pesquisa de campo deste estudo que corresponde ao capítulo 7. Para a seleção, analisamos as diversas ferramentas (*Interviews, Evidence safari, Hope and fear cards, Challenge setting, Challenge panels, Change cards, Journey mapping, Data and social media analysis, Open Data, Experience prototyping*) que os formuladores de políticas do *Policy Lab* usam para criar uma política aberta e participativa e definimos pelas que julgamos ser de fácil comunicação para pessoas que possivelmente nunca tiveram contato com métodos de design. Para descrevê-las, será informado para que servem, em qual momento da fase devem ser aplicadas para obter melhores resultados e como devem ser realizadas (GOV.UK, 2016). São elas:

1) *Hope and fear cards* (cartão de sentimentos - esperança e medo)

Imagens impressas cujos temas podem ser relacionados ao contexto local, Fig. 4.

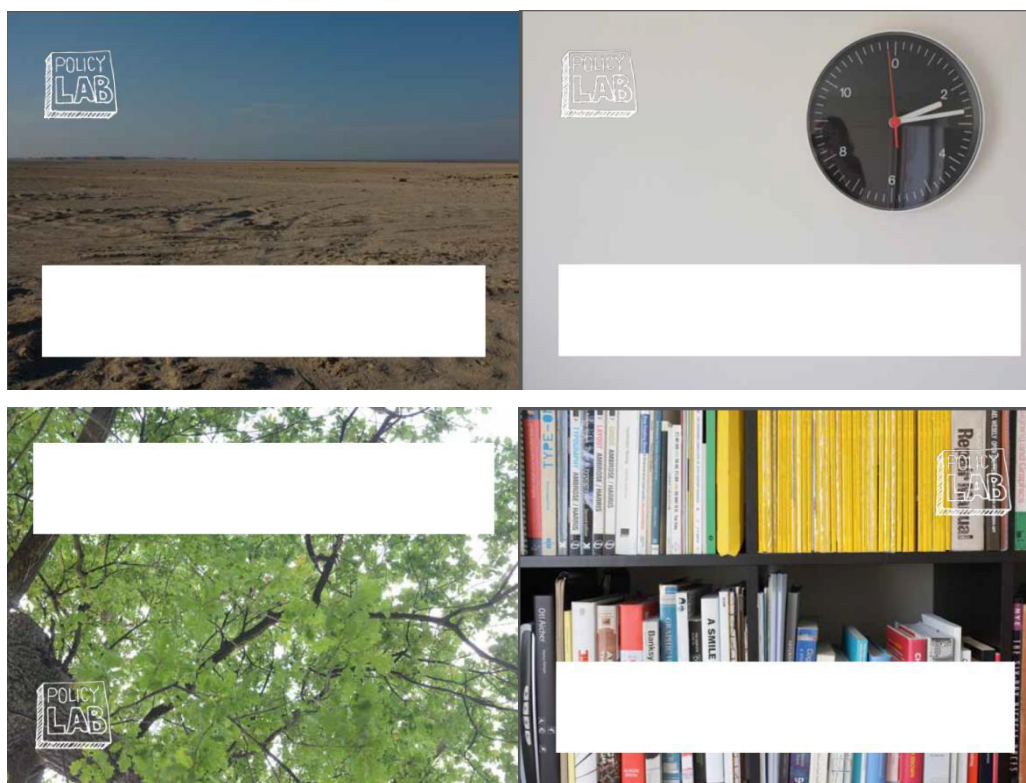


FIGURA 4: Exemplos dos *Hope and fear cards* (cartões de sentimentos - esperança e medo).
Fonte: GOV.UK, 2016.

Para que serve

A ferramenta, cartão de sentimentos consiste em uma imagem impressa com um *box* sobreposto para que as pessoas registrem nele seus sentimentos (medo ou esperança) em torno de um problema. Sua utilidade está em compreender o que as pessoas precisam e querem de uma área da política. O uso de cartões com imagens torna a atividade atrativa e faz com que as pessoas se envolvam. As imagens atuam como metáforas para as esperanças e medos dos participantes e podem ajudá-los a articular o que eles pensam, incentivando o diálogo.

Quando usar

Esta ferramenta pode ser utilizada em qualquer configuração de oficina cujo objetivo seja ressaltar sentimentos pelo seu potencial imagético. Deve ser usada no segundo estágio do desenvolvimento de políticas, fase da descoberta. Eles podem ser usados com qualquer pessoa envolvida em um projeto de política por ser um meio de incentivar os participantes a pensarem sobre um problema específico e debaterem sobre ele.

Como fazer

O mediador deverá imprimir cartões com ilustrações (imagens diversas) no formato A5 inserindo uma caixa de texto na imagem. A caixa de texto deverá ser pequena para evitar que as pessoas escrevam frases longas e para favorecer o diálogo. O mediador deve orientar que os participantes usem uma palavra ou frase para nomear sua esperança ou o seu medo. Durante a oficina os cartões devem ser colocados sobre as mesas, com as imagens visíveis, juntos com caneta/pincel colorido. O mediador deve definir qual, dos dois, abordará primeiro se o sentimento esperança ou o medo. Os participantes deverão ser orientados a escolher a imagem que poderá representar o seu sentimento (medo ou esperança) e terão alguns minutos para descrevê-lo com no máximo cinco palavras. Em seguida, cada integrante deverá compartilhar com o grupo o seu cartão, bem como o seu sentimento expresso. O processo deverá ser repetido para o outro sentimento.

2) *Challenge setting* ou *Challenge panels* (painel de desafio)

Questão norteadora.

Para que serve

Esta ferramenta permite conformar os desafios que são importantes para auxiliar na elaboração do problema. O painel de desafio configura as necessidades dos envolvidos de uma questão que inicia com "*Como podemos*" ou "O que precisaríamos". O objetivo é ouvir e estar receptivo às ideias.

Quando usar

Esta ferramenta, o painel de desafio, deve ser aplicada em um momento inicial de um projeto, na fase da definição, a partir dos temas-chave. Ela traz melhores benefícios quando aplicada após aos cartões de sentimentos *esperança* e *medo*. Ela tem melhor efetividade quando toda a equipe está receptiva, flexível e disposta a ouvir.

Como fazer

Para o painel de desafio serão necessários caneta/pincel e papel, em formato A5, com a questão "*Como podemos*" ou "*O que precisaríamos*" impressa no cabeçalho. O mediador deverá orientar aos participantes que os desafios devem ser descritos em frases curtas e não ultrapassar mais do que quatro linhas. Além disto, deverá sugerir que se embasem nos sentimentos *esperança* e *medo* que foram discutidos anteriormente. Ao receber as pranchas, os participantes deverão registrar na prancha a sua resposta ao desafio e dialogar entre o grupo. Ao final, os cartões deverão ser agrupados em temas-chave.

3) Change cards – Cartões de mudanças

Perguntas, intencionalmente, hipotéticas, Fig. 5.



FIGURA 5: Exemplos dos *Change cards* (cartões de mudança).
Fonte: GOV.UK, 2016.

Para que serve

Os cartões de mudanças buscam ativar a imaginação, provocar pensamentos extremos, extrapolando os limites do que seria possível. O objetivo é trazer à tona perspectivas e possibilidades de soluções diversas.

Quando usar

Deverá ser empregado no estágio inicial da concepção de uma política, no momento da deliberação, quando é necessário desvincular das ideias usuais para pensar em variadas soluções.

Como fazer

O mediador, inicialmente, deverá ressaltar qual o aspecto do problema de política precisa ser solucionado. Em seguida, ele deverá entregar caneta/pincel e pranchas, no formato A5, com perguntas que estimulam a imaginação dos participantes, para serem mais criativos e buscarem o maior número de ideias. Os participantes necessitam refletir sobre as questões impressas nos cartões, apresentarem suas ideias e discutirem juntos quais soluções funcionariam melhor considerando uma matriz esforço e impacto.

4) Prototyping / Experience prototyping (prototipagem)

A prototipagem é a materialização da solução em ação.

Para que serve

A prototipagem serve para tornar o projeto tangível e explorar suas implicações. A prototipagem é útil para: obter o *feedback* das pessoas afetadas; tornar a política mais útil e desejável ao descobrir antecipadamente quais as ideias funcionam e quais não; criar impulso e interesse para implementar a solução. A prototipagem cria evidências, dinamismo e interesse público na questão.

Quando usar

A prototipagem é, especialmente, importante na fase inicial da concretização e implementação das políticas públicas. No entanto, poderá ser realizada para verificar a eficiência da solução implantada em contexto de maior escala.

Como fazer

A prototipagem inicia com diálogo entre mediadores e participantes sobre quais são os possíveis formatos para a ação (uma campanha, um serviço, um incentivo fiscal, um projeto ou uma lei). O mediador poderá ilustrar com alguns elementos que servirão como inspiração (imagens ou estudos de casos relacionados às propostas apontadas). Os participantes deverão definir qual será ação, descrevendo sua estrutura e como será executada. Por fim, deve ser testada em menor escala para evitar gastos excessivos e aumentar lentamente a sua área de abrangência. Serão disponibilizados aos participantes alguns materiais como

papéis coloridos, caneta/pincel, tesoura e cola para que os participantes, caso queiram, registrem seus pensamentos.

4.4

Quando o design se encontra com o problema público

Encontramos, na literatura especializada, diversas iniciativas de codesign ou design participativo que levaram designers, cidadãos, especialistas e governos a trabalhar em estreita colaboração com vistas a oferecer melhores serviços públicos. Todavia, não foram identificadas publicações científicas sobre ações dessa natureza com enfoque na longevidade com mais qualidade no contexto brasileiro. Nesta seção, o que nos cabe é a reflexão sobre realizações nesse campo promissor para o design. Portanto, recorreremos a alocação de Secchi (2015) que os problemas sociais, embora de contexto e natureza diferentes, emergem de forma similares e as fases de formulação de políticas públicas podem ser aplicadas de formas semelhantes. Nesse sentido, entendemos que, o que for descrito aqui, fundamentará inicialmente o caminho que pretendemos explorar. Passamos a descrever ações do design elaboradas para solucionar problemas sociais complexos relacionados e não relacionados com a população idosa, e que nos ajudam a refletir sobre as possibilidades de atuação do design na formulação das políticas públicas em geral.

No livro, *Public & collaborative: exploring the intersection of design, social innovation and public policy*, Ézio Manzini (2013) apresenta onze estudos de casos os quais discutem, a partir de uma perspectiva crítica, as iniciativas que os laboratórios de pesquisa de escolas de design de países da Europa e América estão explorando, propondo e testando. Essas iniciativas compreendem soluções e modelos alternativos que demonstram a afirmação de que o design pode servir como um catalisador para a inovação social na esfera estatal para os problemas enfrentados no cotidiano.

O ponto de partida para esses estudos foi o *Public & Collaborative Thematic Cluster (Cluster P&C)*, um projeto de pesquisa que iniciou em 2011, promovido pela *DESIS Network*, uma rede internacional de laboratórios de design.

DESIS – abreviação de *Design for Social Innovation and Sustainability* – é uma rede internacional de escolas de design e organizações, em que laboratórios de pesquisa localizados em diferentes países – como Itália, Finlândia, Suécia, França, Bélgica, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá – desenvolvem estudos paralelos que se constituem da interseção do poder público e do design para a inovação social. Os autores dos artigos coordenam suas equipes compostas de pesquisadores, estudantes, agentes governamentais e a comunidade que atuam em escala local. A equipe visa identificar problemas sociais (nos setores da saúde, da educação, da habitação e do urbano), articular os recursos novos com os já existentes propondo soluções para serem implementadas pela esfera pública.

Entre os estudos publicados no livro, destacamos o “*Reflections on designing for social innovation in the public sector: a case study in New York city*”, dos autores Eduardo Staszowski, Scott Brown e Benjamin Winter, que ilustra a interseção entre design e serviços públicos com o estudo de caso “*Designing Services for Housing*” (DSH). O *Designing Services for Housing* é um projeto resultante da parceria entre a Rockefeller Foundation, o DESIS Lab (Laboratório da Escola de Design de Parsons), o *Public Policy Lab* (organização sem fins lucrativos dedicada a melhorar os serviços públicos por meio do design) e o *Department of Housing Preservation and Development (HPD)* da cidade de Nova York. O projeto foi estruturado em duas etapas interconectadas. A primeira focou na melhoria dos serviços e interfaces do *HPD* com os moradores novaiorquinos, atuais e futuros, de habitação subsidiada (unidade de moradia popular). A segunda buscou promover redes sociais e serviços colaborativos entre os moradores, nos bairros onde os programas e as iniciativas do *HPD* são mais ativos, tais como, Melrose, no sul de Bronx. O projeto começou com uma série de palestras e dois cursos na Parsons, que incluiu sessões de cocriação com equipe do *HPD* e com os usuários. O resultado dessa fase foi um “kit de ideias” destinado a descrever um cenário futuro em que os serviços propostos se reforçariam mutuamente, Fig. 6. O “kit” incluiu quatro demandas que seriam desenvolvidas em formato de serviços. São elas: 1) a compreensão e aplicação, tanto por parte dos moradores com dos funcionários do HDP, do código de manutenção das habitações e proteção dos direitos dos moradores; 2) a simplificação dos processos de candidatura para as unidades de moradia popular; 3) a melhoria da

interface dos canais de informação do *HPD*; e 4) a criação de redes entre os vizinhos para o apoio mútuo. Os resultados dos serviços não foram apresentados no artigo por se encontrarem em fase de prototipação.



FIGURA 6: Ilustração do cenário geral do “Kit de ideias”.
Fonte: Manzini (2013)

Outro estudo que merece destaque é o *“Peer-production in public services? Emerging themes for design research and action”*, das autoras Andrea Botero e Joanna Saad-Sulonen que apresentam iniciativas de ensino e pesquisa que foram desenvolvidas na *School of Arts, Design and Architecture* da *Aalto University*, em Helsinki, por meio da cocriação, em parceria com gestores municipais, os idosos e a comunidade. Uma das iniciativas resultou no projeto *Rethinking Villa Breda*²⁵. Villa Breda é um centro de serviços para idosos, localizado na cidade de Kauniainen, região metropolitana de Helsinki. O projeto

²⁵ *Rethinking Villa Breda* é parte do programa *365 Wellbeing project*, da *School of Arts, Design and Architecture* da *Aalto University*, em Helsinki na Finlândia. O *365 Wellbeing project* é composto por 12 projetos que visam reinventar os bairros suburbanos das cidades de HelsinKI, Espoo, Kauniainen e Lahti. Os projetos têm como objetivo projetar serviços públicos e ambientes mais agradáveis e saudáveis e encontrar formas de encorajar as pessoas idosas a adotarem estilos de vida mais favoráveis à saúde.

visou aumentar o convívio em comunidade, promover a interação e colaboração entre pessoas e propiciar formas de evocar sentimentos positivos. Para tanto, os designers incluíram no processo de elaboração a participação e percepções dos usuários, dos especialistas de saúde e dos governantes da cidade de Kauniainen. O projeto foi dividido em três submódulos: *Novel service concepts*, *Premises* e *Identity*. O módulo *Novel service concepts* consistiu na inovação de serviços que combinaram saúde, cultura, exercício físico e interação entre as gerações para o bem-estar dos cidadãos idosos. O módulo *Premises* centrou-se na concepção espacial, especialmente, para repensar a acessibilidade. E o módulo *Identity* consistiu na criação da identidade dos novos serviços e do próprio centro *Villa Breda*. O módulo *Identity* apresentou três serviços que foram desenvolvidos, a partir do conceito “compartilhando sabedoria”, e visavam a interação entre os idosos e pessoas de diferentes idades: *Honestly*, *Memo*, *Ajo*.

(1) *Honestly* foi idealizado para ser uma plataforma que possibilitaria a conexão entre as gerações na qual os jovens poderiam interagir/aprender com as pessoas mais velhas e experientes, Fig. 7. Inicialmente os criadores da proposta filmaram vídeos curtos onde pessoas idosas respondiam perguntas sobre suas vivências e experiências. Em seguida, realizaram uma campanha de divulgação com cartazes, fixados em vários pontos da cidade, que direcionavam as pessoas para o site. No site, as pessoas poderiam ver todos os vídeos e enviar um convite para o idoso agendando um encontro. O convite poderia ser enviado por email, mensagem ou ligação telefônica.



FIGURA 7: Divulgação do *Honestly*

Fonte: 365wellbeing.aalto.fi/projects/villabreda/module1/honestly/Honestly_presentation_pdf.pdf

seria um serviço com o propósito de auxiliar as pessoas a guardarem, organizarem e partilharem as suas histórias favoritas, experiências agradáveis por meio dos objetos memoráveis, Fig. 8. O idoso que solicitasse o serviço selecionaria os seus objetos preferidos (como por exemplo, uma foto, um vaso de planta, uma xícara e uma peça de vestuário) que seriam registrados pela equipe *Memo*. Em seguida, o idoso receberia um caderno com as fotos dos objetos para descrever a história referente ao objeto. A equipe *Memo* digitalizaria os textos, as fotos, as músicas, os vídeos, entre outras informações que seriam transformados em adesivos com QR-codes. O produto final foi um livro com todas as informações digitalizadas (para atender a necessidade do idoso que não tem afinidade com a tecnologia), além de informações para a aplicação e uso dos QR-codes nos objetos (para atender a necessidade de usuários da tecnologia).

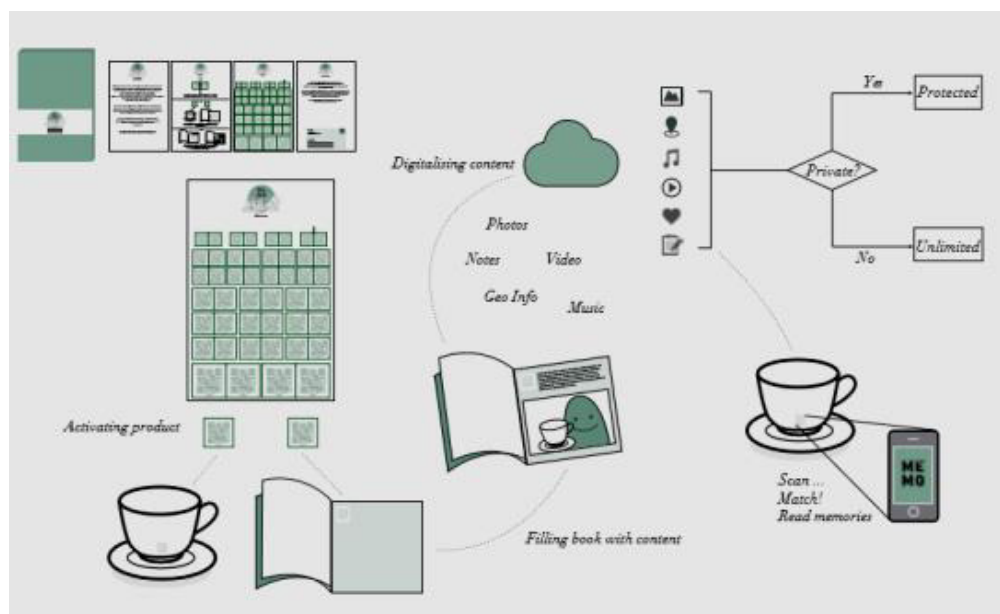


FIGURA 8: Mapa do sistema de serviço do *Memo*

Fonte: 365wellbeing.aalto.fi/projects/villabreda/module1/memo/MEMO%20presentation1.pdf

(3) *Ajo* tinha por finalidade apoiar o vínculo social do idoso com foco na mobilidade, Fig. 9. O serviço envolvia dois “amigos”: *kuljettaja* (amigo motorista) e *kulkija* (amigo a pé). O primeiro dirigiria um micro-ônibus para levar os idosos para locais centrais enquanto o segundo caminharia com eles para o seu destino. A ideia era que o idoso pudesse manter sua

mobilidade, tanto para cuidar de suas tarefas diárias, tais como fazer compras, ir a eventos, ao restaurante, a um encontro; além de manter a sociabilidade e fazer novos amigos que compartilham histórias durante a caminhada. Como resultado os usuários teriam opção de usar o serviço em datas pré-definidas em um calendário fixo ou poderiam reservar para uma data específica com a telefonista no *Villa Breda*. Os interessados em serem “amigos” se cadastrariam no *Villa Breda* fazendo a programação conforme seu tempo disponível.

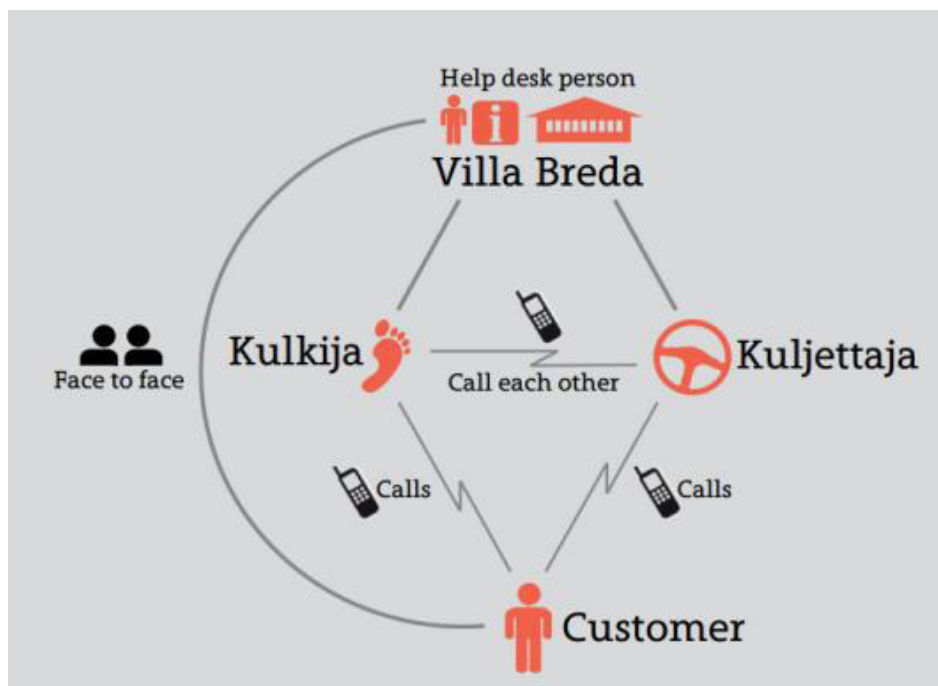


FIGURA 9: Mapa operacional do AJO

Fonte: 365wellbeing.aalto.fi/wp-content/uploads/AJO_report.pdf

Esse caminho proposto para os órgãos públicos pede uma transformação sistêmica que não pode ser realizada nas condições normais de seus negócios diários. Considerando que os estudos do *Public & Collaborative Thematic Cluster (Cluster P&C)* ainda estão em andamento, no final de seus artigos, cada autor oferece recomendações específicas para designers, educadores, funcionários públicos e políticos, com base nas experiências, assim como alguns desafios e oportunidades identificados. Tais recomendações específicas, desafios e oportunidades serão apresentados a seguir. Os autores alertam que desenvolver ações na esfera pública não é uma estratégia simples e propõem algumas ações

iniciais, porém, evidentes para que o setor estatal possa aumentar a eficácia e prestar melhores serviços: (1) estabelecer vínculo entre esfera governamental e instituições acadêmicas (escolas de design) envolvendo pesquisadores para o desenvolvimento de protótipos, testes e implementação de serviços a serem prestados por órgãos públicos, e o mais importante, a elaboração de um pensamento crítico; (2) promover o engajamento dos cidadãos e organizações em um processo de coprodução com atores do governo, que permita aos usuários desenhar e implementar seus próprios programas de serviço, habilitados e apoiados por órgãos públicos. Dessa forma as pessoas são consideradas atores principais no processo de concepção e prestação de serviços públicos; (3) facilitar a conexão em redes promissoras, eficazes e produtivas para discutir abertamente o papel do Estado na vida das pessoas desencadeando sensibilização para a cidadania; (4) investir a longo prazo e com compromisso, de forma que decisores políticos e funcionários públicos sejam preparados para comprometerem-se com a continuação, a experimentação, a avaliação e a readequação dos serviços. Como benefício, ao agirem de forma participativa, elaborando e implementando as ações, esses atores desenvolvem relações de confiança, enquanto fortalecem o tecido social de suas localidades e inspiram uma visão de bem-estar e cidadania nos seus pares. O resultado seria uma nova geração de serviços públicos no qual os usuários finais se tornam coprodutores dessas ações promissoras, habilitadas e apoiadas por órgãos públicos (MANZINI, 2013).

Com uma visão positiva da interação entre design e a esfera pública, a designer Hilary Cottam do Reino Unido, a propósito de sua atuação no *Design Council*, publicou um artigo descrevendo as mudanças ocorridas no setor da saúde, a partir de sua experiência pessoal na criação de serviços públicos por meio do design participativo que incluiu designers, especialistas em saúde, economista, antropólogo e decisores políticos que trabalharam em parceria com os servidores públicos e a comunidade em Kent, na Inglaterra (COTTAM, 2010). O problema colocado pelos moradores de Kent para a equipe do *Design Council* foi a necessidade de incentivar pessoas da faixa etária entre 50 a 70 anos se manterem ativas, a fim de reduzirem a probabilidade de doenças relacionadas com a idade (tais como fraturas, osteoporose, Alzheimer, diabetes). A pergunta colocada por toda a equipe foi “o que faria as pessoas se sentirem motivadas e querer desfrutar

de uma vida mais ativa?” Cottam (2010) viu como possibilidade para esta mudança a cocriação de soluções que, eventualmente, permitiriam que as pessoas enfrentassem os desafios sociais, como o envelhecimento, e elas, não apenas os decisores políticos, estariam envolvidos na tomada de decisão. A autora define essa ação como uma abordagem social de colaboração para o bem-estar e sublinha a melhoria das relações humanas nesses ambientes. Cottam (2010) finaliza o texto destacando que a implantação e manutenção desse tipo de inovação requerem uma reforma organizacional do serviço público. Serviços cocriados são diferentes em termos da sua concepção, conteúdo, sistemas, suas estruturas de distribuição e sua aproximação aos recursos. Não são apenas novas combinações de uma oferta existente, por conseguinte, demandam capacitar profissionais com habilidades e ferramentas para trabalharem juntos e com os usuários neste sistema aberto. Essa maneira de praticar design prevê, no processo de projeto, a inclusão de todos os participantes envolvidos no sistema. Ao participarem da criação dos serviços, as pessoas podem se expressar como indivíduos, criar vínculos afetivos e se sentirem queridas e importantes. O valor dos serviços cocriados reside nessas relações de afeto, evocadas ao longo das interações com as pessoas e com aspectos ligados ao longo do processo, os tornando desejáveis.

A partir dessa experiência de Cottam, o *Design Council* em parceria com a *Technology Strategy Board Assisted* estabeleceu, no ano de 2012, o programa *Independence Matters*, que aborda especificamente problemas sociais apresentados pelo fenômeno global do envelhecimento da população. O objetivo do programa é impulsionar a inovação para atender à demanda por estilos de vida independentes, bem-estar e melhoria da qualidade de vida para os cidadãos idosos, resultando em um desenvolvimento econômico e social.

O programa envolveu sete equipes de designers que entrevistaram 2000 idosos para identificar o que estas pessoas estariam dispostas a fazer para se manterem mais ativas. A partir desse levantamento foram selecionados 400 idosos que participaram da elaboração das soluções. Foram desenvolvidos sete serviços que tinham como premissas promover a autoestima, o convívio e as relações intergeracionais.

(1) *The Amazings* capitaliza experiência de vida de idosos com qualquer habilidade, talento ou conhecimento – como a dança, tricô, jardinagem,

história local, astronomia – para transformá-la em cursos de curta ou longa duração. A equipe *Amazings* ajuda os idosos a identificar suas habilidades e as transformam em cursos que são planejados e cadastrados na plataforma disponível ao público. É uma oportunidade para eles compartilharem suas habilidades e experiência, com outras pessoas, socializando fora do seu grupo de pares. Os cursos possibilitam uma renda extra, permitem ampliar o círculo de amizades com pessoas mais jovens e impulsionam a autoestima e o orgulho próprio, Fig.10.



FIGURA 10: Informações sobre o *Amazing*
Fonte: Design Council, 2012.

(2) O *Room for tea* é um tipo de rede de compartilhamento de acomodações para pessoas que necessitam se hospedar em Londres por curto período e a preços acessíveis. Essas acomodações são disponibilizadas por anfitriões idosos. Mais de um terço de estagiários não remunerados, que trabalham em Londres, não tem condições de pagar aluguel. Ao mesmo tempo, muitos idosos sofrem de isolamento social e têm ambientes em suas residências que não são utilizados. A equipe do *Room for tea* conecta esses dois grupos para o consumo colaborativo de hospedagem, por meio de uma plataforma na qual as acomodações dos idosos anfitriões são registradas e os hóspedes cadastram seus dados. Para

a segurança dos idosos, todas as informações sobre os hóspedes são verificadas, Fig. 11.



FIGURA 11: Divulgação do *Room for Tea*
 Fonte: <http://www.roomfortea.com>

(3) *Gusto* é uma cooperativa composta por embaixadores (designers e assistentes sociais) que incentivam os membros (idosos) a fazer mais coisas que amam, a tentar novas experiências e a conhecer novas pessoas, como possibilidade para eles encontrarem as suas formas para o bem viver. A cooperativa é coordenada por assistentes sociais que tem como premissa promover a sociabilidade, a mobilidade e as atividades para os idosos, Fig. 12.



FIGURA 12: Informações sobre o *Gusto*.
Fonte: Design Council, 2012.

(4) *League of Meals* trata-se de uma iniciativa destinada a ajudar pessoas a cozinhar melhor e poupar dinheiro por meio da partilha de conhecimentos e dicas dos idosos. O foco foi realizar sessões de culinária colaborativas que abordavam a questão do desperdício de alimentos e o consumo de alimentos orgânicos. As pessoas deveriam cozinhar com os ingredientes que estavam disponíveis ou que poderiam ser desperdiçados, Fig.13.



FIGURA 13: Informações sobre o *League of Meals*.
Fonte: Design Council, 2012.

(5) *Casserole* é uma rede de partilha de comida caseira na comunidade local. A ideia é que pessoas que cozinham em casa regularmente compartilhem porções extras de comida com as pessoas vizinhas que nem sempre são capazes de cozinhar para si, por um preço acessível. Inicialmente a rede foi sendo construída por contato telefônico. Atualmente, as conexões também são realizadas via mensagem. O “cozinheiro” cadastra na plataforma e disponibiliza informações pessoais que serão conferidas pela equipe organizadora do serviço. Os contatos dos “cozinheiros” são divulgados em um catálogo, Fig.14.



FIGURA 14: Informações sobre o *Casserole*.

Fonte: Design Council, 2012.

(6) *Meet 2 Eat* trata de um serviço que visa orientar idosos que precisam adequar seus hábitos alimentares a novas situações físicas ou doenças. O serviço inclui a avaliação particular de suas necessidades, uma combinação interativa de atividades em grupo e individual com aprendizagem guiada sobre o que comprar, cozinhar e comer. Ao final, o idoso recebe um livro de orientação chamado "sua receita", Fig. 15.



FIGURA 15: Informações sobre o Meet 2 Eat.
Fonte: Council Design, 2012.

(7) *The After Work Club* foi inspirado pela oportunidade de prestar um serviço de cooperação para homens idosos que, ao se aposentarem, perdem a estrutura e rede social que o emprego lhes fornecia. Os integrantes são incentivados a vivenciar melhor a fase da aposentadoria, explorar seus objetivos pessoais, criar eventos para compartilhar suas experiências e conhecer uns aos outros, Fig.16.



FIGURA 16: Informações sobre o After Work Club.
Fonte: Design Council, 2012.

O *Independence Matters* foi avaliado no ano de 2015. Alguns dados podem ser apresentados em relação ao programa. Em maio de 2012, o serviço *The Amazings* estava funcionando com mais de 400 'Amazings' registrados. Nos primeiros três meses de 2013, foram realizadas mais de 120 aulas. Até 2015, foram gerados para os idosos mais de 800.000 mil euros por meio das taxas que eram cobradas às pessoas que desejavam realizar os cursos. Em torno de 13 mil pessoas se matricularam e frequentaram as aulas.

Em relação ao *Room for Tea*, esse possuía mais de 1000 pessoas registradas e 60 hóspedes ativos. O *Room for Tea* coletava regularmente comentários dos seus hóspedes para aprimorar o serviço. Ainda, como resultado, foi apontado que, em termos de convívio social, os anfitriões valorizavam a experiência positiva de acolher pessoas e aprender com as novas gerações.

Sobre o serviço *Gusto*, esse possuía 120 membros ativos que ofereciam em torno de 25 atividades por mês. Seus membros haviam realizado 356 atividades.

Os resultados sobre o *League of Meals* mostraram que seu serviço foi expandido. As pessoas podiam, também, encomendar um *cook boxes* contendo frutas frescas, vegetais, ervas, especiarias, condimentos e uma aula de culinária sobre como preparar pratos com esses ingredientes.

Quanto aos resultados do *Casselore*, mais de 4.100 cozinheiros se inscreveram e 80% deles possuíam mais de 80 anos. Em 2014, o *Casserole* foi lançado na Austrália e foi destaque nas revistas *Sainsbury* e *Red*.

Sobre os serviços *Meet 2 Eat* e *The After Work Clube*, os resultados mostraram que eles se mantêm, contudo, as informações apresentadas não retrataram dados quantitativos.

Observamos que essas iniciativas podem ser lidas como sinais de uma mudança de paradigma, o que leva a ideia do Estado Social como o conhecemos – responsável pela promoção social e com todas as configurações que esse conceito assumiu nos diferentes contextos geográficos, econômicos e sociopolíticos – rumo a algo novo. Ações sociais e, em particular, iniciativas que emergem de atitude colaborativa e participativa dos afetados, podem estar entre os mecanismos mais promissores da mudança das políticas públicas. Pela visão *multicêntrica*, mais que a afirmação formal em documentos jurídicos ou políticos, uma política pública toma forma de programa educacional, de esclarecimento público, de

subsídios governamental, de inovação social e de campanha do agasalho, entre outros, (SECCHI, 2015).

Sabemos que as experiências internacionais de práticas em prol do envelhecimento saudável são singulares, culturalmente determinadas, portanto não cabe a nós reproduzi-las aqui. Entretanto, ao observá-las, percebemos que podem se apresentar como possibilidades, evidências e fontes de inspiração. Observamos, igualmente, que o desempenho do design nesse contexto no Brasil ainda está pouco explorado e, conseqüentemente, aberto para exploração e experimentação. Os atuais desafios dos sistemas econômico e social são abundantes e exigem capacidade das organizações não governamentais e governamentais em fornecer eficazmente várias categorias de políticas públicas.

E, quanto ao design, juntamente com a política e a sociedade, acreditamos que seu propósito tende evoluir. Ao deparar com novas possibilidades de atuação, os designers expandem em seus significados e conexões, revelando inesperadas dimensões na prática, “chegando às organizações do terceiro setor, aos governos e às comunidades informalmente constituídas, vislumbrando os recursos sociais que podem ser utilizados na proposição de projetos socialmente inovadores” (OLIVEIRA; FREIRE 2015, p.69). Acreditamos, igualmente, que dada à complexidade de lidar com uma demanda crescente de especializações, o design é reconhecido pela articulação e flexibilidade de seu *lócus*, sediado entre o global e o local. E, ainda, que o design se apresenta como um propósito que situa diversas unidades em totalidades organizadas.

Metodologia da pesquisa

Na busca do conhecimento e considerando as dúvidas que o cercam, tão importante quanto se fundamentar é definir que tipo de delineamento de pesquisa será utilizado. Compartilhamos que o campo do design, na área da pesquisa, agrega conhecimentos distintos de abrangência teórica e prática. Simon (1981) afirma que sendo o design de natureza projetual, ao se enveredar no campo do conhecimento científico, é importante que se traga para a discussão parte de saberes empíricos advindos dos problemas reais cotidianos e as suas soluções possíveis. Logo, é necessário que haja uma unidade com relação à teoria e à prática, ou seja, um entrecruzamento de saberes na sua situação de aplicação. Não sendo o design nem mágico e nem divino, cremos que o seu desenvolvimento se sustenta no saber científico e na *arte* de aplicá-lo para o bem dos seres humanos.

No campo das políticas públicas, Barreto (2004) nos adverte que se consolida a noção de que, cada vez mais, são necessários conhecimentos científicos para fundamentar os processos de tomada de decisões. Sobretudo, deve-se ter em mente que, como acontece em outros campos da ação humana, no processo de elaboração de decisões políticas o conhecimento científico é apenas um dos componentes. Dito pelo mesmo autor, parte desse processo não é e, possivelmente, nunca será cientificamente fundamentado. Barreto (2004) compartilha do entendimento de que, na pesquisa em política pública, o componente científico deve ser ampliado, levando em consideração diferentes dimensões de análise, articulando o empírico com o teórico na expectativa de que se possa ultrapassar a incerteza. Isto significa dizer que um método por si só não pode ser completo.

É, sobretudo, a partir dos métodos sistematizados de uma pesquisa que essa pode ser avaliada e validada como científica. A pesquisa configurou-se pelo tipo aplicada, abordagem qualitativa e apoiada na metodologia da pesquisa-ação. Construímos nosso percurso metodológico pautado na pesquisa aplicada, porque, segundo Thiollent (1997, p.50) “a metodologia requerida para desenvolver a pesquisa aplicada deve oferecer subsídios para identificar e resolver problemas, inserir o conhecimento dos indivíduos e grupos na elaboração do conhecimento coletivo”.

No caso da abordagem qualitativa Triviños (2009) nos orienta que o pesquisador qualitativo apoia-se em métodos e técnicas que têm as características de ressaltar a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico. Como alguns exemplos desses métodos e técnicas, o autor cita a observação participante e a entrevista semi-estruturada (aberta ou livre), bem como, o questionário aberto (formulário).

A pesquisa-ação se configurou como fundamental, pois, tínhamos como objetivo intervir no campo e promover uma ação planejada sobre o objeto, que segundo Thiollent (1997) pode gerar um aprendizado sobre o que é ou não possível, sobre o que funciona ou não durante os processos e resultados da intervenção. Nesta tese, buscamos apontar uma resposta de cunho prático para que os envolvidos sejam capazes de apreender sua situação e de modificá-la. A pesquisa-ação, portanto, é um tipo de pesquisa participante de nível mais engajado, realizada para e com as pessoas, o que corrobora com o campo da política pública e do design.

Assim, meu comprometimento, bem como dos envolvidos com a pesquisa, caracterizou-se como participantes ativos e foram utilizadas técnicas da observação participativa e seus instrumentos – entrevistas e formulários – e a pesquisa-ação associada ao método de design participativo (cocriação) – o *Double Diamond Models* (duplo diamante) e as ferramentas utilizadas pelo *Policy Lab*.

O objetivo deste presente capítulo consiste em apresentar e relatar a condução dos métodos deste estudo que construíram o *corpus* do referencial teórico e guiaram o *modus faciendi* da pesquisa de campo. Discutiremos o conteúdo dos dados levantados que compõe esta pesquisa, articulando e

sintetizando em temas-chave os elementos analíticos norteadas pelo referencial teórico e as categorias empíricas situadas no plano concreto do campo.

5.1

Percurso metodológico

Os objetivos deste estudo foram respondidos em três momentos relacionados entre si, nos quais foram utilizados métodos e técnicas da pesquisa de natureza qualitativa e participativa e da pesquisa-ação somados aos métodos e ferramentas do design.

No primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica aprofundada para compreensão do cenário no qual a pesquisa se insere – envelhecimento, políticas públicas e design. Esta pesquisa partiu da análise das referências teóricas em livros, publicações em periódicos nacionais e internacionais, que pudessem embasar o desenvolvimento do trabalho. O corpus teórico teve contribuição dos autores e pesquisadores do campo da filosofia, sociologia, antropologia, política e design. Não obstante, o referencial teórico configurar-se como momento inicial desta pesquisa, o levantamento bibliográfico e a atividade de leitura perfez o estudo de maneira integral.

No segundo momento, destacamos que a pesquisa partiu de uma base exploratória e participante com ênfase na teoria e nas evidências. Inicialmente, realizei um levantamento das legislações pertinentes ao idoso em Minas Gerais e em Belo Horizonte. Em seguida, com especial atenção ao processo de constituição de uma política pública, vivenciei um panorama circunstancial das políticas para o envelhecimento no contexto do setor público. Investiguei; mantive contato presencial e diálogos; participei de eventos, tais como: IV^a Conferência Municipal do Idoso em Belo Horizonte, Assembleias e Fóruns nos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso. Frequentei e dialoguei com gestores da Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas (Minas Gerais) e da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas (Belo Horizonte) e participei mais

ativamente no Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC-Barreiro). Não menos importante, e com objetivo de compreender ações em diversos setores da sociedade, na instância privada dialoguei com a Fundação Itaú cultural e a Fundação Vallourec & Mannesmann; e, por fim, nas instituições acadêmicas, busquei informações sobre as atividades das Universidades Abertas da Terceira Idade da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e o programa de cursos para idosos proposto pela Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais. Ressaltamos que as observações realizadas durante este momento foi fundamental para a decisão de delimitar o campo desta tese em um ambiente do setor público, por três motivos. Primeiro por inferir que um processo de cooperação entre atores estatais e não estatais (observados os princípios da abordagem multicêntrica) pode resultar em melhoria das políticas públicas como um todo, conforme apontam Schneider (2005); Secchi (2015), pois há uma responsabilidade compartilhada que deve se instaurar para solucionar questões afeitas ao idoso, recomendada, inclusive, pelo Estatuto do Idoso. Segundo, por ser a instância governamental a mais resistente à modificação, como assinalado por Simon (1981); Patrocínio (2013); Secchi (2015); Buchanan (2016); Junginger (2017) e atuar junto a ela poderia ser um catalisador para sensibilizar os atores estatais para as mudanças necessárias no âmbito da formulação de políticas públicas em prol do idoso. E, por fim, por ser o design um campo ora pouco conhecido, ora desconhecido na instância governamental em Belo Horizonte, o estudo poderia contribuir para promover aproximações e elucidações sobre a atuação desse campo nessa esfera.

No terceiro momento, para investigar a contribuição dos processos de design para a formulação de políticas públicas, por meio de uma intervenção junto ao campo, na realidade do setor público, realizei uma pesquisa-ação. O objetivo era engajar as pessoas em um processo de transformação do *status quo*, mediante a cooperação, parceria e a corresponsabilidade incluindo todos os envolvidos nas duas etapas deste momento. Elegemos a pesquisa-ação pela afinidade entre o processo de design, a formulação de políticas públicas (na visão multicêntrica) e as especialidades deste tipo de pesquisa. Uma característica comum e indispensável entre eles é a intencionalidade de transformar uma situação social real. Outro ponto comum trata da atuação das pessoas que, cujas realidades serão

alteradas, durante todo o processo de (i) desenvolvimento e implementação da solução para o problema (no caso do design e das políticas públicas) e de (ii) construção de novos conhecimentos (no caso da pesquisa-ação) precisa ser ativa e colaborativa com os designers e pesquisadores.

O campo desta pesquisa fundou-se com um estudo inicial, pelo qual buscamos compreender a trajetória e o funcionamento das casas de convivência para idosos no âmbito municipal no Rio de Janeiro. A coleta de dados compreendeu a análise de documentos e observação exploratória, por meio de diálogos espontâneos, na Casa de Lazer e Convivência Maria Haydée, na cidade do Rio de Janeiro. A Casa de Lazer e Convivência Maria Haydée, em sua gênese, constituía-se de um grupo, no âmbito da sociedade civil, em que os idosos compartilhavam experiências, vivências e atividades como forma de cultivar uma longevidade prazerosa. Posteriormente, essa iniciativa foi incorporada pela Prefeitura como um programa que se multiplicou, resultando em oito casas implementadas no município. Entretanto, durante o exame de qualificação, os membros da banca sugeriram a mudança do campo desta pesquisa para a cidade de Belo Horizonte. Assumimos a sugestão por dois motivos: (1) eu resido e trabalho em Belo Horizonte, o que facilitaria a imersão no campo; (2) como pesquisadora, as possibilidades do design voltadas para os cidadãos com idade superior a 60 anos têm norteado meus estudos teóricos e práticos e tenho acompanhado arenas públicas de discussão sobre idoso desde 2014, também nessa cidade. O estudo sobre a Casa de Lazer e Convivência Maria Haydée, apesar de ser uma evidência e ter fundamentado o contexto exploratório desta tese, tornou-se uma reflexão inicial e consta no Apêndice VII.

Em Belo Horizonte, elegemos por conveniência o Centro de Convivência para a Terceira Idade (CAC-Barreiro) como campo de estudo e contexto desta investigação, tendo a sua escolha sido estabelecida por conveniência.

5.2

Etapas da pesquisa de campo

Esta pesquisa de campo é de natureza qualitativa e foi conduzida pela pesquisadora. Ela está dividida em duas etapas. A primeira etapa compreende uma investigação sobre a contextualização do campo de pesquisa e a segunda trata da aplicação e análise das contribuições do design na elaboração de política pública. Durante todas as duas etapas, três voluntários (iniciantes na pesquisa e no design), treinados previamente para auxiliar na aplicação dos instrumentos (formulário e questionário), método e ferramentas desta pesquisa, acompanharam a pesquisadora. Eles tiveram como responsabilidade aplicação do formulário, acompanhamento dos grupos durante as oficinas, registro das observações e gravação em áudio. As gravações foram feitas por celulares. Após cada encontro, a pesquisadora e os voluntários conversavam e registravam novas percepções. As gravações foram transcritas pelos colaboradores e conferidas pela pesquisadora. Os formulários e o questionário Miniexame do Estado Mental foram registrados por meio da escrita.

Para o tratamento do material empírico levantado durante a coleta dos dados, utilizamos como método interpretativo de análise no campo social a hermenêutica-dialética. Minayo (2002, p. 227) define a hermenêutica-dialética como um método de abordagem e análise pelo qual o pesquisador “busque entender o texto, a fala o depoimento como resultado de um processo social e processo de conhecimento [...]”. A hermenêutica direciona para a compreensão e interpretação dos significados dos discursos; e a dialética estabelece o questionamento crítico que favorece o entendimento do discurso e seus conflitos e contradições.

5.2.1

Sobre a etapa I – O contexto do campo da pesquisa

Esta etapa é a que antecede a aplicação do método duplo diamante. Ela está constituída de levantamento de dados para compressão do cenário no qual a pesquisa se insere, a partir da análise de referências teóricas, observações em campo, entrevistas com gestores e coordenadores dos grupos de convivência do CAC-Barreiro e formulário/questionário aplicado aos idosos frequentadores do CAC-Barreiro. As entrevistas e a aplicação do formulário foram realizadas nas dependências do CAC-Barreiro, em salas, dias e horários conforme a disponibilidade dos participantes.

Nessa etapa, tivemos como objetivo o levantamento do perfil sócio demográfico e questões subjetivas acerca dos frequentadores do CAC-Barreiro que pudessem amparar o delineamento das demandas desse público. Após a aplicação do formulário e os idosos manifestarem interesse em continuar participando da pesquisa, aplicamos o questionário Mini Exame do Estado Mental (MEEM), exame para rastreamento dos possíveis déficits cognitivos, como critério de seleção. O objetivo da aplicação foi de verificar o nível de habilidades dos idosos necessário para compreender a proposta da pesquisa e desenvolver as atividades que seriam propostas. Após a seleção dos participantes realizamos um encontro para a apresentação do objetivo da pesquisa e de como essa se realizaria (encontros necessários para realização das atividades propostas) bem como para a elaboração do cronograma.

Os dados qualitativos foram analisados a partir do embasamento teórico da abordagem hermenêutica-dialética, Minayo (2008). Buscamos com essa análise assimilar a compreensão e a interpretação dos significados dos diferentes discursos coletados e expandir o entendimento desses discursos com um questionamento crítico, para posterior aplicação como embasamento para construção do conteúdo das oficinas.

A partir do confronto entre a compreensão dos significados das entrevistas, do referencial teórico (documentos – recomendações específicas nas legislações) e dos dados levantados nos formulários direcionados aos idosos

atribuímos inferências para a construção dos temas-chave. Eles foram norteados pelas atribuições dos centros de convívio, em especial, a promoção da participação, do convívio social e geração de renda. Em um processo de triangulação, os resultados apontaram temas que subsidiaram a construção do conteúdo das ferramentas utilizadas na Etapa II.

Amostragem

Na atuação pelo codesign, estamos convencidos de que, para formularmos uma solução para problemas sociais complexos, é fundamental apreendermos *quem são, como estão* e o *que pretendem* as pessoas envolvendo-as de forma imersiva e colaborativa. Nessa perspectiva, o processo de design deve ser alinhado conforme as necessidades reais do contexto em que opera, com inclusão e participação do ser humano, as partes interessadas, na transformação de ideias em soluções. Assim, na Etapa I, como critério de inclusão, tivemos como propósito convidar todas as pessoas com 60 anos e mais, frequentadoras das atividades propostas pelo CAC-Barreiro, para participarem desta etapa da pesquisa, ou seja, os 320 idosos.²⁶ Decidimos por esse formato com o objetivo de entrevistar o maior número de frequentadores do CAC-Barreiro para tentar delinear sócio demograficamente quem são essas pessoas idosas.

A despeito de esta pesquisa não ter natureza quantitativa e pretensão estatística, devido à inexistência de registro cadastral do número de idosos no CAC-Barreiro, realizamos um cálculo amostral para verificação da expressividade do número de participantes. Tivemos como base o total da população idosa da Regional Municipal Barreiro, segundo o censo de 2010 do IBGE (27.468), e a proporção da população idosa do TGC B2 (13%). Estabelecemos o erro amostral em torno de 6,5% e nível de confiança de 93,5%, conforme orientações dadas por

²⁶ Informações coletadas em entrevista cedida pelo RG2 em 11/05/2017. Ressaltamos que não há registro fidedigno desse número de idosos no CAC. Os coordenadores dos grupos fazem um controle de frequência por meio da assinatura em livro de atas no dia das atividades. Durante as nossas visitas, conseguimos abordar 263 idosos, e 227 concordaram em ser participantes e responder ao formulário.

Santos (2017). Por meio de calculadora *on-line*²⁷, o resultado apontou que o número mínimo de formulários deveria atingir 218.

Para a Etapa II, definimos como critérios de inclusão (1) as questões 20(a) e 20(b) do *Formulário/questionário com idosos* (Apêndice VI): (a) *Gostaria de continuar participando da pesquisa*; (b) *Teria disponibilidade para ir ao CAC em outro dia diferente do horário do encontro do grupo* e (2) o questionário Miniexame do Estado mental (MEEM). O Miniexame do Estado Mental (MEEM) é um teste breve de rastreio cognitivo para identificação de demência. A pontuação máxima é de 30 pontos, que pode ser influenciada pelo grau de escolaridade do indivíduo (BRUCKI *et al.* 2003). Essa avaliação foi aplicada neste estudo com o objetivo de analisar condições cognitivas relacionadas às habilidades específicas, como a capacidade de orientação, memória, atenção, cálculo e compreensão, e validar suas contribuições para a pesquisa, Anexo I.

Entrevistas

Cabe ressaltar, que os entrevistados, durante a assinatura do Termo de consentimento Livre e Esclarecido, preferiram manter-se anônimos. Portanto, determinamos as siglas RG1, RG2 e RG3²⁸ para os gestores representantes do setor público e CG1, CG2, CG3 e CG4 para os coordenadores dos grupos no CAC-Barreiro.

As entrevistas com os gestores RG1 e RG2 foram realizadas na sala da administração, nas dependências do CAC-Barreiro, no dia 11 de maio 2017, com duração média de 90 minutos cada. As entrevistas, semiestruturadas, foram orientadas em torno dos aspectos organizacionais (estrutura física – material, recursos humano e financeiro), bem como do contexto cotidiano, suas facilidades e seus desafios para mantê-lo em funcionamento (Apêndice III).

As entrevistas com os coordenadores foram realizadas nos dias do encontro de cada coordenador com o seu grupo. As entrevistas semiestruturadas foram obtidas com cada coordenador durante sua atividade, individualmente,

²⁷ SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>> Acesso em: nov. 2017.

²⁸ O participante RG3 é gestor da coordenadoria de políticas públicas do Estado de Minas Gerais.

conforme as datas preestabelecidas (12, 15, 16 e 17 de maio de 2017), no salão multiuso, nas dependências do CAC. Cada um dos encontros teve duração aproximada de 55 minutos e visou à compreensão das questões inerentes à tarefa de coordenação bem como a facilidades e dificuldades para a manutenção do grupo na prática (Apêndice IV).

Formulários

Por vivenciarmos experiências de pesquisa com cidadãos idosos anteriormente, optamos pelo formato de formulário para coletar os primeiros dados. Observamos que os idosos sentem a necessidade de diálogo, portanto, o formulário nos permitiu promover uma “conversa” de forma objetiva. O formulário foi construído para este estudo de modo tal que permitisse explorar os dados de natureza social e individual dos participantes, garantindo sempre o anonimato.

Realizamos um pré-teste, para validação do formulário, do qual participaram 20 idosos de diversos níveis de escolaridade e de idade, indicados pelos coordenadores dos grupos. Com base nos resultados obtidos nessa etapa, realizamos adaptações na estrutura do formulário, com o intuito de facilitar a compreensão e reduzir o tempo de aplicação. As questões do formulário foram agrupadas em dois eixos. O eixo I - *Questões de dimensão social* – buscou compreender *quem são* esses idosos – e o eixo II - *Questões de dimensão perceptiva (desejos/necessidades/motivações)* – relacionou-se à compreensão de *como estão* e o *que pretendem* esses idosos. Obtivemos 227 formulários preenchidos. Para atingir esse número, foram necessárias duas semanas, no total de dez dias. Os encontros para a aplicação do formulário/questionário foram realizados no período entre 19 e 26 de maio; 29 de maio e 2 de junho de 2017, cada uma com duração de 4 horas e 30 minutos. O tempo médio observado para aplicação do formulário/questionário, individualmente, foi de 40 minutos, que compreendeu a abordagem, a explicação por parte do entrevistador sobre o objetivo da pesquisa e o termo de consentimento livre e esclarecido, bem como, a leitura das perguntas e as respostas do participante. A equipe foi constituída pela pesquisadora e por três colaboradores. Todos os formulários foram aplicados durante o horário no qual os idosos estavam praticando alguma das atividades no

CAC-Barreiro. Estabelecemos essa condição, pois, de acordo com a RG3, nossa equipe teria dificuldades para agrupar os participantes em outro período. Tivemos o cuidado de minimizar ao máximo o impacto da nossa intervenção no andamento das atividades.

Para a sistematização dos resultados, tivemos como objetivo lançar as informações em uma planilha no programa Excel, na qual os dados foram analisados e formatados em gráficos, Apêndice VI.

Formação dos grupos

De acordo com o Voss *et al.* (2015) e Siodmok (2015), um grupo deve ser formado por integrantes com visões distintas, que podem ressaltar as suas divergências bem como as suas convergências e complementaridades, o que amplia e favorece a discussão para a formulação de políticas públicas. Os autores complementam que o mesmo deve ter entre 8 e 12 participantes. Decidimos trabalhar com quatro grupos pelo fato da equipe ser constituída por quatro designers/pesquisadores. Foram definidos dois critérios para definição dos grupos: (1) equalizar a sua composição a partir do resultado dos escores (após a aplicação do questionário MEEM) somado ao grau de instrução escolar e (2) cada integrante da equipe deveria participar de um grupo. Os grupos foram definidos como Grupo 1 (G1), Grupo 2 (G2), Grupo 3 (G3) e Grupo 4 (G4).

5.2.2

Sobre a etapa II – Design aplicado à formulação de políticas públicas

Com o embasamento da etapa anterior (Etapa I) e do referencial teórico realizado ao longo da pesquisa (Primeiro momento e Segundo momento), esta Etapa contemplou a análise e reflexão sobre a aplicação do design à formulação de políticas públicas. Utilizamos como método processual o *Double Diamond Models* (Duplo Diamante). Optamos por utilizar o duplo diamante por embasarmos no processo de design adotado pelo *Policy Lab*, conforme

apresentado no capítulo quatro. Para fins de aplicação do método, sistematização e interpretação, sem o intuito de fragmentar em estágios, essa etapa se estruturou em quatro fases correspondentes as fases do duplo diamante, Fig. 17.

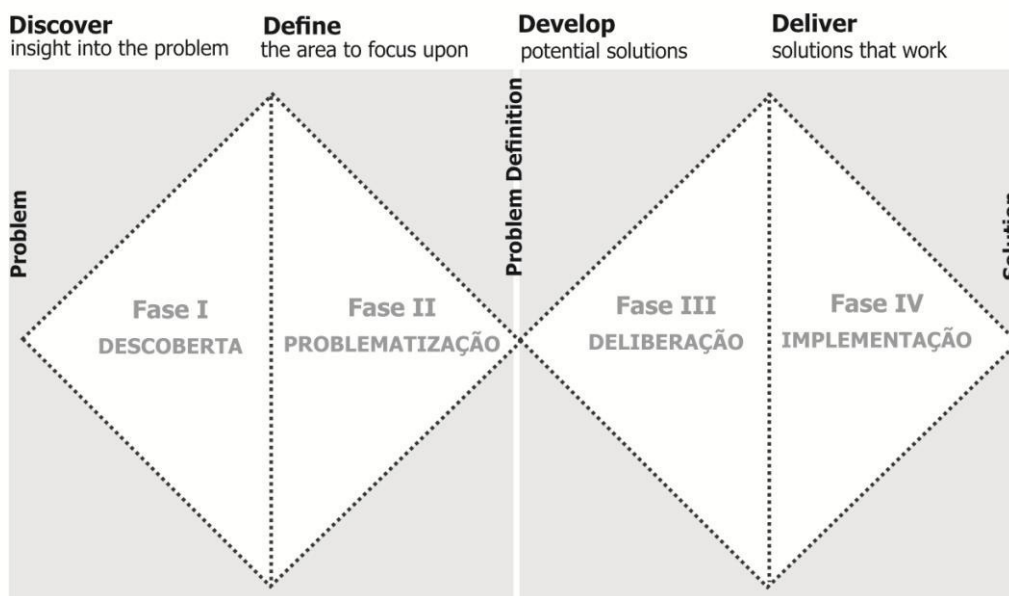


FIGURA 17: Diagrama de organização das fases inseridas no duplo diamante.
Fonte: DESIGN COUNCIL, 2012. Adaptado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

As fases foram constituídas por oficinas, nas quais utilizamos, da mesma forma, as ferramentas adotadas pelo *Policy Lab* Fig. 18.

Fase I – Descoberta (fase da descoberta – identificação de demandas e do problema inicial como uma questão pública). Esta fase foi constituída por uma oficina e utilizamos como ferramenta *Hope and fear cards* (Cartões de esperança e medo);

Fase II – Problematização (fase da definição – refinamento das demandas e do problema). Esta fase foi constituída por uma oficina e utilizamos como ferramenta *Challenge panels* (painel de desafio);

Fase III – Deliberação (fase do desenvolvimento – formulação de alternativas e definição da possível solução para o problema). Esta fase foi constituída por uma oficina e utilizamos como ferramenta *Change cards* (Cartões de mudanças);

Fase IV – implementação (fase da entrega – concretização da solução e momento de avaliação). Esta fase foi constituída por duas oficinas e utilizamos como ferramenta *Prototyping / Experience prototyping* (prototipagem e experimentação).

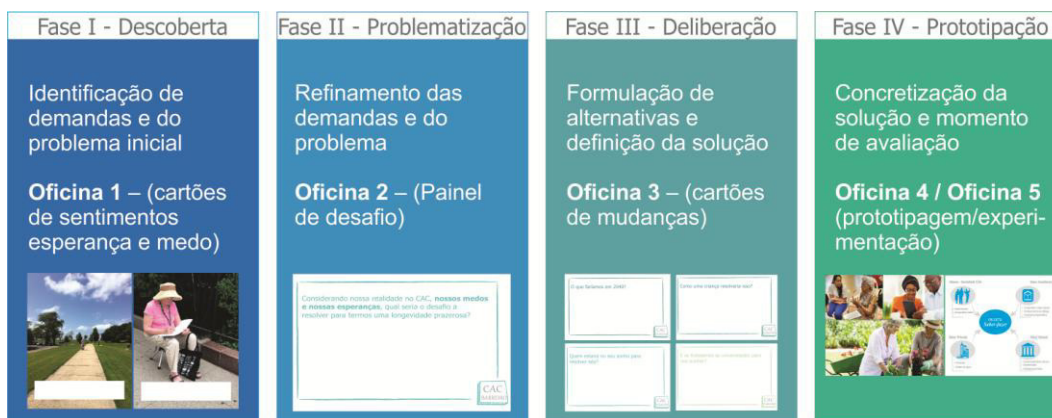


FIGURA 18: Diagrama de organização das fases e oficinas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Em todas as fases, as discussões foram gravadas em áudio e transcritos pelos colaboradores e revisadas pela pesquisadora. As oficinas foram realizadas nas dependências do CAC-Barreiro, em dias e horários conforme a disponibilidade dos participantes, com horário previsto entre 14h00 e 17h00, com lanches à disposição de todos. Esse horário foi definido com base no intervalo de tempo, aproximadamente quatro horas no período da tarde, em que eles realizam as suas atividades. Verificamos em pesquisas anteriores que a concentração deles permanece até 50 e no máximo 60 minutos. A partir desse período, a concentração diminui, e eles começam a dispersar. Para minimizar o déficit no nível de atenção, utilizamos, durante as oficinas, imagens e materiais impressos que poderiam aumentar consideravelmente o tempo em que os participantes permaneceriam centrados. Também, fizemos uso de recurso sonoro em alguns momentos das oficinas com música clássica como suporte reforçador da concentração (Moura; Vêras, 2017). Ressaltamos que o funcionamento cognitivo – correlato à memória e à habilidade de concentração – teve por base o valor apurado no Miniexame do Estado Mental utilizado como critério de exclusão.

O espaço ideal para cada oficina era de uma sala ampla (com pelo menos 130 m²) que proporcionasse circulação fluida, com um mínimo de 42 mesas e cadeiras, quadro, equipamento multimídia (projektor, *notebook* e caixas de som de propriedade da pesquisadora) e um sanitário acessível, Fig. 19. Em cada encontro era elucidado, inicialmente, sobre a proposta da oficina e como ela se realizaria.

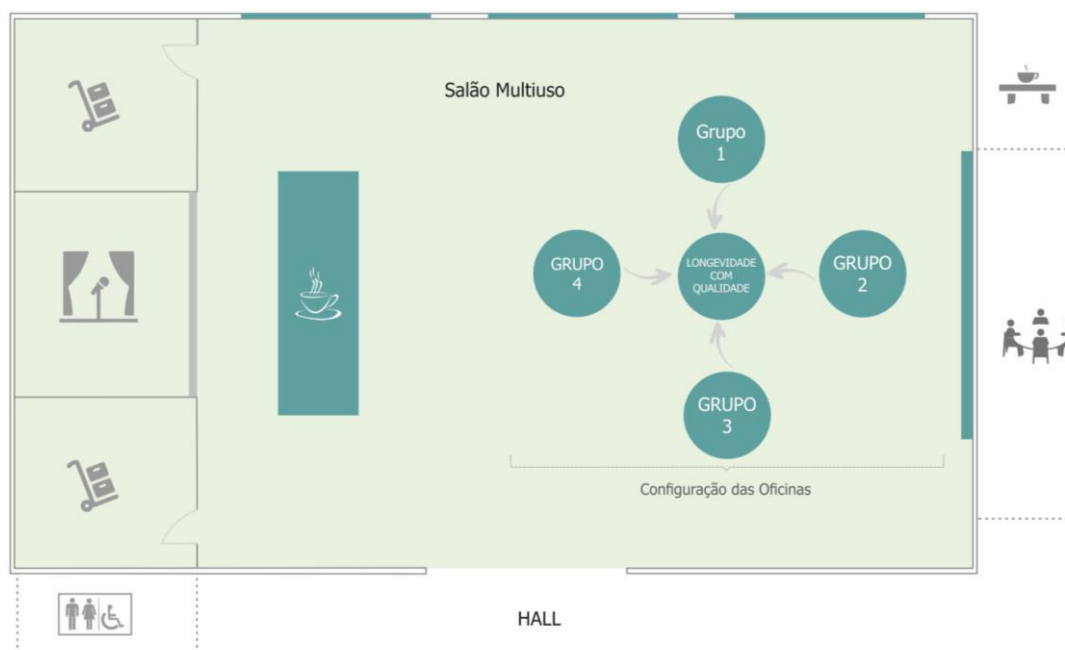


FIGURA 19: Diagrama da configuração do CAC-Barreiro

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

5.3

Considerações éticas

Evidenciamos que por ser este um estudo qualitativo que fez uso de técnicas de coletas de dados que envolvem seres humanos, a condução da pesquisa de campo ocorreu a partir da Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa seguindo os preceitos da Resolução CNS 510/16. Também foram respeitados os princípios do sigilo referente às informações recebidas. Os participantes que concordaram em participar da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e reterão uma das vias do documento (Apêndice II e Apêndice III). O termo de

anuência cedido pela Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG pode ser conferido no Apêndice I. Esses documentos foram submetidos ao Comitê de Ética e Pesquisa e tiveram sua aprovação para a realização desta pesquisa. Os entrevistados, durante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, preferiram manter-se anônimos. Portanto, determinamos as siglas RG1 e RG2 para os gestores representantes do setor público no CAC-Barreiro e RG3 para o gestor representante da Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso e CG1, CG2, CG3 e CG4 para os coordenadores dos grupos.

Políticas públicas para pessoas maiores de 60 anos e mais em Belo Horizonte

Muitos foram os avanços nas agendas internacional e nacional na formulação de políticas para a população idosa, nas últimas três décadas. Com a implementação das leis, Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso, que regulam os direitos das pessoas idosas em múltiplas esferas e dimensões, ambos discutidos no capítulo 3, iniciou-se o processo de instauração de políticas nas cidades brasileiras. Seguindo esse procedimento, Belo Horizonte, capital mineira, implanta uma multiplicidade de políticas públicas com o objetivo de cumprimento das legislações federais de proteção ao idoso, bem como, em manter o idoso em seu processo de envelhecimento de forma ativa.

Disso decorre o conteúdo deste capítulo que trará uma compilação das políticas públicas delineadas nas esferas públicas estaduais e municipais com o foco no envelhecimento. Este estudo não tem a pretensão de avaliar as políticas públicas aqui descritas. Temos como objetivo apontar considerações sobre os seus princípios, as diretrizes o que elas se propõem enfatizando as recomendações que apontam para a importância do convívio social, da formação de vínculos e da promoção do bem-estar.

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica – em documentos oficiais (leis e decretos) e a pesquisa de campo – observação durante as reuniões do conselho e conferência municipal do idoso e entrevista com gestores. A entrevista teve como propósito compreender como são elaboradas as políticas públicas para idosos no âmbito estadual e municipal. Ainda que todas as ações, investigadas durante esta pesquisa, tenham contribuído para aprimorar meu

conhecimento sobre o campo das políticas públicas, estão presentes neste capítulo as que julgamos pertinentes ao delineamento desta tese. Somado a isso, apresentaremos, como resultado da minha observação participante, um relatório da VIª Conferência Municipal do Idoso em Belo Horizonte. A conferência municipal é uma importante ação que integra a sociedade no momento inicial, de discussão e levantamento de necessidades, de um extenso processo de formulação de política pública na instância governamental.

Investigamos, também, como se deu a implantação dos Centros de Convivência e a importância desses na vida dos idosos. Utilizamos para o diálogo Moura, Veras (2017) e Pacheco (2009) que refletem sobre o objetivo desses centros – estimular a convivência e fortalecimento de vínculos sociais.

6.1

Política Estadual de Amparo ao Idoso

Em vigor desde 4 de novembro de 1997, a Lei nº12.666/97 dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e define como atribuição do Estado implementar e manter políticas de amparo ao idoso, com o objetivo de assegurar-lhe os direitos sociais, promover sua integração e participação efetivas na sociedade.

Os princípios da Política Estadual de Amparo ao Idoso compõem-se da: (i) defesa do direito à vida e do direito à cidadania; (ii) garantia da dignidade e do bem-estar; (iii) participação na comunidade; (iv) proteção contra discriminação de qualquer natureza (MINAS GERAIS, 1997).

A Política Estadual de Amparo ao Idoso traz à tona, a partir do Estatuto do Idoso, diretrizes de diversas ordens, tais como: (i) viabilização de meios alternativos de inserção e de convívio social; (ii) participação na formulação, na implementação e na avaliação de políticas; e (iii) descentralização dos programas de assistência priorizando o atendimento ao idoso em seu próprio ambiente (MINAS GERAIS, 1997).

Como responsabilidade governamental, esta Lei tem como prerrogativa a viabilidade e a implementação dessas diretrizes por meio de ações e medidas, nas

áreas de: assistência social e saúde; educação; trabalho e recursos humanos; habitação e urbanismo; justiça; cultura, esporte e lazer.

Uma diretriz relevante na área de *promoção e assistência social* que compete ao Estado é “estimular a criação de incentivos e de alternativas para atendimento ao idoso, como centros de convívio, centros de saúde especializados, atendimento domiciliar e outras.” (MINAS GERAIS, 1997, não paginado). A legislação ressalta a necessidade de promover a socialização do idoso a partir da implantação de centros de convívio. Assim, como missão importante, esses centros devem oportunizar a convivência e participação na comunidade para evitar o isolamento dos idosos, Moura, Veras (2017), por meio de atividades, como por exemplo, cultural, educativa, de esporte e lazer. Em 2009, a Resolução 109/2009 ampliou a abordagem das políticas socioassistenciais, determinando que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para o idoso, deve ter como objetivo,

o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir, (BRASIL, 2009).

Em Minas Gerais, os Centros de Convivência tornaram-se atribuições do Município e estão vinculados às Secretarias Regionais, como veremos na seção 5.4.

Outra ação a ser destacada na Política Estadual que pode proporcionar o convívio, se refere à *educação*. Como pressuposto nessa área, a lei determina que as instituições acadêmicas estaduais, a saber a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), devem garantir e apoiar a criação de cursos abertos para o idoso, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas e continuado ao saber (MINAS GERAIS, 1997).

Ressaltamos que a Faculdade de Políticas Públicas da UEMG oferta cursos por meio do Projeto Pleno Viver como promoção da educação aberta para pessoas acima de 50 anos. O projeto tem a proposta de "manter a mente e o corpo desse público em atividade, ao mesmo tempo em que facilita a socialização entre pessoas da mesma faixa etária" (UEMG, 2017, não paginado)²⁹. Suas atividades são realizadas no turno vespertino na sede da Faculdade de Políticas Públicas da UEMG, no bairro São Pedro, localizado na Região Centro Sul da capital, de onde provém a maioria do público que utiliza os serviços. No entanto, os cursos não são gratuitos, "apesar de praticar valores abaixo do mercado" (UEMG, 2017, não paginado).³⁰

Cabe evidenciar, também, a diretriz que diz respeito à área de *trabalho e recursos humanos*. É dever do Estado, criar mecanismos que impeçam a discriminação do idoso no mercado de trabalho do setor estatal (MINAS GERAIS, 2017). A legislação tende a incluir no mercado de trabalho os idosos que desejam continuar ativos. Para Moura, Veras (2017) a ocupação profissional pode ser positiva para os idosos, desde que esteja associada ao prazer, pois a função diária propicia a socialização, o engajamento e melhora a autoestima, que são essenciais para o envelhecimento ativo.

6.2

Política Municipal do Idoso

Tão relevante quanto a Política Estadual é a Municipal que está alinhada com o disposto nas demais legislações pertinentes ao idoso. Esta Lei Nº 7.930, de 30 de dezembro de 1999, Política Municipal do Idoso (PMI) de Belo Horizonte, em

²⁹ Conferir em: UEMG. UNIDADE EM FOCO - UEMG Faculdade de Políticas Públicas | Quem tem medo da terceira idade? Disponível em: <http://www.uemg.br/noticia_detalhe.php?id=9284>. Acesso em: agosto de 2017.

³⁰ Vale destacar que em 15 de dezembro de 2017, o atual presidente sancionou a LEI Nº 13.535/17 que altera o artigo 25 do Estatuto do Idoso garantindo aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13535-15-dezembro-2017-785934-publicacaooriginal-154506-pl.html>>. Acesso em: dezembro de 2017.

conjunto com as diretrizes estaduais e federais tem por objetivo propiciar condições para a ascensão da autonomia, da integração e da participação do idoso na sociedade de forma efetiva (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1999).

São princípios norteadores da PMI (i) a colaboração da família, da sociedade e do Município para promover a autonomia e a integração do idoso na sociedade de maneira participativa; (ii) o direito e atenção à vida, à cidadania, à dignidade e ao bem-estar social; (iii) o amparo contra discriminação de qualquer natureza; (iv) a prevenção e a instrução para favorecer um envelhecimento saudável; (v) a universalização dos direitos contemplados pelas políticas sociais e (vi) o acesso ao atendimento de maneira igualitária (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1999).

Uma das ações governamentais, estabelecidas na PMI, atribuída aos órgãos e entidades municipais, para promover a autonomia, a participação e a integração do idoso na sociedade, tal como na Política Estadual, é a criação de espaços de convivência para atendimento ao idoso, como centros de convívio, formados por equipes multidisciplinares (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1999). Em 2009, foi inaugurado o Centro de Referência da Pessoa Idosa, um equipamento público que oferece serviços e programas voltados para a promoção da socialização, convivência e defesa de direitos da pessoa idosa na cidade de Belo Horizonte. Observamos durante esta pesquisa que, na capital mineira, existem outros dois centros de convivência para a pessoa idosa, implantados pela prefeitura, nos Centros de Apoio Comunitários. Observamos, também, que o CAC-Barreiro, um dos centros de convívio para a pessoa idosa, tem atuado sem a recomendada e mínima infraestrutura de recursos humanos para o trabalho técnico, conforme as recomendações do Ministério da Previdência e Assistência Social (2001) como veremos a seguir.

Ainda, como atribuições da PMI, ressaltamos algumas áreas nas quais entendemos que tais princípios (autonomia, participação e integração) possam ser promovidos. Assim, compete aos órgãos municipais na área de *cultura, esporte e lazer* incentivar e criar ações que promovam o lazer, esporte e atividades físicas para proporcionar a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimular a sua participação na comunidade. No que tange à *educação*, as entidades municipais devem possibilitar a criação de cursos no âmbito das escolas municipais e técnicos

para propiciar ao acesso continuado ao saber. Na área de *administração, recursos humanos, indústria e comércio*, compete aos órgãos municipais impedir a discriminação do idoso no mercado de trabalho do setor estatal; assegurar, por meio de projetos ou programas, condições gerais de sobrevivência e elevação do padrão de qualidade de vida do idoso, por meio de ações de geração de renda (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1999).

6.3

Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte

Por motivo desconhecido o Conselho Municipal do Idoso foi criado anteriormente a PMI pela Lei nº 6.173, de 28 de maio de 1992. Esse conselho atua promovendo e divulgando os direitos dos idosos, estabelecendo critérios para o funcionamento das entidades não governamentais e acompanhando os programas de atendimento a esses cidadãos. O Conselho é instrumento de controle democrático, de caráter permanente e deliberativo, das ações governamentais e não governamentais, que efetiva, representativamente, o direito de participação do cidadão na definição das políticas de atenção ao idoso (CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, 2013).

O Conselho é formado por 34 membros efetivos e suplentes, totalizando 68 conselheiros, mantida a paridade entre os representantes da sociedade civil e poder público, com mandato de 3 anos. Os conselheiros titulares e suplentes se reúnem, em plenária com pauta predefinida, à primeira quarta-feira de cada mês, às 9h, com as reuniões abertas aos interessados, que poderão participar como ouvinte com direito a voz e sem direito a voto (CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, 2013).

Compreende as suas atribuições incentivar a participação popular na elaboração dos planos, programas e aperfeiçoamento da PMI e promover campanhas de formação à sociedade civil sobre os direitos da pessoa idosa (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

Compete a ele, também, o planejamento e a organização da Conferência Municipal do Idoso, com o objetivo de promover a participação da sociedade na

discussão e no levantamento de demandas para a elaboração de propostas para as políticas. As Conferências constituem espaços acessíveis e democráticos que visam à reflexão, à discussão e à articulação em prol de propostas e estratégias que estabelecem diretrizes para as várias políticas setoriais, por exemplo, da educação, da saúde, do transporte e da acessibilidade, visando o interesse público (BRASIL, 2014). Elas têm como característica fundamental congregar representantes do governo e da sociedade civil organizada, sobretudo as próprias pessoas idosas, para discutir sobre os principais desafios a fim de definir e elencar as prioridades para as políticas públicas que refletem na melhoria da condição de vida das pessoas idosas e no envelhecimento e longevidade com qualidade da população, atualmente e nos próximos anos (BRASIL, 2014).

Em Belo Horizonte foram realizadas quatro conferências municipais. A última foi realizada no ano de 2015.

6.3.1

IVª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Belo Horizonte

O Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte (CMI-BH) promoveu e realizou a IVª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa nos dias 09 e 10 de julho de 2015, na cidade de Belo Horizonte com apoio da Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte. Estiveram presentes como convidados, representantes de instituições da sociedade civil e do governo, além de palestrantes, delegados (membros titulares e suplentes CMI/BH) e demais observadores.

Para a realização deste evento foram criadas comissões de trabalho com os conselheiros e colaboradores do Conselho Municipal do Idoso de BH. A Comissão Executiva Municipal composta paritariamente por poder público e sociedade civil, foi responsável por organizar a conferência. A Conferência teve como tema o “reconhecimento do poder que a pessoa idosa tem de direcionar a

política que a toca diretamente de maneira a contemplar seus anseios e objetivos de vida” (CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE MINAS GERAIS, 2015).

Foram objetivos desta Conferência:

- (i) Debater temas relevantes para o campo do envelhecimento, assim como os avanços e desafios da Política Estadual da Pessoa Idosa, na perspectiva de sua efetivação.
- (ii) Sensibilizar a sociedade brasileira para o contexto de envelhecimento da população;
- (iii) Mobilizar a população do município ou da Região, especialmente a pessoa idosa, para a conquista do direito ao envelhecimento com dignidade;
- (iv) Fortalecer o compromisso dos diversos setores da sociedade e do governo com o atendimento, a defesa e a garantia dos direitos da pessoa idosa, indicando prioridades de atuação para os órgãos governamentais, nas três esferas de governo;
- (v) Avaliar a implementação e a efetivação da Política Nacional do Idoso, nas esferas de governo federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais.
- (vi) Eleger delegados para a IVª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Minas Gerais (CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE MINAS GERAIS, 2015).

A conferência propiciou a reflexão e a discussão, sobre o tema *Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa por um Brasil de todas as idades*, em palestras e grupos que avaliaram e encaminharam para a conferência Estadual no máximo 04 (quatro) propostas para cada um dos eixos temáticos descritos a como: (1) **Gestão** – Este eixo teve como proposta discutir e fomentar a participação dos cidadãos no novo modelo de gestão. Esse modelo consiste em princípios como a descentralização e a intersetorialidade, o qual pressupõe um órgão gestor em cada esfera de governo, um Conselho paritário, deliberativo e fiscalizador e, ainda, um, fundo. A intersetorialidade é um processo organizado e coletivo, que envolve a criação de espaços comunicativos e a capacidade de negociação para chegar à ação com respeito à diversidade e às particularidades de cada setor. Pelo seu caráter participativo, a intersetorialidade foi o princípio mais discutido, pois possibilita “o empoderamento e a inclusão de novos atores sociais no processo de decisão política e de gestão dos espaços públicos” (CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE MINAS GERAIS, 2015, p.23). Ressaltaram, também, a necessidade de capacitar conselheiros, coordenadores de grupos e gestores para este novo modelo de gestão. (2) **Financiamento** – este eixo estava relacionado ao processo orçamentário que compreende as fases de elaboração e

execução das leis orçamentárias – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma dessas leis possui ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo. Entender esses ritos foi o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle social na aplicação dos recursos públicos (CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE MINAS GERAIS, 2015); e 3) **Participação** – Neste eixo, foi proposto debater estratégias para estimular a participação das pessoas idosas, aprimorar o conhecimento dos próprios idosos, familiares e de toda a sociedade acerca dos direitos e para consolidar a ideia de que o idoso é um cidadão pleno de direitos que não pode e não deve ser excluído das discussões e nem das responsabilidades. Buscaram propostas para incentivar a participação contínua da pessoa idosa nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais, civis e outras, que contribuem para o convívio e para o exercício da cidadania (CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE MINAS GERAIS, 2015). Ressaltaram que a participação deve acontecer de forma representativa por meio dos debates e do voto consciente no processo decisório de políticas públicas setoriais e de direitos (BRASIL, 2015).

A conferência se realizou em torno da aprovação do regimento interno, explanação sobre o tema e eixos (palestras), do trabalho em grupo para apontar deliberações, da plenária final com votação das deliberações e da escolha dos delegados para a etapa seguinte. O primeiro dia da conferência foi organizado a partir de palestras referentes a cada eixo e desencadeadas pela discussão de setores especializados e pela participação da sociedade civil em plenária. Os debates deram origem a reflexões e possíveis ações que expressaram a pluralidade e as peculiaridades dos distintos participantes do primeiro dia do evento. O segundo dia da conferência foi pautado nas reflexões e na formulação de diretrizes que seriam encaminhadas para a apreciação na plenária e a votação dos delegados membros do conselho. Os participantes foram divididos em três grupos correspondentes aos três eixos temáticos da conferência. Com base nos conteúdos apresentados nas palestras, cada grupo trabalhou centrado na observância do tema e subtemas do eixo no qual estivesse inscrito, Fig. 20, debateu e definiu proposições para encaminhar para a deliberação as quais compuseram o

documento que foi discutido, parcialmente alterado e aprovado ao final da conferência. Pode-se dizer que as propostas foram precedidas de amplo processo de discussão, contemplando expectativas de representantes de diversos setores sociais presentes. A consolidação das propostas, que se iniciaram divergentes, em proposições abrangentes e integradoras foi um trabalho intenso. Considerando os perfis, as experiências e as múltiplas expectativas dos diferentes segmentos e setores presentes na conferência, pressupõe-se que o propósito do trabalho em cada eixo foi alcançado. O trabalho em grupos é um dos momentos mais importantes da conferência, (BRASIL, 2015), pois é nesse momento que os delegados e participantes podem expressar e defender suas posições sobre a execução das ações voltadas à pessoa idosa. Destaca-se que convidados e observadores tiveram direito a voz nos grupos de trabalho e durante toda a conferência, mas, não tinham direito ao voto.

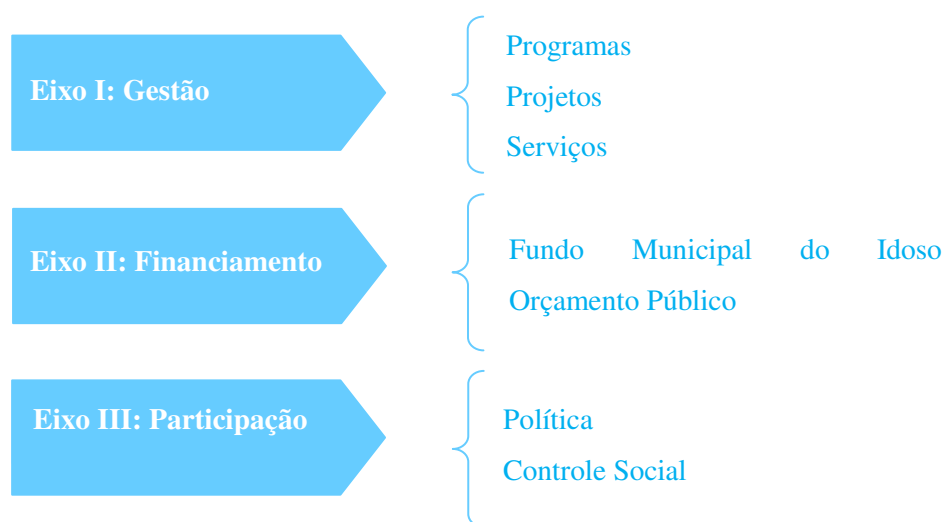


FIGURA 20: Temas e subtemas discutidos na conferência
 Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa, 2015.

No relatório final, foi descrito as deliberações de cada eixo da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. A conferência se encerra com a deliberação e encaminhamento das propostas. Mas, o processo continuou em mais duas etapas. As propostas foram discutidas na Conferência Estadual, sintetizadas e as novas propostas deliberadas seguiram para a Conferência Nacional. Alguns participantes podem-se frustrar por terem debatido, defendido suas opiniões e incluído propostas como deliberações e não

visualizarem a implementação das demandas. Isto se deve ao fato do processo ser longo, constituído de múltiplos atores e conseqüente diversas demandas. Além disto, nem todas as propostas deliberadas se concretizam como ações. Entretanto, é após a conferência que o Conselho deve se organizar, planejar e trabalhar no intuito de materializar o que foi definido. Apesar de o Conselho não se caracterizar como órgão executivo, deve fazer uso de suas prerrogativas como órgão deliberativo e de controle social para incluir tais decisões na pauta do governo.

Entre as deliberações realizadas no âmbito da Conferência Nacional, destacamos as que dizem respeito aos Centros de Convivência que foram ressaltados durante a discussão na Conferência Municipal como um equipamento essencial para a promoção do convívio social. São elas:

(i) Efetivar a criação e destinação de recursos financeiros federais e estaduais para os fundos municipais da pessoa idosa para que seja custeada a manutenção dos Centros de Convivência para a pessoa idosa.

(ii) Ampliação da equipe técnica, do Centro de Convivência da pessoa idosa, a fim de ofertar para os mesmos, atividades vinculadas á cultura, ao lazer, saúde, esporte, entretenimento e assistência social.

(iii) Criação de um serviço centro/dia juntamente com um Centro de Convivência onde o idoso tenha um espaço de lazer, prevenção, proteção e promoção dos seus direitos.

(iv) Criação e implantação de um Centro de Convivência diurno para o idoso, com suporte técnico de acompanhamento, cuidados e assistência especializada no horário de seis às dezoito horas entre segunda e sexta- feira nos graus de dependência um e dois. (AVRITZER, L. *et al.* 2015)

Observamos que no CAC – Barreiro nenhuma dessas propostas deliberadas foi concretizada. Na realidade, conforme RG3³¹, as propostas, ainda, não foram incluídas na agenda governamental. Por fim, cabe registrar aqui que as conferências municipal, estadual e nacional previstas para ocorrer no ano de 2017, foram suspensas por falta de recurso financeiro diante à crise econômica que o país se encontrava, RG3. ³²

³¹ RG3 (2017). Entrevista cedida à pesquisadora em 10/07/2017. Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado de direitos Humanos Participação Social e Cidadania; Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

³² RG3 (2017). Idem 29.

6.4

Os Centros de Convivência para a Terceira Idade

Como vimos, entre as responsabilidades do Estado e do município, no âmbito das políticas públicas em promover a convivência social para a população idosa, está a criação dos centros de convivência que tem por finalidade oferecer ações que visam à prevenção do isolamento social, definido como

[...] um espaço destinado à frequência dos idosos e de seus familiares, onde são desenvolvidas, planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2001, não paginado).

Salienta-se que os centros de convivência se constituem no âmbito das políticas públicas não contributivas de seguridade social e, como afirma Pacheco (2009), por se tratar de uma política de assistência social, é uma das principais competências do gestor municipal devendo ser imputada nessa esfera de gestão.

A municipalização das políticas públicas de assistência social, como elucida Pacheco (2009), possibilita a tomada de decisão em âmbito local onde os problemas são vivenciados com chances de resposta imediata e concreta. O órgão gestor da assistência social em âmbito municipal tem como missão, em princípio e idealmente, formular e implementar uma política balizada no contexto real do município, inclusive na realidade socioeconômica. O retrato estabelecido para essa política deve instituir prioridades e metas para prazos – curto, médio e longo –, definir recursos humanos e materiais e prever mecanismos de avaliação dos resultados (PACHECO, 2009).

As ações governamentais nessa modalidade de atenção consistem em prover organizações que prestam esses serviços para os idosos que possuem autonomia física e mental e que desejam participar das atividades propostas no âmbito do envelhecimento ativo.

Em Belo Horizonte, os Centros de Convivência da Terceira Idade surgiram a partir dos Centros de Apoio Comunitário (CACs). Os CACs tiveram suas origens no Programa Nacional Centros Sociais Urbanos (CSU) que foi

instituído em território brasileiro, pelo então presidente Ernesto Geisel, por meio do DECRETO Nº 75.922, DE 1º DE JULHO DE 1975. O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU) tinha como finalidade promover a integração social nas cidades, por meio do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer (BRASIL, 1975). O Programa objetivava a instalação de Centros Sociais Urbanos, espaços de uso público, com vistas, principalmente, à participação da sociedade. A união atribuía aos Estados e Municípios a responsabilidade pelo funcionamento dos CSUs que, no caso de Minas Gerais, se dava por meio de cooperação entre Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETAS) e Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Em 1984, o Programa foi extinto pelo Decreto nº 89501/1984, bem como seu financiamento pelo Governo Federal, Brasil (1984) e a maioria dos convênios estabelecidos entre o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte (BRASIL, 1984). Com a extinção do Programa, durante um longo período, os CSU's ficaram carentes de normatização, de definição de papéis, de responsabilidades e competências das diferentes esferas de poder, comprometendo sobremaneira o seu funcionamento. É neste contexto que, conforme RG3,³³ a Assistência Social investe a aplicação de princípios profissionais, como exemplo a “politização” nos espaços do CSU's como equipamento para implementação de políticas sociais voltadas para a constituição do “sujeito cidadão” com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Em 1990, os centros sociais urbanos passaram a ser denominados Centros de Apoio Comunitário – CAC's, e foram incorporados à estrutura administrativa da prefeitura. Por orientação do governo foram criados os Conselhos Comunitários por meio de lei e decreto. Os CACs foram contemplados com uma revitalização e reforma de sua estrutura física e organizacional de modo a fortalecer a ideia de participação social ampliada.³⁴ O estabelecimento do Conselho visava traduzir a estrutura organizacional em um sistema de

³³ RG1 (2017). Entrevista cedida à pesquisadora em 11/05/2017.

³⁴ RG1 (2017). Entrevista cedida à pesquisadora em 11/05/2017.

gerenciamento mais democrático, mais transparente, que pudesse ser capaz de representar o interesse público.

Os CAC's propunham a realização de eventos e atividades que favoreciam a convivência familiar e comunitária. Dentro dessa ideia do apoio comunitário, era oferecido algumas oportunidades à população de profissionalização e atividades esportivas que não se sustentavam devido ao pouco orçamento público.

Contudo, há iniciativas que ocorrem à margem dos mecanismos e processos formais – legislação, planos e programas do governo – que buscam construir alternativa para problemas presentes no cotidiano. Em Belo Horizonte, dois dos cinco CACs tiveram suas atividades transformadas diante das demandas e necessidades da sociedade. Entre eles está O CAC na regional do Barreiro que passou a integrar pessoas idosas que se encontravam para realizar algumas atividades sociais. A partir de vivências de seus gestores e colaboradores e, principalmente, pela ação dos cidadãos, foram organizados grupos que visavam à convivência dos idosos. Diante deste contexto, em 1995, o prefeito de Belo Horizonte consagrou o CAC-Barreiro como Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC-Barreiro). No entanto, atualmente, a prefeitura não tem dado apoio a esses grupos que desenvolvem atividades independentes e encontram dificuldades em solucionar as demandas que são contínuas.

Para RG3³⁵ muitas políticas públicas surgem de iniciativas da sociedade civil organizada. Ainda, conforme o mesmo gestor, a lentidão, por parte do governo, faz com que a sociedade se prontifique a encontrar meios/formas para solucionar as suas necessidades e demandas. De fato, os grupos de convivência, em Belo Horizonte, são iniciativas realizadas tanto pela população moradora de vilas, bairros periféricos como de bairros centrais, de modo informal e espontâneo. O governo municipal, por meio de cadastro e convênio, quando é interesse dos grupos, os toma como objeto de intervenção política, institucionalizando-os.

O Centro de Convivência tem um papel relevante para o fortalecimento/convívio do idoso nos aspectos sociais, cognitivos e emocionais (MOURA; VERAS, 2017). Trata-se de ambiente que oferece diferentes ações, promove o resgate dos vínculos sociais e familiares e o estímulo para a construção

³⁵ Entrevista cedida à pesquisadora em 10/07/2017

do saber do indivíduo e seu desenvolvimento sociocultural. O propósito é oferecer a prática de atividades funcionais, culturais e de lazer, amparada por um envelhecimento ativo que signifique também um ganho substancial em qualidade de vida e saúde para uma vida longa (CAMARANO; PASINATO, 2004). Com isso, o planejamento das ações voltadas aos idosos nos centros de convivência passa a adotar uma abordagem mais ampla que, como aponta Camarano; Pasinato, (2004, p.281), consistem em atividades que,

[...] visam ao fortalecimento de atividades associativas, produtivas e de promoção da sociabilidade. Visam contribuir para a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável, a prevenção do isolamento social e a geração de renda.

De acordo com as mesmas autoras as atividades associativas são ligadas às ações de cidadania, abrangem o voluntariado, ocasiões religiosas; as atividades de promoção da sociabilidade incluem lazer, aprendizagem, compartilhamento de saberes, atividades físicas, os jogos (baralho, dominó, bocha e bingo), turismo entre outras e as produtivas, se relacionam com a fabricação de artefatos que geram renda, ter trabalho, ampliação de recurso financeiro.

É resultado de estudos nas diversas áreas do conhecimento que a constância do idoso em núcleos comunitários colabora para o seu bem-estar. O que reforça a proposta elaborada pela OMS (2015) especialmente, nos países em desenvolvimento, de criar políticas públicas que promovam modos de viver sociáveis para auxiliar pessoas acima de 60 anos de idade a se manterem ativas.

Como exemplo desses estudos, Veras; Camargo Junior (1995), Moura; Veras (2017) apontam que a frequência dos idosos nos Centros de Convivência aumenta a autoestima, o senso de governabilidade e permite a construção de um plano de relações ao proporcionar ao idoso motivo que o idoso do sedentarismo, isolamento e oportunidade de contato social. Ainda, a existência desses espaços coletivos para os contatos informais do dia a dia a troca de informações e experiências contribuem para aproximar e consagrar vínculos de parceria (sociedade civil, estatal, privado e acadêmico). Ao mesmo tempo, eles advertem sobre a importância da construção coletiva para as deliberações como um processo contínuo, pois, as necessidades e possibilidades do idoso, também, mudam. Portanto, compreendemos que cabe integrar, conscientemente, os idosos

em todos os níveis de tomadas de decisão como referência, para que o processo possa atingir um potencial criativo e as ideias serem mais assertivas. Na perspectiva desses estudiosos, são significativas as soluções oriundas da cocriação.

O que está proposto na Política Nacional do Idoso é que centro de convivência ou qualquer outra iniciativa da comunidade, seja um espaço com atividades para idosos incluindo as outras gerações e os setores diversos da sociedade (BRASIL, 1994). Um lugar para mudar o pensamento sobre a velhice.

Dito isto, entendemos que a proposta de promover atividades e parcerias com o CAC-Barreiro figura como uma iniciativa necessária, cidadã, social e política. É, também, um instrumento essencial para a realização de um planejamento acerca da implantação, coordenação e fortalecimento de políticas públicas voltadas para o idoso.

De fato há um considerável número de políticas públicas produzidas pelo município em formato de leis. Além das explicitadas nesta seção, outras foram publicadas com atribuição de zelar, de forma específica e local, pela efetivação da aplicação dos princípios e diretrizes estabelecidos nas políticas estaduais e municipais do idoso. No entanto, os problemas cotidianos dos idosos são frequentes. RG3 ressalta que durante as reuniões mensais no Conselho Municipal são levantadas questões como, a independência dos idosos, o resgate da autotestima, o empoderamento, a promoção do convívio social, a mobilidade com segurança que precisam ser ampliados e necessitam de atenção e planejamento.

Durante a audiência da Comissão Extraordinária do Idoso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que visou debater o envelhecimento da população, o deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB) destacou a dificuldade financeira dos idosos (ALMG, 2016). O presidente da Comissão, deputado Isauro Calais (PMDB), ressaltou que as políticas públicas para esse público precisam ser revistas. Para ele, “As políticas públicas para o idoso não estão evoluindo no mesmo ritmo do envelhecimento da população [...]” (ALMG, 2016).

Quando pensamos na população idosa que tende cada vez mais alcançar os noventa e cem anos de idade e necessitará de meios para socializar, praticar suas atividades diárias, ampliar recursos financeiros, bem como, deslocar com segurança e sentir-se úteis, percebemos o quão complexo se torna proporcionar

uma longevidade com mais qualidade para este público. Neste sentido os Centros de Convivência são espaços que se configuram como fundamental no qual podem ser desenvolvidas ações para envolver os idosos e minimizar o isolamento social, bem como envolver outras instâncias da sociedade, o que possibilitaria uma modificação nas noções negativas em relação ao envelhecimento e à velhice que ainda se configuram no meio social.

É neste campo que conduziremos o próximo capítulo.

Design e políticas públicas para e com pessoas com 60 anos e mais – possibilidades no CAC-Barreiro

Neste capítulo descreveremos o estudo de campo desta pesquisa, resultados e reflexões. Exploraremos o que a atividade do design tem para oferecer ao processo de formulação de políticas bem como seus avanços e suas limitações.

A pesquisa foi efetivada na cidade de Belo Horizonte, no Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC-Barreiro). Ele está interligado à Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro, sendo, portanto, um equipamento da Prefeitura de Belo Horizonte.

Ressaltamos que o início deste trabalho de campo foi marcado por dificuldades. A primeira delas constituiu-se por duas mudanças consecutivas dos ocupantes do cargo de secretário da Regional Barreiro no período entre abril e julho de 2016. Em todas as cinco tentativas de agendamento de reuniões com os dois secretários, não obtivemos sucesso. A segunda delas foi quanto às restrições de quaisquer ações políticas que pudessem se caracterizar como condutas vedadas aos agentes públicos no ano de eleições. No período de três meses que antecedeu a eleição para prefeito em Belo Horizonte, o secretário da Regional Barreiro não pôde conceder o termo de anuência. A terceira foi a substituição de prefeito, que geraria mudanças na estrutura do âmbito público, incertezas quanto às definições e continuidades do CAC-Barreiro e alterações dos recursos humanos e financeiros para o início de 2017. Com isso, o termo de anuência foi concedido pelo órgão administrador do CAC– Barreiro, em março de 2017. Por questões éticas, foi

possível, de fato, iniciar nossas verificações em campo após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa, em abril de 2017.³⁶

7.1

ETAPA I – O contexto do campo da pesquisa

7.1.1

Contextualização e caracterização do local da pesquisa

Localizada a sudoeste de Belo Horizonte, a região do Barreiro faz limite com os municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho e Nova Lima. É formada por 54 bairros e 18 vilas, com 70 mil domicílios que abrigam, aproximadamente, 300 mil habitantes, dentre os quais 11% são idosos. Com mais de 160 anos, a região tornou-se um polo que integra Belo Horizonte a municípios vizinhos e tem grande potencial de desenvolvimento econômico, cultural e social. Seu território de 53km² de extensão ainda possui muitas áreas desocupadas, que atraem novos moradores e empresas, impulsionando o crescimento local.³⁷

A Regional Municipal Barreiro é composta por cinco territórios de gestão compartilhada (TGC)³⁸. O mapa apresenta os cinco TGC, Fig. 21. Destacamos que o CAC pertence ao TGC B2; sendo assim, ele será nosso foco de análise.

³⁶ Enquanto a transição do governo se realizava, período anterior e posterior à instauração e à organização do novo governo, investi o tempo em aprimorar o conhecimento, parte teórica e prática, o que contribuiu para a construção do corpus desta tese. Cursei disciplinas em programa de pós-graduação correlatas às políticas e aos problemas públicos e frequentei um curso, cujo conteúdo voltava-se para a elaboração de projetos de desígnio político público. Somado a isto, como fase exploratória, concentrei esforços na etapa de contextualização e caracterização do campo.

³⁷ Esses dados podem ser conferidos no portal da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/estrutura-de-governo/governo>> Acesso em: ago. 2016.

³⁸ Esses dados podem ser conferidos no portal da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.diretorioderuas.com/BR/Minas-Gerais/Mesorregiao-Metropolitana-De-Belo-Horizonte/Regiao-Metropolitana-De-Belo-Horizonte/Microrregiao-Belo-Horizonte/Belo-Horizonte/Barreiro>>. Acesso em: ago.2016.

Territórios de Gestão Compartilhada - TGC Regional Barreiro

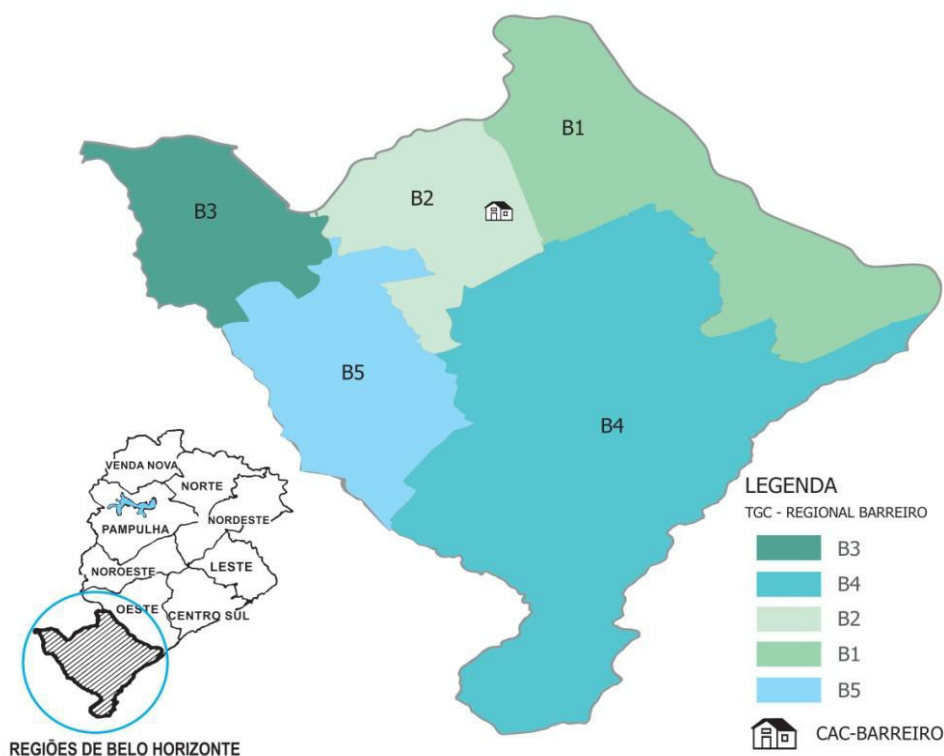


FIGURA 21: TGC – Regional Barreiro

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Estrutura de Governo.
Adaptado pela autora, 2017.

Ao analisar especificamente cada TGC, percebe-se que o TGC B2 é o menor território em termos de área; é o que possui menor população. As pessoas com 60 anos ou mais representam em torno de 10% da população da Regional. Contudo, o TGC B2 é o que concentra o maior número de pessoas idosas, chegando a 13% do total de sua população, conforme Tabela 1.

TABELA 1: População por faixa etária

TGC	0 a 6 Anos	7 a 15 Anos	16 a 18 Anos	19 a 29 Anos	30 a 59 Anos	60 Anos ou mais	Não detalhado	Total
B1	4.468	6.809	2.226	9.323	18.570	4.309	164	45.869
B2	3.207	5.262	1.949	8.180	18.649	5.284	0	42.531
B3	4.763	7.391	2.534	10.612	21.645	5.425	0	52.370
B4	6.120	9.616	3.302	14.561	28.101	6.318	0	68.018
B5	7.447	11.922	3.757	15.618	28.684	6.132	204	73.764
TOTAL	26.005	41.000	13.768	58.294	115.649	27.468	368	282.552

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Estrutura de Governo. Adaptado pela autora, 2016.

Quanto à renda, a população idosa da Regional Barreiro apresenta baixo poder aquisitivo. Ao analisar especificamente cada faixa, o TGC B2 tem menor população distribuída nas faixas de menor rendimento. As suas maiores concentrações encontram-se nas faixas entre três e cinco e acima de cinco salários mínimos. Comparando os índices de rendimento entre os territórios, o TGC B2 é o que se destaca por apresentar maiores concentrações de renda nas faixas de maior renda, conforme Tabela 2.

TABELA 2: Rendimento mensal

TGC	Sem Rendimento	Até 1/4 sm	Mais de 1/4 a 1/2 sm	Mais de 1/2 a 1 sm	Mais de 1 a 2 sm	Mais de 2 a 3 sm	Mais de 3 a 5 sm	Acima de 5 sm	TOTAL
B1	246	487	1.966	4.834	4.293	1.150	547	217	13.740
B2	256	191	1.043	3.180	4.664	1.925	1.318	662	13.239
B3	432	482	2.244	5.606	5.221	1.274	622	225	16.106
B4	437	482	2.752	7.178	6.807	1.895	924	344	20.991
B5	828	1.205	4.255	8.369	5.454	935	336	94	21.476
Total	2.199	3.019	12.260	29.167	26.439	7.179	3.747	1.542	85.552

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Estrutura de Governo. Adaptado pela autora, 2016.

7.1.2

Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC- Barreiro)

O Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC- Barreiro) está localizado no Bairro Santo Helena, na Regional Barreiro, com sede própria, anexo ao Centro de Saúde Pública. O CAC- Barreiro está localizado em área residencial no interior do perímetro urbano, próximo à rede de diversificados serviços e comércio, o que favorece a integração do idoso, independente e mesmo dependente, à comunidade do entorno. No entanto, a área onde está localizado é acidentada. As calçadas possuem desníveis e não atendem às normas de acessibilidade e código de posturas e obras, não favorecendo uma circulação segura para o idoso.

O CAC-Barreiro foi constituído com os objetivos de promover a intersetorialidade entre as políticas sociais e de saúde para garantir a execução das

atividades; compor a rede de serviços sociais na Regional e desenvolver serviços, projetos e programas sociais para a comunidade. Como dito, parte de suas atividades foi remodelada e, atualmente, tem como objetivo a promoção de atividades de lazer e convivência para as pessoas idosas. Essa vocação, de acordo com RG2³⁹, se deu pela região onde está inserido e pela maioria do público idoso que o frequentava e, ainda, frequenta. Assim, o CAC-Barreiro possui dois programas, um relacionado à saúde mental, “Assistência Social”, e o outro ao “Centro de Convivência Municipal da Terceira Idade do Barreiro”, que está sob a Coordenadoria de Atendimento da Regional Barreiro.

Tem como recurso humano, financiado pela Prefeitura, um quadro de gestores, composto pela gerente e uma técnica administrativa; um quadro de pessoal de apoio, constituído pelos vigias e pelos faxineiros, e, como voluntários, os coordenadores dos grupos e os instrutores (oficineiros). Observamos que o recurso humano é insuficiente para compor de forma ideal um corpo técnico capaz de ofertar com qualidade uma rede de serviços. Nas recomendações do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS, 2001), para a condução das atividades, o corpo técnico⁴⁰ deve possuir as seguintes especialidades: assistente social; psicólogo; terapeuta ocupacional; professor de educação física, entre outros técnicos responsáveis pela condução das atividades.

O Conselho Comunitário do CAC-Barreiro funciona como um equipamento gestor de interesse público, constituído pelo presidente, vice-presidente, secretária e conselheiros. Seus membros são idosos que frequentam as atividades do CAC-Barreiro. O Conselho inclui em suas ações fóruns, com a finalidade de promover debates, decisões políticas e troca de experiência, e reuniões administrativas mensais em busca de aproximação e parcerias com os outros setores da sociedade, dos quais participam todas as partes interessadas. Nessas arenas de discussão, são estimulados projetos de capacitação para o desenvolvimento de habilidades de gestão para os conselheiros e coordenadores,

³⁹ RG2 (2017). Entrevista cedida à pesquisadora em 11 de maio 2017.

⁴⁰ Ressaltamos que na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 o item recursos humanos necessários: direciona a verificação na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Entretanto, na NOB-RH/SUAS está definido somente Equipe de Referência para Atendimento Direto para as Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI’s.

visando à autossustentação dos grupos de convivência. Moura e Veras (2017) ressaltam que são essas pessoas que poderão contribuir com o processo de tomada de decisão em um processo de políticas públicas, e, por conseguinte, é importante que elas estejam cientes das necessidades daqueles que irão representar.

O espaço físico do CAC-Barreiro é amplo, composto internamente por salão multiuso – onde os bailes e as atividades de cada grupo são realizados –, hall, biblioteca, sala de reuniões, sala do Conselho Comunitário, sala e copa da gerência, almoxarifado e banheiro acessível. No espaço externo, há uma quadra e extensa área verde livre com caminhos acessíveis, bancos, locais para jardinagem e outras atividades ao ar livre. No entanto, a grande maioria das atividades se realiza na área interna. Considerando a nossa percepção, a infraestrutura física do CAC-Barreiro atende parcialmente às necessidades físico-espaciais mínimas indicadas na norma⁴¹, em conformidade com o programa necessário para o desenvolvimento das atividades e de acordo com as disposições contempladas na norma de acessibilidade.⁴²

No CAC-Barreiro são cadastrados quatro grupos de convivência da terceira idade (Amizade, Sonho e Realidade, Seresteiros do Barreiro e Bem viver) que utilizam o espaço para a realização das atividades. Cada grupo é constituído por coordenador, subcoordenador, instrutores e os idosos. Entre eles, um grupo é conveniado pela Prefeitura e, conforme RG2⁴³, somente esse pode fazer uso do recurso financeiro público. Destaca-se que os recursos recebidos são exclusivamente voltados para lanche, despesas com materiais dos trabalhos manuais, eventos e passeios (quando há reserva). Não nos foi esclarecido por qual motivo os outros grupos escolheram não se conveniar à prefeitura.

O CAC-Barreiro está acessível em horários múltiplos de segunda a sexta, oferecendo variadas atividades, tais como: artística ou cultural, sociabilidade, física, educação, vocacionais/produtivas e cidadania, Fig. 21. Os idosos podem ter acesso às diversas atividades, entretanto, estão limitados a serem cadastrados em

⁴¹ Análise a partir das diretrizes definidas na Portaria SEAS n. 73 de 10 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-73-10-maio-2001-325960-publicacaooriginal-1-seas.html>> Acesso em: julho de 2016.

⁴² Ver NRB9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

⁴³ RG2 (2017). Entrevista cedida à pesquisadora em 11 de maio 2017.

um único grupo, quando esse é conveniado pela prefeitura. Conforme RG2, há idosos que praticam mais que uma atividade. Os grupos interagem entre si durante os fóruns e as reuniões administrativas.

Alguns artefatos produzidos durante as atividades têm como objetivo final a comercialização, em uma feira realizada durante a segunda semana de dezembro, nas próprias dependências do CAC-Barreiro. O recurso financeiro obtido é destinado à aquisição dos materiais para confecção de novos artefatos. Esses grupos mantêm financeiramente as suas atividades com recurso próprio e com recursos provenientes da comercialização de seus artefatos produzidos.

ATIVIDADES PERMANENTES DO CAC – BARREIRO				
Horário	Atividades – programas públicos	Dia da semana	Local	Categoria
7h às 8h	Ginástica Sênior	3ª e 5ª	Salão multiuso	Física
8h às 9h		2ª, 4ª e 6ª		
9h às 12h	Fórum Regional dos grupos de Convivência da pessoa Idosa	Primeira 2ª / mês	Salão multiuso	Cidadania (associativa)
8h às 9h30	Lian gong (Ginástica chinesa)	3ª e 6ª	Hall e pátio	Física
16h às 22h	Dança Sênior (Ginástica para idosos)	5ª	Hall e pátio	Física
16h às 22h	Baile da 3ª Idade- Seresteiros do Barreiro	4ª e 6ª	Hall e Cozinha	Socialização/lazer
9h às 12h	Reunião Administrativa	Primeira 6ª do mês	Hall e Cozinha	Cidadania (associativa)
19h às 22h	Rotary Clube Barreiro	2ª	Salão multiuso	Socialização/lazer

GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA DO CAC - BARREIRO				
Horário	Grupo de convivência	Dia da semana	Local	Categoria
13h às 17h	Grupo AMIZADE (55 idosos) Artesanato (pintura, costura, crochê etc)	2ª	Salão multiuso	Aprendizado (Socialização e produtiva)
13h às 17h	Grupo SERESTEIROS DO BARREIRO (58 idosos) Coral	3ª	Salão multiuso	Coral (Socialização)
13h às 17h	Grupo SONHO E REALIDADE (57 idosos) Artesanato	4ª	Salão multiuso	Aprendizado (Socialização e produtiva)
13h às 17h	Grupo BEM VIVER (35 idosos) Painéis temáticos; cinema; leitura	6ª	Biblioteca	Socialização/lazer /cidadania (Socialização)

FIGURA 22: Atividades oferecidas no CAC-Barreiro

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Conforme descrito nas diretrizes do MPAS (2001), as atividades dos centros de convivência deveriam ser planejadas e sistematizadas a partir dos valores socioculturais, ocupacionais e de necessidades manifestas dos idosos frequentadores e também dos recursos humanos e materiais disponíveis em cada Centro de Convivência. No entanto, segundo RG2, diante das limitações financeiras, as atividades do CAC- Barreiro são elaboradas conforme experiência da equipe gestora e dentro da realidade financeira precária, mas sempre com o objetivo de manter a qualidade da atividade. As oficinas são divulgadas primeiramente aos grupos de idosos frequentadores e serão oferecidas se esses manifestarem interesse.

7.1.3

Reconhecendo o público do CAC-Barreiro

O recrutamento dos participantes para as entrevistas foi feito por meio de contato solicitando que se voluntariassem. Foi realizada uma entrevista individual com eles e nesse momento tivemos a oportunidade de sugerir que o estudo fosse dirigido a todos os idosos.

7.1.3.1

Olhar dos gestores do CAC

Para melhor compreender a organização do CAC-Barreiro, suas atividades em contexto real, as facilidades e seus desafios para mantê-lo em funcionamento, realizamos entrevista com dois gestores. Em análise sobre os dados, destacamos alguns pontos importantes levantados:

(1) Idosos cadastrados nas atividades do CAC-Barreiro

Observamos que não há um cadastro formalizado dos idosos, e o controle é feito pelo coordenador. Portanto, o número de frequentadores é impreciso, pois não há um registro de fato.

Aproximadamente são 320 idosos que frequentam o CAC. O critério para que o idoso possa frequentar o grupo conveniado é que seja maior de 60, podendo ser morador ou não da Regional Barreiro.

Os frequentadores assinam em um livro para registrar a frequência nos dias em que realizam suas atividades.

(2) Proposição e avaliação das atividades oferecidas pelo CAC-Barreiro

Verificamos que o recurso existente, ainda que escasso, é o humano. Os gestores se esforçam para elaborarem propostas de atividades, de forma espontânea, que está pautada na prática da “tentativa e erro”. Apesar de não haver avaliação, as atividades são eficientes a partir da perspectiva daqueles que as idealizam.

Decidimos quais são as atividades e levamos para os grupos, se eles se interessarem, nós oferecemos e mantemos as atividades se a procura acontecer. Tentamos identificar o que os idosos daqui têm preferência e oferecer a eles. Mas, os recursos financeiros são poucos e não há uma equipe técnica que apoie a elaboração das atividades. Contamos com pessoas voluntárias,

coordenadores para administrar os grupos e oficinairos para conduzir as atividades.

Não há avaliação. Ao final do ano, é apresentado um relatório das ações que foram realizadas nas dependências do CAC.

(3) Facilidades como gestora do CAC

Entre as facilidades, percebemos que há uma relação de afeto entre os gestores e frequentadores do CAC-Barreiro, fator que pode tornar as atividades usáveis e desejáveis pelos idosos e, ao mesmo tempo, serem consideradas efetivas para os seus idealizadores.

Os idosos são, em geral, frequentes; a parceria dos coordenadores; o companheirismo dos conselheiros, a localização do CAC, espaço amplo com banheiros acessíveis.

(4) Dificuldades como gestora do CAC

Dos desafios apresentados, destacaram constantemente a falta de investimento pelo setor público e a necessidade de ampliar os apoios, financeiro e humano, tanto das instituições públicas quanto privadas. Entre as prioridades de curto prazo, está o desenvolvimento de projetos visando a parcerias, uma vez que os recursos humanos, na maioria das situações, não solucionam a questão financeira.

Falta de recurso da Regional é a principal dificuldade enfrentada; falta de material básico – papel, tinta para impressora; burocracia para efetivar parcerias com outros setores da sociedade; falta de recurso humano – profissionais técnicos (psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional); pesquisas sem aplicação direta; não há participação cívica e cidadã consciente de muitos idosos.

7.1.3.2

Olhar dos coordenadores dos grupos

Tão importante como entender a percepção dos gestores foi investigar quais oportunidades e insatisfações que os coordenadores, voluntários, enfrentam para a existência e manutenção dos grupos na prática. Em análise sobre os dados, destacamos alguns pontos importantes levantados:

(1) Liderança

Notamos que o perfil dos coordenadores é de muito engajamento, empoderamento e esclarecimento sobre questões afeitas à cidadania e ao direito para o idoso. São pessoas extrovertidas que conduziram o diálogo com bom humor. São cidadãos questionadores, que se mantêm informados; são participativos e reconhecem que há uma demanda latente de manter os grupos e aprimorar as atividades oferecidas para um convívio prazeroso.

Fui indicada porque precisavam de alguém que gostasse de liderar e me disseram que eu sou assim. Mas dá muito trabalho, tem que gostar mesmo; CG1.

Eu sou bem participativa, sempre gostei de organizar, de colocar o grupo para funcionar, e nosso grupo tem crescido e muitos idosos tem nos procurado, então precisamos nos organizar; CG2.

Já frequentava há muito tempo e acharam que eu era boa nisso, e eu também acho que precisamos de organizar enquanto grupo, para fortalecemos, ainda há muito a fazer por nós, pelo idoso; CG3.

Gosto de ajudar como líder. É importante ter alguém para articular as necessidades, e ainda me sinto bem, até mais jovem, deixa a mente ativa, CG4.

(2) Dificuldades

As opiniões acerca das insatisfações foram voltadas aos recursos financeiros e às que concernem diretamente à manutenção de suas vivências mais coletivas.

Discussão com o grupo sobre nós (idosos) e nossas necessidade, direitos, deveres [...], são poucos o que gostam de participar dessas discussões, mas, precisamos, é unindo que podemos melhorar as coisas aqui, CG1.

A falta de verba da Prefeitura - somos aposentados e temos pouco recurso; faltam materiais para a realização das oficinas; que fôssemos ouvidos e atendidos em nossas necessidades; burocracia com parceiros, é difícil manter a parceria, CG2.

Reunir o grupo todo para um evento em outro dia que não seja o dia do encontro – muitos têm problema de deslocamento. Trazer a família para participar...Trazer o jovem [...], CG3.

No início eu percebi que eles, a gente, precisava conviver [...] somos diferentes [...] tivemos muitas discussões, no bom sentido, até a gente se entender. Mas, às vezes ainda há alguns desentendimentos e a gente contorna isto, com mais discussões e assim a gente segue [...], CG4.

(3) Facilidades

Quanto às facilidades, a boa convivência, a parceria dos idosos e os relacionamentos estabelecidos foram características marcantes trazidas pelos grupos. Cabe destacar a fala da CG4 que ressaltou como positivo a liberdade do grupo de realizar as suas atividades sem “depende” da prefeitura, o que podemos inferir que não ser conveniente à prefeitura na visão dela é negativo.

O grupo é colaborativo, sempre que peço ajuda, eles colaboram, CG1.

Eles têm muita disposição/vontade para aprender, são pessoas que buscam estar felizes, apesar das dificuldades de cada um, compartilhamos dificuldades, também CG2.

Nós temos e mantemos sempre a boa convivência, CG3.

Achamos ótimo ter a liberdade para realizar as nossas atividades, não dependemos da prefeitura, CG4.

(4) Promoção da longevidade prazerosa

Podemos destacar como temas principais e centrais: pouco recurso financeiro (necessidade de gerar renda); a dificuldade de mobilidade (deslocamento, para se chegar ao CAC-Barreiro); a vontade de ampliar o aprendizado não formal (como troca de experiências, de saberes); a necessidade do convívio social e evitar manter-se sozinho; o estabelecimento de metas (sentir-se úteis) e a necessidade de ser ouvido (ampliar a participação).

Precisamos estar conectados né [...], montamos um grupo no whatsapp, para quem gosta lógico [...], busco manter um constante aprendizado, troca de experiências, buscar coisas novas, CG1.

Pensar em projetos novos para a vida, pensar em metas, passear e conhecer outras coisas, coisas novas, diferentes, CG2.

Realização de eventos para a nossa convivência social, compartilhar experiências, buscar atender as orientações médicasCG3.

Encontro com as pessoas, fazer algo para se sentir útil, ser feliz, CG4.

7.1.3.3

Compreendendo os idosos e suas demandas

Como fruto da aplicação do formulário, constituímos um expressivo levantamento descritivo do perfil sociodemográfico, dos anseios, das necessidades e das motivações dos idosos para frequentarem as atividades do CAC, bem como implicações e desafios que poderiam se configurar como possíveis problemas.

Os resultados mostraram que 98% dos participantes são residentes nos bairros que integram a Regional Municipal Barreiro. Aproximadamente 16% são homens e 84% mulheres, o que retrata a evidência do fenômeno da feminilização da velhice.⁴⁴

Os participantes possuem idades que variam de 60 a 90 anos. Ao estratificarmos nossa amostra por idades, observamos que 36% dos entrevistados tinham entre 60 e 70 anos, 49% entre 71 e 80 anos, 15% entre 81 e 90 anos. Não houve participante com idade acima de 90 anos. Observamos que a composição do grupo no que se refere a faixa etária corresponde ao que encontramos na literatura como: os *idosos jovens* (60 a 74 anos), os *idosos velhos* (75 a 84 anos) e os *idosos mais velhos* (5 anos e mais) (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2006); (SCHNEIDER; IRIGARAY 2008). A maior parte deles é casada (67%), seguido de 27% de viúvos. Todos têm pelo menos um filho, sendo que 19% dos participantes compartilham as suas residências com os filhos.

A maioria deles é aposentada – em torno de 87%; 16% exercem alguma atividade remunerada e 27% não conseguem manter-se financeiramente e necessitam de auxílio financeiro da família. Em relação ao nível de escolaridade, todos os participantes são alfabetizados. Apesar dos distintos graus de instrução escolar, todos frequentaram escola por algum período. No grupo de participantes, prevalece a média escolaridade, ou seja, mais da metade cursou entre cinco e oito anos de estudo, em torno de 38% frequentaram o ensino médio, e apenas 6% possuem formação superior.

Em relação às questões do eixo II, *desejos, necessidades e motivações*, os participantes tiveram maior satisfação em responder tentando sempre justificar as suas respostas. Apesar de registrarmos, em áudio, o momento de preenchimento de todos os formulários, não foi propósito desta tese analisar em profundidade o teor dessas respostas. Assim, nos ativemos aos conteúdos explícitos no formulário com reflexões pontuais possibilitadas pelas leituras, pelos registros e cruzamentos dos dados.

Os participantes, em sua maioria, declararam que gostam de viajar. Sobre com qual grupo de pessoas os participantes têm o prazer de conviver, o de maior

⁴⁴ Segundo Nicodemo e Godoi (2010), a feminilização da velhice é um fenômeno no qual as mulheres compõem a maioria da população idosa em todas as partes do mundo e a estimativa é de que elas vivam, em média, de cinco a sete anos a mais que os homens.

preferência foi o familiar, seguido de pessoas de idades variadas e, por último, da mesma idade.

Ao serem questionados sobre quais motivos os levam a buscar o aprendizado, o aspecto mais frequente foi *por prazer*, seguido de *para o desenvolvimento do grupo* e, por último, *para gerar renda*. Quando perguntados se gostam de ensinar, 68% disseram que sim.

Para manterem-se informados, entre os participantes que realizam alguma atividade para obter informação, 81% responderam que assistem à TV; 16% lêem e 3% se conectam ao celular.

Em relação à prioridade das atividades que realizam no CAC (dança, canto, atividade física, cidadã/social, educação, artesanato, turismo, leitura e jogos), aquela pela qual eles mais têm interesse é a atividade física: 93% dos idosos exercem essa atividade; seguidas pelo artesanato e dança. A que desperta menor interesse é a educação. Os comentários sobre essa atividade foram de insatisfação: alegaram que o período e o formato em que ela é oferecida são pouco atrativos. A atividade de educação normalmente é ofertada à noite, em parceria com instituições acadêmicas e, normalmente, tem maior parte de conteúdo teórico.

A maioria dos participantes (83%) informou que seu deslocamento de casa até o CAC não é satisfatório, sendo que 69% usam o transporte coletivo urbano, 24% deslocam-se a pé e 7% em veículo próprio. Quando questionados sobre a motivação para frequentar o grupo de convivência do CAC, 58% disseram que foi por orientação médica, 37% por indicação de um amigo e 11% por conta própria.

Entre os participantes, 67% declararam que gostariam de participar de outros grupos frequentados por idosos, no entanto, todos disseram estar satisfeitos no CAC-Barreiro, e 81% frequentariam atividades que lhes propiciassem experiências com pessoas mais jovens, o que representa um estímulo às atividades intergeracionais.

Em relação aos aspectos que consideram positivos para sua vida longa – *Boa renda financeira, contato com a natureza, promoção da autonomia, realização de tarefas diária, boa memória, vínculo familiar, vínculo com amigos, realização de oração, boa e longa conversa, aprendizado constante, convívio comunitário, experiência compartilhada, contato com mais jovens, participação política, caminhada pelo bairro* – houve um equilíbrio na ordem de preferência

com alto índice de aprovação e satisfação pelas atividades, com exceção do item participação política, que obteve 31% de adesão. Quanto aos aspectos que precisam melhorar para sua vida longa, consideram muito relevante *boa renda financeira, contato com a natureza, promoção da autonomia, realização de tarefas diárias, boa memória, vínculo familiar, vínculo com amigos, realização de oração, boa e longa conversa e aprendizado constante*.

Em relação aos participantes que desejariam continuar participando da pesquisa e que teriam disponibilidade para ir ao CAC-Barreiro em horário diferente da qual usualmente praticavam suas atividades, 56 frequentadores reponderam que sim para as duas questões.

Como considerações iniciais, verificamos que o perfil dos idosos está em concordância com a revisão de literatura – Mercadante (2004); Debert (2003); Beauvoir (1990) – desde o início da pesquisa. Ele é constituído de pessoas com características sociodemográficas e subjetivas diversas. Os participantes com maior nível de escolaridade tiveram maior interesse e demonstraram ser mais extrovertidos, sempre querendo justificar suas respostas. Observamos como ponto comum a importância dada ao grupo de convivência e ao CAC-Barreiro pelos idosos que buscam envelhecer de forma ativa, valorizando aquilo que lhes pode proporcionar oportunidades, conquista e convívio social. Como nos apontam os resultados, corroborando com a literatura, – Moura; Veras (2017), de fato, os centros de convivência são espaços relevantes que dão suporte as relações sociais sejam por meio de atividades produtivas, de promoção da sociabilidade ou associativas. Os participantes demonstraram necessidade em se manterem inseridos em atividades que possam gerar renda, estabelecer convívio, manter em constante aprendizado, sentirem úteis, entre outras.

Merece destacar que, entre os frequentadores, há dois idosos dependentes, uma idosa que necessita de cuidador, pois foi diagnosticada com Alzheimer, e um cadeirante, que tem pouca habilidade com os membros superiores. Esses frequentadores não se dispuseram a serem participantes. Alguns idosos recusaram participar para evitar a interrupção das suas atividades.

Ressaltamos que, por ser um espaço público, seus frequentadores podem modificar continuamente. Constatamos que, ao longo desta pesquisa, os idosos participantes permaneceram frequentando o CAC-Barreiro, não havendo

desligamentos, sendo que 13 novos idosos ingressaram nas variadas atividades. Assim, consideramos que o diagnóstico deve ser periódico, como meio de manter atualizados quem são bem como quais são as necessidades e os desejos desses cidadãos.

Quanto ao número de questões do formulário, consideramos que foi extenso, devido à dispersão de alguns participantes durante a aplicação. Entretanto, entendemos ter sido necessário contemplar todas as questões para levantarmos informações consistentes para a pesquisa. Além disso, possibilitou que vivenciássemos um período com eles discutindo e observando a experiência em contexto real. Os resultados dessa etapa derivaram alguns pontos relevantes, que embasaram a busca e a seleção de imagens para a realização da oficina1 (Etapa II). Agrupamos os pontos conforme o que observamos serem recorrentes no discurso dos participantes (entrevistados); nos aspectos relevantes que precisam melhorar para sua vida longa (questão do formulário aplicado aos idosos) e com base nas designações das atividades dos centros de convivência, apontadas por Camarano; Pasinato, (2004,) como,

- (1) Associativas – *realização de oração, participação política.*
- (2) Promoção da sociabilidade – *aprendizagem constante; troca de experiências, vínculo familiar, vínculo com amigos, promover intergeracionalidade; ser ouvido, ressaltar a relevância do grupo, facilitar a mobilidade; ter interação com a tecnologia; ter acessibilidade; boa memória, boa e longa conversa.*
- (3) Produtivas – *gerar renda, ter trabalho, ampliar recurso financeiro.*

Ressaltamos a importância desta etapa que antecede a aplicação do duplo diamante como fundamental para reconhecer os gestores, a estrutura organizacional da instituição, o espaço físico e, principalmente, o público para quem se direcionará a política.

Questionário Miniexame do Estado mental (MEEM)

Para a aplicação e análise do MEEM, a pesquisadora e os três colaboradores contaram com as orientações duas voluntárias, uma da área da psicologia e outra da assistência social, ambas aposentadas. Devido à influência do nível de escolaridade sobre os escores totais do MEEM, estabelecemos, a partir das orientações de Brucki *et al.* (2003), três escores como indicativos de declínio cognitivo: escore (1) igual ou superior a 24 pontos para pessoas com escolaridade de 1 a 4 anos; escore (2) 26 pontos para pessoas com escolaridade de 5 a 8 anos; escore (3) 28 pontos para aqueles com 9 ou mais anos de estudo.

Selecionamos os 56 idosos que responderam sim às duas questões e todos foram convidados para participarem desse teste. No entanto, 42 idosos compareceram no horário proposto, às 14h do dia 6 de julho 2017, para a aplicação do exame na sala de estudos da biblioteca. Para prosseguirmos com o estudo, decidimos realizar essa avaliação com os presentes, uma vez que o objetivo era prosseguir com a pesquisa com pelo menos 32 idosos, para compormos quatro grupos com oito integrantes cada.

Apesar da variação do nível de estudo dos participantes, tivemos um resultado satisfatório, no qual 39 participantes atingiram ou ficaram acima do escore. Dos 39, 13 pertenciam ao escore (1), 19 estavam incluídos no escore (2) e 7 alcançaram o escore (3). Cabe destacar que entre os 39 participantes estavam os 4 coordenadores dos grupos. Prosseguimos com 39 participantes, uma vez que, por questões diversas, alguns poderiam desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Ao final da aplicação do exame, agradecemos aos participantes e realizamos uma lista de contato.

Finalização da Etapa I

Entramos em contato com cada um dos participantes que continuariam participando da pesquisa e agendamos um encontro, no dia 13/07, para a equipe esclarecer e reforçar o objetivo do trabalho, dialogando como seria o processo para elaborarmos um cronograma. Nesse encontro, explicamos que a proposta da

nossa pesquisa era identificarmos juntos quais as demandas deles (idosos) para desenvolvermos ações que pudessem ser implementadas no CAC-Barreiro. Para tanto, tínhamos que realizar cinco atividades em grupo que precisavam ser previamente agendadas para cinco dias distintos. Decidimos realizar as oficinas no mês de agosto, devido às viagens planejadas de alguns participantes entre os dias 15 e 31 de julho. Definimos em conjunto que para cada oficina dois participantes ficariam responsáveis por lembrar aos integrantes do grupo a data da oficina. Esses participantes eram, também, lembrados pela pesquisadora e seus colaboradores por meio telefônico. Para explorar a eficiência do cronograma como um artefato visual que funcionasse como uma agenda, confeccionamos e entregamos a cada participante o cronograma impresso, Fig. 23, no dia da oficina I.



FIGURA 23: Cronograma das oficinas
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2

ETAPA II – Design aplicado à formulação de políticas públicas

A etapa II foi conduzida conforme diagrama, Fig. 24.



FIGURA 24: Diagrama de organização da Etapa II.
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2.1 Fase I – Da descoberta

Identificação de demandas e do problema inicial como uma questão pública.

Esta fase, Fig. 25, foi constituída por uma oficina e utilizamos como ferramenta os cartões de *esperança e medo* (*Hope and fear cards*). A oficina teve como propósito divergir os pensamentos para identificar necessidades, desejos e dificuldades dos participantes, como possíveis desafios que deveríamos nos debruçar para delimitação do problema.



FIGURA 25: Fase I (descoberta) inserida no duplo diamante.
Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2.1.1

Oficina 1 – Exteriorizando os sentimentos *esperança e medo (Hope and fear cards)*

Para viabilizar esta oficina, convidamos os 39 participantes e os 2 gestores para integrarem aos grupos e participarem das oficinas. Estavam, também, presentes como convidadas a assistente social e a psicóloga. A oficina foi realizada no salão multiuso, no dia 10 de agosto, e dividida em três momentos. O primeiro, com duração de 35 minutos, objetivou a explanação geral sobre o processo desta oficina e a aproximação entre a equipe e os participantes. O segundo se desenvolveu em 46 minutos, no qual foram constituídos os grupos bem como realizadas a identificação e a aproximação entre os participantes. Por fim, o último, realizado em 83 minutos, buscou explorar os sentimentos *esperança e medo* dos participantes (impressos nos cartões) que pudessem ser entendidos como os possíveis desejos e necessidades que eles têm pertinentes ao grupo de convivência e para manter uma longevidade com qualidade.

Para a formação dos grupos, determinamos que a constituição de cada grupo tivesse como característica a pluralidade. Para tanto, decidimos que cada coordenador dos grupos de convivência deveria pertencer a um grupo e os dois gestores deveriam se integrar em grupos distintos. Assim, cada grupo foi constituído por um coordenador e sete a oito idosos frequentadores das atividades do CAC-Barreiro. Outro critério para a definição dos grupos foi tentar equalizar a sua composição a partir do resultado dos escores somado ao grau de instrução escolar. Neste sentido, todos eles deveriam ter integrantes com diferenciados níveis de escolaridade para possibilitar a heterogeneidade de perfil, o que foi possível devido às respostas do questionário MEEM. Esse critério foi definido pela equipe (a pesquisadora e três colaboradores) para evitar possíveis constrangimentos entre os participantes ao expor os resultados do questionário. Para tanto, fomos chamando cada participante pelo nome e sugerindo que se ele integrasse em um grupo determinado. A idade dos gestores, por possuírem menos de 60 anos, diminuiu a média etária dos grupos aos quais pertenciam. Caso, o

grupo 3, por exemplo, fosse constituído somente por idosos, a média etária desse grupo seria de 69,6. Não foi possível compor um grupo cuja média etária chegasse aos 80 anos ou mais. Outro dado importante refere-se à participação de homens, que foi ínfima. Apenas seis idosos homens participaram e foram distribuídos de forma que cada grupo tivesse pelo menos um. Os grupos 1 e 2 ficaram com menor número de participantes por conveniência (Tabela 3).

TABELA 3: Composição dos grupos e distribuição pelos escores

GRUPO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	NÚMERO DE PARTICIPANTES ESCORE 1	NÚMERO DE PARTICIPANTES ESCORE 2	NÚMERO DE PARTICIPANTES ESCORE 3	MÉDIA ETÁRIA
Grupo 1	9	3	5	1	75,5
Grupo 2	10	4	4	2	76,3
Grupo 3	11	3	5	2	67,1
Grupo 4	11	3	5	2	69,2
TOTAL	41	13	19	7	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Como suporte (instrumento) para a oficina, elaboramos vários cartões no formato A5 com imagens diversas, Fig. 26, que correspondessem aos pontos levantados a partir da análise da Etapa I (entrevistas e formulários). Diante das evidências resultantes da análise, propusemos em torno de cem cartões com imagens relacionadas ao trabalho, à geração de renda, aos meios de transporte, ao lazer, à aprendizagem, à tecnologia, à saúde, à juventude, à família, à sociedade, à política, à cidade, ao cotidiano, ao ambiente e à natureza, entre outras.

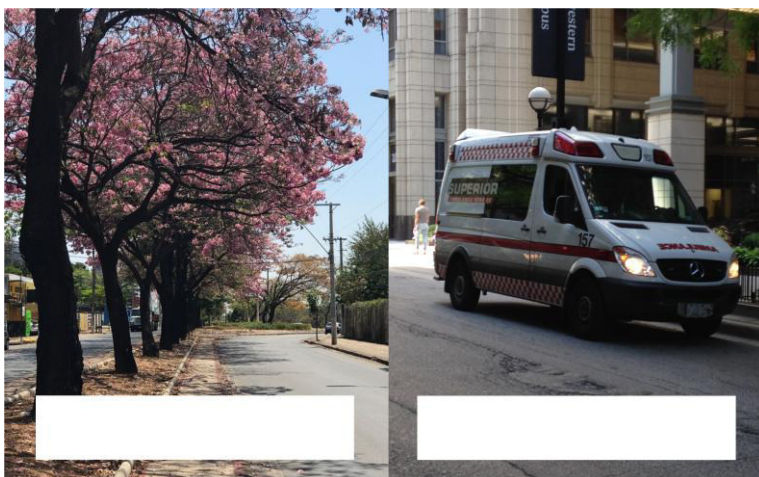


FIGURA 26 (a): Cartões de sentimentos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

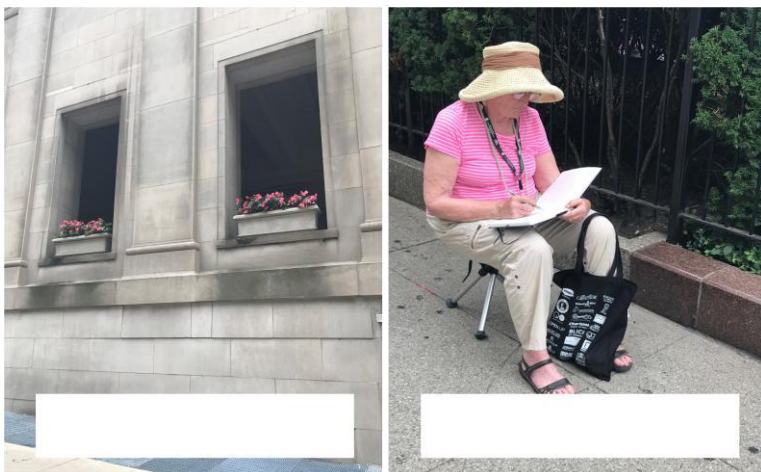


FIGURA 26 (b): Cartões de sentimentos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

A oficina começou com uma apresentação da noção de design participativo (cocriação) associada ao objetivo geral da pesquisa e apontamentos sobre políticas públicas para a promoção do envelhecimento ativo, no âmbito do centro de convívio. Vale ressaltar que muitos idosos se manifestaram positivamente quando perguntamos se tinham conhecimento da legislação concernente à população idosa e da importância do envelhecimento ativo. Em seguida, descrevemos o que eles iriam realizar (escolher uma imagem, observá-la e escrever na tarja branca qual o *medo* ou qual a *esperança* sentiam ao pensar em terem uma vida longa com mais qualidade), esclarecendo que as imagens não eram previsíveis. No entanto, as ilustrações compreendiam uma coleção de representações figurativas que poderiam ou não acontecer; que estariam ou não presentes no seu dia e que visavam provocar debates e discussões. Enfatizamos que não esperávamos que eles (os integrantes de cada grupo) concordassem uns com os outros, sobretudo que pensassem em suas realidades, preocupações, necessidades e desejos. Esclarecemos que estávamos interessados em seus sentimentos (em relação à *esperança* e ao *medo*) ao se depararem com as imagens.

Após a confirmação de entendimento da tarefa, os participantes de cada grupo se organizaram ao redor das mesas, formando os quatro grupos. Entregamos 25 cartões para cada grupo e distribuimos canetas/pincéis coloridos a todos. Pedimos que observassem as ilustrações e escolhessem um cartão com a imagem que os ajudaria a explicar o seu sentimento de “*esperança*” em relação às

atividades em contribuição para longevidade saudável e com qualidade. Em seguida, solicitamos que escrevessem essa “*esperança*” no box (tarja) branco impresso no cartão. Pedimos aos integrantes que compartilhassem seu sentimento “*esperança*” com o grupo e agrupamos os cartões por expressões similares, enquanto eles apresentavam um a um. Repetimos o mesmo processo com os cartões para o sentimento “*medo*”.

7.2.1.2.1

Resultados e discussões

De modo geral, o material gerado para dar suporte a essa oficina foi eficiente. Muitos reconheceram as imagens como signos visuais corriqueiros/familiares e relataram que, no dia a dia, não percebiam que elas poderiam evocar tais sentimentos. A oficina foi produtiva e possibilitou uma discussão descontraída e interativa, na qual os participantes teceram comentários, como.

A tarja branca é porque a gente tem “carta branca” [...] a gente é livre né? Para escrever o que quer [...] é a vantagem de ser velho... (risos)
(Grupo 1)

Eu achava que não tinha medo. Mas o medo está mais próximo que a gente imagina. Veja bem, a vida inteira eu nunca me importei dos meus filhos ficarem fora. Hoje, eles têm de me ver todos os dias [...]
(Grupo 2)

Você sabe que esperança é que move a gente [...] se a gente não tiver esperança, a gente morre logo [...] (Grupo 4)

O uso de imagens como suporte foi muito bem-sucedido, oferecendo um ponto de partida com linguagem visual para os participantes. A simplicidade de cada imagem, preenchida com muitos termos/sentimentos diferentes, permitiu uma discussão satisfatória sobre os significados de cada elemento, Fig. 27. Consideramos consistente o que cada participante expressou em torno das imagens.

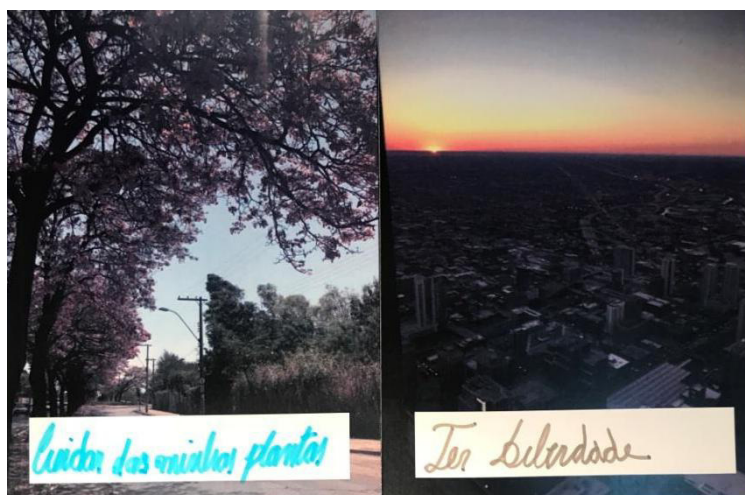


FIGURA 27: Cartões de sentimentos preenchidos pelos participantes.
Fonte: Registro da autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Eles correlacionaram a imagem e os sentimentos com suas vivências e necessidades do dia a dia. Isso favoreceu para que não houvesse uma coleção de termos e imagens díspares.

Tenho medo de dar defeito igual carro, começa com um grilinho (barulho) e não para mais [...] (Grupo 1)

Eu tinha esperança em aprender tecnologia, mas não dou pra isso não... (risos). Na verdade não preciso disso não... continuo vivendo bem sem ter tecnologia [...] (Grupo 1)

É bom a gente se sustentar; até aqui no grupo... a gente tá tentando, mas é difícil... quase todo mundo aqui é aposentado e a gente tá tentando. (Grupo 3)

Algumas imagens para uns representaram *medo*, e para outros, *esperança*. Entre elas estão imagens da xícara, Fig. 28. Alguns expressaram como medo (ficar só) devido à imagem ter uma única xícara. Outros atribuíram à mesma imagem o sentimento de esperança (ter boa prosa – chá com amigas).

Eu quero mesmo é conversar, ter horas de prosa, sorrir e estar junto das outras pessoas. Isto pode acontecer ao tomar um chá com amigas [...](Grupo 2)

Também conseguiram integrar esses pensamentos em uma discussão valiosa sobre como o sentimento "medo", reflexo de uma imagem, poderia ser convertido em "esperança" e vice-versa.

Nossa, eu acho que a xícara sozinha é ruim, dá medo, parece que a gente não tem mais ninguém, [...] é nosso destino ficar sozinho? [...] e ela já gostou porque gosta de tomar chá com as amigas [...] cada um pensa de um jeito mesmo, né [...](Grupo 4)



FIGURA 28: Cartões de sentimentos preenchidos pelos participantes.
Fonte: Registro da autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Em relação às palavras que expressavam o sentimento *medo*:

Ficar velho; me enxergar velho; não viver, ser velho; solidão; medo de ficar só; não aprender; ter doenças; não ter amigos; desrespeito; falta de cuidado; não poder vir ao CAC; ficar inútil; precisar deste escolar; não poder caminhar sozinho, ser excluído; dar defeito; tornar dependente; depender dos outros; ficar dependente; não poder lembrar; esquecer das coisas, perder a memória; depender financeiramente; não ter dinheiro; fazer dívida; não ter o que fazer; não poder aprender; parar no tempo; mundo sem ninguém; ficar doente; tomar muito remédio; não ter o grupo; nosso grupo acabar; ficar sem coordenador (Medo).

Quanto às palavras que expressavam o sentimento *esperança*:

Não ter que viajar nesta van; de viver igual todo mundo; ser respeitado; ter respeito dos outros; ter utilidade; ter o que fazer; de ser igual; melhorar nosso transporte; caminhar com segurança, família sempre unida; manter os amigos; manter a boa prosa; pagar as contas e aproveitar a vida; viajar muito; diminuir o valor dos eventos; aprender sempre; trocar experiências, diminuir o custo das coisas; ser independente; colher flores; cuidar das minhas plantas;

ficar melhor fazendo exercício, poder fazer atividade física, ter sempre contato com a natureza; ter o que aprender; ter cabeça para aprender, viver muito e bem; viver bem; viver muito; ter uma vida boa; morar sempre na minha casa; as coisas serem resolvidas aqui (Esperança).

Para compatibilizar/sistematizar os dados coletados nessa oficina, reunimos os cartões de cada grupo pela similaridade das expressões. Estabelecemos seis temas-chave (demandas) que agrupariam os sentimentos expressos – “esperança” em contraponto com o “medo” –, associados aos pontos identificados na Etapa I, descritos como: atividade **associativa** (1) ter metas, não ter propósito; atividades de **promoção da sociabilidade** (2) ser útil, tornar inútil; (3) trocar experiências, perder a memória; (4) mobilidade acessível, mobilidade inacessível; (5) ter amigos, não ter amigos e atividade **produtiva** (6) ter recurso financeiro, não ter recurso financeiro.

Os conteúdos da ferramenta dessa oficina apresentaram limitações. Uma delas diz respeito à escrita. Alguns participantes tiveram dificuldades com a ortografia e solicitaram auxílio para registrar os termos, o que pode ter gerado constrangimento. A estratégia que no momento julgamos prudente para minimizar o desconforto foi utilizarmos como recurso o dicionário *on-line* pelo celular. Apontamos que, com a mudança recente das regras ortográficas, nós também precisamos, por vezes, recorrer ao dicionário atualizado. Um dos participantes ressaltou que aprendeu a escrever farmácia com “ph”:

meu pai era farmacêutico e eu aprendi assim, escrever farmácia com “ph” [...] por isto que a gente tem que atualizar sempre, aprender sempre é bom, né [...] (Grupo2)

Outra fragilidade refere-se ao tema das imagens que podem ressaltar as suas dificuldades por não condizer com a sua realidade e o seu contexto. A imagem de bicicletas como meio de transporte gerou certo desconforto. Alguns expressaram não saber andar de bicicleta; outros questionaram que em um bairro cujas ruas são em declive ou aclive é impossível usar aquele meio de transporte,

Já andei muito de bicicleta na infância. Onde morava era plano [...] aqui nessas ruas cheias de morro, não dá não [...] (Grupo 1)

No tocante ao processo da oficina houve comentários de que essa se caracterizou como livre, divertida e entretida e que, segundo a psicóloga, permitiu que eles explorassem algumas competências, como “autonomia, flexibilidade, criatividade, adequação ao contexto, noções do processo participativo e respeito aos pensamentos uns dos outros”. No entanto, alguns participantes demonstraram estar ansiosos, sugerindo anteciparmos as oficinas ou irmos direto para a solução.

Como decorrências favoráveis, houve a originalidade dos apontamentos apresentados que foi feito de forma descontraída e a oficina foi positivamente avaliada pelas convidadas. Ressaltamos que não houve evasão. Como aprendizado, a eventualidade de a oficina ter se estendido além do horário previsto fez com que quatro participantes saíssem antes do término. Coube a nós repensarmos se as três atividades deveriam ser em um único dia e consecutivas. Inferimos que sim, tendo em vista o fato de os participantes terem atingido os resultados esperados.

7.2.2

Fase II – Da problematização

Refinamento das demandas e identificação do problema.

Esta fase, problematização, Fig. 29, foi constituída por uma oficina e utilizamos como ferramenta o painel de desafio (*Challenge panels*). A oficina teve como propósito convergir os pensamentos para refinar os desafios (os seis temas-chave) que deveríamos nos debruçar para delimitação do problema, para o qual buscaríamos encontrar solução por meio do processo do design.



FIGURA 29: Fase II (problematização) inserida no duplo diamante.
 Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2.2.1

Oficina 2 – Definindo o problema - Painel de desafio (*Challenge Setting ou Challenge panels*)

A oficina realizada em 17 de agosto, com duração de 105 minutos, teve como objetivo compartilhar as visões para definir o problema a partir da perspectiva dos usuários, da compreensão de suas necessidades e desejos. Os integrantes se agruparam novamente no formato já estabelecido. Ressaltamos que, nessa oficina, estavam presentes 38 participantes e a psicóloga. Decidimos realizar a oficina por considerar que o outro gestor presente e poderia dar o suporte à discussão. Para a configuração dessa oficina, distribuímos aos participantes cartões, acompanhados de canetas-pincel para o preenchimento, com a seguinte questão impressa: *Considerando nossa realidade no CAC, nossos medos e nossas esperanças, qual seria o desafio a resolver para termos uma longevidade prazerosa?* Pedimos que um participante enunciasse em voz alta a questão. Três solicitaram que explicássemos melhor o que estávamos pretendendo. Esclarecemos que nós deveríamos apontar o que considerávamos como necessidade para aprimorar o grupo de convivência, em termos de atividades, infraestrutura física, financeira e

gestão, ou seja, quais as dificuldades que eles enfrentavam e que precisávamos resolver para se sentirem melhor. Esclarecemos, também, que cada grupo poderia deliberar até duas dificuldades e descrevê-las nos espaços em branco destinados para o registro. Chamou-nos a atenção a expressão de um participante manifestando seu entendimento como:

Acho que entendi , vocês precisam saber qual é o nosso jeito idoso para estar bem no mundo. Vocês não, nós mesmos, (risos) (Grupo 4)

Após todos terem dito que compreenderam a nossa proposta, pedimos que discutissem sobre a questão e, em seguida, apontassem o que enxergariam como demanda.

Solicitamos que eles se baseassem em algumas das expressões ou palavras que apontaram como *esperanças e medos* que tínhamos discutido anteriormente. Para facilitar a lembrança do que havia sido escrito nos cartões, projetamos slides com as expressões agrupadas em temas-chave:

- (1) ter metas, não ter propósito;
- (2) ser útil, tornar inútil;
- (3) trocar experiências, perder a memória;
- (4) mobilidade acessível, mobilidade inacessível;
- (5) ter amigos, não ter amigos;
- (6) ter recurso financeiro, não ter recurso financeiro.

Entretanto, eles preferiram ter acesso aos cartões/imagens com as expressões registradas. Redistribuímos os cartões correspondentes a cada grupo e definimos 30 minutos para que refletissem sobre os sentimentos mencionados nos cartões que receberam, chegassem ao consenso em grupo e apontassem dois pontos ou necessidades a serem resolvidos.

7.2.2.1.1

Resultados e discussões

Durante as discussões, os grupos 2 e 3 apresentaram divergências. Um participante do grupo 2 preferiu não dar continuidade à pesquisa alegando que

alguns integrantes não permitiram a sua exposição. O grupo justificou que o participante estava fazendo do encontro mais um momento de desabafo, para expor muitas vivências negativas que ocorreram com idosos conhecidos ou não, ao invés de discutir a partir dos cartões recebidos. Elucidamos que todo o discurso, por mais pessoal que seja, é válido, pois favorece o surgimento de opiniões diferenciadas. Logo, eles não deveriam tecer julgamentos antes de registrar todas as ideias, pois todas poderiam contribuir com as decisões e definição do problema. O participante manteve sua decisão e desligou-se da pesquisa.

Os participantes do grupo 3 estavam ressaltando opiniões mais voltadas para as soluções do que efetivamente delimitando o problema. Foi necessário que reforçar a nossa proposta, apontando que naquele momento estávamos focados em definir o problema, e que a identificação das formas de solucioná-lo seria realizada na próxima oficina.

O grupo 4 foi o que apresentou o discurso mais detalhado acerca dos temas questionados. A opinião dos participantes proporcionou pontos de vistas que não foram mencionados em outros grupos, entretanto, sintetizou em uma única dificuldade, alegando que era ampla e abrangia outras questões, necessidades e demandas apontadas.

O grupo 1 apresentou como demandas/insatisfações: 1) melhoria e respeito nos transportes coletivos e locomoção; 2) favorecimento de recurso financeiro para aumento de renda. O grupo 2 identificou como demandas/insatisfações: 1) promoção do aprendizado não formal como troca de saber e experiências; 2) as possibilidades de se gerar renda. O grupo 3 sugeriu como demandas/insatisfações: 1) aprimoramento do convívio social, participativo e com liberdade; 2) melhoria nos meios de transporte e do deslocamento.

O grupo 4 trouxe como demandas/insatisfações: 1) possibilidade de aprendizado por meio da educação não formal de forma mais livre juntamente com a promoção da intergeracionalidade. O grupo justificou a necessidade de aprendizagem constante e não relacionada ao ensino formal, a possibilidade de elaborar metas, promover trabalho e, como consequência, a geração de renda. Somente esse grupo enfatizou a importância de se promover a interação entre as gerações por meio da troca de experiência e do trabalho em conjunto, além de

promover entre os mais jovens a valorização do conhecimento e do ser idoso. Ressaltaram, ainda, a importância dos mais velhos para a boa convivência em sociedade que envelhece, e, ao serem valorizados, receberiam cordialidade e respeito.

Para definirmos qual(is) seria(m) o(s) problema(s), sugerimos aos participantes que, no primeiro momento, unificássemos as demandas/insatisfações levantadas, uma vez que elas apresentavam similaridades. Agrupamos as sete demandas e tivemos como resultado: 1) educação; aprendizado, promoção do saber; 2) transporte, locomoção, mobilidade, deslocamento, acesso; 3) recurso financeiro, geração de renda; 4) relação e convívio social, familiar e cidadão.

Em seguida, tínhamos que eleger um problema para prosseguirmos para a próxima fase. Um dos participantes sugeriu embasarmos nos objetivos da Política Municipal do Idoso de Belo Horizonte que dizem respeito às ações governamentais nos aspectos educação, independência de locomoção, trabalho (geração de renda) e socialização. Com isso, de acordo com o participante, poderíamos defender nossa solicitação justificando que elas estavam pautadas na legislação e, portanto, são um direito do idoso. Sugerimos que não se restringissem na confiabilidade dos órgãos e entidades municipais para solucionar os problemas surgidos. As nossas atividades ali estavam voltadas para levantar o problema e trabalharmos juntos para uma possível solução de forma colaborativa e participativa. E, ainda, que teríamos a oportunidade de discutir, na próxima oficina, como cada instância poderia colaborar.

Outro participante sugeriu que levássemos para a próxima fase as quatro demandas, por termos quatro grupos. Assim, cada um poderia se debruçar em um problema e propor as possíveis soluções. Apesar de considerarmos que poderia ser um encontro exaustivo, levamos em conta o grau de flexibilidade consoante com a estratégia metodológica participativa e acatamos a sugestão. Portanto, na oficina III, cada grupo seria responsável pela discussão de um dos problemas, a seguir: (1) **Educação não formal** – ampliação do aprendizado (possibilitar a troca de saberes ampliando a aprendizado e a experiência) e estabelecimento de metas (sentir-se úteis); (2) **Geração de renda** – ampliação de recurso financeiro considerando os possíveis aspectos específicos do trabalho para a pessoa com 60 anos ou mais (necessidade de gerar renda); (3) **Transporte e locomoção** –

melhorias dos serviços de transporte devido a dificuldade de locomoção urbana (deslocamento para se chegar ao CAC, ao comércio e às clínicas médicas); **(4) Relações e Convívio** – possibilidade de meios para promover a convivência familiar; as relações cidadãs, as relações sociais; participação nos diversos setores da sociedade, serem ouvidos (ampliar a participação).

7.2.3

Fase III – Da Deliberação

Formulação de alternativas e definição da possível solução para o problema.

Esta fase, deliberação, Fig. 30, foi constituída por uma oficina e utilizamos como ferramenta cartões de mudanças (*Change cards*). A oficina teve como propósito divergir os pensamentos para gerarmos alternativas para os problemas definidos na oficina II e pensarmos nas possíveis soluções.



FIGURA 30: Fase III (deliberação) inserida no duplo diamante.

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2.3.1

Oficina 3 – Refletindo sobre o problema e as soluções (*Change Cards*)

A oficina 3 teve como premissa a atuação dos grupos para examinar os problemas definidos na oficina 2, tanto na realidade do contexto da comunidade quanto no “diferente/imaginado”, e propor soluções. Essa oficina foi planejada para ser realizada em 24 de agosto, conforme o nosso cronograma. Para nossa surpresa, não compareceram oito participantes – um do grupo 1, três do grupo 2 e quatro do grupo 4. Ainda que um considerável número de idosos tenha deixado de comparecer, decidimos manter a realização da oficina por respeito aos participantes presentes. Visando manter os agentes atuando de forma produtiva e com os grupos coesos, unificamos dois grupos e remanejamos alguns participantes, para manter um equilíbrio entre os grupos. Sendo assim, o grupo 3 manteve-se constituído como desde o início; juntamos o grupo 4 com o grupo 2, e três integrantes do grupo 4 se prontificaram a migrar para o grupo 1. Apesar de não ter sido possível manter um equilíbrio entre os grupos considerando o resultado do questionário MEEM, Tabela 4, a pluralidade entre os grupos (coordenadores e gestores distribuídos nos grupos) ainda se manteve.

TABELA 4 – Nova composição dos grupos

GRUPO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	NÚMERO DE PARTICIPANTES ESCORE 1	NÚMERO DE PARTICIPANTES ESCORE 2	NÚMERO DE PARTICIPANTES ESCORE 3	MÉDIA ETÁRIA
Grupo 1	11	5	4	2	75,1
Grupo 2	11	4	6	0	66,3
Grupo 3	11	3	5	2	67,1
TOTAL	33	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Assim como os grupos, tivemos que unificar dois dos problemas. Entendendo que o aprendizado poderia, como consequência, proporcionar algum retorno financeiro, recomendamos a integração das duas demandas: **Educação**

serviu como um providencial mecanismo de urgência, pois, do ponto de vista dos participantes, a junção foi relevante e estratégica. Eles poderiam, com a associação, solucionar concomitantemente problemas de duas ordens: a construção e o aperfeiçoamento do saber incorporados à ampliação de recurso financeiro, considerando os aspectos específicos do trabalho para a pessoa idosa.

O grupo 4 somado ao grupo 2 passou a ser designado como grupo 2 que se manifestou optando por trabalhar com esse problema “duplo”. O grupo 1 elegeu a problemática do transporte e locomoção. Por fim, o grupo 3 focou no problema referente às relações e ao convívio. Ajustes formatados, entregamos uma prancha com os problemas descritos, resultados da oficina 2, e pedimos que fossem pensando na raiz do problema. Para isto, precisariam recorrer aos seus repertórios de usuários e de envolvidos com as situações-problema e questionar várias vezes o porquê das circunstâncias.

Em seguida, passados trinta minutos, entregamos outra prancha, que continha uma série de questões (*Change Cards*), Fig. 31. As questões serviram como inspiração e estavam voltadas para uma imaginação, ora centrada nas suas realidades, ora nos contextos completamente distantes e diferentes. São elas:

- 1) O que faríamos em 2040?
- 2) O que teríamos feito em 1940?
- 3) Como uma criança resolveria isso?
- 4) E se não tivéssemos dinheiro?
- 5) E se tivéssemos um orçamento ilimitado?
- 6) O que um empreendedor faria no Brasil? E se fizéssemos o contrário?
- 7) E se as pessoas fossem o nosso único recurso?
- 8) O que uma pessoa pensaria ao experimentar sua ideia?
- 9) Quem estaria no seu sonho para resolver isto?
- 10) O que o público quer que façamos?
- 11) E se somarmos nossos esforços?
- 12) O que faríamos se pudéssemos legislar?
- 13) E se tivéssemos as universidades para nos auxiliar?
- 14) O que faríamos se pudéssemos apenas recomendar melhores práticas?
- 15) E se tivéssemos que começar de novo?

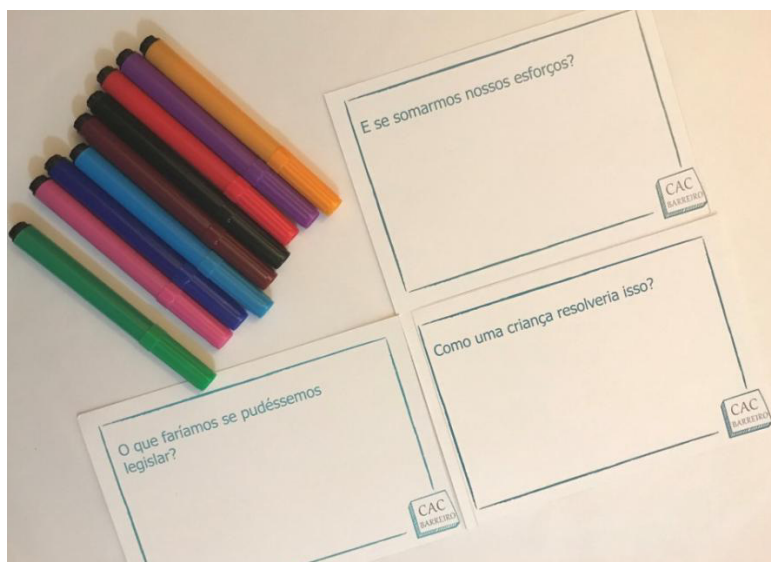
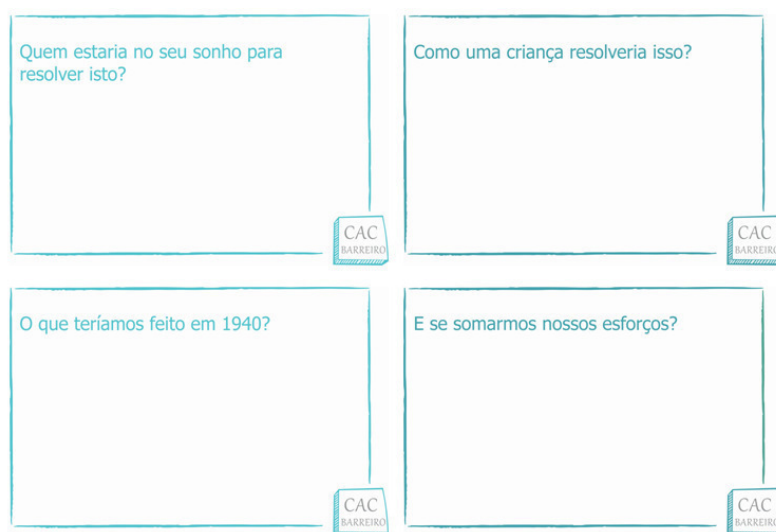


FIGURA 31: Cartões de mudança elaborados para o CAC-Barreiro
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Trazidas à tona as possíveis causas e sintomas dos problemas, os participantes, ao mesmo tempo em que interpretavam e decodificavam as questões nas pranchas entregues, começavam a discutir em torno delas. Eles expressavam ora curiosidade, ora espanto pelo que estava escrito, confirmando que não tinham pensado pelos pontos de vista e possibilidades expostos naquelas perguntas. Também, perguntavam uns aos outros sobre a opinião deles e se essas abordagens já haviam sido feitas em outros lugares, sugerindo que pudessem ser aplicadas para os pontos apresentados.

Para auxiliar na discussão, recomendamos que, embora não necessitassem responder a elas, era importante refletirem sobre as quinze perguntas considerando esta questão-chave: “qual(is) trajetória(s) abordar para tornar isso (o nosso desejo, a solução para o nosso problema) possível”? Instruímos, também, sobre o benefício de criar ideias e alternativas iniciais sem julgamentos, uma vez que posteriormente, iríamos avaliar as melhores soluções por meio da análise do empenho e do potencial. Alertamos para que eles mantivessem as soluções alinhadas com seus próprios gostos e com suas próprias histórias de vida, incluindo nelas elementos oriundos de *um jeito idoso de estar bem no mundo*. Aos poucos, os grupos foram apontando ideias sobre os seus problemas, Fig. 32.

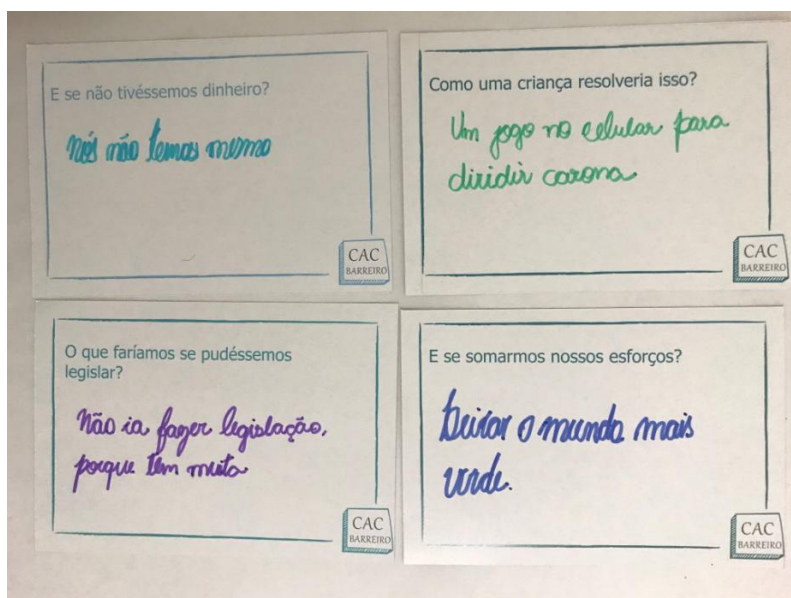


FIGURA 32: Cartões de mudança com propostas dos participantes.
Fonte: Registro da autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2.3.1.1

Resultados e discussões

GRUPO 1

Problema - Transporte e locomoção (deslocamento/ mobilidade e acessibilidade dos transportes)

Os integrantes do grupo focaram mais no sintoma dos problemas do que propriamente na raiz, considerando que esta, na maioria das vezes, estaria ligada às individualidades. Entre os pontos mencionados pelos integrantes estão as condições precárias das estações; a ausência de cumprimento dos horários; a superlotação nos ônibus, a falta de polidez por parte dos passageiros, principalmente quando se trata dos assentos preferenciais; o pouco zelo dos motoristas com as manobras bruscas realizadas. Do ponto de vista dos motoristas, esses alegaram que, quando estão ao volante, deparam com a falta de paciência dos outros motoristas. Um dos participantes é proprietário de táxi e relatou que muitas vezes é advertido por parar o carro e auxiliar seus passageiros idosos durante o embarque e desembarque. Foi levantada a importância de haver transporte público mais bem planejado, com regularidade de horários e frequência de rota diária para reduzir o tempo de espera; viagens gratuitas disponíveis em promoção. Serviços de veículos compartilhados e especializados foram vistos como úteis e eficientes, principalmente para as pessoas impossibilitadas de usar o transporte público, e gentileza por parte de passageiros e motoristas.

Outro participante ressaltou que houve mudança a partir da prestação do novo serviço de transporte privado urbano por meio de aplicativos nos aspectos segurança, comodidade e preço diferenciado. Entretanto, não poderiam considerar como favorável, pois não era uma realidade disponível para a maioria.

Declararam que no bairro a falta de segurança das vias, calçadas, passeios afeta o desejo dos idosos de saírem à rua, e, conseqüentemente, sua saúde física, sua independência, integração social e bem-estar.

O grupo identificou e sentiu-se mais confortável em tratar transporte público, pois, além de familiarizado, tinha maior semelhança com a vivência dos integrantes. Os participantes evidenciaram que o transporte público é ainda fortemente controlado e projetado para satisfazer a iniciativa privada do que as pessoas. Como possibilidade para a solução desse problema, os participantes consideraram que pouco poderiam fazer pessoalmente, já que a maioria dos pontos discutidos está sob o controle de órgãos superiores e instâncias privadas. Diante disto, eles expressaram a opinião de que os responsáveis pelo planejamento urbano e de infraestrutura deveriam levar em conta as pessoas, principalmente as mais velhas, ao projetar esses sistemas, e realizar consultas

significativas e deliberativas junto a esse público. A discussão nesta questão não se aprofundou. Neste ponto, ressaltamos a literatura de Secchi (2015) que nos informa um problema para ser incorporado socialmente deverá apresentar possibilidade e potencial de solução.

Legislação a gente vê que tem bastante, o negócio é que elas não são fiscalizadas e implantadas [...] e ainda não somos consultados.

Apresentaram algumas alternativas para a melhoria na locomoção, como a necessidade de sinalização e conservação das calçadas, livres de obstáculos, niveladas, com piso antiderrapante e tátil, amplas o suficiente para acomodar cadeiras de rodas e pessoas idosas, implantação de banheiros públicos de fácil acesso e mantidos limpos. Pensaram em possibilidades de carona solidária, e um participante levantou a possibilidade de, que se fosse uma criança, desenvolveria um aplicativo para compartilhamento de veículo em formato de carona.

Eu nem sei como mexer, nem imagino como fazer um processo no celular para as pessoas conversarem e dividirem o veículo e dar carona. Mas, as crianças conseguem. Elas nascem com celular na mão [...] não sou dessa época (risos). Então, se eu fosse criança, eu ia fazer isto.

GRUPO 2

Problema - Educação não formal e Geração de renda

Esse tema, pelo seu teor real, familiar e pelo fundamento agregador, cativou o grupo, que se mostrou engajado, interessado e participativo. Relataram que uma forma de se manterem ativos e bem é proporcionar meios de exercitar a mente. A discussão central foi a necessidade de aprendizagem constante não relacionada ou específica ao ensino formal. Verificamos que os participantes não mostraram entusiasmo, empolgação e tolerância com as formas convencionais e rígidas do ensino formal.

A gente não quer ficar sentado na sala de aula, ouvindo, ouvindo. Dá sono [...]

Aprender é bom, mas, o que a gente quer é saber fazer alguma coisa, conversar, rir, divertir.

Eu fui professora a vida inteira [...] as professoras da (instituição que tem parceira com o CAC-Barreiro) são inteligentes, tem boa vontade, mas, eu tenho 86 anos e quero é fazer as coisas de forma mais leve. Gosto de ler, estudar, mas, o sono nesta idade é intenso. Aprender é bom, mas, tem que ter entusiasmo.

As preocupações relacionadas com as pressões para realizar trabalhos pouco remunerados que não levam em conta as habilidades dos participantes foram frequentemente levantadas, assim como as preocupações sobre quais tipos de trabalho seriam fisicamente passíveis de execução pelos idosos.

Ninguém nunca perguntou se quero trabalhar e como quero trabalhar. Só sei que meu salário não é o mesmo de quando aposentei e meus filhos é quem me ajudam [...] Minha aposentadoria não dá para tudo.

Ressaltaram a importância de os futuros governos oferecerem apoio àqueles que tiveram posições precárias no mercado de trabalho, propiciando, de forma dinâmica e flexível, variados cursos de capacitação e qualificação para o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades. A noção de um local de trabalho intergeracional também provocou uma discussão interessante sobre a demarcação de habilidades e papéis em diferentes gerações e o que isso significaria em termos do futuro.

Dinheiro a gente já não tem mesmo [...] então a gente tem que fazer alguma coisa, produzir alguma coisa e o governo apoiar [...]

Talvez em 2040 falar da união entre gerações será coisa do passado. Você concorda que daqui a pouco a gente vai ser um país de velhos? E idoso é que terá de cuidar de idoso. Está aí um trabalho para quem tiver saúde, estiver saudável, ser cuidador de idoso [...]

Os participantes alertaram que não gostavam da ideia de trabalhar de pé o dia todo ou ter que equacionar várias atividades para obter renda suficiente. Relataram que já trabalharam por muitos anos e durante muitas horas no dia, observando que haveria pouco tempo para serem livres.

Trabalhei a vida inteira, de pé, dando aula, atrás de aluno... agora quero mesmo é relaxar [...] ter tempo livre, para ser livre, para fazer o que quero [...] preciso de dinheiro, só que quero escolher [...] ter liberdade, fazer o que gosto sabe...

Se eu tiver que continuar trabalhando muito, estaria pensando constantemente em que momento da vida terei uma liberdade e menos obrigações.

A gente vai ficando decadente, ficando cansado para tantas coisas [...]

Após estimularmos o debate sobre as possibilidades de formas futuras de trabalho, algumas ideias surgiram. Levantaram como alternativa de trabalho para ano 2040 o "reparo de equipamentos tecnológicos" como um modelo de negócio viável, levando a uma discussão mais ampla sobre o consumo crescente das tecnologias eletrônicas desde o início deste século. Para a década de 1940, pensaram na profissão "do Lar", que foi recebida pelos participantes de forma menos calorosa. As atividades diárias do ambiente doméstico, na visão deles, são desvalorizadas pela própria natureza de rotina desse tipo de trabalho.

A gente já faz essas atividades todos os dias,[...] até que eu gosto de cozinhar e cuidar das minhas plantas.

Uma outra possibilidade levantada foi a de cuidador de crianças. Muitos dos integrantes cuidam ou já cuidaram de seus netos e, portanto, têm experiência com essa atividade. Alguns participantes identificaram o desejo de se manterem atentos às habilidades digitais (o que eles reconheceram que as gerações de idosos mais jovens já são mais propensos a ter).

No contexto privado, eles pensaram em um ambiente mais agradável, no qual o trabalho fosse mais organizado, e os trabalhadores mais velhos pudessem contribuir com sua experiência, ser respeitados tanto por colegas de trabalho quanto por clientes. Refletiram sobre a possibilidade de gerar produtos diferenciados dos que alguns fazem hoje, artesanato, em conjunto com outras instituições.

É sempre bom aprender alguma coisa nova. A gente já faz coisas aqui, mas, se alguém quiser ensinar novidades, coisas criativas. Minha filha ganhou um caderno com umas coisas na capa que eram a cara dela (personalizado, acrescentado pela pesquisadora), inclusive o nome dela estava escrito na capa [...] o caderno é muito bonito, muito bem feito.

A gente podia produzir algo com esses locais que trabalham com coisas criativas, mas bonitas, né [...], porque é importante saber fazer as coisas bem feitas, diferentes para ver se as pessoas dão valor.

Os participantes levantaram sugestões apreciadas pelo saber fazer técnico e de natureza familiar, a exemplo, o cultivo de plantas, sejam elas ornamentais ou

produtivas, como hortas em vasos. Outra proposta foi possibilitar a produção de ervas desidratadas para tempero de cheiro e para fazer chás.

Cabe destacar que surgiram desentendimentos em torno de quais formas de trabalho e educação podem ser desejáveis para as gerações mais velhas. Os participantes expressaram preocupações em torno da necessidade de recurso financeiro *versus* fazer o bem social. Para o grupo, deve-se equilibrar a necessidade de gerar renda com o desejo de fazer um trabalho socialmente significativo, reconhecido e, ainda, que a atividade lhes permita desenvolver saberes.

GRUPO 3

Problema - Relações e Convívio (intergeracionalidade; suporte da família; os setores da sociedade; o convívio)

À primeira vista, os participantes estavam bem à vontade para tratar desse tema. Entretanto, sentiram dificuldades em propor um projeto que promovesse as “relações”. Ao longo da oficina, eles julgaram ser o tema mais complexo, o que levou talvez a uma discussão menos aprofundada nesse grupo. Um dos participantes, um pouco mais crítico, questionou como se projeta uma relação. Esclarecemos que não projetamos as relações, mas podemos propor meios para que ela aconteça. Exemplificamos que uma maneira é criar estratégias de aproximação das pessoas de forma que promovam encontros mais favoráveis e o bom convívio, como por exemplo, as pessoas que gostam de cozinhar, podem se encontrar e fazer refeições colaborativas, nas quais podem trocar receitas, saborear os pratos, compartilhar ingredientes.

Os participantes pronunciaram preocupações em torno dos serviços que têm foco exclusivo nas pessoas mais velhas, pois podem confiná-las em guetos, longe de pessoas mais jovens, famílias e outros setores da sociedade. Elucidamos que por esse motivo deveríamos ampliar o olhar e imaginar possibilidades de estabelecer novas relações de afeto. Uma participante, psicóloga, expôs seu pensamento reforçando a nossa fala, dizendo:

[...] devido às características dos tempos pós-modernos, de ritmo frenético de vida e incorporação de processos virtuais o homem necessita de ancoragem [...] e, que, para o fator humano, um vínculo social tornou-se, mais do que nunca, determinante para seu bem-estar psicoemocional e sua qualidade de vida.

Ressaltamos que era por aquilo que estávamos ali, aumentando nossas possibilidades de construção conjunta e soluções participativas e colaborativas, como a proposta desta tese. E, nessa realidade, havia lugar para prevalecer as relações humanas, fossem elas promovidas por evento em ambiente requintado ou por singelas atividades, por exemplo uma roda de conversa ou simplesmente um encontro para apreciar chá.

Outro participante ressaltou que muitas vezes o valor cobrado dos eventos é alto. Assim sendo, a sua proposta seria desenvolver estímulo às atividades intergeracionais, que são direcionadas à família, incluindo os idosos, os jovens, os adultos e as crianças. Citou como exemplo que seria interessante incentivar a realização de mais eventos dentro e nos arredores do CAC, em locais acessíveis, abertos ao público, bem como divulgá-los de forma a sensibilizar e cativar a sociedade. Reforçou, ainda, que as relações interpessoais precisam ser melhoradas com a sociedade em geral,

Acho que a gente precisa, poderia pensar em ação que ajuda, que reforçar relacionamentos dos idosos com os familiares, em especial os filhos. Os filhos muitas vezes são eles o problema [...] porque aqui no CAC, com os amigos e os profissionais que atuam aqui, convivemos bem. E com, com os vizinhos, também. Mas, saiu daqui, a sociedade não respeita muito não.

O planejamento dos espaços externos foi especialmente valorizado pelos participantes. Observaram que ambiente bem planejado contribui com a mobilidade, a independência, e aumenta a possibilidade de eles envelhecerem com melhor qualidade de vida. A beleza natural foi uma das características mencionadas como uma necessidade de melhoria no ambiente do CAC para o convívio.

Eu sei que é difícil, mas, se a gente somar esforços, podemos conseguir, manter novamente a área verde aqui do CAC-Barreiro. Há uma área limpa nos fundos do CAC que poderia ser uma horta para toda a comunidade, uma horta urbana. O CAC era mais bonito [...]. Tinha lugar para sentar, conversar embaixo das árvores e flores. As flores encantam né [...]

Para eles, o contato com a natureza, ambientes para sentar, descansar e contemplar em área externa elevam a paz, a tranquilidade, bem como ampliam o bem-estar. Espaços verdes conservados, belos e seguros fazem bem em vários sentidos, encantam os olhos, melhoram o clima, mantêm a atmosfera mais limpa, proporcionam convívios e encontros.

Teve uma empresa que fez um projeto aqui nos jardins. O problema é que eles vêm, fazem um negócio (projeto) só e vão embora [...] A gente não deu conta de manter o jardim. Olha como tá lá fora, [...]. Era muito lindo, a gente tinha prazer, agora acabou, acabou tudo.

Um participante ressaltou que a falta de pequenas lojas de bairros próximas às nossas residências implica a necessidade de deslocamento por distâncias maiores para fazer compras, o que significa a perda de uma importante fonte de contato social. Apontou como sugestão elaborar uma agenda e planilha para que pudessem compartilhar um veículo e fazerem compras juntos.

A experiência de imaginar um futuro tão distante causou estranhamento. Os participantes do grupo 1 e 3 expressaram relutância em considerar a vida em 2040. Podemos inferir que isso pode estar relacionado à consciência de finitude da vida.

Em geral, considerando os apontamentos feitos, os grupos expressaram maior confiança na instância estatal do que no setor corporativo e neles próprios, como sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo, concordaram amplamente que o apoio estatal para os serviços tem diminuído e tende a piorar consideravelmente no futuro. A ausência do Estado como instrumento de melhorias das condições de serviço e atendimento no CAC está visível. Elucubram insatisfação sobre a forma precária de o Estado enviar recursos para compra de materiais, manutenção do espaço e do corpo técnico necessário ao funcionamento. Contudo, o discurso permaneceu dentro dos limites do setor público, ao invés de idealizar, com visão mais ampla, como outros setores poderiam colaborar. Há um imaginário instaurado de que toda a responsabilidade cabe ao setor público e é ele que detém o poder público. Além disto, a prática mais comum entre eles é levantar o problema e delegar a quem cabe a resolução. Quando convidados a serem mais participativos, criativos e cocriadores, alguns demonstraram dificuldades e às vezes resistência. Entretanto, destacaram que a

busca de solução conjunta favorece e esclarece os problemas que, muitas vezes, além de obscuro, "não tem dono".

“[...] não dá para participar de tudo, mas acho que se a gente se unir é melhor [...] porque um pode ir ajudando o outro, pode ir falando as coisas [...] informando sabe [...] até para saber se tem alguém para ajudar a resolver.”

Uma dificuldade durante a oficina diz respeito ao número de problemas levantados e definidos para serem tratados. Como um campo experimental e de aprendizado, as oficinas não devem contemplar um volume de discussões. Para eles a tarefa tornou-se árdua. Assim, deveríamos contemplar no máximo um problema por vez. Entretanto, consideramos que as soluções de um problema podem auxiliar nas melhorias de outras questões se pensarmos de forma sistêmica. Por exemplo, ao promovermos cursos presenciais, possibilitaríamos, além de promoção do saber, momentos para que as relações acontecessem e, conseqüentemente, estabelecessem um convívio social. Disto, decorre que decidimos explorar e solucionar na Fase III somente um problema. Assim, os grupos votaram em concretizar as soluções para o problema "Educação não formal e geração de renda" e propuseram como tema o *saber fazer*. A proposta de solução para ser desenvolvida na Fase IV foi problematizada da seguinte forma: *Como podemos promover o saber e o fazer e capitalizar as oportunidades para gerar renda?* A partir disto, caberia a nós, então, a responsabilidade de transformar a ideia em concretude.

7.2.4

Fase IV – Da Implementação

Concretização da solução e momento de avaliação.

Esta fase, implementação, Fig. 33, foi constituída por duas oficinas (oficina 4 e oficina 5) e utilizamos como ferramenta prototipagem/experimentação (*Prototyping / Experience prototyping*). A oficina teve como propósito convergir os pensamentos para materializar a solução.



FIGURA 33: Fase IV (implementação) inserida no duplo diamante.
 Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

7.2.4.1

Oficina 4 – Da prototipagem e experimentação

A oficina 4 teve como premissa materializar a solução para o problema oriundo da Fase III – *Como podemos promover o saber e o fazer e capitalizar as oportunidades para gerar renda?* Nesta oficina, realizada em 31 de agosto, compareceram 29 participantes. Como definimos trabalhar com um problema, alteramos o formato de grupos separados para um grupo único. O objetivo da oficina foi prototipar a solução, ou seja, tornar a intenção em uma ação. Para tanto, apresentamos algumas ações do design, no campo do envelhecimento, ilustrando com imagens das iniciativas apresentadas no capítulo 4, bem como, de pesquisas e projetos de extensão que tenho desenvolvido ao longo minha trajetória como professora e pesquisadora.

Expusemos um conteúdo quase exclusivamente constituído por imagens, que demonstravam exemplos de trabalhos realizados pelo método do design participativo (cocriação) para e com a pessoa idosa amparados por textos

narrativos curtos, formatados em linguagem familiarizada às dos idosos. Tivemos o cuidado de correlacionar esses exemplos às demandas apontadas durante as oficinas, tais como desenvolvimento de habilidades digitais, produção de artefatos, hortas em vasos, entre outras.

Somado a isto, por ser a minha formação designer de ambientes e ter vivenciado e atuado com frequência em planejamento de área externa, obviamente, me senti mais à vontade para exemplificar com abordagens do design correlatas aos ambientes externos.

Como resultado principal, esperávamos a apreensão da proposta e a visualização das possibilidades do design. Como resultado secundário, um alargamento dos conhecimentos advindos das experiências do processo de design vivenciadas pelos grupos durante as oficinas anteriores. Como suporte, utilizamos equipamentos multimídia para projetar slides com a apresentação e disponibilizamos alguns desses slides impressos, além de blocos de papel e canetas-pincel para anotações. Pedimos que, durante a apresentação, se necessitassem, que registrassem pontos que julgassem relevantes para aplicar na proposta.

Após essa apresentação, com a finalidade de sensibilizar os participantes para possíveis temas e estimular a reflexão e verbalização das suas ideias, projetamos, como inspiração, slides com imagens de atividades relacionadas aos contextos: promoção do saber, produção de artefatos e idosos inseridos em situações de trabalho. Distribuímos para circular entre os presentes as mesmas imagens impressas, Fig. 34.



FIGURA 34: Painel de inspiração

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Durante a apresentação das imagens, fazíamos mediações rememorando as demandas, explicações e sugestões postas por eles durante as oficinas. Acrescentamos que, com base nas conexões entre suas interações sociais, nos seus contextos e nas suas experiências, pensassem em algo para produzirem com prazer se perguntando: *o que criaria isso? Como permitir isso?*

7.2.4.1.1

Resultados e discussões

As primeiras sugestões apresentadas tiveram relação direta com o cotidiano visual relacionado à estação do ano.

A gente podia fazer alguma coisa que tem a ver com a chegada da primavera. Está cheio de ipê com flor [...] Os ipês agora já estão todos floridos. Por onde a gente anda aqui está tudo mais colorido.

Todo mundo gosta de mexer com plantas, de ter uma flor. Porque mexer com as plantas tem gente que sabe e pode ajudar os outros. Mas mexer com planta pequena, e que dá flor. Horta é serviço pesado. A gente não consegue [...] eu nem dou conta de ficar agachada muito tempo.

Alguns sugeriram a importância do aprender a cuidar das pessoas, das plantas e de si mesmo. Sugeriram que somassem as suas vivências para a promoção de um saber/fazer, porém que houvesse descontração.

Considerando as observações oriundas da fase II e relacionando-as aos dados levantados pelos formulários e entrevistas (aprendizagem constante, trocas de saberes, boa memória, sentir-se útil, convívio, entre outras) e a partir da importância que os entrevistados conferiram às plantas, ao cuidar e aos conhecimentos populares dos idosos sobre o plantio, o nosso experimento deveria possibilitar atividades operacionais e ser constituído de teoria e prática, ou seja, saber e fazer. Diante dessas percepções, verificamos que confeccionar um artefato com plantas poderia ser uma excelente possibilidade de promoção de bem-estar aos idosos, uma vez que seria capaz de emergir lembranças do cultivo, intuição e sabedoria popular, proporcionar o compartilhamento de experiências vivenciadas, além de aplicar questões afeitas ao design, como princípios de harmonia, proporção, equilíbrio, estética, entre outras.

Surgiram ideias de cursos dos mais simples aos mais complexos, como arranjos florais, minijardins de suculentas, terrários, ikebanas e, também, bonsai. A partir dessas opiniões, construímos um escopo do curso. Por ser um experimento, decidimos que iniciasse com um grau menor de complexidade, portanto, definimos pela criação de minijardins de suculentas.

Curso: Mãos à obra, meu pequeno jardim!**Objetivo:** Criar um minijardim com plantas suculentas.**Conteúdo programático:**

- 1) Diálogo sobre técnicas de plantio de suculentas, com demonstração de algumas.
- 2) Diálogo sobre técnicas de composição com plantas ornamentais.
- 3) Elaboração de um jardim de suculentas por cada um dos participantes.

Resultados esperados:

- 1) Criação de um pequeno jardim que possuísse características de seu criador.
- 2) Criação de um pequeno jardim para comercialização.

Local: CAC – Barreiro (Salão multiuso)**Material:** vasos (ou recipientes diversos), mudas, terra, brita, manta bidim e adornos.**Datas:** Aula 1 - 19/10/2017

Aula 2 - 26/10/2017

Vagas: 40**Horário:** 13h30 às 17h

Para as duas edições, definimos que a organização e realização ficariam sob a responsabilidade da pesquisadora e de seus colaboradores. Para a implementação do experimento seria indispensável recorrer às parcerias (para fornecimento dos materiais necessários – substrato, manta filtrante, argila expandida ou brita, pedriscos decorativos, plantas suculentas e vaso) e à cooperação dos funcionários da limpeza do CAC. Um participante se dispôs a entrar em contato com a floricultura de um conhecido para tentarmos estabelecer parcerias. Incluímos no nosso planejamento fazer a articulação entre as instâncias participativas, contato com fábricas de cerâmica e floriculturas. Solicitamos aos presentes o compartilhamento de mudas de suculentas, caso as possuíssem. Ficou definido que as vagas seriam disponibilizadas, inicialmente, aos participantes da pesquisa e, em seguida, divulgada para todos os idosos frequentadores do CAC. Cabe evidenciar que devido a proposta do grupo em realizar um ensaio nos dias 19 e 26/10, decidimos que a oficina V, prevista no cronograma para ser realizada no dia 14/09, seria reagendada para o dia 09/11.

Apresentação do experimento: *Mãos à obra - oficina de pequenos jardins*

As duas edições tiveram todas as vagas preenchidas pelos participantes da pesquisa com lista de espera de 113 excedentes. Entre os participantes estavam 6

homens e 34 mulheres. Participaram como convidadas e observadoras a assistente social e a psicóloga. O experimento teve carga horária de sete horas distribuídas em dois encontros vespertinos nas respectivas datas: **aula 1**: 19 outubro, e **aula 2**: 26 de outubro. Utilizamos como espaço físico uma sala ampla com mesas e cadeiras, que foram configuradas conforme a demanda de cada aula, e sanitário acessível ao lado.

Antes de abordar as questões técnicas durante as aulas, buscamos incentivar o diálogo entre os participantes e suas relações com as plantas. A parte teórica que envolveu botânica, fisiologia e plantio das suculentas foi conduzida por um engenheiro agrônomo, proprietário da floricultura que cedeu as mudas, e foi intermediada pela pesquisadora. A parte teórica que envolveu as técnicas de composição (proporção, volume e harmonia de cores e texturas) e a confecção do pequeno jardim foram conduzidas pela própria pesquisadora com o auxílio de seus colaboradores. Para manter o ambiente descontraído, incrementamos os encontros com sorteios de vasos de flores e um “chá da tarde” com ervas e flores frescas, acompanhado de quitandas preparadas pelos participantes.

Para a escolha das plantas, além de pensar nas técnicas de composição, incentivamos que eles escolhessem as suculentas para compor o jardim, de modo que buscassem nas características delas elementos/atributos que pudessem representar ou ser reflexo da personalidade de cada um.

Durante a confecção dos pequenos jardins, Fig. 35, acompanhamos diálogos espontâneos que ressaltaram o compartilhamento do saber, como o resgate de conhecimentos sobre espécies de suculenta e seu plantio, sobre ervas e seus benefícios, e outras memórias que foram despertadas.

Ah, eu já tive esta espécie, mas, o gato da minha neta comeu tudo, nem sabia que gato comia planta assim.

Se você plantar uma folha ela brota. É só tirar uma folhinha e colocar na terra, do jeito que a gente está plantando aqui. Pode também cortar um galhinho e plantar.

Eu tenho uma igual a essa, parecida na verdade, é o bálsamo. Eu uso para melhorar o mal estar no estômago, queimação sabe [...]



FIGURA 35: Confeção dos jardins.

Fonte: Registro da autora com base dos dados da pesquisa, 2017.

Em relação ao fazer, verificamos o auxílio aos menos habilidosos, o cuidado em buscar a proporção, em manter harmonia estética entre as espécies e a adequação dos elementos inertes e adornos.

Para retirar a planta do vasinho você tem que apertar ele um pouco, a raiz gruda no fundo [...]

Ela (a mediadora) disse que a gente tem que cortar um pouco a raiz, com a tesoura [...] é isso mesmo porque da força a planta.

Escolhe uma planta mais alta, lembra que ela (a mediadora) falou que é bom ter altura diferente [...] planta mais alta com planta mais baixa.

Conforme definido como resultados práticos, quase todos os participantes confeccionaram dois pequenos jardins, Fig. 36, garantindo, de certa forma, o programa do curso. Seis participantes não finalizaram no período previsto e justificaram como falta de habilidade e de agilidade. Houve a promessa de entrega de resultados *a posteriori* do curso.

Além de o curso ter envolvido interesses e elementos do cotidiano daquelas pessoas e agregado novos conhecimentos, o seu processo e os seus resultados trouxeram uma “sensação de valorização e de atenção” que, segundo palavras de um dos participantes, é o “maior anseio de nós, idosos, sentirmos úteis, valorizados”. Os jardins foram expostos para a venda em lojas de *souvenires* e floriculturas da região.



FIGURA 36: Pequenos jardins produzidos
Fonte: Registro da autora com base dos dados da pesquisa, 2017.

Os participantes demonstraram determinação em multiplicar a experiência com outros integrantes do grupo. Percebemos, então, que o experimento possuiu um caráter de transformação, ultrapassando a mera ideia de transmissão de

informações. Nesse sentido, o aprendizado, tendo em vista o contexto, as necessidades e as demandas da realidade pode ter promovido empoderamento, utilidade, vínculo e relações entre os idosos, que, conforme apontaram a psicóloga e a assistente social, a oficina, além de “valorizar a vivência e a habilidade do idoso, estimulou o cultivo dos vínculos, a capacidade de prestar atenção uns aos outros e conferiu um espaço de importância e motivação.”

Verificamos o quanto o processo da oficina possibilitou uma reação positiva. Os integrantes de um dos grupos de convivência organizaram uma oficina para confeccionarem pequenos jardins com o tema Natal como proposta de comercialização, Fig. 37. Assim sendo, constatamos que perceberam não como um evento pontual e que entenderam a importância da continuidade das atividades e do processo.



FIGURA 37: Pequeno jardim com temática do natal
Fonte: Registro da autora com base dos dados da pesquisa, 2017.

Podemos apontar como dificuldades, o transporte e o armazenamento dos materiais e do minijardim. O substrato (terra, adubo e areia), os pedriscos e o vaso são pesados o que dificultou o deslocamento tanto antes da oficina pela pesquisadora e seus colaboradores quanto depois do jardim pronto por alguns

participantes. Com isso, faz-se necessário contemplar a logística do transporte e do armazenamento dos materiais indispensáveis aos cursos. Ressaltamos que houve participantes que, ao final do experimento, foram solidários aqueles que sentiram dificuldades de deslocamento, oferecendo-lhes carona. Outra dificuldade concerne ao número de participantes. Alguns deles não conseguiram finalizar a proposta de elaborar dois pequenos jardins. Esses careciam de maior atenção, o que não foi possível devido à quantidade de participantes. Com isso é necessário atentar-se para as especificidades dos cursos versus número de vagas.

Essa oficina, em especial, foi marcada pela apreensão, por parte dos idosos, do nosso propósito. Quando optamos por tratar dos desafios do envelhecimento para e com o idoso, acreditamos que esse, também, poderia se vincular ao propósito. Nesse sentido, podemos dizer que o design proporcionou um panorama para um movimento de mudança, do qual ele, o idoso, fez parte.

7.2.4.2

Oficina 5 – Da prototipagem e elaboração do projeto

Esta oficina teve como premissa a elaboração do projeto para dar continuidade a ação – elaboração de cursos –, bem como tornar possível a sua implementação em maior escala. Pretendíamos ampliar o experimento, elaborando um escopo do projeto de cursos e estabelecendo parceria entre a Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, o CAC-Barreiro e outros setores da sociedade. A oficina foi realizada em 9 de novembro na qual compareceu 31 participantes, entre eles um gestor e a psicóloga. Essa oficina foi planejada como formato de fórum, no qual os participantes teriam a fala ponderada organizada em lista.

Inicialmente, apresentamos quais itens seriam fundamentais para compor o projeto e que deveríamos ter como imperativo de discussão naquele momento – a descrição da ação, as propostas de curso, o cronograma de implementação e a descrição e a atribuição da equipe de execução. Como inspiração, e para adentrar um território que poderia lhes parecer ora desconhecido, ora monótono,

projetamos e entregamos impresso um diagrama representativo de um sistema de parcerias e contribuições, permitindo-lhes uma abordagem visual da situação, Fig. 38. A designação do projeto *Saber Fazer* foi oriunda da presença constante desse termo no discurso dos participantes.

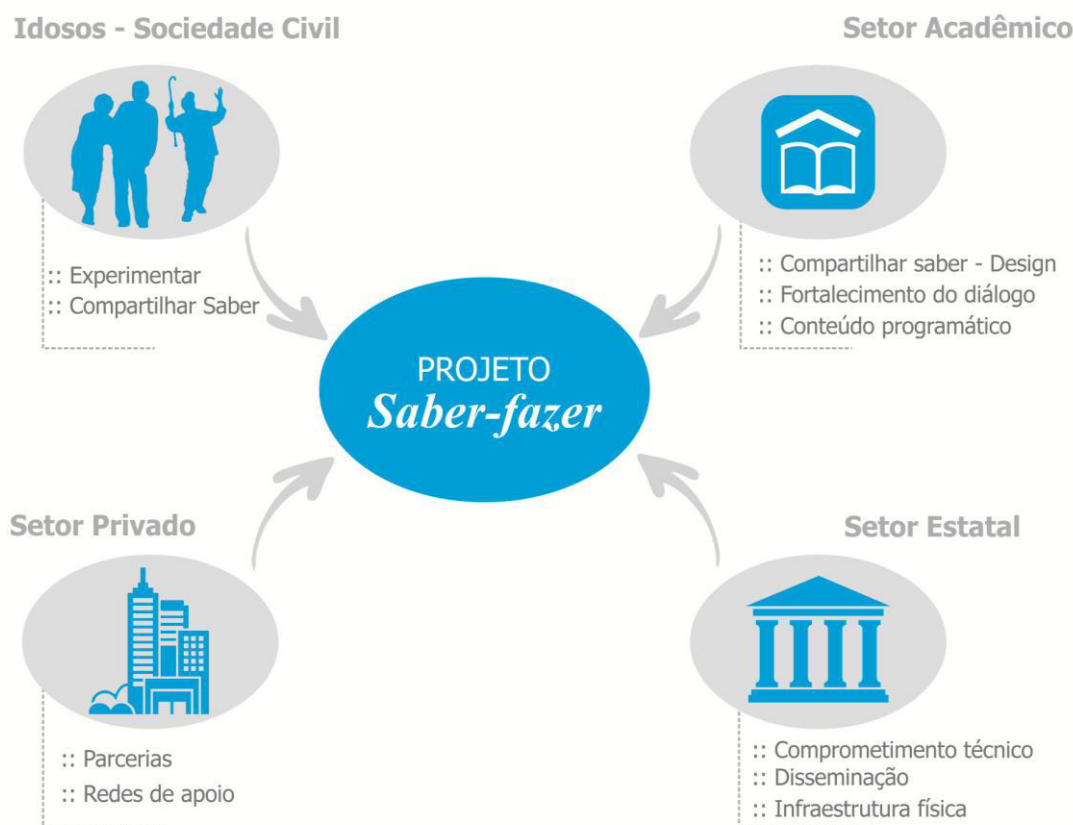


FIGURA 38: Diagrama de parcerias e colaborações
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Explicamos que para dar continuidade a ação (oferta de cursos) precisaríamos delinear um projeto descritivo, no qual era necessário evidenciar a definição, quando seria realizado, qual o propósito e como os envolvidos participariam. No entanto, percebemos que os participantes estavam dispersos e não se concentravam ou teciam diálogos para a construção do projeto. Assim, optamos por elaborar um escopo dos itens do projeto, durante esta oficina, para definirmos como seria o formato da proposta, contendo (introdução, identificação da ação, público, descrição da ação, descrição da proposta, descrição da equipe de execução). Esclarecemos que a pesquisadora e seus colaboradores necessitariam

de três voluntários para auxiliar na construção do conteúdo textual do projeto *a posteriori*. Três dos presentes, mais participativos e engajados, se propuseram ser os agentes de diálogo, caso precisássemos de mais informações dos grupos. O gestor, também, se propôs a colaborar. Para ele, a parceria entre comunidade e Prefeitura poderia ampliar os canais de comunicação entre sociedade e setor público, o que favoreceria o desenvolvimento e a viabilização do projeto. Entendemos que a visão e a colaboração do gestor eram estratégicas no sentido de estarmos sob a anuência da Regional Administrativa para realização de qualquer trabalho nas dependências do CAC-Barreiro. Além disto, ele poderia nos apoiar com a sua experiência. Por se tratar de projeto que carecia de detalhamento aprofundado, determinamos que a pesquisadora, seus colaboradores, três representantes dos idosos e um gestor, a partir do escopo, dariam continuidade à escrita de forma detalhada. Assim, posteriormente, o projeto seria apresentado para a apreciação e validação dos participantes.

Durante a oficina foi possível elaborar um escopo acerca da estrutura da ação e descrição simplificada do conteúdo de cada item dessa estrutura. Um participante pontuou que não poderíamos esquecer que os cursos objetivavam a geração de renda. Outro recordou que o nosso foco é que no projeto estivesse impresso *um jeito idoso de estar bem no mundo*.

7.2.4.2.1

Resultados e discussões

Ressaltamos que intervimos variadas vezes para que os participantes se concentrassem. Com isso, a pesquisadora e seus colaboradores tiveram que estimular o discurso promovendo interferências, tais como, “para o curso acontecer o que precisamos?”, “quando o curso pode acontecer?”, “quem são os parceiros?”. Foram apontadas poucas sugestões advindas de dois participantes. Como resultado dessa oficina, chegamos ao seguinte escopo de projeto.

ESCOPO DO PROJETO

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título.....	Saber Fazer: Um jeito idoso de estar bem no mundo
Tipo da proposta.....	Projeto Educação não Formal e Geração de Renda
Área Temática Principal.....	Atividade de promoção da sociabilidade e produtiva
Coordenador.....	Cláudia Fátima Campos
E-mail.....	Claudia
Contato.....	(31)
Início Previsto.....	Agosto/2018
Término Previsto.....	Dezembro/2018- prorrogável para edições futuras
Possui recurso financeiro.....	Não

1.2 Detalhe da Proposta

Carga horária total da ação.....	80 horas
Justificativa da carga horária.....	Prevista de acordo com as especificidades dos cursos Média de 4h/dia- teoria, prática e intervalo lanche
Periodicidade.....	Semestral
Abrangência.....	Municipal
Tem Limite de Vagas?.....	Sim – conforme especificidade do curso
Local de Realização:.....	CAC – Barreiro; possibilidade - Escola de Design
Período de Realização:.....	Ago a nov - cursos; dezembro - avaliações
Tem Inscrição?.....	Sim

1.3 Público e Proposta de curso

Público.....	O público da ação é constituído pelos frequentadores dos Grupos de Convivência do CAC – Barreiro. Previsão de estender à comunidade com porcentagem de vagas (20%) para público jovem.
Relação público e proposta.....	De um lado está o grupo que será encorajado a compartilhar saberes de naturezas diversas, de modo a gerar produtos, habilidades e competências e, especialmente, estabelecer convívios. Do outro, a instituição universitária, por intermédio da pesquisadora, para a qual a relação representa meio de experimentação dos conhecimentos, de compartilhamento de vivências e vínculos.

1.4 Descrição da Ação

Resumo da Proposta.....	O Projeto SABER FAZER visa à construção do saber compartilhado e aplicabilidade das soluções levantadas pelo grupo no contexto da educação não formal e formato de cursos desejados pelos idosos.
Informações Relevantes.....	O projeto partiu de demanda estabelecida de forma participativa e colaborativa com os envolvidos na pesquisa de doutorado.
Justificativa.....	Possibilidade de compartilhar saberes, gerar renda, e convívio social o que está em convergência com as diretrizes dos Planos Municipal e Estadual do Idoso, disposições estatutárias da Universidade e o processo e definição de descentralização governamental de políticas públicas.
Fundamentação Teórica.....	Com base na legislação, artigos e dados de instituições nacionais e internacionais.
Objetivo.....	Criar junto com o idoso cursos que contemplem de forma compartilhada conhecimentos para o alargamento de saberes.
Metodologia.....	Elaboração dos conteúdos programáticos dos cursos de acordo com os resultados da pesquisa, entre eles estão: habilidade digital, desenvolvimento de artefatos e criação de identidade visual.
Avaliação	Pelo público - avaliar qualitativamente um questionário simplificado aplicado no início da ação e outro ao final para a percepção das contribuições das ações realizadas durante os cursos, além de registros e análise de relatos espontâneos
Certificados.....	Emissão de certificado ao final do curso.
Referências.....	Fontes consultadas para a Fundamentação Teórica.

2 Equipe de Execução

Membros da Equipe de Execução	Pesquisadora Assistente social Psicóloga Gestor Outros colaboradores
--	--

Compreendemos que a oficina atendeu parcialmente as nossas expectativas. Era esperado que alcançássemos um projeto mais detalhado. Por exemplo, era indispensável definir quais outros temas para os cursos, os materiais

necessários e quais seriam as atribuições de cada integrante da equipe. Com isto, entendemos que a oficina deveria conter menos integrantes, desdobrar-se em mais encontros focando em itens específicos como a descrição dos temas dos cursos e ter formato mais dinâmico com linguagem mais visual.

Este texto do escopo apresentado acima será exposto em encontro a ser realizado nas dependências do CAC-Barreiro para os frequentadores dos Grupos de Convivência do CAC e de outros grupos da Regional, gestores, membros da sociedade convidados como partes interessadas no tema retratado. Esclarecemos que o projeto ainda estava em fase de elaboração e, posteriormente, seria submetido à apreciação da Regional Administrativa, por questões de ordem ética. Assim, elaboramos um cronograma para retomarmos no ano de 2018, devido ao encerramento das atividades dos gestores e dos coordenadores dos grupos, dado o fim do ano de 2017.

Cronograma – 2018

05/04 – Encontro para articular atribuições no CAC – Barreiro.

19/04 – Reunião com o Gerente da Gerência Regional de Políticas Sociais para apresentação do projeto na Regional Barreiro.

03/05 – Encontro para apresentação do projeto e estabelecimento de parcerias no CAC – Barreiro.

Março/abril – Submissão aos órgãos acadêmicos de fomento.

Um fator relevante que merece destaque foi a recente alteração na estrutura organizacional e funcional em alguns setores da Regional Barreiro. Com o propósito e empenho de implementar o projeto, caberia a nós uma requisição para que os procedimentos para o aceite fossem efetivados. Ao solicitarmos reunião com o secretário para o dia 19/02/2018, anunciaram que, devido às alterações em andamento, o CAC-Barreiro não estava mais sendo gerenciado pelo secretário, desta maneira, deveríamos submeter novamente o projeto de pesquisa para a análise da nova gerência.

7.3

Discussões finais

A partir da aplicação do processo de design, que utilizou como meio o método duplo diamante, bem como, suas ferramentas, buscamos articular conceitos e hipóteses com iniciativas palpáveis (oficinas), vivenciadas pelos participantes, e possibilitar experiências e desempenhos de tarefas de forma participativa, a fim de solucionar um problema público. Teceremos aqui algumas considerações sobre esse processo.

Em relação às oficinas, podemos pontuar alguns pressupostos verificados a partir das observações participativas e registros em campo. No que tange ao:

Perfil dos participantes – os resultados mais profícuos foram atingidos na configuração de grupos com participantes mais engajados, experientes e plurais (nos grupos 2 e 4). Alguns participantes narraram durante o processo, em especial nas oficinas 1 e 3, que estavam mais encorajados a se expor, pois se sentiram mais valorizados por participarem e serem ouvidos. Assim sendo, as oficinas devem funcionar, também, como uma espécie de catalisador para esses participantes, que de outra forma não se manifestariam. Como os participantes, obviamente, tinham 60 anos e acima, observamos que foi desafiador elucidar elementos para um futuro por não se imaginarem lá. Com isso, podemos inferir que a faixa etária dos participantes – a grande maioria dos participantes era *idosos velhos* – contribuiu mais para uma discussão sobre as mudanças que exigiam menor intervenção e seriam mais imediatistas.

Número de participantes – considerando o processo e resultado das oficinas, foi representativo e suficiente, apesar da evasão ocorrida na oficina 3 e dos resultados insatisfatórios da oficina 5. Consideramos que tal evasão envolve as naturais dificuldades de conciliar agendas (principalmente as consultas médicas), estabelecer horários e utilizá-los para cumprir as tarefas eventuais. Na oficina 5, verificamos que o ideal seria trabalhar com três a quatro representantes dos grupos, aqueles mais engajados. Durante essa oficina, houve momentos de dificuldade para manter o nível de silêncio satisfatório para a condução harmoniosa da atividade.

Espaço físico – haverá sempre necessidade de condições suficientes de acessibilidade e disponibilidade dos recursos necessários às atividades (sanitário acessível e seguro, mesas, cadeiras e, nesta pesquisa, sala com capacidade para 40 pessoas) e flexibilidade na configuração espacial dos mobiliários determinante para a concretização das oficinas.

Cronograma – apresentou-se como produtor na relação carga-horária e periodicidade na maioria das oficinas, considerando a frequência dos participantes. No entanto, caberia testar encontros com menor intervalo de tempo entre um e outro durante as fases 1,2 e 3. Verificamos que alguns participantes, na oficina 1, pela empolgação, pretenderam pular etapas e pela extensão, se mostraram apreensivos para chegar ao resultado final. Na fase 4, por ser experimental, faz-se necessário ampliar o intervalo de tempo entre as oficinas 4 e 5. Como vimos, houve alteração da data da oficina 5 devido à característica da solução definida que demandou tempo para sua organização. Atentamos que todas as oficinas, embora com o cronograma elaborado e aprovado com e pelos participantes, precisaram ser lembradas antecipadamente e com frequência. Nessa perspectiva, os telefonemas como lembretes foram de intensa valia. Independentemente da carga horária estabelecida ou mesmo da dinâmica de encontros semanais, alguns participantes nas últimas oficinas declararam falta de tempo e dificuldade de deslocamento. Isto demandou da nossa equipe um trabalho de entusiastas e sensibilizadores, em que situávamos os problemas e destacávamos que o alcance de um futuro melhor dependia das ações conjuntas e do empenho de cada um.

Conteúdo e atividades realizadas – As oficinas 1, 2 e 3 configuraram-se de forma mais positiva, acreditamos ser pelo caráter mais dinâmico e linguagem visual das ferramentas. Notamos que o conteúdo impresso nos auxiliou de forma mais eficaz na manutenção do tempo e do nível de atenção dos idosos e da participação deles. O material impresso proporcionava manuseio, tato, proximidade e, sobretudo, interação. Observamos, igualmente, que manter o dinamismo e a ludicidade é fundamental no decorrer do tempo, e a liberdade para conversas divertidas e esporádicas é relevante. Com isso, cabe rever o formato da oficina 5, que tornou a tarefa árdua e pouco dinâmica, e propor uma estrutura flexível, incluindo ferramenta que favoreça o diálogo entre eles e que contenha

aparato/artefato tangível. Reforçamos que vale zelar por um nivelamento de repertório, um vocabulário acessível, uma linguagem coerente com o público devido os diferentes níveis de conhecimento prévio, decorrentes das especificidades de cada um.

Como pontos positivos, foi significativo para o percurso dos encontros que as responsabilidades intrínsecas aos participantes fossem esclarecidas de início do processo. Mostramos que não havia divisão de funções e hierarquia estabelecidas. A pesquisadora e sua equipe seriam colaboradores no processo. Desse modo, todos se encontravam na função de coparticipantes e corresponsáveis e, ao longo do processo, daríamos respaldo às suas expressões e decisões.

Ressaltamos a relevância de manter uma equipe plural, como forma estruturada horizontalmente, que redundou resultados mais positivos no que tange à desinibição. Com exceção da participante que se retirou no início do processo, os participantes, mesmo os mais tímidos, menos engajados, se sentiram libertos e incluídos no processo para tecerem seus comentários.

Podemos trazer como fruto do processo a preocupação constante com o fortalecimento de uma rede de relacionamento entre os participantes. Poderíamos dizer que, pela natureza colaborativa do próprio processo, eles estabeleceram vínculos afetivos e solidários uns com os outros. Nesse ponto, os contatos telefônicos foram positivos, tanto para os lembretes das oficinas como para novas e futuras atividades. Os participantes que se deslocavam até o CAC-Barreiro de carro passaram a compartilhar caronas com outros da mesma região. A capacidade de ajudar os outros sem interferência das vaidades foi ponto comum no perfil desse público observado durante este estudo.

Sobre o método de design e o ciclo de política pública

O método duplo diamante neste estudo se configurou com um diamante macro com vários diamantes menores inseridos. Isto se deve a própria natureza de um problema social complexo e público que pode ser visto sob várias óticas. Identificamos quatro problemas durante as oficinas, que por terem relevância coletiva e serem passíveis de solução viável, são considerados como problema público.

No CAC-Barreiro, sob a ótica dos participantes da pesquisa, promover uma longevidade com qualidade, implica em propor ações (políticas públicas) com o foco na (o): **(1) Educação não formal** – ampliação do aprendizado (possibilitar a troca de saberes ampliando o aprendizado e a experiência) e estabelecimento de metas (sentir-se úteis); **(2) Geração de renda** – ampliação de recurso financeiro considerando os possíveis aspectos específicos do trabalho para a pessoa com 60 anos ou mais (necessidade de gerar renda); **(3) Transporte e locomoção** – melhorias dos serviços de transporte devido a dificuldade de locomoção urbana (deslocamento para se chegar ao CAC, ao comércio e às clínicas médicas); **(4) Relações e Convívio** possibilidade de meios para promover a convivência familiar; as relações cidadãs, as relações sociais; participação nos diversos setores da sociedade, serem ouvidos (ampliar a participação). Contudo, como limitação de um estudo inicial, em um campo em formação, decidimos por selecionar como problema a educação não formal e geração de renda. Tal estudo compreende um processo – políticas públicas e design – que foi ilustrado aqui e derivou em algumas avaliações e contribuições que apontam como o design pode colaborar com a elaboração da política pública.

ETAPA I - O contexto do campo da pesquisa

Essa etapa constituiu-se da análise do contexto, das entrevistas e das respostas dos formulários resultando em um diagnóstico. Ela foi fundamental para reconhecer os gestores, a estrutura organizacional da instituição, o espaço físico e, principalmente, o público para quem se direcionará a política. Configurou-se como um momento de aproximação e reconhecimento do público que gerou confiança conquistada pela pesquisadora e seus colaboradores. Mesmo com a presença dos membros do Conselho Municipal do Idoso, na fase inicial ciclo de política pública realizada no âmbito municipal, essa etapa, ainda, é praticamente inexistente. No entanto, sendo a ação voltada para atender a uma insatisfação manifestada por um público, para Secchi (2015) e Teixeira (2002), a mesma só tem qualquer sentido se a finalidade primeira for reconhecer em quem e em qual contexto a insatisfação se manifesta. Neste sentido, o design colabora para que se

conheça a quem se reservam os resultados ou benefícios da política, para incentivar a participação, e o processo se iniciar de forma colaborativa.

ETAPA II - Design aplicado à formulação de políticas públicas

Fase I

Da Descoberta

Essa fase constituiu-se no levantamento das situações indesejadas nas quais as insatisfações tornaram-se notórias. Durante essa fase, foi possível, por meio do design, incentivar os participantes a refletir sobre seus sentimentos e suas necessidades que, de outra forma, poderiam ser considerados como fatores corriqueiros e tornarem-se omissos diante do processo. Os sentimentos dos usuários foram expressos de forma espontânea, o que reforça o entendimento de que, ao inserir métodos para o público se expor nessa fase do processo, o design pode propiciar e orientar a conversa ressaltando elementos reais das situações complexas vivenciadas, por meio de vocabulário acessível. Para o codesign é premissa, além da consulta, a colaboração participativa do público para uma construção coletiva amparada na participação responsável de todos. Novamente retomamos a Secchi (2015, p. 143) que atribui como valores à participação “a possibilidade de consolidação de senso de pertencimento e responsabilidade coletiva”.

Fase II

Da problematização

Essa fase constituiu-se na delimitação do problema que envolveu identificar quais são seus elementos constituintes e, posteriormente, sintetizar a sua essência e ponderar as possibilidades de solução. Assim sendo, o design contribuiu para a interpretação dos valores comuns ao grupo, ao propor a convergência dos pensamentos. Além disto, inicia o processo de estímulo ao pertencimento para o

próprio grupo engajar na busca da solução. Além de, aprimorar os processos de tomadas de decisão.

Fase III

Da Deliberação

Essa fase constituiu-se no processo de estudar alternativas e determinar qual seria a melhor solução para o problema oriundo da fase II e concretizá-la em uma ação passível de experimento. Inicialmente, os participantes ficaram focados em como o setor estatal poderia contribuir. No entanto, ao propormos aos participantes que pensassem de forma mais “fluida” a partir das questões hipotéticas, sem a preocupação em restringir os pensamentos, as ideias começaram a surgir. Nesse caso, o design instaura o estímulo à imaginação e ao compartilhamento de ideias, favorecendo o processo de criação e o valor dos pensamentos divergentes, sem o pré-julgamento. Ainda, foi possível trabalhar as habilidades essenciais ao processo, como a criatividade e a cooperação.

Fase IV

Da implementação

Essa fase foi dividida em duas oficinas e teve como premissa materializar a solução (oficina 4) e a sistematização do projeto para tornar ação efetiva (oficina 5). Sabemos que um experimento pode gerar, como abordagem inicial e avaliativa, dados sobre o futuro. Essa evidência do que funciona e do que não é relevante e pode ser muito proveitosa. O sucesso, portanto, é baseado em identificar falhas e gerenciar os riscos inevitáveis de prosseguir em um ou outro curso da ação. O design auxilia na tomada de decisões em situações complexas ao simulá-las, por meio de ensaio, para que sejam previamente testadas. O experimento, ao permitir a experiência dos usuários, pôde servir como um procedimento de avaliação, tornando possível mensurar antecipadamente os benefícios que a política pode trazer, bem como o que precisa melhorar para ela

ser bem-sucedida e com isto minimizar os custos. Dessa forma, o design pode contribuir com a inserção e compartilhamento de uma linguagem projetual (o protótipo), estimulando a concretização do processo com vistas a possibilitar a continuidade mediante o enaltecimento do apoderamento dos participantes, ao se sentirem úteis pela sua criação. A fase de implementação, de acordo com Secchi (2015), é de natureza técnica e árdua no ciclo de política pública. Assim sendo, para tornar ação mais efetiva, a prática do codesign deve ter como aporte as experiências dos participantes mais engajados, que podem trazer diferentes pontos de vista e, por conseguinte, favorecem sua implementação.

Por fim, podemos inferir que incluir o público, o design e outras partes interessadas desde o começo na formulação de uma política pública pode significar tornar a ação mais eficiente, pois gera a corresponsabilização dos envolvidos sobre as decisões tomadas, ou seja, todos são participantes e atores, evitando-se a centralização e a hierarquização. Com isso, o processo pode ter ido além de elaborar uma solução tendo o design como intermediário, ao possibilitar as partes interessadas conhecerem essa forma de tratar os problemas para realizar transformações maiores. Como síntese do processo, apresentamos, a seguir, as possibilidades de contribuição do design em cada uma das fases, Fig. 39.

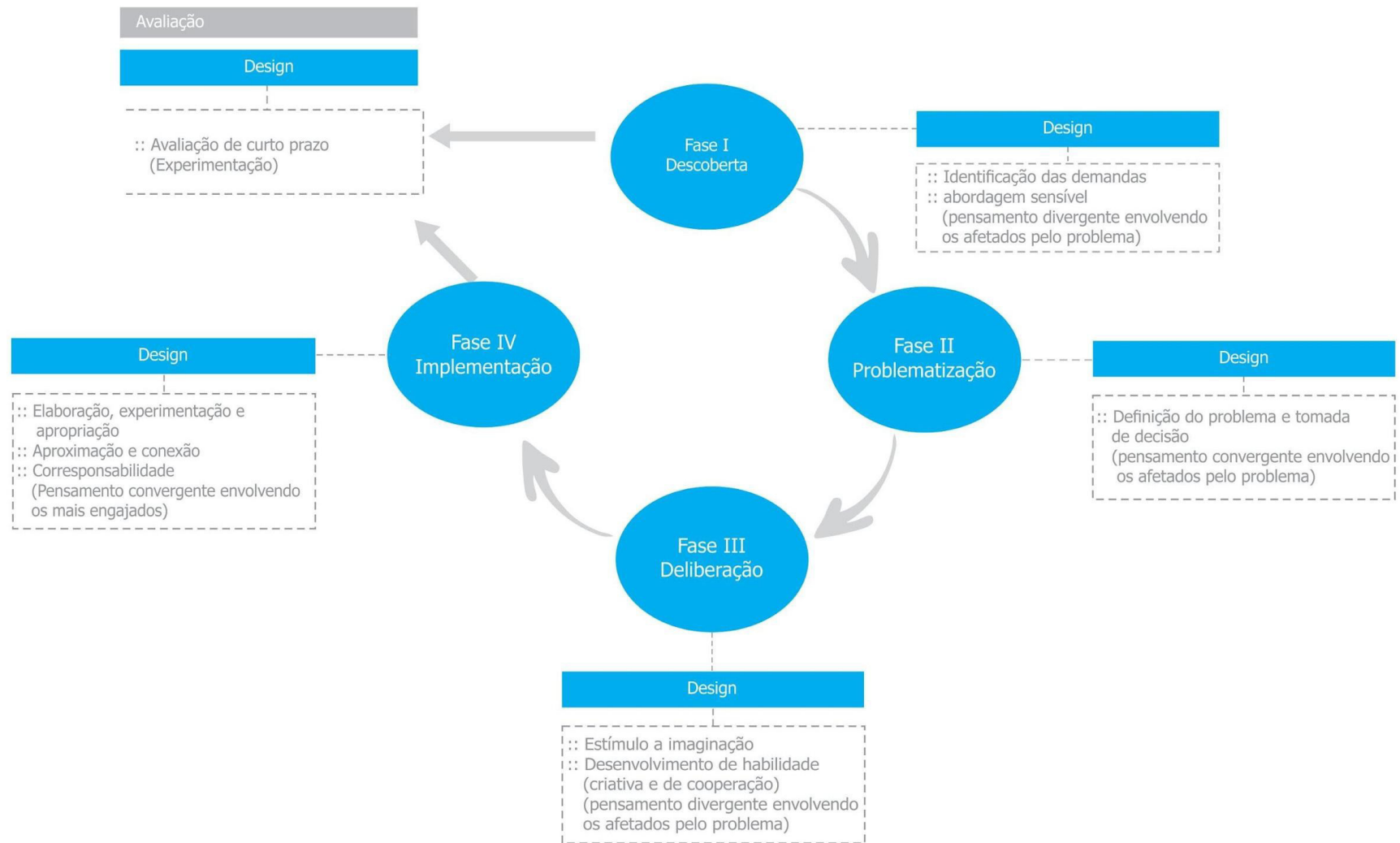


FIGURA 39: Contribuição do design no processo de formulação de política pública

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

Nesse estágio desta tese, compreendemos que o experimento configurou-se como uma possibilidade de solução que em conjunto com outras podem minimizar o problema público apresentado. Como nos mostraram os resultados, houve, embora nascente, mas, propícia a ser contínua, a mudança do *status quo* dos 31 participantes que permaneceram até o fim do processo. Podemos citar como exemplo, o engajamento dos participantes que resultou na proatividade de produzir um pequeno jardim com tema natal. Ainda, podemos considerar que é profícua a possibilidade de parceria entre a Universidade do Estado de Minas Gerais e o CAC-Barreiro, para a promoção de cursos. Assim, consideramos que a solução oferecida, por meio do design, pode ser uma chance de melhorar a situação dos 227 entrevistados envolvidos, visto que, por ser o objetivo da pesquisa-ação, a produção do conhecimento pode se tornar útil para a coletividade considerada na investigação. Contudo, ressaltamos que uma solução para um problema social complexo não pode ser considerada definitiva Rittel, Weber (1973) e, portanto, o processo de formulação de política pública para e com a pessoa de 60 anos e mais deve ser contínuo.

Nesse processo, acreditamos que o design se realiza como colaborador na elaboração de políticas públicas. Concluímos que o design, como campo do conhecimento de caráter social, vocação multidisciplinar e planejador de práticas intangíveis pode fornecer meios para aprimorar a formulação das políticas públicas de diferentes maneiras, tais como:

- (i) pela inclusão das pessoas afetadas pelo problema em todas as etapas do processo que são posicionadas como cocriadoras favorecendo a participação mais ativa;
- (ii) pela construção das habilidades em um público diverso favorecendo o potencial de cada um sem hierarquia;
- (iii) pela linguagem visual e criativa contribuindo para tornar o processo menos árduo e mais afetuoso;
- (iv) por ser um elo facilitador das interações para criar sistemas que contribuam para conexão entre os setores da sociedade;
- (v) pelo legado deixado nas instituições e nos participantes que devemos todos ser corresponsáveis.

Considerações finais

A pesquisa e o desenvolvimento desta tese se apoiaram na conjunção da tríade design, políticas públicas e envelhecimento ativo. Para a sua construção assumimos como finalidade responder à seguinte questão: *identificar como o processo do design pode contribuir como meio para a elaboração de políticas públicas para a população com mais 60 anos e mais com o foco no envelhecimento ativo.*

A questão se estabelece em um cenário complexo marcado pelo crescimento da população de pessoas com 60 anos e mais, pelo ritmo das discussões e debates parlamentares para formulação de políticas públicas que é lento, ao contrário do envelhecimento populacional, e pelo design que, com seu campo de atuação em expansão, dispõe de meios para colaborar na solução de problema público.

Partimos do ponto que além do envelhecimento populacional ser crescente, uma singularidade do público idoso é ser diverso. Como vimos há muitas formas de experimentar a velhice e a idade cronológica não pode ser considerada como suficiente para representar a categoria do idoso em sua diversidade e em suas dimensões. Na literatura encontramos subcategorias para diferenciar este público como, idoso jovem, idoso velho e idoso muito velho. Assim sendo, pudemos verificar que para conhecer o idoso é necessário aproximar, refletir e apreender sobre esse público dentro do contexto em que ele está inserido.

Outro ponto observado foi que, ainda, estamos presos a um modelo antigo e “duro” de formulação de políticas públicas. A tomada de decisões e a implementação de políticas públicas são tidas como ação limitada ao ambiente de ação governamental – visão *estatista* de políticas públicas. São várias as políticas públicas elaboradas nas esferas Federal e Municipal para a população idosa –

Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso, Política Municipal do Idoso, Conselho Municipal do Idoso, entre outras. No entanto, constatamos que o Estado, propulsor das políticas para as questões sociais complexas, tem dado indícios de que necessita de enlace de diversas instâncias para consolidar tais políticas em ações. Entre tais indícios, citamos a pouca velocidade na confecção das ações, os processos decisórios, cuja natureza é fragmentária tendo que percorrer todas as esferas para serem deliberados, entre outros. Analisando essa situação pudemos constatar que, os problemas sociais relacionados ao crescente envelhecimento da população tendem aumentar consideravelmente em grau de complexidade e afetar toda a sociedade. E o que isto significou nesta pesquisa? Para nós, o reconhecimento de que não se deve perpetuar somente a visão *estatista* sobre o processo de elaboração e implementação de políticas públicas. É função do Estado, formular políticas públicas, mas, também pode ser o papel de outras instâncias da sociedade participando ativamente de todo o processo e coletivamente.

Pudemos constatar que vivemos em novos tempos, que inclui a compreensão de oportunidades estabelecidas para o desenvolvimento de políticas em um sistema aberto e colaborativo. Verificamos, portanto, que a possibilidade de inovar e transformar realidades existentes em outras preferíveis pelo design é promissora quando consideramos que as organizações governamentais demonstram não ter condições de dar conta de solucionar os problemas públicos sozinhas.

Para tanto, identificamos entre os autores do campo da política pública e do design uma convergência de ideias em suas teorias – a compreensão de política pública como um processo que pode ser elaborado por diversos setores da sociedade – e utilizamos essa linha convergente para delimitar este trabalho. Portanto, adotamos a visão *multicêntrica* de políticas que possibilita ser a elaboração da solução para os problemas públicos existentes encabeçada por agentes protagonistas da sociedade e não ter como o principal agente, o governo.

Sobre essa visão de política pública realizada por múltiplos centros, relembremos que Secchi (2015) ainda acrescenta a importância de inserir a criatividade no processo. E, para esse exercício, relacionamos o design, que, por meio de métodos específicos, permite a criação de um processo, fazendo emanar o

sentido da própria razão de ser da política pública – um processo criativo, elaborado de forma participativa para e com os afetados e outros setores da sociedade, para promover a mudança de uma situação coletiva.

Sabemos que o design tem vocação multidisciplinar e, ainda é um campo em formação que navega por outros campos, o que facilita sua entrada no campo da política pública, pois, esse permeia um espaço que tende a ser um sistema aberto para receber visões diferenciadas e incrementais. Como vimos, no âmbito internacional, o interesse atual no design pelos *decisores* políticos e pesquisadores, que trafegam por esses dois campos, se baseia na capacidade para gerar e implementar mudanças sociais de forma criativa. Há um apelo para que a pesquisa e ações de design envolvam técnicas e métodos adequados para o desenvolvimento de coisas *desejáveis* e que as pessoas possam poder coparticipar de todo o processo (BUCHANAN, 2016). Vimos, igualmente, que no âmbito internacional o design tem se expandido e, junto a área da política pública, tem sido utilizado para a resolução de diversos problemas sociais complexos. Assim, tal como mudam a sociedade e suas demandas, o design também se transforma e pode beneficiar as pessoas mediante o processo de transformação da situação indesejada em outra preferível (SIMON, 1981).

Diante desse panorama de pesquisa, o Centro de Convivência da Terceira Idade (CAC-Barreiro) foi utilizado como local de experimentação para confirmar ou refutar o pressuposto da pesquisa. O CAC-Barreiro configurado como espaço de convivência para a pessoa idosa existe como uma importante ação de política pública constituída pelo setor público. A demanda por esses centros tem crescido devido às questões advindas do crescente do envelhecimento, que envolve a necessidade de promover uma longevidade com qualidade, mediante atividades associativas, produtivas e de promoção da sociabilidade. No entanto, a sua existência por si só não garante solucionar o problema. É necessário que se promovam outras políticas públicas para que se ele se concretize.

Um pré-requisito fundamental para que a formulação da nossa atuação, por meio do design, fosse bem sucedida e sustentável foi ter dados contextualizados. Para tanto, investigamos de forma ampla o cenário do campo da pesquisa, o que gerou a caracterização do CAC-Barreiro, o perfil sócio demográfico e apontamentos afeitos às necessidades e motivações dos idosos para

frequentarem as atividades. Os dados revelaram a necessidade de se manterem inseridos socialmente, pois, envelhecer de maneira saudável na visão deles incluem fatores que contribuem para se sentirem ativos, tais como: *vínculo com amigos, realização de oração, boa e longa conversa, aprendizado constante, convívio comunitário, experiência compartilhada, contato com mais jovens etc.* Pudemos constatar que os idosos buscam envelhecer de forma ativa, mediante o convívio social, valorizando aquilo que lhes pode proporcionar novas oportunidades e conquistas.

Como forma de possibilitar a análise e reflexão sobre a aplicação do design à formulação de políticas públicas utilizamos o método duplo diamante e ferramentas de design participativo (cocriação). Pudemos constatar que ao apresentar e permitir aos participantes utilizarem o método duplo diamante, bem como as ferramentas do codesign, possibilitamos o encontro entre design, políticas públicas e envelhecimento. Tratou-se, portanto, de um processo que articulou conceitos e meios – exigindo o conhecimento de diferentes disciplinas – com ações concretas vivenciadas pelos participantes, proporcionando vivências e execuções de tarefas em equipe, gerando uma construção de solução, coletivamente, para um problema público. Isso resultou que diferentes atores dentro da sociedade podem participar da formulação de políticas públicas (pela visão multicêntrica), pois, a ação proposta teve um interesse de beneficiar uma parcela da sociedade que o Estado tem demonstrado não conseguir alcançar sozinho.

Ademais, pudemos inferir que o design pode ter sido reconhecido como outra forma de lidar com os problemas, que no caso do CAC-Barreiro contribuiu para: ressaltar demandas comuns aos grupos; a visão do todo sem negligenciar o detalhamento e compartilhamento de cada etapa do processo; o empenho, vínculo e corresponsabilidade dos participantes, tanto de dentro do governo quanto de fora dele; a valorização dos recursos financeiros ao mitigar riscos através de prototipagem. Ainda, a cocriação pode instigar e ampliar a importância atribuída ao processo, à solução e à continuidade pelos participantes, porque impacta o sentimento de orgulho, de poderamento e de pertencimento.

A discussão na presente pesquisa traz um assunto recente de um campo em formação (design como meio para elaboração de política pública) e pouco

estudado no contexto brasileiro e, conseqüentemente, são múltiplos os limitadores e as possibilidades futuras.

Como limitadores desta pesquisa, podemos citar: a alternância das lideranças e gestores governamentais que são substituídos com frequência; ausência da intersetorialidade (regras apresentadas ao fim da pesquisa devido a mudança da estrutura organizacional na Regional Barreiro – nova submissão da pesquisa ao comitê de ética interno da Regional); a fragilidade do reconhecimento da atuação do design como meio para resolver problemas no âmbito da política pública na capital mineira; a visão *estatista* de políticas públicas que, ainda, prevalece; nossa pequena equipe visto às diversas demandas apontadas como problemas pelos participantes que careciam aprofundamentos.

São diversas as possibilidades de continuidade e complementação da pesquisa aqui desenvolvida. Há um amplo elenco de problema social complexo que demonstra a necessidade de utilizar o design e a visão de política multicêntrica como modo de se fazer política no Brasil. Os problemas para promover o envelhecimento ativo podem surgir de formas distintas. Como vimos na literatura eles são guiados pelo contexto. No caso do CAC vários problemas emergiram. Optamos por tratar um deles o que não significa que os demais devam ser esquecidos e podem ser temas para futuras pesquisas.

Ademais, a elaboração de políticas públicas em prol do envelhecimento ativo tendo a iniciativa privada como o principal agente propulsor, o entendimento dos atores governamentais sobre o processo de design como propulsor para a formulação de políticas públicas, aplicação dos métodos de design em outros contextos, por exemplo, idosos em situação de isolamento social, são alguns dos temas sobre os quais valeria aprofundamento e reflexão.

Referências bibliográficas

ANDRADE, L. M, et al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.18, n.12, 2013. p. 3543-3552.

ALVES, J. E. D. Envelhecimento e longevidade. **Net**, Rio de Janeiro, jun. 2010. Seção Ecodebate. Portal Ecodebate: cidadania e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/06/04/envelhecimento-e-longevidade-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172. Disponível em: www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps. Acesso em: 17 de nov. 2015.

BARRETO, M. L. O conhecimento científico e tecnológico como evidência para políticas e atividades regulatórias em saúde. In: **Ciência e Saúde Coletiva**. vol.9, nº.2, Rio de Janeiro, 2014.

BASON, C. **Leading public sector innovation: co-creating for a better society**. GrãBretanha: The Police Press. 2010.

_____. **Design for policy**. London: Gower Ashgate (forthcoming), 2013a.

_____. Discovering co-production by design. In: **Public and collaborative: exploring the intersection of design, social innovation and Public Policy**.

MANZINI, E.; STASZOWISK, E (Org.). Desis Network, 2013b.

BEAUVOIR, S. **A velhice: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos**. Tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIANCO, B. D. **Design em Parceria: reflexões sobre um modo singular de projetar sob a ótica do Design e Emoção**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em Design do Departamento de Artes & Design da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

BIRMAN, J. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: **Um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. VÉRAS, R. (Org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1993.

_____. **O Tempo da Memória**: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BRASIL. **DECRETO Nº 75.922, de 1º de julho de 1975**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75922-1-julho-1975-424462-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 89.501, de 30 de março de 1984**. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/40915-extingue-o-programa-nacional-de-centros-sociais-urbanos-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei 8.842**: Política Nacional do Idoso. Brasília: Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. Ministério da Justiça. **DECRETO Nº 1.948, DE 3 DE JULHO DE 1996**. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. 1996

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei no. 10.741**: Estatuto do Idoso. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União. Nº 225, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-_tipificacao_de_servicos.pdf>. Acesso em: novembro de 2016.

BRASIL, C. **Brasil 2050**: desafios de uma nação que envelhece /, Alexandre Cândido de Souza (coord.); Consultores Legislativos Alberto Pinheiro et al. Série estudos estratégicos, n. 8. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRIGGS, L. **Tackling wicked problems**: A public policy perspective. 2012. Disponível em: <<http://www.apsc.gov.au/publications-and-media/archive/publications-archive/tackling-wicked-problems>>. Acesso em: março de 2017.

BRUCKI ET, S. M. D. et al. Sugestões para o uso do Mini-Exame do Estado Mental no Brasil. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, Vol. 3, Nº 61, 2003, p. 777-781.

BUCHANAN, R. Wicked Problems in Design Thinking. In: **Design Issues**, Vol. 8, Nº. 2. 1992. pp. 5-21 Published by: The MIT Press.

Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1511637?seq=6#page_scan_tab_contents>. Acesso em dez de 2015.

_____. Rhetoric, Humanism and Design. In: **Discovering Design: Explorations in Design Studies**. Org. R. Buchanan and V. Margolin. University of Chicago Press: Chicago, 1995. p. 23–66.

_____. Design on New Ground: The Turn to Action, Services, and Management. In: S. Junginger and J. Faust (eds.) In: **Designing Business and Management**. Gower, Farnham, UK: Bloomsbury, 2016.

CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CHARLES, E. **Uma entrevista histórica com Charles Eames**. Disponível em: <http://www.herancacultural.com.br/blog/2013/12/entrevista-historica-charles-eames/>. Acesso em: fev 2016.

CARDOSO, R. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE MINAS GERAIS. **Orientações para as conferências municipais ou regionais e livres dos direitos da pessoa idosa de Minas Gerais**. 2015. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.mg.gov.br/images/idoso/orientacoes_conferencias_final_25-05-2015.pdf>. Acesso em: julho de 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI). **Quem somos nós - Gestão 2013-2016**, 2013. Disponível em: <<http://cmibh2012.blogspot.com.br/p/historico-d.html>>. Acesso em: março de 2014.

COTTAM, H.; LEADBEATER, C. **Health: Co-creating Services**. London: Design Council, 2004. Disponível em: <http://www.hilarycottam.com/wp-content/uploads/2010/01/RED_Paper-01-Health_Co-creating_services.pdf>. Acesso em: jan de 2016.

DAMÁSIO, A. A base biológica das emoções. In: **Revista: Viver Mente & Cérebro Scientific American**. Ano XIII Nº143, 2004. Disponível em:

https://www.psiquiatriageral.com.br/cerebro/entrevista_antonio_damasio.htm.
Acesso em: setembro de 2016.

DAMAZIO, V.; NOGUEIRA, C. Design e responsabilidade Social. In: **Net**, Rio de Janeiro, out, 2005. Repórter social. Verso Brasil Editora. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codconteudoLog=416>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

DAMAZIO, V. Design, memória, emoção: uma investigação para o projeto de produtos memoráveis. In: MORAES, D.; DIAS, R. A. (Org.). **Cadernos de estudos avançados em design: design e emoção**. Barbacena: EdUEMG, 2013. p. 43-62.

DAMAZIO, V; COUTO, R.S. Social Design. The Bloomsbury Encyclopedia of Design, 2016.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de privatização do envelhecimento**. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2003.

DESIGN COMMISSION. **Restarting Britain 2: design and public services**. Londres: Policy Connect, 2013.

DESIGN COUNCIL. **A study of the process**. Londres: WC2E, 2007.

DESIGN COUNCIL. **Independence Matters**. London: Design Council, 2012. Disponível em: <<https://www.designcouncil.org.uk/resources/report/independence-matters-design-challenge-publication>>. Acesso em: jan de 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (DOM-RJ) **Avisos, editais e termos de contratos: inaugurada mais uma casa de convivência e lazer**. Rio de Janeiro, p. 26, 08 de agosto de 2008.

DOMINGUES, J. M. **Interpretando a modernidade: imaginários e instituições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DORST, K. Frame Creation and Design in the Expanded Field. In: **Journal of Design, Economics, and Innovation Issue**, No.1. 2015. p. 22-33. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/24058726>>. Acesso em: out de 2015.

FERNANDES, M. T. O. ; SOARES, S. M. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**. In: Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo: 46(6), 2012; p.1494-1502.

FRASCARA, J. **Design and the social sciences: making connections**. Taylor & Francis e-Library, 2002.

_____. **The dematerialization of design: a new profile for visual communication design**. In: *Tipográfica*. Novembro, p. 18-25, 2006. Disponível em: <http://www.ico-d.org/connect/features/post/76.php>

GOLDENBERG, M.A **bela velhice**. Rio de janeiro: Record, 2013.

GOV.UK. **An introduction to Open Policy Making and design**. Londres, 2016. Disponível em: < <https://www.gov.uk/guidance/open-policy-making-toolkit/getting-started-with-open-policy-making>>. Acesso em: abril de 2016.

GOV.UK. **Future Ageing: using design and open policy making techniques to address complex problems**. Londres, 2017. Disponível em: <<https://futureofageing.blog.gov.uk/2017/02/01/design-and-open-policy-making/>>. Acesso em: fevereiro de 2017.

GROISMAN, D. A. Velhice entre o normal e o patológico. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.9, p.61-78, jan-abr, 2002.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs). 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 26-41.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IGOVLAB. Laboratório de Inovação em Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://igovsp.net/igovlab/igovlab/>>. Acesso em: novembro de 2016.

INTERNATIONAL LONGEVITY CENTRE (ILC-Brazil). Para um Design Amigável ao Idoso – a todas as idades. IV Fórum Internacional da Longevidade sob o tema “O papel do design e da tecnologia em uma sociedade mais longa”. Disponível em: < <http://ilcbrazil.org/publications/>>. Acesso em: dezembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Base de dados: Diretoria de Pesquisas. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060**: população total - grupos etários. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm> Acesso em: 11 abr. 2014.

JUNGINGER, S. **Transforming Public Services by Design: Re-Orienting Policies, Organizations and Services around people**. Nova York: Routledge, 2017.

JUNGINGER, S.; SANGIORGI, D. **Service Design as a Vehicle for Organizational Change**. IASDR Conference , Seoul, Korea 2009.

MAFFEI, S. et al. **Making Design Policies Together**. 10th European Academy of Design Conference - Crafting the Future, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269996144_MakingDesign_Policies_Together>. Acesso em: março de 2016.

MANZINI, E.; STASZOWISK, E. **Public and collaborative: exploring the intersection of design, social innovation and Public Policy**. Desis Network, 2013.

_____. **Design, When Everybody Design – An Introduction to Design and Social Innovation**. MIT Press: Cambridge, MA. 2015

MARGOLIN, V.; MARGOLIN, S. **Um modelo social de design: questões de prática e pesquisa**. *Revista Design em Foco*, Bahia, v. 1, n. 1, p. 43-48, 2004.

MARGOLIN, Victor. **A política do artificial: ensaios e estudos sobre design**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARTINS, L. O. A contribuição do trabalho do assistente social em centro de convivência para idosos: limites e possibilidades. **Revista UNIABEU**, Vol.4, Nº 8 Belford Roxo, 2011.

MENDONÇA, J. M. B. **Políticas públicas para idosos no Brasil: Análise à luz da influência das Normativas Internacionais**. Tese de Doutorado. Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

MERCADANTE, E. F. A contrageneralização. In: **Revista Kairós**, São Paulo. v.7, n.1,p.197-199, jun. 2004.

MINAS GERAIS. **Política Estadual de Amparo ao Idoso**. Lei nº12.666 de 04 de Novembro de 1997. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.sedese.mg.gov.br/em-situacao-de-abuso-e-exploracao-sexual/page/536-lei-12666>. Acesso em: Março de 2015.

MINAYO, M. C. S Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Fiocruz: 2008.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) / SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEAS). **Portaria SEAS n. 73 de 10 de maio de 2001**. Publicado no Diário Oficial, 92-E, p.174. Brasília: 14 de maio de 2001.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) / SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEAS). Diário oficial da União. **Resolução Nº 109, de 11 de Nov de 2009**. Publicado no Diário Oficial, nº 225, p. 82, Seção 1. Brasília: 25 de Nov de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil: apontamentos conceituais, considerações metodológicas e reflexões sobre as práticas**. JANNUZZI, Paulo de Martino (Org). (Estudo Técnico No. 07/2013). Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/41.pdf>. Acesso em: set de 2015.

MOURA, M. M. D.; VERAS, R. P. Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência. In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**: Rio de Janeiro, 2017. p. 19-39.

NICODEMO, D.; GODOI, M. P. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. *Revista Ciência em Extensão*, v. 6, n.º. 1, 2010. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/324/341>. Acesso em: março de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Resumo**: relatório mundial de envelhecimento e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde. 2015.

PACHECO, V. Pesquisa de informações básicas municipais – 2005: suplemento de assistência social. In: **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Unesco, 2009. p. 321-329.

PAPALIA, D. E., OLDS, S. W., FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 10 ed. Revista e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PATROCINIO, G. H. T. do; BOLTON, S. Influências europeias em políticas públicas de design brasileiras. **Anais do VI congresso internacional de pesquisa em design – CIPED**. Lisboa, 2011.

PATROCINIO, G. H. T. do. **The impact of European design policies and their implications on the development of a framework to support future Brazilian design policies**. (Tese de doutorado). Cranfield University, 2013.

PAZ, S.F. “A situação de conselhos e fóruns na defesa dos direitos dos idosos”. In: FREITAS, E. V. de. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002. Cap.125, p.1042-1047.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 69 - 84.

PINTO, J. B. G. **Pesquisa-ação**: Detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, [s.n.], 1989.

PÓLIS (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais). Controle social das políticas públicas. In: **Repente** - Participação Popular na Construção do Poder Local. n.º 29. São Paulo: 2008.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Conselho Municipal do Idoso (CMI)**. 2013. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade>>.

do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=direitosdecidadania &lang=pt_BR&pg=5569&tax=11559>. Acesso em: março de 2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Política Municipal de Amparo ao Idoso**. Lei nº 7.930, de 30 de dezembro de 1999. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?...LEI...7930DE 1999>. Acesso em: Março de 2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Vigilância socioassistencial informações socioterritoriais Regional Barreiro**. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social/ Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação: Belo Horizonte, 2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Território de Gestão compartilhada Regional Barreiro**. Disponível em: <https://www.diretorioderuas.com/BR/Minas-Gerais/Mesorregiao-Metropolitana-De-Belo-Horizonte/Regiao-Metropolitana-De-Belo-Horizonte/Microrregiao-Belo-Horizonte/Belo-Horizonte/Barreiro>. Acesso em: ago.2016.

SEAS. PORTARIA SEAS n. 73 de 10 de maio de 2001. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-73-10-maio-2001-325960-publicacaooriginal-1-seas.html > Acesso em: jul.2016.

RABELO, D. F.; NERI, A L. A Complexidade Emocional dos Relacionamentos Intergeracionais e a Saúde Mental dos Idosos. In: **Pensando famílias**, N. 18, jun. 2014, p.138-153

ROSA, T. E. C.; BARROSO, A. E. B.; LOUVISON; M. C. P. Envelhecimento ativo: para onde rumar nessa invenção? In: ROSA T. E. C.; BARROSO, A. E. S.; (Org.). **Velhices: experiências e desafios nas políticas do envelhecimento ativo**. LOUVISON, M. C. P. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. p. 13-28

RITTEL, H.;WEBBER, M. M. **Dilemmas in a General Theory of Planning**. In: Policy Sciences, 1973. v. 4. p. 155–169.

RITTEL, H. W. J. **The Reasoning of Designers**. Institut fur Grundlagen der Planung: Stuttgart, 1988. p. 1–9. Disponível em: <https://www.cc.gatech.edu/fac/ellendo/rittel/rittel-reasoning.pdfL>. Acesso em: junho 2016.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la> Acesso em: nov. 2017.

SALGADO M. A. **Velhice uma questão social**. São Paulo: SESC, 1980.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, mar./abr. 2009, p.347-369.

_____. ENTREVISTA. Por Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira e Carlos Golembiewski. In: **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v.1, n.2,

2014. p. 67-71. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rbts/article/view/7241>. Acesso em: abril de 2015.

_____. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. In: **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1. 2005. p. 29-57

SCHNEIDER R. H.; IRIGARAY T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. In: **Estudos de Psicologia** (Campinas), vol.25, nº 4. Campinas, 2008.

SIODMOK, A. **Design in policy making**. Londres, 2015. Disponível em: <<https://openpolicy.blog.gov.uk/2015/03/20/design-in-policy-making/>>. Acesso em: abril de 2016.

SIMON, H. A. **As ciências do artificial**. 3ª ed. MIT Press Cambridge: Massachusetts, 1981.

SILVA, S. D. **A implantação de um centro de convivência para pessoas idosos:** um manual para profissionais e comunidades. Rio de Janeiro: CRDE UnATI UERJ, 2003.

SOUZA, C. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Ano 8, nº 16, jul/dez. Porto Alegre: 2006. p. 20-45.

STUCCHI, D. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 35-48.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TELLES, S. de C. C. **A construção do campo do conhecimento sobre as atividades físicas para idosos no Brasil**. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: PPGEF / UGF, 2008.

TELLES, S. C. C. *et al.* O surgimento do campo da atividade física para idosos no Brasil. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. vol. 6, nº 11, jul. 2014. p. 84-104.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TÓTORA, S. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. In: **Revista Kairós**. São Paulo, 11(1), jun. 2008, pp. 21-38.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, R. **Um envelhecimento digno para o cidadão idoso do futuro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VOSS, G. et al. **Speculative Design and the Future of an Ageing Population.** Report 1: Outcomes, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications>>. Acesso em: ago. 2016.

VOSS, G. et al. **Speculative Design and the Future of an Ageing Population.** Report 2: Outcomes, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications>>. Acesso em: ago. 2016.

WEGOV. **O “cenário” dos laboratórios de inovação no setor público: criatividade e experimentalismo necessários.** 2016. Disponível: <<http://www.wegov.net.br/o-cenario-dos-laboratorios-de-inovacao-no-setor-publico/>>. Acesso em: maio de 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Active Ageing: a Police Framework.** A Contribution of the World Health Organization to the second United Nations World Assembly on Aging. Madrid: April, 2002.

APÊNDICE I

TERMO DE ANUÊNCIA



Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro
Av. Sinfrônio Brochado nº 587 – 5º andar
Tel: 3277-5975 – Fax: 3277-5885 – sarmub@pbh.gov.br

TERMO DE ANUÊNCIA

Ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP
Universidade do Estado de Minas Gerais

Declaro para os devidos fins que autorizamos a realização da pesquisa de tese de doutorado intitulada “**Contribuições do design para a solução de problema público: estudo de identificação de demandas a partir das necessidades emocionais do idoso**”, sob coordenação da doutoranda Cláudia Fátima Campos e orientação da Professora Dr.^a Vera Maria Marsicano Damazio, membros do Programa de pós graduação em Design do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nas dependências do CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO (CAC – Barreiro) localizado na Rua Pinheiro Chagas, 252 – Santa Helena. Telefones: 3384-2336 3277-5846.

Declaro ainda que fomos informados que esta pesquisa não representa ônus de qualquer natureza para esta instituição. Ademais, estou ciente de que o objeto principal desta pesquisa lida com a questão do envelhecimento ativo e tem como foco a análise das demandas dos idosos frequentadores do CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO (CAC – Barreiro) com o objetivo de contribuir para a melhoria dos serviços públicos oferecidos a partir das necessidades emocionais do idoso.

Belo Horizonte, 29 de março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Walmir Anselmo Mattos".

Walmir Anselmo Mattos – BM 114.486-1
Gerente de Coordenação da Secretaria de Administração
Regional Municipal Barreiro





APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN – Departamento de Artes e Design

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **(Idosos)**

Eu, Cláudia Fátima Campos, sob orientação da Prof^a Dra. Vera Maria Marsicano Damazio vinculadas ao programa de pós-graduação em Design, *Strictu Sensu*, do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro apresento-lhe esse documento denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias de igual teor, com o objetivo de esclarecer os elementos da pesquisa intitulada “**Design e políticas públicas**: conexão e viabilização para e com pessoas com 60 anos ou mais”, O estudo é um diálogo entre design, problema público e envelhecimento e tem como objeto os serviços oferecidos pelo Centro de Apoio Comunitário (CAC – Barreiro) e a realidade sensível do envelhecer em diferentes cenários. O **objetivo** é identificar a contribuição do design no processo de elaboração de políticas públicas para à pessoa idosa. Parte do **aparato metodológico** desta investigação se dará por meio de entrevista e oficina para elaboração das propostas. Os dados serão coletados por meio autodomocentação, registrados em objetos cedidos pela equipe de design (pesquisadores). Haverá, também, registro em áudios, imagens e a punho durante a realização das técnicas. Os dados serão coletados em encontros nas dependências do CAC – Barreiro que terão a duração de aproximadamente cento e oitenta minutos. Os dados obtidos serão confidenciais e de responsabilidade dos profissionais que trabalharão na pesquisa e serão utilizados apenas para este fim. Os **riscos** incluem a possibilidade de rompimento de sigilo, o que a pesquisadora e os voluntários se comprometem para que seja evitado ao máximo, o desconforto ao responder

a determinadas questões e em interagir com outros participantes ou ter dificuldade em realizar as atividades propostas. Também será resguardado o direito do entrevistado de interromper a qualquer momento a sua participação. Quando os dados forem publicados, os participantes não serão identificados. A sua **participação** é voluntária. Não haverá nenhum ônus para a sua participação e não estão previstas e nem contempladas quaisquer formas de remuneração. O participante poderá sempre que julgar necessário se dirigir aos pesquisadores ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG, por meio dos contatos listados abaixo. Quanto aos **benefícios**, entende-se que ao possibilitar que os idosos sejam coparticipativos e coautores dos serviços que utilizarão, favorece a promoção da autoestima, o resgate da cidadania, o incentivo a autonomia, a independência, a autoexpressão, além de se sentirem motivados, capazes e uteis, ao serem participativos das políticas que os envolve, bem como, respeitados em seus direitos. O estudo fornecerá um fundamento acadêmico para o desenvolvimento de serviços públicos que beneficiem os idosos. Poderá, também, contribuir para o diálogo entre organizações da sociedade civil de interesse público, iniciativa privada, instituições não governamentais, instituições acadêmicas e Estado como possibilidade de auxiliar no enfrentamento das demandas sociais por meio de ações conjuntas. Além disto, é possível que ações de design incentivem mudanças eficientes de conduta na sociedade ressaltando a natureza da velhice de forma positiva. Por fim, assumimos a intencionalidade de delinear as informações, em publicações científicas, como legados desta investigação. Ressalto que os registros ocorreram por meio de áudio, a punho, e, caso necessário, imagens. Estando ciente, gostaríamos que autorizasse o uso, dos registros ora apresentados para fins deste estudo.

Estando o futuro entrevistado de acordo, gostaria de convidá-lo a participar desta pesquisa, e caso aceite, pedimos que assine as duas via deste Termo; uma das quais ficará sob sua guarda e a outra com o pesquisador.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2017.

Eu _____, voluntário, tive minhas dúvidas respondidas e aceito participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que foi acima citado e livremente dou o meu consentimento.

Nome e Assinatura do voluntário

Assinatura do pesquisador – **Cláudia Fátima Campos**

Av. Antônio Carlos, 7545, 9º andar, São Luiz | BH | MG – Tel: (31) 3439-6523

COEP/UEMG (Comitê de Ética em pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais)
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Ed. Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente
Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.630-900
Tel: +55 (31) 3916-8747



APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN – Departamento de Artes e
Design

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **(SERVIDORES - Coordenadora Geral e Prestadores de Serviço)**

Eu, Cláudia Fátima Campos, sob orientação da Prof^a Dra. Vera Maria Marsicano Damazio vinculadas ao programa de pós-graduação em Design, *Strictu Sensu*, do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro apresento-lhe esse documento denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias de igual teor, com o objetivo de esclarecer os elementos da pesquisa intitulada “**Design e políticas públicas**: conexão e viabilização para e com pessoas com 60 anos ou mais”, O estudo é um diálogo entre design, problema público e envelhecimento e tem como objeto os serviços oferecidos pelo Centro de Apoio Comunitário (CAC – Barreiro) e a realidade sensível do envelhecer em diferentes cenários. O **objetivo** é identificar a contribuição do design no processo de elaboração de políticas públicas para à pessoa idosa. Parte do **aparato metodológico** desta investigação se dará por meio de entrevista semiestruturada e oficina. Serão feitas entrevistas com a equipe técnica que trabalham no Centro de Apoio Comunitário (CAC – Barreiro), responsável pela coordenação e elaboração dos serviços oferecidos aos idosos. Os dados da entrevista serão coletados por gravação, nas dependências do CAC – Barreiro e terá a duração de aproximadamente cento e vinte minutos. Os dados obtidos serão confidenciais e de responsabilidade dos profissionais que trabalharão na pesquisa e serão utilizados apenas para este fim. Os **riscos** incluem a possibilidade de rompimento de sigilo, o que a pesquisadora e os voluntários se comprometem para que seja evitado ao máximo, e o

desconforto ao responder a determinadas questões. Também será resguardado o direito do entrevistado de interromper a qualquer momento a sua participação. Quando os dados forem publicados, os entrevistados não serão identificados. A **participação** do entrevistado é voluntária. Não haverá nenhum ônus para a sua participação e não estão previstas quaisquer formas de remuneração. O participante poderá sempre que julgar necessário se dirigir aos pesquisadores ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG, por meio dos contatos listados abaixo. Quanto aos **benefícios**, o estudo fornecerá um fundamento acadêmico para o desenvolvimento de serviços públicos que beneficiem os idosos. Poderá, também, contribuir para o diálogo entre organizações da sociedade civil de interesse público, iniciativa privada, instituições não governamentais, instituições acadêmicas e Estado como possibilidade de auxiliar no enfrentamento das demandas sociais por meio de ações conjuntas. Além disto, é possível que ações de design incentivem mudanças eficientes de conduta na sociedade ressaltando a natureza da velhice de forma positiva. Por fim, assumimos a intencionalidade de delinear as informações, em publicações científicas, como legados desta investigação. Estando o futuro entrevistado de acordo, gostaria de convidá-lo a participar desta pesquisa, e caso aceite, pedimos que assine as duas via deste Termo; uma das quais ficará sob sua guarda e a outra com a pesquisadora.

Belo Horizonte, ___ de _____ de 2017.

Eu _____, voluntário, tive minhas dúvidas respondidas e aceito participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que foi acima citado e livremente dou o meu consentimento.

Assinatura do voluntário

Assinatura do pesquisador – **Cláudia Fátima Campos**

Av. Antônio Carlos, 7545, 9º andar, São Luiz | BH | MG – Tel: (31) 3439-6523

COEP/UEMG (Comitê de Ética em pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais)
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Ed. Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente
Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.630-900
Tel: +55 (31) 3916-8747

APÊNDICE IV

ENTREVISTA GESTORES DO CAC

Pesquisa intitulada “**Design e políticas públicas**: conexão e viabilização para e com pessoas com 60 anos ou mais”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Design | Departamento de Artes & Design da PUC-Rio.

QUESTÕES INICIAIS – compreendendo o local da pesquisa

- :: Conte um pouco sobre o histórico do CAC-Barreiro
- :: Conte um pouco sobre a estrutura do CAC-Barreiro

.....

- (1) Como e quantos idosos estão cadastrados no CAC – Barreiro?
- (2) Como são propostas as atividades oferecidas pelo CAC-Barreiro?
- (3) Há uma avaliação anual sobre o funcionamento dos grupos?
- (4) Quais as facilidades que você experimenta em sua tarefa como gestora?
- (5) Quais as dificuldades que você experimenta em sua tarefa como gestora?

.....

Pergunta Final

Antes de finalizar, há alguma questão que você pretende acrescentar e que não discutimos ainda?

OBRIGADA!

APÊNDICE V ENTREVISTA COORDENADORES DO CAC

Pesquisa intitulada “**Design e políticas públicas**: conexão e viabilização para e com pessoas com 60 anos ou mais”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Design | Departamento de Artes & Design da PUC-Rio.

.....

- (1) Porque assumiu a condução, função de coordenador do grupo?
- (2) Aponte dificuldades que você experimenta em sua tarefa como coordenadora do grupo
- (3) Aponte facilidades que você experimenta em sua tarefa como coordenadora do grupo
- (4) Como coordenadora, o que busca para que os integrantes do grupo tenham uma longevidade prazerosa?

.....

Pergunta Final

Antes de finalizar, há alguma questão que você pretende acrescentar e que não discutimos ainda?

OBRIGADA!

APÊNDICE VI

RESULTADO DO FORMULÁRIO / QUESTIONÁRIO - 227 IDOSOS

Pesquisa intitulada “**Design e políticas públicas: conexão e viabilização para e com pessoas com 60 anos ou mais**”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Design | Departamento de Artes & Design da PUC-Rio.

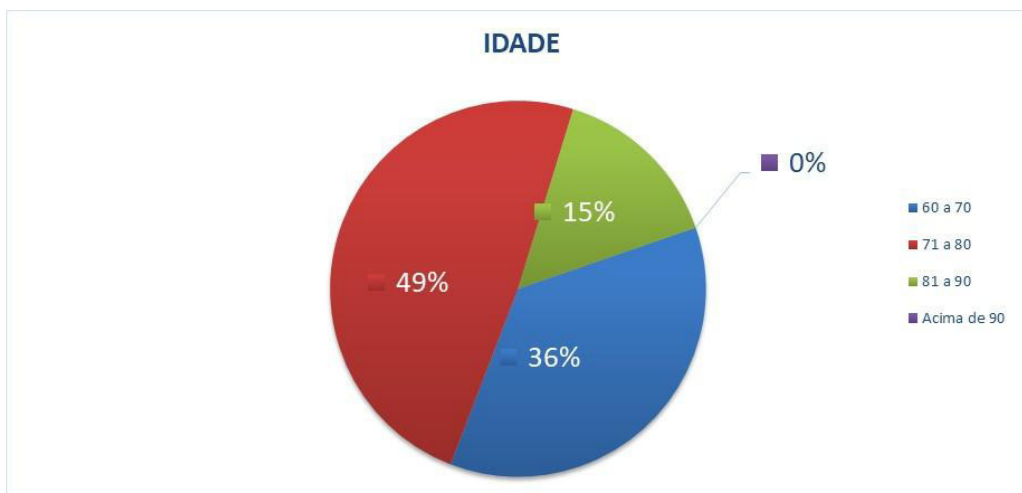
.....

Eixo I. Perguntas de dimensão social

1) Nome completo

Telefone

2) Idade () 60 a 70 () 71 a 80 () 81 a 90 () acima de 90



3) Qual bairro mora?

4) Qual estado civil? () solteiro () casado () viúvo () divorciado



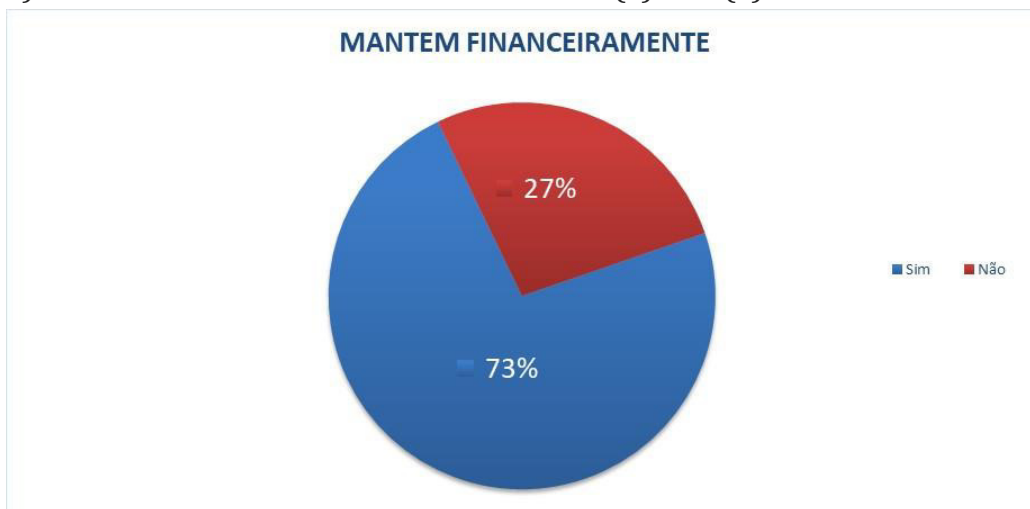
5) (a) É aposentado () sim () não



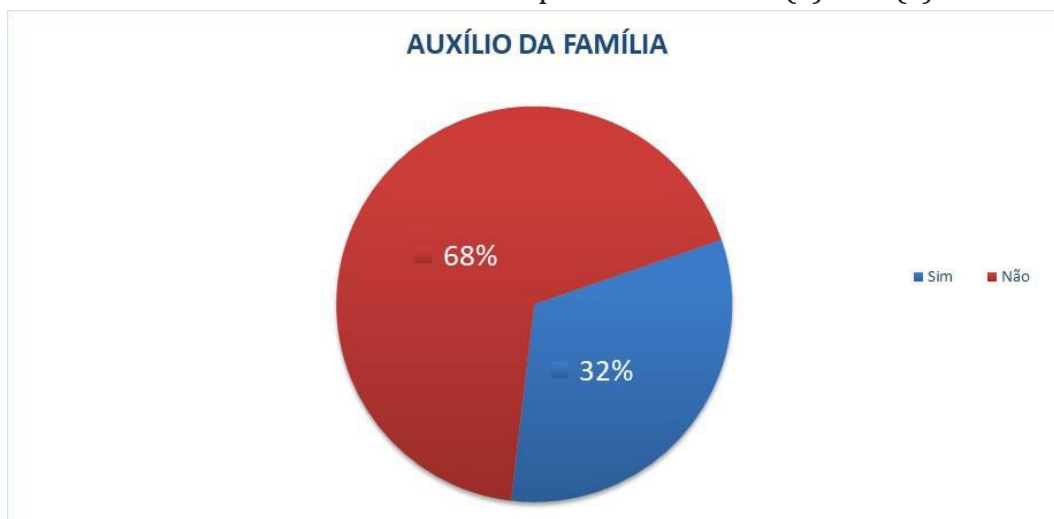
(b) Realiza atividade remunerada? () sim () não



6) Você se mantém financeiramente? () sim () não



conta com o auxílio da família para se manter? () sim () não



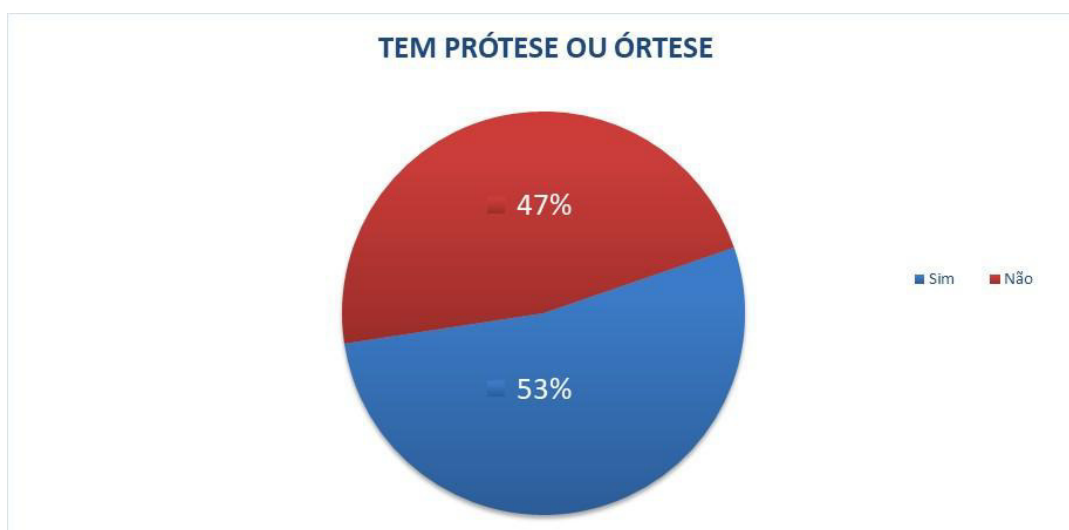
7) (a) Tem filhos? () sim () não



(b) Seus filhos moram com você? sim não

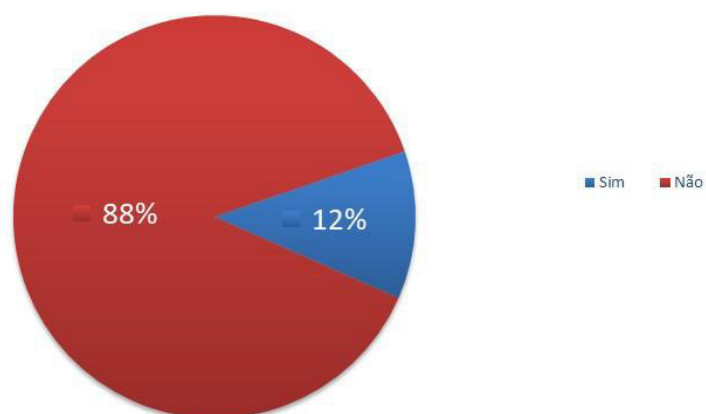


8) (a) Tem alguma prótese ou órtese?
 sim não



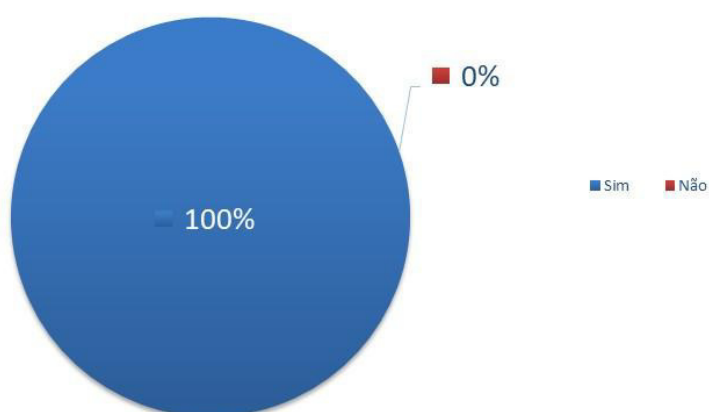
8) (b) Ou algo que limita a realização de atividades?
 sim não

ALGO QUE LIMITA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES

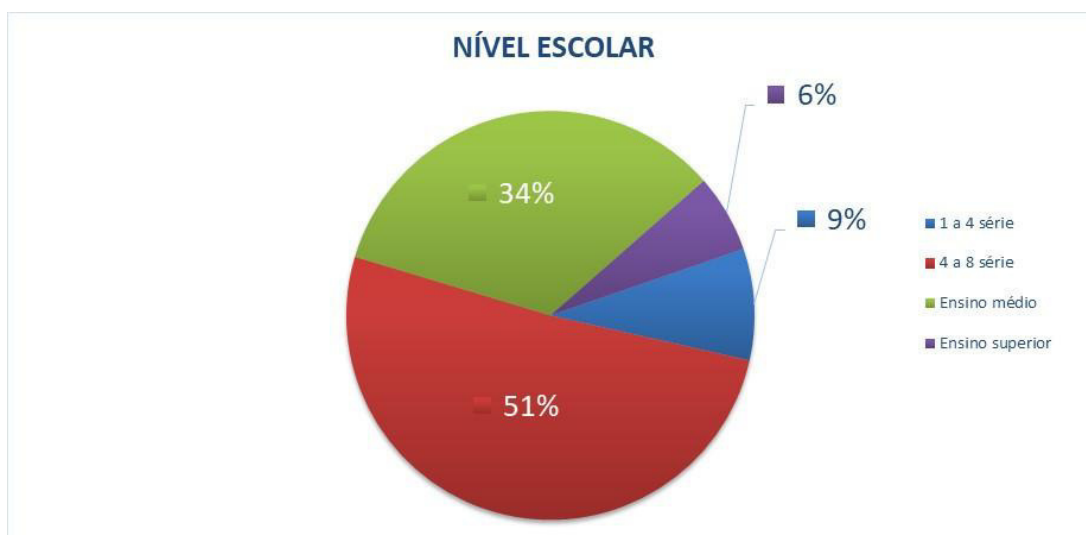


- 9) (a) Frequentou Escola?
 sim não

FREQUENTOU ESCOLA

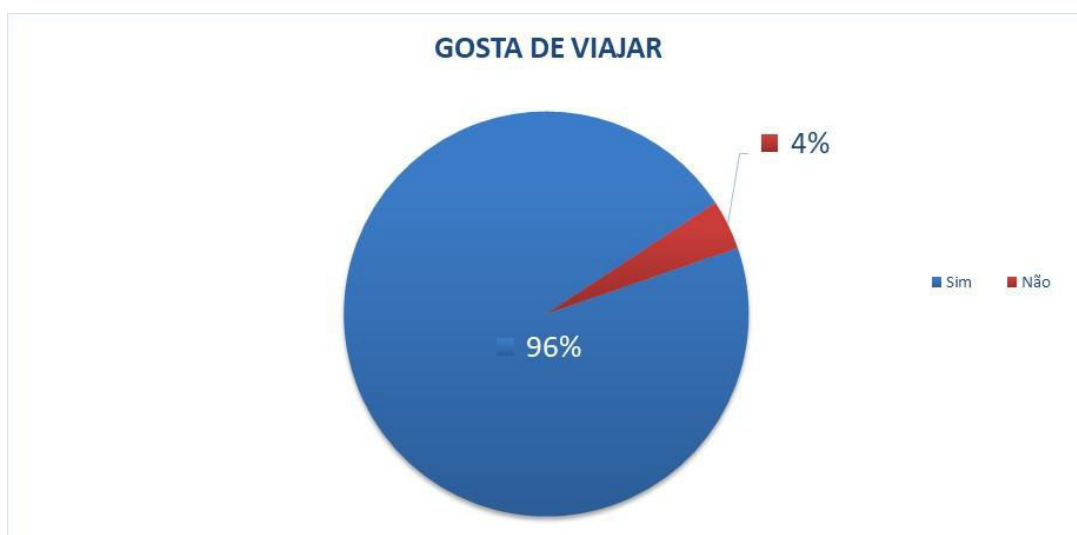


- (b) Até quando estudou?
 1 a 4 série
 4 a 8 série
 ensino médio
 ensino superior



Eixo II. Perguntas de dimensão perceptiva (desejos/necessidades/motivações)

- 10) (a) Gosta de viajar?
() sim () não



- (b) Viaja com o grupo do CAC?
() sim () não



- 11) Tem prazer em conviver:
(a) com a família
() sim () não



- (b) com pessoas da sua idade?
() sim () não



(c) com pessoas de idades variadas?

() sim () não



12) Gosta de aprender e produzir:

(a) por prazer

() sim () não

() sim () não



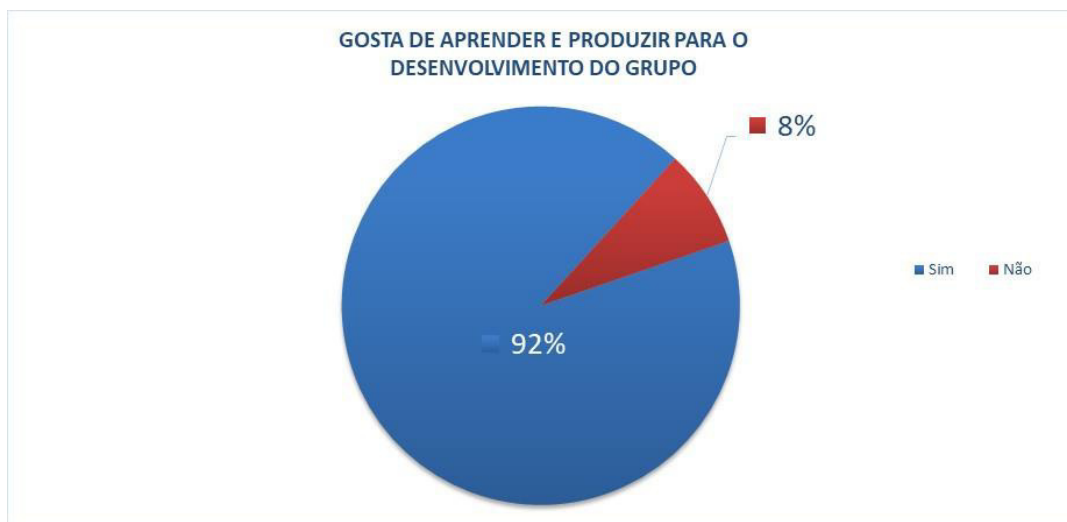
(b) para gerar renda

() sim () não



(c) para o desenvolvimento do grupo

() sim () não



13) Gosta de ensinar?
() sim () não



- 14) a) Realiza alguma atividade para manter-se informado?
 sim não



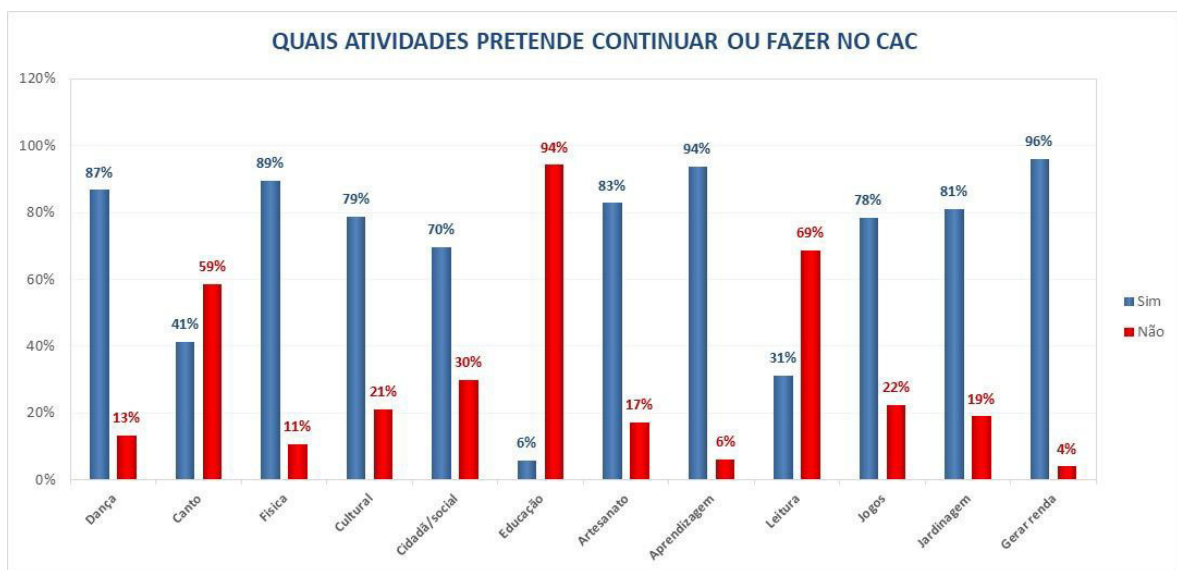
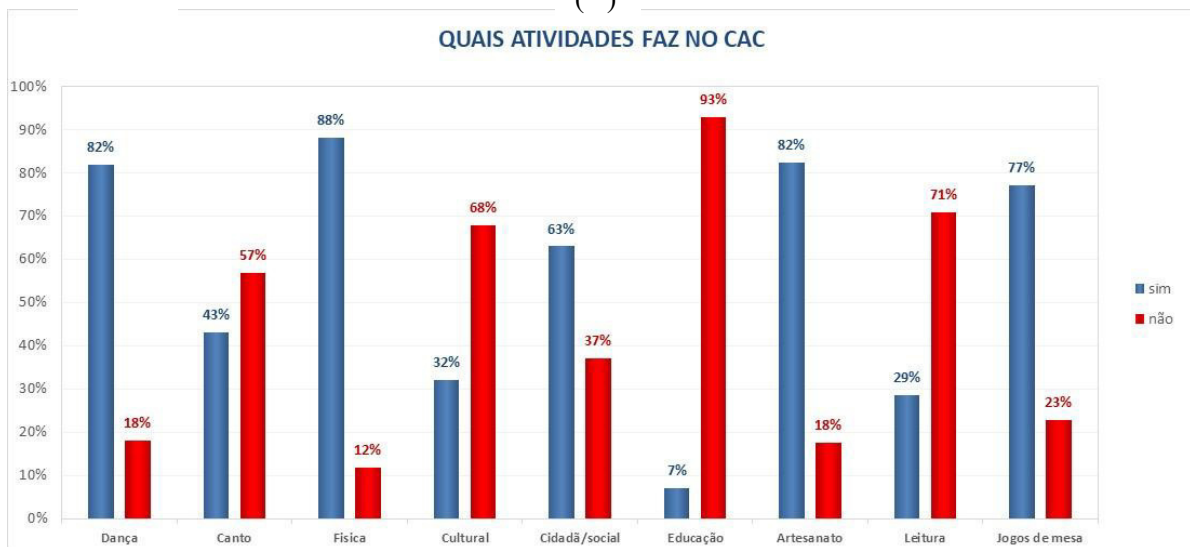
- b) Como se mantém informado?

Assistir TV **OU** Leitura **OU** Conectar ao celular



15) (a) Quais atividades faz no CAC? (b) Quais não pretende fazer?

- | | | | |
|--------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| <input type="checkbox"/> | Dança | <input type="checkbox"/> | Dança |
| <input type="checkbox"/> | Canto | <input type="checkbox"/> | Canto |
| <input type="checkbox"/> | Física | <input type="checkbox"/> | Física |
| <input type="checkbox"/> | Cultural | <input type="checkbox"/> | Cultural |
| <input type="checkbox"/> | Cidadã/social | <input type="checkbox"/> | Cidadã/social |
| <input type="checkbox"/> | Educação | <input type="checkbox"/> | Aprendizagem |
| <input type="checkbox"/> | Artesanato | <input type="checkbox"/> | Artesanato |
| <input type="checkbox"/> | Turismo | <input type="checkbox"/> | Turismo |
| <input type="checkbox"/> | Leitura | <input type="checkbox"/> | Leitura |
| <input type="checkbox"/> | Jogos | <input type="checkbox"/> | Jogos |
| | | <input type="checkbox"/> | Jardinagem |
| | | <input type="checkbox"/> | Gerar renda |

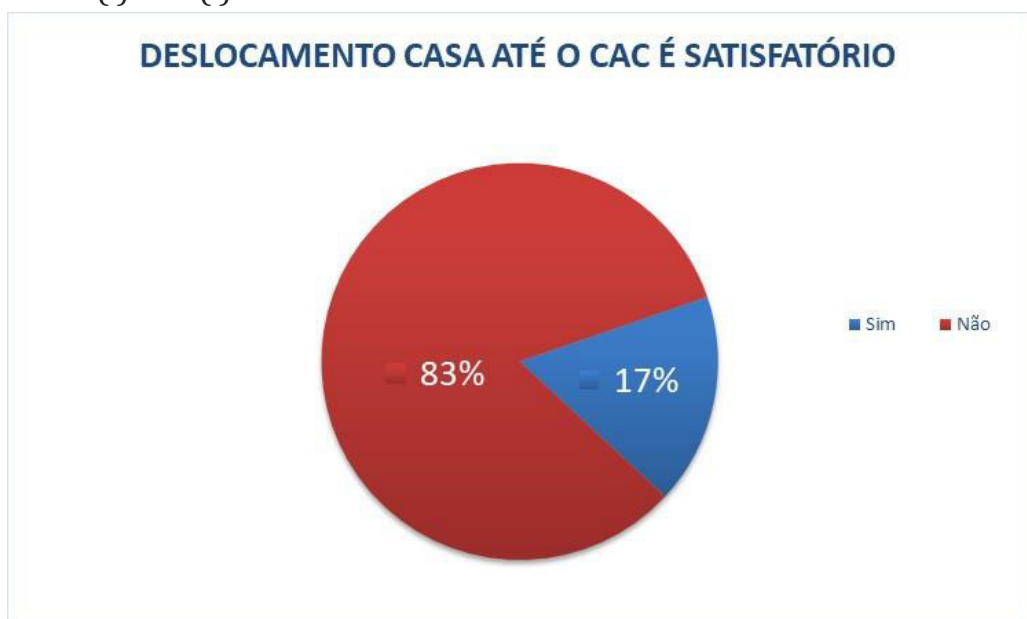


16) O que lhe motivou frequentar o grupo de convivência aqui do CAC?

- () indicação médica
 () Por conta própria
 () Indicação de amigo



17) (a) Seu deslocamento de casa até o CAC é satisfatório?
 () sim () não



(b) Como é seu deslocamento?

() de carro

() de ônibus

() a pé



18) a) Gostaria de participar de outros grupos frequentados por idosos?

() sim () não



b) Está satisfeito no CAC?

() sim () não



19) Gostaria de frequentar atividades que compartilhasse experiências com jovens? () sim () não

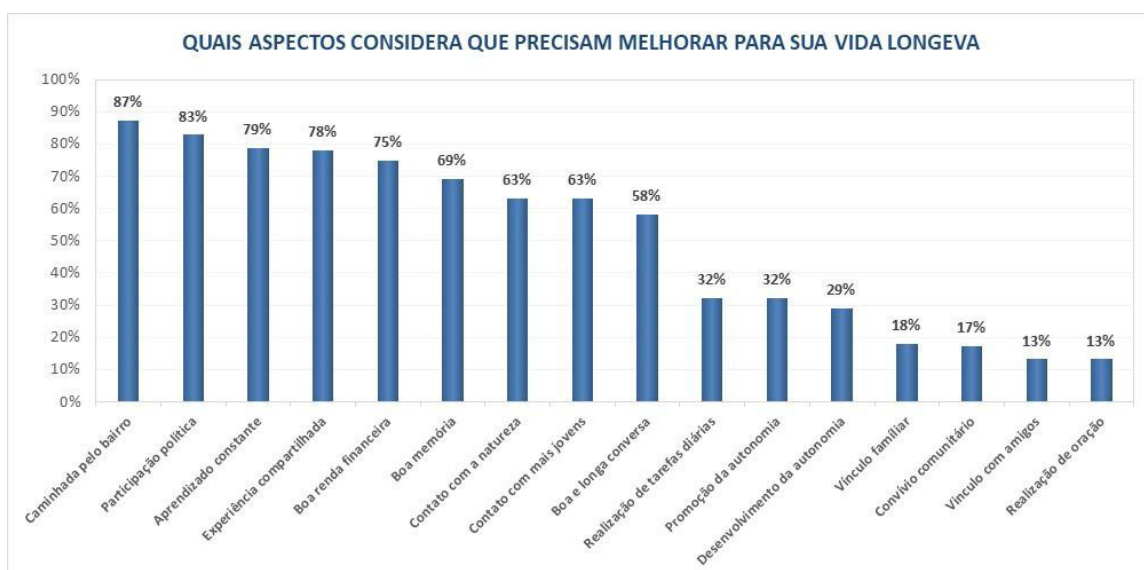


- 20) Quais aspectos você considera positivos para sua vida longaeva?
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Boa e longa conversa | <input type="checkbox"/> Contato com a natureza |
| <input type="checkbox"/> Caminhada pelo bairro | <input type="checkbox"/> Promoção da autonomia |
| <input type="checkbox"/> Vínculo com amigos | <input type="checkbox"/> Realização de tarefa diária |
| <input type="checkbox"/> Vínculo familiar | <input type="checkbox"/> Boa memória |
| <input type="checkbox"/> Realização de oração | <input type="checkbox"/> Convívio comunitário |
| <input type="checkbox"/> Experiência compartilhada | <input type="checkbox"/> Aprendizado constante |
| <input type="checkbox"/> Boa renda financeira | <input type="checkbox"/> Contato com mais jovens |
| <input type="checkbox"/> Participação política | |



21) Quais aspectos precisam melhorar para sua vida longaeva?

- | | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Boa e longa conversa | <input type="checkbox"/> | Contato com a natureza |
| <input type="checkbox"/> | Caminhada pelo bairro | <input type="checkbox"/> | Promoção da autonomia |
| <input type="checkbox"/> | Vínculo com amigos | <input type="checkbox"/> | Realização de tarefa diária |
| <input type="checkbox"/> | Vínculo familiar | <input type="checkbox"/> | Boa memória |
| <input type="checkbox"/> | Realização de oração | <input type="checkbox"/> | Convívio comunitário |
| <input type="checkbox"/> | Experiência compartilhada | <input type="checkbox"/> | Aprendizado constante |
| <input type="checkbox"/> | Boa renda financeira | <input type="checkbox"/> | Contato com mais jovens |
| <input type="checkbox"/> | Participação política | | |



- 22) a) Gostaria de continuar participando da pesquisa?
() sim () não



- b) Teria disponibilidade para vir ao CAC em outro dia diferente do horário do encontro do grupo? () sim () não





Pergunta Final

Antes de finalizar, há alguma questão que você pretende acrescentar e que não discutimos ainda?

Eu tenho a última: Agradeceria alguém do grupo em especial?

OBRIGADA!

APÊNDICE VII – A

APREENDENDO AS EVIDÊNCIAS – CASA DE CONVIVÊNCIA E LAZER MARIA HAYDÉE

Descreveremos aqui, o resultado parcial da pesquisa exploratória e de campo desenvolvida durante o primeiro e segundo semestres do ano de 2015, na Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée.

Considerando que o planejamento das ações (políticas) deverá ser realizado pelos municípios e pelo Distrito Federal, de acordo com a territorialização e a identificação da demanda pelo serviço, segundo a Resolução nº 109/ 2009, decidimos por detalhar as realidades encontradas no local em que ocorre a investigação – Casa de Convivência e Lazer na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée, uma dentre as seis casas existentes, localizada na Gávea, bairro da zona sul da cidade. Ressalta-se que no teor da legislação brasileira o termo comumente apresentado é *Centros de convivência* e a cidade do Rio de Janeiro por razões ainda desconhecidas optou-se por designá-los como *Casas*.

Este resultado é fruto da análise documental, dos registros das reuniões e e diálogos realizados com profissionais integrantes da equipe técnica da Casa Maria Haydée e da Secretaria Municipal do Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado – SEMARC, órgão municipal responsável pelas políticas públicas voltadas para o indivíduo idoso e que administra e regula a estruturação das casas de convivência. Assim, detalharemos as realidades encontradas no local em que ocorre a investigação. Apresentaremos um diagnóstico breve das atribuições e estrutura das casas de convivência e lazer e em especial da Casa Maria Haydée. Utilizamos para o diálogo Silva (2017) que trata diretamente da constituição e razão de ser do Centro de Convivência e autoras, Camarano; Pasinato (2004), Tótora (2008) e Pacheco (2009), como fundamentação, que embora não discutem a essência dos Centros de convivência, mas refletem sobre seu objetivo primeiro – estimular a convivência e fortalecimento de vínculos sociais. Investigamos documentos (leis, normas e resoluções) que determinam a implantação dos

Centros de Convivência, apontam as diretrizes e regulam seu funcionamento. Analisaremos como são articulados e elaborados os serviços propostos pela Casa de convivência e lazer Maria Haydée e delinearemos nos âmbitos do mapeamento e aprimoramento as categorias para analisar a importância, para o idoso ativo, dos serviços oferecidos pela Casa de convivência e lazer Maria Haydée. Por fim, traçaremos considerações preliminares sobre o contexto.

Histórico, estrutura e atribuições das Casas de convivência e lazer – Rio de Janeiro

Em parceria com o governo federal, no ano de 2001, a prefeitura do Rio de Janeiro fundou a Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV). A SESQV tinha como missão promover e implantar políticas públicas para o envelhecimento, proporcionando integridade, respeito, comprometimento, iniciativa, bom humor, valorização à pessoa idosa da cidade do Rio de Janeiro; E, por objetivos disseminar os hábitos saudáveis; melhorar a condição de vida da população da terceira idade; atender às necessidades dos idosos previstas no Estatuto do Idoso e articular, de maneira transversal, políticas públicas que promovam a qualidade de vida, principalmente do idoso carioca. Diante dessa iniciativa fica clara a preocupação que até então, o Município estava dispensando para a população que envelhece, ou seja, foi a partir deste momento que o idoso começou a receber a atenção que antes lhe fora desamparada. Ressalta-se que o Rio de Janeiro é uma das cidades com a maior quantidade de idosos do Brasil, de acordo com dados do Censo 2010, IBGE (2013). Os indicadores apontam que dos dez bairros brasileiros com maior proporção de idosos, a capital possui nove.

Entre as políticas para o envelhecimento ativo estabelecidas pela SESQV, estava a administração e manutenção de seis casas de convivência e lazer distribuídas em diferentes bairros da cidade na zona sul e na zona norte. Essas casas oferecem atividades gratuitas, com o objetivo de favorecer a inclusão social, a construção de rede de apoio e o fortalecimento de relações, entre outros

benefícios para a saúde, participação social e educação continuada das pessoas idosas no município, mantendo um intercâmbio com os familiares e com os grupos de convivência.

Em sua origem, as Casas de Convivência e Lazer para Idosos eram parte de um programa realizado pela Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro, organização não governamental presidida pela primeira dama do município, Rio de Janeiro (2001-2008), em parceria com a Prefeitura e Sociedade Civil que tinham por propósito atender à demanda de pessoas idosas que buscavam melhorar a saúde física e mental. O público era composto por idosos de classe média, incluindo artistas, que se encontravam isolados e excluídos da sociedade pela perda ou ausência do seu papel profissional, econômico ou social, pelas imagens negativas atribuídas à velhice e se reuniam para realizar algumas atividades, conversas e finalizavam com um lanche à tarde. Pelo próprio perfil de idosos que as casas tinham como objetivo de atendimento, as suas localizações se configuraram de maneira estratégica. Das seis casas existentes, duas são localizadas na zona norte – Bibi Franklin Leal, na Tijuca e Carmem Miranda, na Penha – e quatro são localizadas em bairros “nobres”, na zona sul do Rio de Janeiro – Naná Sette Câmara, em São Conrado; Dercy Gonçalves, na Lagoa; Padre Velloso, em Botafogo e Maria Haydée, na Gávea – (Figura 1).

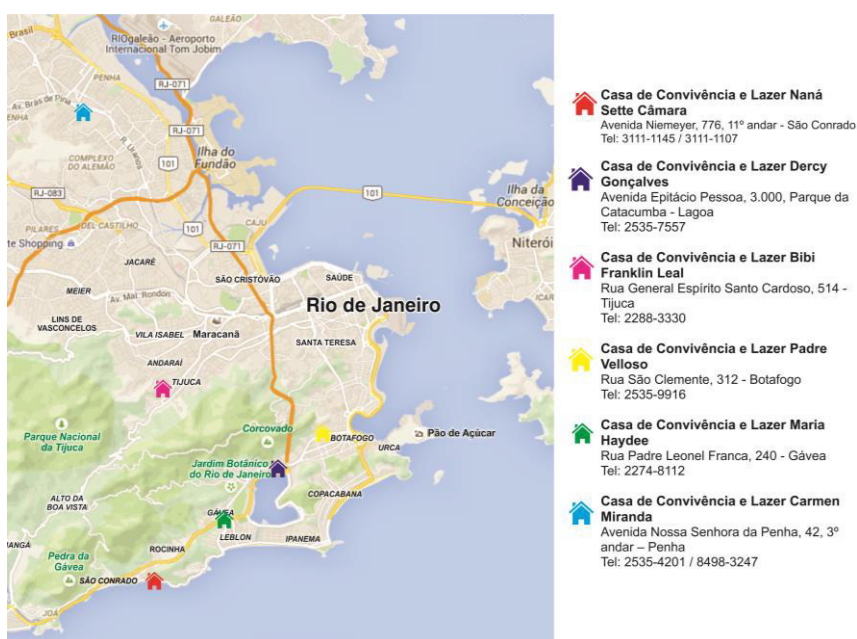


FIGURA 1: Localização das Casas de Convivência e Lazer na cidade do Rio de Janeiro
 Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Não obstante, a localização das Casas se adéqua as recomendações da Portaria SEAS n. 73 de 10 de maio de 2001 que determinam que o Centro de Convivência deve estar situado dentro da malha urbana, com facilidade de acesso por transporte coletivo e, preferencialmente, próximo à rede de saúde, comércio e demais serviços da vida da cidade (posto médico, hospitais, supermercado, farmácia, padaria, centros culturais, cinemas, etc.), favorecendo a integração do idoso à comunidade do entorno (MPAS, 2001). Deste modo, não deve ser pensado como local de isolamento, inviolável ao contato com a vida urbana nem como espaço de uniformização e despersonalização da vida de seus usuários, devendo ser prevista, na medida do possível, a participação dos mesmos na qualificação individualizada dos ambientes.

Com a alteração da gestão municipal, em 2009, diversos projetos realizados pela Obra Social foram extintos e as Casas de Convivência passaram a ser conduzidas pela SESQV que ampliou o atendimento a todos os idosos independentes, sem distinção social, e que tivessem interesse; reestruturando a proposta de serviços oferecidos. As casas funcionam de segunda às sextas-feiras de 8h as 17h e a meta é atender aproximadamente a 5.200 mil idosos por mês.

A Casa de convivência e lazer – Maria Haydée

A seleção da Casa Maria Haydée como campo de estudo inicial para essa investigação se fundamentou pelas pesquisas já realizadas em parcerias colaborativas entre o Labmemo e seu núcleo interdisciplinar da maturidade, a Casa Maria Haydée e o CEPE. Essas pesquisas têm gerado como resultado, publicações científicas, dissertações e teses, além de novos serviços como o Programa de Educação Continuada PUC Mais de 50 – um projeto que tem o objetivo de promover a troca de saberes e atender às demandas do público com mais de 50 anos por meio de cursos, oficinas e eventos exploratórios.

A Casa Maria Haydée foi a sexta unidade implantada, em 2008, pelo Programa Casas de Convivência e Lazer para Idosos (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2008). Está situada na Gávea, não possui sede própria e, assim sendo, é vinculada ao planetário por um sistema de parceria.

A estrutura organizacional da casa Maria Haydée está dividida em quatro áreas: (1) o supervisor administrativo, cuja responsabilidade se reporta à administração dos recursos humanos e materiais; (2) a assistente social, responsável pela coordenação da equipe técnica, que regula o prontuário do idoso e a avaliação diagnóstica; (3) o assistente de finanças que preza pela gestão dos recursos financeiros. Fazem parte dos recursos humanos os instrutores, responsáveis pelos serviços que cada um oferece (esses podem variar em número em função dos serviços oferecidos) e o pessoal do apoio, responsável pela copa, limpeza e segurança da casa.

Cada casa possui um perfil específico que foi delineado a partir dos idosos frequentadores dos serviços. Para o supervisor administrativo, Renato Cândido⁴⁵, a configuração da Casa Maria Haydée é reflexo de um público idoso mais intelectualizado, e, portanto as atividades devem ser alinhadas com esse atributo. Considerando essa especificidade da casa, destaca-se o apontamento de Silva (2004) que a sociabilidade e a cidadania não derivam apenas dos bens materiais, mas também do acesso aos bens simbólicos produzidos pela cultura. Logo, o Centro de Convivência pode ser apreendido como uma estratégia para facilitar o acesso do idoso a este capital simbólico e, de alguma forma, na medida em que se articula com a comunidade cria uma nova concepção de velhice e idoso.

Para ingressar e consumir os serviços oferecidos o idoso faz o cadastro pessoal em prontuário paralelamente ao atendimento com a assistente social; em seguida participa de uma entrevista com a psicóloga e posteriormente se submete à exames rotineiros com a técnica de enfermagem. Todos os dados coletados nessa avaliação serão registrados no prontuário que será arquivado para o acompanhamento. Com exceção do registro, esse processo de avaliação não se esgota. No intervalo de três meses cada idoso deve realizá-lo.

Durante a avaliação, se a equipe técnica identificar alguma necessidade de acompanhamento ou tratamento específico ao idoso, o encaminhamento é direcionado para o atendimento à pessoa idosa na SESQV que dará o apoio assistencial necessário. De acordo com Patrícia Swinerd⁴⁶, assistente social da

⁴⁵ Renato S. Cândido - Supervisor Administrativo da casa Maria Haydée, em reunião com às autoras, em 13/04/2015.

⁴⁶ Patrícia Swinerd Soeiro, assistente social da casa Maria Haydée, em reunião com às autoras, em 13/04/2015.

casa Maria Haydée, esse fato não impede que o idoso se insira em alguma das atividades, desde que não cause nenhum constrangimento e que tenha autonomia. A equipe técnica ficaria a disposição para supervisioná-lo e orientá-lo sobre quais serviços seriam mais apropriados. Atualmente a Casa Maria Haydée atende a oitocentos idosos por mês.

Vale ressaltar que a casa Maria Haydée, como outras casas de convivência, é um projeto com um viés político, tem como abrangência o envelhecimento ativo na pauta das políticas públicas, que ganha visibilidade à medida que as demandas sociais dos idosos ganharam audiência. Assim, manter as casas integradas como diretrizes da política social da velhice, compõe-se um mercado de serviços que contribuem para a formação da rede de proteção social da pessoa idosa, bem como, expressam os feitos pelo executivo municipal. A casa Maria Haydée é avaliada mensalmente por meio de relatórios técnicos quantitativos: número de idosos que frequentaram os serviços, número de idosos em cada serviço, idosos novatos e idosos que pararam de frequentar. Os dados com teor qualitativo, como exemplo, melhoria nas condições psíquico social ou cognitivas, não são computadas nem registradas.

Finalizaremos a princípio, corroborando que esta seção será complementada com documentos que estão sendo selecionados e serão disponibilizados para a pesquisadora. Há necessidade de confrontar esses documentos com os discursos travados durante as entrevistas para uma garantia de evitar possíveis distorções nas informações.

Conhecendo as atividades – mapeamento e categorização dos serviços oferecidos pela Casa Maria Haydée

As estratégias de intervenção, voltadas aos idosos no Casa de Convivência, acontecem por meio de atividades em grupo que tem por finalidade minorar os efeitos decorrentes do processo de envelhecimento; estimular e desenvolver capacidades; fortalecer os vínculos familiares; estimular com que cada um perceba as dificuldades naturais do processo de envelhecimento e compreenda aquelas que são resultado da trajetória de vida de cada um.

Essas atividades devem ser planejadas e sistematizadas a partir dos valores sócio-culturais, ocupacionais e de necessidades manifestas dos idosos frequentadores e, também dos recursos humanos e materiais disponíveis em cada Casa de Convivência. A proposta dessas atividades pode ter por finalidade a (re) construção de uma identidade que em alguns momentos pode ter sido recalçada pela história de vida de cada um, o estímulo à convivência familiar onde o idoso passa a ser visto positivamente, o estímulo à intergeracionalidade considerando os saberes de idosos e jovens (MPAS, 2001).

As propostas de serviços são norteadas pelas diretrizes do Ministério da Previdência e Assistência Social, que por sua vez atendem aos preceitos do Estatuto do idoso, e propõe a abrangência da grade de atividades em seis categorias de assistência: (1) artística ou cultural (folclore, teatro, oficinas, música, dança, coral, modelagem, pintura, artesanato, etc.); (2) educativa: (palestras, seminários e ciclos de debates); (3) direitos humanos; (4) sociabilidade (lazer, cultura, ecologia); (5) atividades físicas (hidroginástica, ginástica, caminhadas, alongamento) e (6) vocacionais/produativas.

Desde sua gênese os serviços oferecidos pela Casa Maria Haydée se modificam a medida que é percebido o desinteresse por parte dos idosos por determinado serviço e quando se tem a ideação de uma nova proposta de serviço. As atividades são elaboradas por uma equipe de profissionais dos campos da assistência social, fisioterapia e terapia ocupacional, sendo o último, o campo o mais indicado para a elaboração dos serviços, segundo Renato Cândido. A grade de atividades são sempre conciliadas com o que os idosos buscam e o que a equipe técnica considera relevante. Cabe a assistente social a missão de sensibilizar o idoso sobre qual atividade seria mais adequada para ele se ingressar, permitindo a autonomia na decisão. Abaixo o quadro de atividades elaboradas para o segundo semestre de 2015.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES - 2015					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
08h às 09h30	Dança - Salão Yoga I	Jogos Corporais Livro Criativo	Corpo em Movimento I	Danças Popular e Folclórica	Relaxamento
09h30 às 10h30	Dança - Salão Yoga I	Jogos Corporais Livro Criativo	Corpo em Movimento I	Danças Popular e Folclórica	Relaxamento
10h30 às 11h30	Teatro	Corpo em Movimento II	Inglês	Lian Gong	Espanhol
11h30 às 12h30	Teatro		Inglês		Espanhol
13h às 14h	Artesanato	Momento da Fama	A Tarde é Nossa	Percussão Artesanato (Variado)	Teatro
14h às 15h	Artesanato	Momento da Fama	A Tarde é Nossa	Percussão Artesanato (Variado)	Teatro
15h às 16h	Dança Cigana	Coral	A Tarde é Nossa	Memória/imagem Francês	Dança de Salão
16h às 17h	Dança Cigana	Coral	A Tarde é Nossa	Memória/imagem Francês	Dança de Salão

Considerações “prévias” preliminares – Síntese do contexto projetual

O mérito dessas ações projetuais para promover a integração e a participação social da população idosa é indiscutível. Há de se valorizar o compromisso e o enfrentamento do profissional de Serviço Social que através de seu conhecimento teórico e metodológico busca a consolidação desta política. É preciso considerar que o projeto assumiu novo formato há apenas cinco anos e portanto, não pode ser considerado como finalizado, demandando aperfeiçoamento e ajustes constantes. Entretanto, os esforços são múltiplos para colocar as políticas de envelhecimento entre as grandes prioridades.

Presumimos brevíssimas considerações. Podemos perceber alguns efeitos da nossa precoce aproximação com a Casa Maia Haydée que não esperávamos inicialmente: nossos questionamentos sobre quais melhorias eram constatadas no

idoso (não puderam responder), provocou a necessidade de registro do acompanhamento do idoso para inserir nos relatórios, o que não acontecia anteriormente. Além disso, vários idosos nos procuraram e já se propuseram como participantes voluntários para a realização deste estudo.

APÊNDICE VII - B

Termo de cooperação técnica (primeira e última páginas)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



ACTC Nº 01/2015

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE CELEBRAM ENTRE SI SECRETARIA ESPECIAL DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA E FACULDADES CATÓLICAS MANTENEDORA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA ABAIXO:

A Secretaria/, entidade Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV), inscrito/a no CNPJ sob o nº. 42.498.733/0001-48, com sede na Rua Afonso Cavalcante, 455, neste ato representado por seu/sua Sub Secretária, brasileiro/a, estado civil, Solteira, profissão Assistente Social, portador/a da Carteira de Identidade nº 09580819-2 expedida pelo Detran, inscrito/a no CPF sob o nº 028781697-43, doravante denominado **SECRETARIA ESPECIAL DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA e FACULDADES CATÓLICAS**, associação sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 43.454/58 e reconhecida como de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, mantenedora da **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**, registrada sob o nº 20081202-1626028, em 09 de janeiro de 2009, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 33.555.921/0001-70, com sede na Rua Marques de São Vicente, nº 225, Gávea, Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada por seu Reitor Pe., **JOSAFÁ CARLOS DE SIQUEIRA, S.J.**, brasileiro, solteiro, sacerdote, portador da Cédula de Identidade nº 28.659.444-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.010.531-20, domiciliado na Rua Marques de São Vicente nº 389, Gávea, Rio de Janeiro, doravante denominada **PUC-RIO**.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea Rio de Janeiro, RJ - Brasil - 22451-900
Cx. Postal: 38097 - Telefone: (55 21) 3527-1001 - <http://www.puc-rio.br/>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Nome da Instituição

SECRETARIA ESPECIAL DE ENVELHECIMENTO
SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA

Nome do Representante da Instituição
Diretor/a Presidente


FLÁVIA FURTADO
Sub Secretária

Flavia Furtado
Matricula 11/235.582-4
Subsecretária Especial de Envelhecimento
Saudável e Qualidade de Vida
Decreto "p" nº 976 de 06/11/2014

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

APÊNDICE VII – C

TERMO DE ANUÊNCIA

TERMO DE ANUÊNCIA


Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2015.

Ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP
Universidade do Estado de Minas Gerais

Declaro para os devidos fins que autorizamos a realização da pesquisa de tese de doutorado intitulada “**Serviços oferecidos pela Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée: proposição a partir das necessidades emocionais do idoso**”, sob a orientação da Professora Dr.^a Vera Maria Marsicano Damazio e execução da doutoranda Cláudia Fátima Campos, membros do Programa de Pós- em Design do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nas dependências da Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée, localizada na Rua Padre Leonel Franca, 240, Gávea – Rio de Janeiro.

Declaro ainda que fomos informados que esta pesquisa não representa ônus de qualquer natureza para esta instituição. Ademais, estou ciente de que o objeto principal desta pesquisa lida com a questão do envelhecimento e tem como foco a análise dos serviços oferecidos pela Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée com o objetivo de formular proposta de serviços a partir das necessidades emocionais do idoso. A pesquisadora compromete a submeter a tese à SESQV antes da apresentação e entregar uma cópia a esta Secretaria.

Rio de Janeiro, 10 de DEZEMBRO de 2015.



Flávia Furtado
Matricula 11/235.582-4
Subsecretária Especial de Envelhecimen
Saudável e Qualidade de Vida
Decreto “P” nº 976 de 06/11/2014

Flávia Furtado

Subsecretária – Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
Rio de Janeiro - RJ

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova - 20211-110 | Telefone: (21) 2976-3728

APÊNDICE VI - D

Termo de consentimento livre e esclarecido (funcionários da casa Maria Haydée)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN – Departamento de Artes e Design

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Cláudia Fátima Campos, sob orientação da Prof^a Dra. Vera Maria Marsicano Damazio vinculadas ao programa de pós-graduação em Design, *Strictu Sensu*, do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro apresento-lhe esse documento denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias de igual teor, com o objetivo de esclarecer os elementos da pesquisa intitulada “Serviços oferecidos pela Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée: proposição a partir das necessidades emocionais do idoso”. O **objeto** principal desta pesquisa lida com a questão do envelhecimento e tem como foco a análise dos serviços oferecidos pela Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée com o **objetivo** de formular proposta de serviços a partir das necessidades emocionais do idoso. Parte do **percurso metodológico** desta investigação se dará por meio de entrevista semiestruturada. Serão feitas entrevistas com a equipe técnica que trabalham na Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée, responsável pela elaboração dos serviços oferecidos aos idosos. Os dados da entrevista serão coletados por gravação, nas dependências da Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée e terá a duração de aproximadamente 90 minutos. Os dados obtidos serão confidenciais e de responsabilidade dos profissionais que trabalharão na pesquisa e serão utilizados apenas para este fim. Os **riscos** são mínimos e referem-se a algum constrangimento ao ser interrogado. Também será resguardado o direito do entrevistado de interromper a qualquer momento a sua participação. Quando os dados forem publicados, os entrevistados não serão identificados. A **participação** do entrevistado é voluntária. Não haverá nenhum ônus para a sua participação e não estão previstas quaisquer formas de remuneração. O participante poderá sempre que julgar necessário se dirigir aos

pesquisadores ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG, por meio dos contatos listados abaixo. Quanto aos **benefícios**, acredita-se que ao proporcionar espaços de voz e participativos nos ambientes de convivência de idosos pode-se aumentar o envelhecimento ativo e/ou manter idosos ativos em atividades que favoreçam as suas necessidades emocionais. Outro fator importante é a valorização do saber dos mais velhos a partir de experiências vividas, memórias e lembranças proporcionando uma troca de conhecimentos intergeracional com a equipe de design envolvido, bem como uma troca de saberes entre os que coabitam o mesmo espaço na Instituição. Também, pode resultar em aumento do empoderamento desses cidadãos, no sentido de ser agente participativo das políticas que os envolve, com conseqüente respeito à dignidade dessas pessoas, por fim, assumimos a intencionalidade de delinear as informações, em publicações científicas, como legados desta investigação.

Estando o futuro entrevistado de acordo, gostaria de convidá-lo a participar desta pesquisa, e caso aceite, pedimos que assine as duas via deste Termo; uma das quais ficará sob sua guarda e a outra com o pesquisador.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2015.

Eu _____,
voluntário, tive minhas dúvidas respondidas e aceito participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que foi acima citado e livremente dou o meu consentimento.

Assinatura do voluntário

Assinatura do Professor Pesquisador – **Profª Drª Vera Maria Marsicano Damazio**
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea | Rio de Janeiro | RJ – Tel: (21) 999444444

Assinatura do pesquisador – **Cláudia Fátima Campos**
Av. Antônio Carlos, 7545, 9º andar, São Luiz | BH | MG – Tel: (31) 3439-6523

APÊNDICE VI – E
Termo de consentimento livre e esclarecido (idoso frequentador da casa Maria Haydée)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN – Departamento de Artes e Design

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Cláudia Fátima Campos, sob orientação da Prof^a Dra. Vera Maria Marsicano Damazio vinculadas ao programa de pós-graduação em Design, *Strictu Sensu*, do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro apresento-lhe esse documento denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias de igual teor, com o objetivo de esclarecer os elementos da pesquisa intitulada “Serviços oferecidos pela Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée: proposição a partir das necessidades emocionais do idoso”. O **objeto** principal desta pesquisa lida com a questão do envelhecimento e tem como foco a análise dos serviços oferecidos pela Casa de Convivência e Lazer Maria Haydée, com o **objetivo** de formular proposta de serviços a partir das necessidades emocionais do idoso. Parte do **percurso metodológico** desta investigação se dará por meio das técnicas: sonda cultural, *Workshop* e dinâmica de grupo. Os dados serão coletados por meio autodocumentação, registrados em objetos cedidos pela equipe de design (pesquisadores). Haverá, também, registro em áudios e impressos durante o *Workshop* e dinâmica de grupo. Os dados obtidos serão confidenciais e de responsabilidade dos profissionais que trabalharão na pesquisa e serão utilizados apenas para este fim. Os **riscos** são mínimos e referem-se a algum constrangimento ao ser interrogado. Também será resguardado o direito do entrevistado de interromper a qualquer momento a sua participação. Quando os dados forem publicados, os participantes não serão identificados. A sua **participação** é voluntária. Não haverá nenhum ônus para a sua participação e não estão previstas e nem contempladas quaisquer formas de remuneração. O participante poderá sempre que julgar necessário se dirigir aos pesquisadores ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG, por meio dos contatos listados abaixo. Quanto aos **benefícios**, acredita-se que ao proporcionar espaços de voz e participativos nos ambientes de convivência de idosos pode-se

aumentar o envelhecimento ativo e/ou manter idosos ativos em atividades que favoreçam as suas necessidades emocionais. Outro fator importante é a valorização do saber dos mais velhos a partir de experiências vividas, memórias e lembranças proporcionando uma troca de conhecimentos intergeracional com a equipe de design envolvido, bem como uma troca de saberes entre os que coabitam o mesmo espaço na Instituição. Também, pode resultar em aumento do empoderamento desses cidadãos, no sentido de ser agente participativo das políticas que os envolve, com conseqüente respeito à dignidade dessas pessoas, por fim, assumimos a intencionalidade de delinear as informações, em publicações científicas, como legados desta investigação.

Estando o futuro entrevistado de acordo, gostaria de convidá-lo a participar desta pesquisa, e caso aceite, pedimos que assine as duas via deste Termo; uma das quais ficará sob sua guarda e a outra com o pesquisador.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2015.

Eu _____,
voluntário, tive minhas dúvidas respondidas e aceito participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que foi acima citado e livremente dou o meu consentimento.

Assinatura do voluntário

Assinatura do Professor Pesquisador – **Prof^a Dr^a Vera Maria Marsicano Damazio**
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea | Rio de Janeiro | RJ – Tel: (21) 999444444

Assinatura do pesquisador – **Cláudia Fátima Campos**
Av. Antônio Carlos, 7545, 9º andar, São Luiz | BH | MG – Tel: (31) 3439-6523

MINI-EXAME DO ESTADO MENTAL

1) Como o Sr(a) avalia sua memória atualmente?

- (1) muito boa (2) boa (3) regular (4) ruim (5) péssima
(6) não sabe

Total de pontos:

2) Comparando com um ano atrás, o Sr (a) diria que sua memória está:

- (1) melhor (2) igual (3) pior (4) não sabe

Total de pontos:

ORIENTAÇÃO TEMPORAL:

Anote um ponto para cada resposta certa:

3) Por favor, diga-me:

- Dia da semana () Dia do mês () Mês () Ano ()
Hora aprox. ()

Total de pontos:

ORIENTAÇÃO ESPACIAL:

Anote um ponto para cada resposta certa

4) Responda:

Onde estamos: consultório, hospital, residência ()

Em que lugar estamos: andar, sala, cozinha ()

Em que bairro estamos: ()

Em que cidade estamos ()

Em que estado estamos ()

Total de pontos:

REGISTRO DA MEMÓRIA IMEDIATA:

5) Vou lhe dizer o nome de três objetos e quando terminar, pedirei para repeti-los, em qualquer ordem. Guarde-os que mais tarde voltarei a perguntar: Árvore, Mesa, Cachorro.

A () M () C ()

Obs: Leia os nomes dos objetos devagar e de forma clara, somente uma vez e anote. Se o total for diferente de três: - repita todos os objetos até no máximo três repetições; - anote o número de repetições que fez ____; - nunca corrija a primeira parte; anote um ponto para cada objeto lembrado e zero para os que não foram lembrados.

Total de pontos:

ATENÇÃO E CÁLCULO:

6) Vou lhe dizer alguns números e gostaria que realizasse os seguintes cálculos:

100-7; 93-7; 86-7; 79-7; 72-7;

____; ____; ____; ____; ____.

(93; 86; 79; 72; 65)

Total de pontos:

MEMÓRIA RECENTE:

7) Há alguns minutos, o Sr (a) repetiu uma série de três palavras. Por favor, diga-me agora quais ainda se lembra:

A () M () C ()

Obs: anote um ponto para cada resposta correta: Árvore, Mesa, Cachorro.

Total de pontos:

LINGUAGEM:

Anote um ponto para cada resposta correta:

8) Aponte a caneta e o relógio e peça pra nomeá-los:

C () R ()

(permita dez segundos para cada objeto)

Total de pontos:

9) Repita a frase que eu vou lhe dizer (pronunciar em voz alta, bem articulada e lentamente)

“NEM AQUI, NEM ALÍ, NEM LÁ”

Total de pontos:

10) Dê ao entrevistado uma folha de papel, na qual esteja escrito em letras grandes: “FECHE OS OLHOS”. Diga-lhe : leia este papel e faça o que está escrito (permita dez segundos).

Total de pontos:

11) Vou lhe dar um papel e quando eu o entregar, pegue com sua mão direita, dobre-o na metade com as duas mãos e coloque no chão.

P () D () C ()

Total de pontos:

12) Pedir ao entrevistado que escreva uma frase em um papel em branco.

O Sr (a) poderia escrever uma frase completa de sua escolha? (contar um ponto se a frase tem sujeito, verbo, predicado, sem levar em conta erros de ortografia ou de sintaxe).

Se o entrevistado não fizer corretamente, perguntar-lhe: “Isto é uma frase/ E permitir-lhe corrigir se tiver consciência de seu erro. (máximo de trinta segundos).

Total de pontos:

13) Por favor, copie este desenho. (entregue ao entrevistado o desenho e peça-o para copiar). **A ação está correta se o desenho tiver dois pentágonos com intersecção de um ângulo.** Anote um ponto se o desenho estiver correto.

Total de pontos:

Obs: Somente as respostas corretas anotadas nas perguntas de 03 a 13 e anote o total. A pontuação máxima é de trinta pontos.

TOTAL

Sobre o Mini Exame do Estado Mental (MEEM)

Trata-se de um teste breve de rastreio cognitivo para identificação de demência. A pontuação máxima é de 30 pontos que pode ser influenciada pela escolaridade do indivíduo.

Instruções de uso

O MEEM é constituído de duas partes, uma que abrange orientação, memória e atenção, com pontuação máxima de 21 pontos e, outra que aborda habilidades específicas como nomear e compreender, com pontuação máxima de 9 pontos, totalizando um escore de 30 pontos Brucki et al. (2003). Os valores mais altos do escore indicam maior desempenho cognitivo. Aborda questões referentes à memória recente e registro da memória imediata, orientação temporal e espacial, atenção e cálculo e linguagem.

Brucki SMD, Nitrini R, Caramelli P, Bertolucci PHF, Okamoto IH. Sugestões para o uso do minixame do estado mental no Brasil. Arq. Neuropsiquiatr 2003; 61(3B).

O teste.

Como se aplica o MEEM

- O paciente deve ser deixado à vontade, e não deve sentir-se julgado. Os eventuais erros cometidos por ele durante a prova não devem ser corrigidos, pois esta correção poderá inibi-lo.
- Faça as perguntas referentes à orientação. Pergunte também o nome do local onde estão realizando a entrevista e os itens restantes deste tópico. Coloque um ponto para cada resposta correta e zero para as respostas erradas ou não respondidas.
- Pergunta do tipo “posso testar sua memória?”, permite que a entrevista ocorra mais informalmente deixando o paciente tranquilo. Sequencialmente, peça que o paciente repita as três palavras. Marque um ponto para cada resposta correta, zero para incorreta ou se o paciente foi incapaz de repetir as três palavras.
- Para os cálculos, mesmo que o paciente erre uma conta intermediária, considere os resultados corretos. Porém, se ao subtrair 7 do resultado errado, ele der uma resposta correta, só considere a errada. Dê um ponto

para cada resposta correta. Caso o paciente não conseguir se sair bem nesta prova, peça a ele que solete a palavra “mundo” de trás para frente.

- Peça ao paciente para ler “FECHE OS OLHOS” e fazer o que está sendo pedido. Se ele executar o comando na ordem escrita, dê um ponto.
- Peça ao paciente para escrever uma frase, que deve ser espontânea. Deve ser uma frase completa, não valem palavras soltas ou escrever o nome completo. Para que a cópia do desenho seja considerada correta, é preciso que sejam feitos os 10 lados e, portanto, 10 ângulos. Também é importante que as figuras apareçam intersectadas.

O QUE SIGNIFICA CADA ITEM

1) ORIENTAÇÃO

Este item avalia:

A memória recente, a atenção e a orientação temporal-espacial.

2) MEMÓRIA

Neste item testa-se:

A atenção e a memória imediata (de curto prazo ou primária), que tem duração de, aproximadamente, 30 segundos e capacidade limitada a 10 itens.

3) ATENÇÃO E CÁLCULO

Neste item se avalia:

- A capacidade de cálculo, a atenção e a memória imediata e operacional (pré-requisito necessário para realização de cálculos matemáticos).

4) RETENÇÃO DE DADOS (EVOCAÇÃO)

Neste item se avalia:

- A memória recente (secundária), que dura de minutos a semanas ou meses.

5) LINGUAGEM

Avalia-se:

- A fala espontânea, a compreensão oral, a repetição, a nomeação, a leitura e a escrita.

6) NOMEAÇÃO

Neste item avalia-se:

- Capacidades de nomeação, compreensão e entendimento do paciente

7) REPETIÇÃO

Avalia-se:

- A discriminação auditiva, a memória imediata e a atenção.

8) COMANDO VERBAL

Neste item é possível avaliar:

- Principalmente a compreensão oral do paciente
- Também se testam a memória imediata a praxia, a coordenação e a motricidade.

9) LEITURA, ORDEM ESCRITA

Avalia-se:

- A Capacidade de leitura do paciente, compreensão, memória.

10) CÓPIA DO DESENHO

Neste item avalia-se:

Orientação visual-espacial.